



# AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA OS OBJETIVOS DO PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

Relatório Final

Exercício de Auscultação

24 de agosto de 2023

Elaborado por:



Para:





# FICHA TÉCNICA

## Título

Avaliação do contributo dos FEEI para os Objetivos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) - Relatório Final - Exercício de Auscultação

## Promotor

Secretaria-Geral do Ambiente

## Autoria



3drivers – Engenharia, Inovação e Ambiente Lda.  
Avenida Conde de Valbom, n.º 6, 6.º piso  
1050-068 Lisboa



SystemicSphere, Lda.  
Rua Heróis de Angola, nº 9, Rexaldia,  
2350-078 Chancelaria, Torres Novas

## Equipa de Avaliação

António Lorena (3drivers)

Catarina Silva (3drivers)

Rita Pombo (3drivers)

Mariana Aguiar (3drivers)

Sofia Santos (Systemic)

Andreia Marques (Systemic)

Diogo Almeida (Systemic)

Ricardo Cunha (Systemic)

## Edição

Lisboa, 24 de agosto de 2023

Crédito da imagem de capa: poseur.portugal2020.pt

*Disclaimer:* O conteúdo deste documento é da responsabilidade dos seus autores, sendo que as conclusões expressas podem não coincidir necessariamente com a posição oficial da Secretaria-Geral do Ambiente.

Esta página foi propositadamente deixada em branco

## ÍNDICE GERAL

FICHA TÉCNICA .....	I
SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	VIII
<b>1 EXERCÍCIO DE AUSCULTAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS .....	9
1.1.1 AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO (AD&C) .....	10
1.1.2 AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APA) .....	12
1.1.3 ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS PARA O SETOR DO AMBIENTE (AEPSA) .....	18
1.1.4 ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA URBANA (ALU) .....	21
1.1.5 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (ANMP).....	27
1.1.6 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS (APDA).....	28
1.1.7 AUTORIDADE DE GESTÃO DO PO SEUR .....	29
1.1.8 DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	45
1.1.9 ENVIRONMENTAL GLOBAL FACILITIES (EGF) .....	50
1.1.10 ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS (ERSAR) .....	53
1.1.11 ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS (ESGRA) .....	56
1.1.12 FUNDO AMBIENTAL (FA) .....	59
1.1.13 GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL (ADP).....	61
1.1.14 INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (ICNF) .....	63
1.1.15 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IDR) .....	65
1.1.16 MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ .....	69
1.1.17 MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ .....	71
1.1.18 MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA.....	74
1.1.19 MUNICÍPIO DE MONTALEGRE .....	76
1.1.20 MUNICÍPIO DE VILA FLOR.....	78
1.1.21 MUNICÍPIO DO FUNCHAL .....	80
1.3 ESTUDOS DE CASO .....	82
1.3.1 PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.1 .....	82
1.3.2 PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.2 .....	101
1.3.3 PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.4 .....	123
1.3.4 PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.5 .....	131
1.4 FOCUS GROUP .....	139
1.4.1 SESSÃO RESÍDUOS.....	140
1.4.2 SESSÃO CICLO URBANO DA ÁGUA.....	142
1.4.3 SESSÃO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE .....	144
1.5 QUESTIONÁRIOS AOS BENEFICIÁRIOS.....	146

1.5.1	<i>NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO</i> .....	146
1.5.2	<i>BLOCO GERAL</i> .....	146
1.5.3	<i>QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA A PI 6.1</i> .....	157
1.5.4	<i>QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA A PI 6.2</i> .....	163
1.5.5	<i>QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA A PI 6.4</i> .....	173
1.5.6	<i>QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA A PI 6.5</i> .....	180

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Respostas à Pergunta 2.1 .....	147
Figura 2 - Respostas à Pergunta 3.....	148
Figura 3 - Respostas à Pergunta 4.....	148
Figura 4 - Respostas à Pergunta 5.....	149
Figura 5 - Respostas à Pergunta 7.....	150
Figura 6 - Respostas à Pergunta 8.1 .....	151
Figura 7 - Respostas à Pergunta 8.1.1 .....	151
Figura 8 - Respostas à Pergunta 8.2 .....	152
Figura 9 - Respostas à Pergunta 8.3 .....	152
Figura 10 - Respostas à Pergunta 9 .....	153
Figura 11 - Respostas à Pergunta 10 .....	154
Figura 12 - Respostas à Pergunta 11 .....	155
Figura 13 - Respostas à Pergunta 12 .....	155
Figura 14 - Respostas à Pergunta 15 .....	158
Figura 15 - Respostas à Pergunta 16.1 .....	159
Figura 16 - Respostas à Pergunta 16.2 .....	159
Figura 17 - Respostas à Pergunta 16.3 .....	160
Figura 18 - Respostas à Pergunta 17 .....	161
Figura 19 - Respostas à Pergunta 19 .....	161
Figura 20 - Respostas à Pergunta 20 .....	162
Figura 21 - Respostas à Pergunta 21 .....	162
Figura 22 - Respostas à Pergunta 24 .....	165
Figura 23 - Respostas à Pergunta 25 .....	165
Figura 24 - Respostas à Pergunta 26.1 .....	166
Figura 25 - Respostas à Pergunta 26.2 .....	166
Figura 26 - Respostas à Pergunta 26.4 .....	167
Figura 27 - Respostas à Pergunta 26.5 .....	168
Figura 28 - Respostas à Pergunta 26.8 .....	169
Figura 29 - Respostas à Pergunta 27 .....	169
Figura 30 - Respostas à Pergunta 29 .....	170
Figura 31 - Respostas à Pergunta 30 .....	171
Figura 32 - Respostas à Pergunta 30 .....	171
Figura 33 - Respostas à Pergunta 33.1 aplicável a projetos de Proteção e Ordenamento dos Recursos Geológicos.....	174
Figura 34 - Respostas à Pergunta 33.2 aplicável a projetos de Conservação da Natureza   Gestão e Ordenamento de Áreas Protegidas e Classificadas   Informação .....	174

Figura 35 - Respostas à Pergunta 34.1 .....	175
Figura 36 - Respostas à Pergunta 34.2 .....	175
Figura 37 - Respostas à Pergunta 34.3 .....	176
Figura 38 - Respostas à Pergunta 34.4 .....	176
Figura 39 - Respostas à Pergunta 36 .....	177
Figura 40 - Respostas à Pergunta 37 .....	178
Figura 41 - Respostas à Pergunta 38 .....	179
Figura 42 - Respostas à Pergunta 39 .....	179
Figura 43 - Respostas à Pergunta 41.1 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias.....	180
Figura 44 - Respostas à Pergunta 41.2 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Mineiros/Indústria Extrativa Prioritários .....	181
Figura 45 - Respostas à Pergunta 42.1 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias.....	181
Figura 46 - Respostas à Pergunta 42.2 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias.....	182
Figura 47 - Respostas à Pergunta 43 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias.....	182



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Dimensão da amostra proposta para cada técnica de análise (Fonte: Equipa de trabalho, com base em BI PO SEUR) .....	1
Tabela 2 - Estratégia de Avaliação com base na relação entre QA, estratégia de resposta e técnicas de recolha e análise de informação (Fonte: Equipa de Trabalho) .....	3
Tabela 3 - Metodologias e entidades consultadas no exercício de auscultação.....	8
Tabela 4 - Grau de Resposta .....	146
Tabela 5 - Respostas à Pergunta 2 .....	146
Tabela 6 - Respostas à Pergunta 6 .....	149
Tabela 7 - Respostas à Pergunta 8.3.1.....	153
Tabela 8 - Respostas à Pergunta 13 .....	156
Tabela 9 - Respostas à Pergunta 14.....	157
Tabela 10 - Respostas à Pergunta 16.4.....	160
Tabela 11 - Respostas à Pergunta 22.....	163
Tabela 12 - Respostas à Pergunta 23.....	163
Tabela 13 - Respostas à Pergunta 32.....	173
Tabela 14 - Respostas à Pergunta 34.5.....	177
Tabela 15 - Respostas à Pergunta 40.....	180

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAC	Avisos de Abertura de Concurso
ABT	Avaliação Baseada na Teoria
AC	Alterações Climáticas
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AG	Autoridade de Gestão do PO
AIDUS	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado
ANI	Agência Nacional de Inovação
CAE	Classificação de Atividades Económicas
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
CIC	Comissão Interministerial de Coordenação
COSMO	Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DQA	Diretiva Quadro da Água
EA	Equipa de Avaliação
EE 2020	Estratégia Europa 2020
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FC	Fundo de Coesão
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FER	Fontes de Energia Renováveis
FIA	Fundo de Intervenção Ambiental
FPC	Fundo Português de Carbono
FPRH	Fundo de Proteção de Recursos Hídricos
GA	Grupo de Acompanhamento
GEE	Gases com Efeito de Estufa
H2020	Horizonte 2020 - Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

I&I	Investigação e Inovação
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IF	Instrumentos Financeiros
IGF	Inspeção-geral de Finanças
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IRN	Instituto dos Registos e do Notariado
ITI	Investimentos Territoriais Integrados
MATE	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
M€	Milhões de Euros (€)
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatístico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas
OE	Objetivo Específico
OT	Objetivo Temático
P3AC	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
PA PO SEUR	Plano de Avaliação do PO SEUR
PAF	Prioritized Action Framework para a Rede Natura 2000
PGA PT2020	Plano Global de Avaliação do Portugal 2020
PGRI	Plano de Gestão de Risco de Inundações
PI	Prioridade de Investimento
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PO	Programa Operacional
PO CTE	Programas de Cooperação Territorial Europeia
PO SEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POR	Programa Operacional Regional
PT2020	Portugal 2020
QCS	Sistema de Controlo de Qualidade
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RGIC	Regulamento Geral de Isenção por Categoria
REA	Relatório de Execução Anual
TdM	Teoria da Mudança
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	União Europeia

VAB	Valor Acrescentado Bruto
VAE	Valor Acrescentado Europeu
VBP	Valor Bruto de Produção
WISE	Water Information System for Europe

## 1 EXERCÍCIO DE AUSCULTAÇÃO

- Os métodos de recolha e análise de informação para avaliação do PO SEUR compreendem abordagens de auscultação das partes interessadas, como entrevistas individuais, questionários aos beneficiários e *focus groups*, mas também recolha e análise documental, análise de indicadores e *benchmark* numérico, e estudo de casos.
- Na Tabela 1 apresenta-se a proposta inicial de dimensão de amostra para algumas das abordagens a realizar, bem como as atividades efetivamente realizadas. No essencial, o exercício de auscultação e os resultados obtidos pretenderam ser representativos das tipologias de operações e de beneficiários apoiadas no âmbito do PO SEUR.
- Importa referir que todos os beneficiários das PI do Eixo III (302 Entidades) foram convidados a participar num inquérito através da realização de questionários online, sendo que os valores apresentados se referem à taxa de resposta esperada e efetiva a estes questionários.

Tabela 1 - Dimensão da amostra proposta para cada técnica de análise  
(Fonte: Equipa de trabalho, com base em BI PO SEUR)

PI	N.º de Operações	N.º de Beneficiários	Entrevistas individuais		Questionários aos Beneficiários		Estudos de Caso	
			Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado
6.1	198	97			>70%	57 (59%)	4	4 (100%)
6.2	722 (SAR) 298 (AA) 1 (GRH) <sup>1</sup>	210			>70%	113 (54%)	6	6 (100%)
6.4	118	54	26	22 (85%)	>70%	35 (65%)	3	3 (100%) <sup>2</sup>
6.5	10 (RRA) 4 (DRS) 1 (PDS) <sup>3</sup>	4			>70%	4 (100%)	2	2 (100%)
Assistência Técnica	5	3			-	-	-	

<sup>1</sup> SAR - Saneamento de Águas Residuais; AA - Abastecimento de Água; GRH - Gestão dos recursos hídricos

<sup>2</sup> Foram analisados elementos documentais para todos os projetos identificados, contudo para dois dos beneficiários (Associação para a Promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida e Município de Ponte da Barca) não foi possível realizar reuniões complementares para clarificação de detalhes dos projetos.

<sup>3</sup> RRA - Projetos de reabilitação, remediação e recuperação ambiental de áreas degradadas afetadas à indústria extrativa, tendo por base situações previamente identificadas, assim como os estudos e projetos, a desenvolver para o efeito, pelas entidades competentes do setor; DRS - Ações de descontaminação e reabilitação de solos; PDS - Estudos e projetos necessários às intervenções de descontaminação de solos

4. Os métodos de análise e recolha de informação foram escolhidos tendo por base a necessidade de obter informação que permita dar resposta às questões de avaliação estabelecidas para o presente exercício avaliativo.
5. Na Tabela 1 apresenta-se de forma resumida a relação entre as dimensões de análise que centram este trabalho de avaliação e os respetivos métodos de análise e recolha de informação mobilizados.

Tabela 2 - Estratégia de Avaliação com base na relação entre QA, estratégia de resposta e técnicas de recolha e análise de informação  
(Fonte: Equipa de Trabalho)

Questões de avaliação	Entendimento da questão de avaliação	Estratégia global de resposta	Técnicas de recolha, tratamento e análise de informação
<b>EFICÁCIA</b>			
<p>QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?</p>	<p>Esta questão de avaliação pretende analisar o grau de cumprimento dos OE de cada PI assim como os fatores inerentes, em particular, averiguando o contributo do PO SEUR para o cumprimento desses mesmos objetivos.</p>	<p>A abordagem para esta QA irá focar-se em avaliar a distância atual face aos objetivos específicos inicialmente estabelecidos, através da análise dos indicadores de realização e resultado disponibilizados pelo PO. Nas PI em que se verifiquem desvios significativos face ao inicialmente programado, será necessária uma análise mais detalhada das potenciais causas destes desvios, tendo por base a análise dos pressupostos e riscos apresentados na TdM que determinam a eficácia do programa. O elevado número de pressupostos e riscos é justificado pela abrangência da própria QA, a qual encerra a generalidade das relações que justificam o sucesso do PO. Acresce ainda que avaliação da eficácia está na base das restantes avaliações.</p> <p>A estratégia de resposta envolverá assim a análise individual dos pressuposto e riscos associados à questão de eficácia, através das técnicas de análise de indicadores, questionários, entrevistas e estudos de caso. A primeira etapa consiste na análise dos indicadores do programa (de acordo com o Apêndice 6.2.2), nomeadamente os principais indicadores de realização e de resultado que podem ser associados aos objetivos específicos do PO. As fases subsequentes serão focadas na verificação dos pressupostos e dos riscos e foram traduzidas quer nos guiões quer nos questionários. Por exemplo, P&amp;R como dificuldades de autofinanciamento por parte dos promotores (R.3.1) ou se os beneficiários têm as competências técnicas necessárias para a execução dos projetos (P.2.3) terão necessariamente ser avaliadas por técnicas de análise qualitativa, como a codificação das respostas.</p>	<p><b>Análise dos indicadores</b> de realização e resultado disponibilizados pelo PO SEUR: análise dos principais indicadores de realização e resultado identificados em anexo, bem como outros indicadores no contexto ambiental (e.g., dados ERSAR, dados do Relatório do Estado do Ambiente), para avaliar o cumprimento dos objetivos específicos do PO SEUR por PI (tabelas 12 e 13 do capítulo 6.2.2).</p> <p><b>Entrevistas Individuais:</b> serão realizadas entrevistas a várias entidades que, pelo papel que desempenham no âmbito da operacionalização do PO SEUR, e através de questões específicas, irão permitir extrair conclusões sobre a eficácia do PO e, em particular, das questões e riscos de âmbito mais interno (ou seja, da entidade gestora ou das entidades envolvidas na definição das atividades).</p> <p><b>Questionários:</b> serão realizados questionários a todo o universo de promotores com operações aprovadas no âmbito do PO, que através de questões específicas, irão permitir avaliar os vários pressupostos e riscos associados à QA (tabela 15 do capítulo 6.2.5). As questões relacionadas com os recursos alocados pelo PO e as atividades são abordadas simultaneamente no âmbito da eficácia e da eficiência operacional e na perspectiva das entidades beneficiárias.</p> <p><b>Estudos de caso:</b> a análise detalhada das 15 operações e promotores identificados no capítulo 6.2.4, com recurso a uma diversidade de informação documental disponibilizada pelo PO SEUR, tais como memórias descritivas, fichas de operação, relatórios finais dos projetos, e outras fontes de informação, permitirão suportar ou densificar as conclusões das técnicas referidas anteriormente.</p>

Questões de avaliação	Entendimento da questão de avaliação	Estratégia global de resposta	Técnicas de recolha, tratamento e análise de informação
<b>EFICIÊNCIA</b>			
<p>QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?</p>	<p>A análise do critério de eficiência remete para uma análise relativa à eficiência de alocação dos vários recursos do PO SEUR (humanos, operacionais, financeiros, entre outros). Neste âmbito, pretende identificar-se os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização do PO mais eficiente e, por conseguinte, fomentar a favorável execução das operações apoiadas, garantindo o alcance dos melhores resultados.</p>	<p>A análise deste critério irá contemplar a realização de uma análise de benchmark numérico, de modo a possibilitar a análise do custo-eficiência médio das operações, por <i>cluster</i> de operação, verificando as diferenças face a esse valor médio e principais razões associadas a essas diferenças. A elaboração da base de dados para operacionalização da técnica de benchmark numérico, deverá ter por base a análise dos indicadores de realização e resultado disponibilizados pelo PO SEUR, em particular dos seus rácios custo-unitário. Os resultados serão ainda complementados com questões específicas dos questionários que procurarão avaliar se existiriam outras formas de obter estas realizações e resultados sem o apoio do PO SEUR.</p>	<p><b>Benchmark numérico:</b> Como referido, o benchmark numérico resultará da combinação da análise de indicadores de realização e resultado (outputs) e apoios concedidos ou execução financeira (inputs). Esta análise por cluster permitirá entender que tipos de projetos é que apresentam uma eficiência aquém do desejado e comparar essa ineficiência com outros indicadores (e.g., dimensão populacional).</p> <p><b>Questionários:</b> Os questionários servirão essencialmente para avaliar a adequabilidade e necessidade dos envelopes financeiros associados às diferentes PI e tipologias de projeto (Apêndice 6.2.5).</p>
<b>EFICIÊNCIA OPERATIVA</b>			
<p>QA3. De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?</p>	<p>A eficiência operativa pretende comparar e avaliar de que modo o modelo de governança, os procedimentos e, de forma geral, o funcionamento da EG contribuiu para atingir os objetivos do PO. Um aspeto particular que se pretende avaliar é se as alterações no modelo de governação do PO SEUR e no procedimento face ao anterior programa de financiamento europeu, desenvolvido no período de programação 2007-2013 - Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), contribuíram positivamente para o sucesso do PO. Pretende-se assim averiguar-se a existência de alterações e inovações, que tenham influenciado, de forma positiva ou negativa, a operacionalização do PO nas suas diferentes fases.</p>	<p>Para esta QA será necessário recorrer-se à análise documental detalhada das dimensões associadas aos modelos organizacionais e respetivos procedimentos administrativos de ambos os programas, assim como à análise de alguns indicadores de operacionalização do atual programa, pretendendo identificar aspetos inovadores e o seu respetivo impacto na operacionalização do PO SEUR, assim como recomendações de melhoria para os futuros exercícios de programação e/ou reprogramação nacional de fundos europeus. Esta informação será depois utilizada como base para a própria auscultação da EG, através da qual se pretende obter a perspetiva da própria face às alterações internas. Complementarmente, serão utilizadas as entrevistas, os questionários e os estudos de caso para avaliar a posição dos beneficiários para verificar os principais pressupostos e riscos associados a esta QA (p.ex., prazos administrativos, acompanhamento, utilização de plataformas). As técnicas de recolha e análise serão essencialmente de natureza qualitativa.</p>	<p><b>Análise documental:</b> A análise documental será focada nos aspetos organizacionais desde o programa anterior (POVT) e o próprio PO SEUR. Possivelmente, esta informação terá de ser complementada com as entrevistas para avaliar a robustez ou representatividade da informação documental.</p> <p><b>Entrevistas:</b> As entrevistas servirão para recolher informação da própria equipa do PO SEUR e das entidades com quem colabora no sentido de identificar se os pressupostos se verificam e se alguns constrangimentos podem ser associados aos riscos apresentados.</p> <p><b>Inquéritos:</b> Os inquéritos servirão para avaliar a perceção dos beneficiários sobre as melhorias introduzidas na gestão e governança do PO SEUR, incluindo os recursos disponíveis como plataformas eletrónicas.</p> <p><b>Estudos de caso:</b> a análise detalhada das 15 operações e promotores identificados no capítulo 6.2.4, com recurso a uma diversidade de informação documental disponibilizada pelo PO SEUR, tais como memórias descritivas, fichas de operação, relatórios finais dos projetos, e outras fontes de informação, permitirão suportar ou densificar as conclusões das técnicas referidas anteriormente.</p>



Questões de avaliação	Entendimento da questão de avaliação	Estratégia global de resposta	Técnicas de recolha, tratamento e análise de informação
<b>IMPACTO E SUSTENTABILIDADE</b>			
<p>QA4. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégias da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?</p>	<p>O Impacto e Sustentabilidade do PO terá como objetivo a verificação dos reais impactes obtidos pelas operações apoiadas pelo PO SEUR, em particular, no que refere com a contribuição para o cumprimento dos objetivos das políticas públicas, compromissos nacionais e, em última instância, os objetivos europeus refletidos pelas Estratégias da UE</p>	<p>A análise deste critério será concretizada através da análise dos principais indicadores de realização e resultado, permitindo aferir os reais impactes das operações apoiadas, face ao contexto estratégico europeu e nacionais, em particular para a coesão territorial. Será necessário a análise documental das estratégias europeias e nacionais alinhadas com a EE2020 e cruzar com os objetivos específicos do PO SEUR e dos resultados e impactes obtidos pelas operações apoiadas. Além disso, será também necessário caracterizar as próprias atividades através da análise documental e indicadores de realização de forma a verificar se os critérios de elegibilidade e os processos de avaliação consideram, de forma adequada, questões como representatividade e coesão territorial, potencial de sinergias regionais e especialização dos beneficiários. Os inquéritos preveem questões específicas para verificar estes pressupostos e riscos associados à QA4, mas será necessário ainda complementar com os resultados das entrevistas às partes interessadas e dos estudos de caso. A natureza qualitativa destes métodos de recolha de dados obrigará a uma análise de conteúdos e codificação para evitar o enviesamento dos resultados.</p>	<p><b>Análise documental</b> dos principais documentos que constituem ou derivam da EE2020, os documentos estratégicos de âmbito nacional e ainda outros PO (Apêndice 6.2.1) para avaliar o alinhamento destes elementos com as atividades desenvolvidas pelo PO SEUR. Em particular, será necessário também avaliar os próprios avisos, critérios de elegibilidade, calendários, entre outros, de forma a verificar como estes incorporam questões como as sinergias, a coesão territorial e de forma mais geral, a maximização do impacte desejado.</p> <p><b>Análise dos indicadores</b> de realização e resultado disponibilizados pelo PO SEUR e pela ERSAR identificados em anexo (tabelas 12 e 13 do capítulo 6.2.2), em especial aqueles que são definidos à partida como de reporte obrigatório às entidades europeias, e comparação com os indicadores dos principais documentos estratégicos e legais europeus.</p> <p><b>Questionários:</b> serão realizados questionários a todo o universo de promotores com operações aprovadas no âmbito do PO, que através de questões específicas, irão permitir avaliar de que forma os beneficiários consideram que o PO SEUR promoveu o impacto e a sustentabilidade das operações, o alcançar dos objetivos específicos e, de forma mais concreta, os aspetos de coesão territorial, sinergias, entre outros (tabela 15 do capítulo 6.2.5).</p> <p><b>Entrevistas Individuais:</b> serão realizadas entrevistas a várias entidades que, pelo papel que desempenham no âmbito da operacionalização do PO SEUR, e através de questões específicas, será avaliada a perceção destas os impactes das operações e sobre os pressupostos e riscos identificados,</p> <p><b>Estudos de Caso:</b> a análise detalhada das 15 operações e promotores identificados no capítulo 6.2.4, com recurso a uma diversidade de informação documental disponibilizada pelo PO SEUR, tais como memórias descritivas, fichas de operação, relatórios finais dos projetos, e outras fontes de informação, permitirão suportar ou densificar as conclusões das técnicas referidas anteriormente.</p>

Questões de avaliação	Entendimento da questão de avaliação	Estratégia global de resposta	Técnicas de recolha, tratamento e análise de informação
<b>VALOR ACRESCENTADO EUROPEU</b>			
<p>QA5. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?</p>	<p>A análise do Valor Acrescentado Europeu (VAE) é complementar à análise da relevância/coerência do PO, em particular, no âmbito da verificação das situações de complementaridade e sinergias entre os projetos apoiados pelo PO SEUR ou entre outros apoiados no âmbito de outros FEEI ou políticas nacionais e setoriais, fator que contribui para a maximização dos resultados e impactes obtidos pelas operações realizadas, e, por conseguinte, para o ênfase do valor acrescentado europeu nessas áreas de intervenção. Para além disso, a análise a esta QA deve compreender uma análise do valor que o apoio do PO representou para âmbitos que não seriam, de outra forma, alvo de intervenção; e ainda uma análise em relação à dinamização de processos por existência dos FEEI.</p>	<p>A análise deste critério irá beneficiar das etapas realizadas para a análise da relevância/coerência, permitindo cruzar os resultados e impactes obtidos para os vários parâmetros de avaliação existentes por área temática, antes e depois do efeito dos respetivos financiamentos aplicados pelo PO. Por exemplo, as melhorias obtidas no domínio da gestão de resíduos no aumento da taxa de reciclagem, podem ser maioritariamente associadas à intervenção dos FEEI, neste caso do PO SEUR, uma vez que é o principal programa, a nível nacional, que promove avisos que fomentam a realização de ações com resultado e impacte direto nesta área. De forma geral, a estratégia de avaliação passará por testar se na ausência do PO SEUR os mesmos objetivos seriam alcançados, seja nas realizações ou nos resultados obtidos. No caso do PI 6.1 e 6.2, serão utilizados os indicadores disponíveis do PO SEUR por operação e cruzados com dados da ERSAR, que permitem avaliar a evolução de indicadores de desempenho por entidade gestora. Através de análise estatística (modelos de regressão) será possível então testar a hipótese se as EG que tiveram acesso a apoios do PO SEUR aumentaram o seu desempenho face às entidades que não beneficiaram desses mesmos apoios. Serão ainda utilizados os inquéritos para avaliar se seria possível avançar para os projetos sem o apoio do PO SEUR e se existem outros apoios para o mesmo tipo de investimentos. Em particular, a análise do efeito de processo irá decorrer da auscultação dos principais stakeholders envolvidos na fase de programação e implementação do PO, de modo a averiguar o grau de influência das condições ex-ante impostas pelos FEEI aquando da dinamização dos processos associados à implementação e desenvolvimento dos mesmos em contexto nacional. Como tal, as entrevistas e análise documental são destacadas como as principais técnicas de recolha de informação neste âmbito, permitindo recolher as evidências específicas sobre estas questões, nomeadamente eventuais alterações que tenham ocorrido ao nível legal e/ou estratégico no decurso da introdução dos FEEI no panorama de financiamento nacional público.</p>	<p><b>Análise documental</b> dos principais documentos que documentos nacionais estratégicos e ainda outros PO (capítulo 6.2.1) para avaliar o alinhamento destes elementos com as atividades desenvolvidas pelo PO SEUR.</p> <p><b>Análise dos indicadores</b> de realização e resultado disponibilizados pelo PO SEUR identificados em anexo (tabela 12 do capítulo 6.2.2.) e indicadores de desempenho publicados pela ERSAR (PI 6.1 e 6.2) (tabela 13 do capítulo 6.2.2). Utilização de métodos estatísticos para avaliar a correlação entre apoios, resultado e desempenho.</p> <p><b>Questionários:</b> serão realizados questionários a todo o universo de promotores com operações aprovadas no âmbito do PO, que através de questões específicas, irão permitir avaliar se seria possível avançar com os projetos realizados sem os FEEI (tabela 15 do capítulo 6.2.5).</p> <p><b>Entrevistas Individuais:</b> serão realizadas entrevistas a várias entidades que, pelo papel que desempenham no âmbito da operacionalização do PO SEUR, e através de questões específicas, irão permitir avaliar a importância dos FEEI na persecução das estratégias nacionais e a possível complementaridade com outros instrumentos (e.g., Fundo Ambiental).</p> <p><b>Estudos de Caso:</b> a análise detalhada das 15 operações e promotores identificados no capítulo 6.2.4, com recurso a uma diversidade de informação documental disponibilizada pelo PO SEUR, tais como memórias descritivas, fichas de operação, relatórios finais dos projetos, e outras fontes de informação, permitirão suportar ou densificar as conclusões das técnicas referidas anteriormente.</p>

Questões de avaliação	Entendimento da questão de avaliação	Estratégia global de resposta	Técnicas de recolha, tratamento e análise de informação
<b>RELEVÂNCIA E COERÊNCIA</b>			
<p>QA6. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?</p>	<p>Esta questão de avaliação pretende-se avaliar se os objetivos específicos (OE) e as prioridades de investimento definidos do programa estão em linha com os objetivos estratégicos a nível nacional e da comunidade europeia e os impactes esperados do PO SEUR. Parte desta questão pretende entender se as alterações de contexto impactaram a relevância dos OE definidos. Adicionalmente, é necessário perceber se este programa permite a existência de complementaridades e/ou sinergias com outras operações apoiadas pelo PO SEUR ou por outros FEEI e políticas nacionais/setoriais.</p>	<p>A relevância/coerência é transversal a todo o PO, relacionando-se com o seu contexto, ao nível da contribuição política e estratégica, assim como do cumprimento e respetivo grau de qualidade dos resultados e impactes provenientes das operações apoiadas. A análise deste critério de avaliação depreende o cruzamento dos objetivos específicos do PO com os planos estratégicos nacionais, assim como o cruzamento das áreas prioritárias com a tipologia de avisos lançados e projetos apoiados, de modo a verificar-se o seu pressuposto grau de alinhamento. A avaliação da coerência beneficia significativamente da avaliação dos outros critérios, pelo que vários pressupostos e riscos podem ser, em último nível, associados à coerência do próprio planeamento.</p>	<p><b>Análise documental</b> será o ponto de partida para a avaliação desta questão. Dentro desta técnica de recolha ir-se-á rever o Programa inicial e as respetivas reprogramações, assim como os documentos da estratégia nacional relevantes que permitirão analisar a relevância dos Objetivos Específicos (OE) face aos documentos estratégicos nacionais e Europeus assim como a construção do programa para responder a estes OE. Adicionalmente ir-se-ão rever outros programas nacionais e europeus que estivessem em vigência de forma simultânea ao PO SEUR para poder analisar as sinergias ou sobreposições existentes entre os apoios planeados.</p> <p><b>Questionários aos Beneficiários:</b> permitirão avaliar a adicionalidade do PO SEUR face a outros programas e qual a relevância dos apoios fornecidos para a execução dos projetos (tabela 15 do capítulo 6.2.5)</p> <p><b>Entrevistas Individuais:</b> pretende-se entender a coerência dos OE com as prioridades governamentais e necessidades dos agentes e se o programa continua a ser relevante no contexto atual. Para tratamento de dados, as respostas a cada pergunta serão codificadas e tabeladas de forma a facilitar uma análise comparativa entre as diferentes entrevistas realizadas.</p>

6. As evidências apresentadas no corpo do relatório são o resultado da aplicação dos diferentes métodos de recolha e análise de informação supracitados e utilizados no âmbito deste trabalho de avaliação.
7. Neste sentido, para além dos resultados quantitativos decorrentes da análise de indicadores, já apresentados ao longo do relatório, foi realizado um extenso trabalho de auscultação a diversas entidades que pelo seu papel, foram consideradas como partes interessadas de relevo para a recolha de informação.
8. A tabela seguinte apresenta o mapeamento das entidades definidas para auscultação, de acordo com cada metodologia proposta. No entanto, considerando algumas das limitações de agenda por parte da equipa de avaliação e das próprias entidades a auscultar, algumas das metodologias aqui propostas ainda não tiveram oportunidade de ser realizadas (assinaladas com \*).
9. As secções seguintes apresentam os principais resultados decorrentes da aplicação das metodologias de auscultação referidas.

Tabela 3 - Metodologias e entidades consultadas no exercício de auscultação

METODOLOGIA DE AUSCULTAÇÃO	ENTIDADES AUSCULTADAS
<b>Entrevistas Individuais</b>	<p><b>Autoridades de Gestão:</b> AD&amp;C, AG PO SEUR, IDR</p> <p><b>Administração Central:</b> APA, ICNF, DRAAC RAM, DRAAC RAA, Fundo Ambiental, ERSAR,</p> <p><b>Administração Local:</b> Associação Limpeza Urbana, Municípios (Montalegre, Funchal, Vila Flor, Condeixa-a-Nova, Alfândega da Fé, Arcos de Valdevez)</p> <p><b>Empresas e Associação Setoriais:</b> AdP, AEPSA, EGF, ESGRA</p> <p><b>Autoridades de Gestão:</b> AD&amp;C, AG PO SEUR, IDR</p>
<b>Inquéritos</b>	Beneficiários do PO SEUR no âmbito do Eixo III (209 de 302 entidades)
<b>Estudos de Caso</b>	<p><b>PI 6.1:</b> Gesamb, Município do Montijo, Município da Guarda, LIPOR</p> <p><b>PI 6.2:</b> Município de Estremoz, Município de Silves, Município da Moita, Serviços Municipalizados de Viseu, Águas do Interior – Norte, Município do Funchal</p> <p><b>PI 6.4:</b> APALV, ICNF, Município de Ponte da Barca</p> <p><b>PI 6.5:</b> AdP Valor, EDM</p>
<b>Focus Group</b>	<p><b>PI 6.1:</b> APA, Eng. João Vaz (Ecogestus), ESGRA, ALU, EGF, Porto Ambiente</p> <p><b>PI 6.2:</b> APA, Eng. Jaime Melo Batista (LIS-Water), Grupo AdP, Águas do Interior-Norte, Município do Funchal, Município de Condeixa</p> <p><b>PI 6.4:</b> ICNF, Nuno Oliveira (NBI), ADERE, CIM do Oeste, Quercus, Cascais Ambiente, SPEA</p>

## 1.1 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

10. As entrevistas individuais tiveram como objetivo explorar aspetos críticos específicos não identificados nas etapas de análise documental, permitindo recolher informação de natureza qualitativa junto das partes interessadas do Programa.
11. Através desta metodologia foram entrevistados vários representantes de diversas entidades, que pelo papel que desempenham e pelo seu conhecimento, permitiram a identificação de pontos críticos de análise para a entrega de respostas às questões de avaliação propostas.
12. As subsecções seguintes apresentam o resumo dos contributos recolhidos junto de cada entidade entrevistada, devidamente organizados de acordo com os principais tópicos selecionados para codificação e orientação de interpretação de cada questão de avaliação.

### 1.1.1 Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)

Data da realização: 16/06/2023

**Participantes:**

AD&C: Dra. Carla Leal | Dra. Helena Henriques | Dr. Pedro Mendes | Dra. Rute Neves

3drivers: António Lorena | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA1. Eficácia</p>	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b></p> <p>Independentemente da conjunta, a AD&amp;C tem, logo à partida, uma perceção de que os projetos não têm todos o mesmo tipo de desenvolvimento ao longo do ciclo de programação. Por definição, os projetos ligados às infraestruturas, e quanto maiores as infraestruturas, têm maior dificuldade de execução, pela sua natural complexidade.</p> <p>Em relação ao PO SEUR, o foco das atenções, em termos de aprovações, execução, etc., foi maioritariamente para o Eixo I (energia).</p> <p><b>- Execução das operações</b></p> <p>Relativamente à execução, as entidades públicas têm uma grande fatia do Portugal 2020 associada aos instrumentos territoriais, nomeadamente mais associada com os Municípios e as CIM, que estão integradas nos Pactos. A esse nível houve alguns atrasos, e de facto o investimento público está atrasado, contudo não todo pelos mesmos motivos.</p> <p>O Eixo com mais atrasos do PO SEUR é o Eixo I, que em termos de cumprimento de metas se encontra pior ainda. As prioridades de investimento do Eixo III, não foram o foco da AD&amp;C, não acompanharam tanto estas áreas.</p> <p><b>- Critérios de elegibilidade</b></p> <p>As manifestações de interesse são ainda um tema controverso e têm um enquadramento no âmbito das questões de auxílio de Estado. É nesse âmbito que surgem as manifestações de interesse e por isso é que elas surgem ao nível das empresas. Tem de existir o efeito de incentivo à realização do investimento, para o caso dos projetos de entidades privadas. No caso dos públicos, essa questão não se coloca, uma vez que aquando do processo de candidatura, podem já ter o projeto iniciado.</p>
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Eficiência operativa dos organismos de gestão</b></p> <p>Relativamente ao facto das agências públicas que são ao mesmo tempo beneficiárias e responsáveis pela implementação das políticas, estas assumem um duplo papel no Programa. A AD&amp;C tem experiência de interação com estas entidades, por exemplo ao nível da definição de indicadores, com o ICNF e a APA. Creem que a aposta tem de ser na capacitação, no próprio fortalecimento das agências públicas que estão associadas a políticas cofinanciadas, no sentido de lhes garantir ferramentas para assumirem um papel mais marcante na responsabilidade de orientação política e estratégica. Por exemplo, a AD&amp;C constatou que o ICNF manifestou dificuldades em assumir o seu papel enquanto agência de política, priorizando o seu papel enquanto beneficiário.</p> <p>A calendarização do plano de avisos é um tema que está completamente identificado e com grande expectativa de melhoria para o próximo quadro comunitário. No Portugal 2020, o plano de avisos não conseguiu assumir o papel de instrumento orientador as diferentes opções dos promotores e permitir a capacidade de antecipação e perspectiva por parte dos mesmos. Inclusive, em algumas situações, os planos de avisos que estavam previstos não se concretizaram. Naturalmente, é um ponto, para o qual já estão a dar muito atenção e prioridade na programação do Portugal 2030.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Relativamente ao processo de abertura de avisos, a dinâmica do processo de aprovação das candidaturas, decorre como se seguida se descreve: é necessário a preparação técnica prévia dos avisos, seguida de posterior análise técnica da AD&amp;C, que se estiver em conformidade, vai para aprovação na CIC temática respetiva. Regra geral, os avisos vinham já bem trabalhados por parte do PO SEUR. Previamente, as unidades de acompanhamento do PO SEUR tinham o cuidado de enviar as metodologias de todos os indicadores que iriam ser apresentados em avisos e, portanto, previamente, todo o trabalho técnico de indicadores já estava colmatado antes da apresentação de avisos, o que não é assim muito comum ao nível de outras Autoridades de Gestão.</p> <p>Relativamente à programação, o PO SEUR possui um quadro lógico de programação, e a AD&amp;C tem as matrizes, onde estão identificadas as realizações, os resultados, e os objetivos. Contudo, é necessário existir mecanismos de identificação e mitigação dos riscos, principalmente para as operações que reportam indicadores associados às políticas setoriais em questão.</p> <p>O excesso de burocracia do PO SEUR, referido pelos beneficiários, é aqui interpretado como uma questão de excesso de zelo, relacionada com os níveis de aversão ao risco por parte das AG dos PO. No caso da AG do PO SEUR, a AD&amp;C refere que o grau de aversão ao risco tende a ser mais elevado, fazendo com que o escrutínio em algumas questões seja maior, quando comparado com outros PO, embora não parecendo tecer impactes significativos ao nível da execução das operações. No entanto, esta questão, não é propriamente contornável, já que decorre dos regulamentos e imposições comunitárias, tal como é o caso das regras associadas ao código da contratação pública.</p> <p><b>- Eficiência operativa dos beneficiários</b></p> <p>Na PI 6.4, para além do ICNF, muitos dos beneficiários são as ONGA, que desde sempre manifestaram algumas fragilidades em cumprir com os requisitos dos financiamentos comunitários – outra questão que também dificulta a aproximação da execução ao nível das operações.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p><b>- Perceção dos impactes</b></p> <p>A AD&amp;C executa estudos de notoriedade dos fundos, mas não é específico. O COMPETE faz estudos mais dirigidos com os beneficiários, de perceção do contributo europeu por parte dos utilizadores finais. Existiram sim, alguns trabalhos com os beneficiários, ao nível da perceção do funcionamento e operacionalização dos fundos. Contudo, atualmente, estes estudos caem fora do âmbito do plano de avaliação global definido, de modo que não são consideradas prioridades. Ao mesmo tempo, não consideram que a avaliação do VAE tenha de recair sobre a notoriedade dos fundos. O VAE não se mede só no sentido do financiamento, mede-se também nas condições ex-ante associadas aos fundos (p.ex. realização de planos estratégicos setoriais) – efeitos diretos/indiretos que decorrem da operacionalização dos FEEI a nível nacional.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>---</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p><b>- Alinhamento político/estratégico</b></p> <p>A área do ambiente é da que tem mais instrumentos de planeamento. Não se pode confundir o financiamento com os objetivos de política e planeamento.</p>
<p>Recomendações para o Futuro</p>	<p>---</p>

### 1.1.2 Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

**Data da realização:** 10/05/2023

**Participantes:**

APA: Técnicos dos departamentos cujo âmbito se encontra abrangido pela avaliação: resíduos, águas, radioatividade, litoral.

3drivers: António Lorena | Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Ricardo Cunha

Nota: o contributo da APA para esta ferramenta de auscultação foi apresentado sob a forma de respostas ao guião de entrevista enviado por parte das várias divisões operacionais que trabalham as áreas temáticas associadas ao PO, assim como por meio de auscultação oral, sendo por isso apresentados dois conteúdos diferentes. Os contributos da APA remetem para abrangência das várias áreas temáticas do PO, abrangendo por isso temas do Eixo II e Eixo III do PO SEUR.

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
QA1. Eficácia	<p><b>1.1. Em que medida é que os objetivos do PO SEUR (Eixo I, II e III) foram atingidos? Quais foram os catalisadores/barreiras que permitiram/impediram atingir esses objetivos?</b></p> <p><b>Rede de Alerta de Radioatividade no Ambiente</b></p> <p>O objetivo do POSEUR (Eixo II) foi atingido na medida em que a modernização, reforço e expansão da RADNET (Rede Nacional de Alerta de Radioatividade) nas componentes da monitorização da radioatividade no ar, na água, em aerossóis e capacidade móvel permitem uma deteção e notificação rápidas, em caso de acidente, contribuindo desta forma para a prevenção dos riscos associados a um evento de natureza radiológica ou nuclear.</p> <p>O projeto possibilitou um incremento e melhoria da capacidade de deteção de níveis anómalos de radioatividade em território nacional. Esta intervenção contemplou a substituição de equipamentos, necessária devido à descontinuidade da assistência pelo fabricante às estações anteriores, com recurso a uma nova geração de estações de medida que permitem detetar concentrações muito baixas de radionuclídeos artificiais e identificar quais os radioisótopos responsáveis, contribuindo assim para uma identificação rápida e mais eficaz em caso de acidentes nucleares ou radiológicos. A expansão da rede envolveu a aquisição de equipamentos para monitorização da taxa de dose no ambiente e adicionais capacidades de espetrometria gama (permitindo a identificação dos radionuclídeos responsáveis pelo alarme), para deteção de radioatividade em aerossóis e deteção de iodo radioativo (indicador de um acidente nuclear), para monitorização da radioatividade na água dos rios internacionais, várias unidades móveis que permitem um densificação da RADNET em áreas mais suscetíveis de serem afetadas por um acidente, além do incremento da capacidade de monitorização radiológica in loco. A capacidade operacional da RADNET ficou ainda robustecida através da implementação de sistemas redundantes de receção e comunicação de dados e da disponibilização da informação.</p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Eixo prioritário II “Promover a adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos”. As diferentes ações conduzidas pela APA contribuíram indubitavelmente para a prossecução dos objetivos do Eixo II, embora estes não tenham sido atingidos na sua plenitude. As barreiras que mais terão contribuído para obstaculizar o seu integral cumprimento, estão relacionadas com constrangimentos e questões inerentes ao processo de contratação pública, que por natureza impossibilita celeridade na adjudicação dos contratos de empreitadas ou aquisição de serviços, a não ser quando os montantes em causa são de valor reduzido.</p> <p>Exemplo de um objetivo onde se registou um assinalável progresso, mas que ainda assim não atingiu a meta proposta:</p>



Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p>Linha de costa em situação crítica de erosão em 2017: 208,16 km (21,09%)                      Linha de costa em situação crítica de erosão em 2022: 173,68 km (17,60%)                      Meta para 2023: 162,94 km (16,51%)</p> <p>Atendendo a que não se irão registar até ao fim do presente ano grande alterações a este indicador, a meta foi atingida em cerca de 76% do seu valor (redução de 34,48 km quando a meta estipulava 45,22 km).</p> <p><b>1.2. [Beneficiários] Em que medida é que os objetivos do PO SEUR (Eixo I, II e III) foram atingidos? Quais foram os catalisadores/barreiras que permitiram/impediram atingir esses objetivos?</b></p> <p><b>Rede de Alerta de Radioatividade no Ambiente</b></p> <p>Considera-se a contribuição dos FEE determinante para a modernização e expansão da rede de alerta de radioatividade no ar (RADNET), tendo em conta a complexidade do projeto e o seu elevado custo. Por outro lado, esta modernização da RADNET permite a Portugal manter o cumprimento da Decisão do Conselho 87/600 e da Recomendação 2000/473/Euratom. A APA já tinha iniciado este projeto de expansão e modernização da RADNET mas claramente a contribuição dos FEE permitiu reduzir significativamente o tempo necessário para a sua concretização.</p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Os FEEI são essenciais para as medidas de políticas públicas. O nível de financiamento que Os FEEI são essenciais para as medidas de políticas públicas. O nível de financiamento que possibilitam afigura-se atualmente como insubstituível por via de contribuições inteiramente nacionais.</p> <p>Sem eles não seria possível a prossecução da política pública de valorização do litoral, designadamente na vertente da defesa costeira e risco, numa perspetiva de tornar os territórios mais preparados para as alterações climáticas.</p> <p>Os elevados montantes de investimento que foram necessários para obtenção dos resultados alcançados nunca seriam possíveis sem os FEEI.</p> <p>O Programa COSMO, cofinanciado pelo POSEUR, e com um custo total de aproximadamente 3 500 000 € ao longo de três anos, constitui-se como um exemplo de uma operação que permitiu alavancar as políticas públicas em matéria de proteção/defesa costeira, gestão/ordenamento do espaço costeiro (e.g. Programas da Orla Costeira (POC) em vigor ou em fase de revisão) e ao espectro mais alargado dos impactos decorrentes das alterações climáticas. Esta ação complementou, por via da informação produzida, uma série de outras operações cofinanciadas pelo POSEUR, designadamente, projetos/estudos e intervenções no domínio da proteção/defesa costeira, impactes ambientais, gestão de riscos, análise custo-benefício e definição de medidas de adaptação.</p> <p>Outro exemplo é o SIARL- O Sistema de Administração do Recurso Litoral, geoportal que sistematiza a informação mais relevante sobre o litoral português para apoiar a decisão política e técnica a diferentes níveis da administração (local, supralocal e nacional).</p> <p><b>1.3. Atentando às diferentes áreas temáticas e geográficas apoiadas, considera adequados os apoios que foram disponibilizados nesses âmbitos?</b></p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Sim, à APA nunca foi recusado financiamento por motivos de área temática ou âmbito geográfico.</p> <p><b>1.4. Considera que os beneficiários candidatos e/ou apoiados possuíam recursos com a capacitação técnica e operacional adequada à correta implementação dos seus projetos?</b></p> <p><b>Litoral</b></p> <p>A APA em concreto carece reforço de recursos humanos na área da contratação pública, e por essa via garante a celeridade na execução das ações. No que concerne à capacitação técnica esta necessita de ser reforçada, embora os recursos atuais permitam dar cumprimento aos objetivos a que a APA se tem proposto, o eventual alargar das metas e</p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p>objetivos futuros está condicionado por esta limitação de recursos técnicos e resposta operacional.</p> <p>1.5. Existem alguns beneficiários-chave que se destacam por uma maior ou menor mobilização? Identifica alguns motivos específicos? Considera que uma das razões possa estar relacionada com a sua capacidade de autofinanciamento? (repetida com 17)</p> <p>1.6. [Beneficiários] Os resultados contratualizados com a Autoridade de Gestão afiguram-se alcançáveis no caso das operações em execução?</p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Sim. A APA prevê concluir com sucesso todas as operações ainda em curso até ao final de 2023.</p> <p>1.7. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas aos atuais e potenciais beneficiários? Há um interesse significativo por parte dos potenciais beneficiários? Considera que os mecanismos possibilitados pelos apoios apresentam um determinado grau de flexibilidade que os permite continuar viáveis mesmo quando as condições de mercado se alteram?</p> <p><b>Rede de Alerta de Radioatividade no Ambiente</b></p> <p>Verificámos sempre disponibilidade da Autoridade de Gestão para ajustar os prazos de concretização do projeto devido a dificuldades inerentes aos prazos de contratação pública e de disponibilidade de entrega e instalação dos equipamentos. Atendendo às condições atuais do mercado, consideramos que o grau de flexibilidade deve ser ajustado para tomar em conta os aumentos significativos em muitos equipamentos e materiais e aos longos prazos de entrega e implementação dos mesmos.</p> <p><b>Litoral</b></p> <p>No caso da APA, até ao momento, muito embora o cenário inflacionista do último ano tenha alterado de forma significativa muitos dos preços de mercado, foi ainda assim possível dar cumprimento às operações contratadas e que estão em curso ou terminaram recentemente.</p> <p>1.8. O âmbito tecnológico dos avisos é adequado em termos de maturidade e sustentabilidade futura?</p> <p><b>Rede de Alerta de Radioatividade no Ambiente</b></p> <p>Relativamente ao projeto POSEUR-02-1810-FC-000507 consideramos que o aviso foi explícito no seu âmbito e dando abertura à Autoridade Competente (APA) para a seleção das melhores opções tecnológicas para garantir o cumprimento dos objetivos do projeto</p>
<p>QA2. Eficiência</p>	<p>2.1. Considera que o apoio atribuído poderia ter sido canalizado para outras operações com maior impacto? Ou que seria possível atingir os mesmos resultados com menos recursos? Em que tipo de operações?</p> <p><b>Litoral</b></p> <p>As operações financiadas foram as consideradas de prioridade elevada no âmbito dos instrumentos de planeamento das intervenções no litoral (PAL XXI e POC).</p> <p>2.2. [Beneficiários] Considera que os critérios de análise e avaliação das candidaturas são adequados para a avaliação da qualidade e adequabilidade dos projetos apresentados? Em particular, considera que os projetos candidatos são selecionados com base na maximização dos apoios atribuídos?</p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Os critérios de elegibilidade utilizados são suficientemente abrangentes e adequados.</p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
<p><b>QA3. Eficiência Operativa</b></p>	<p><b>3.4. Considera que os mecanismos existentes de comunicação e divulgação do PO SEUR foram adequados à divulgação dos apoios providenciados e respetivas condições e prazos? Como avaliam a sua eficácia?</b></p> <p><b>Rede de Alerta de Radioatividade no Ambiente</b></p> <p>Relativamente à divulgação do POSEUR, os mecanismos de comunicação e divulgação do programa e respetivas condições e prazos, durante a fase de execução, deveriam ser adequados à especificidade dos vários projetos e permitir alguma flexibilidade, dado que se verificaram alguns constrangimentos na comunicação e divulgação do projeto, nas condições previamente estabelecidas no Guia de Informação e Comunicação para Beneficiários. Acresce que em particular em projetos onde são instalados equipamentos de pequenas dimensões em localizações remotas (muitas delas detidas por outras instituições que não o beneficiário) não é claro onde, por exemplo, deverão ser colocadas placas temporárias e definitivas ou como promover divulgação do projeto.</p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Sim. A APA tomou sempre conhecimento dos Avisos publicados pelo POSEUR em tempo útil.</p>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p><b>4.4. Considera que os potenciais beneficiários finais valorizam e reconhecem o potencial social, económico e ambiental das áreas apoiadas: economia circular, valorização de resíduos, biodiversidade e reabilitação de áreas urbanas abandonadas?</b></p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Os beneficiários finais (municípios e populações) reconhecem e valorizam os investimentos na Proteção do Litoral (aqui não referido), por os mesmo terem como objetivo a proteção dos territórios em risco, salvaguardando territórios, pessoas, bens e recursos.</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p><b>5.1. Existem outros instrumentos de apoio complementares aos apoios do FEEI? [Beneficiários] A Vossa entidade está a beneficiar de outro tipo de apoios complementares aos FEEI?</b></p> <p><b>Litoral</b></p> <p>No âmbito da Proteção Litoral algumas ações foram desenvolvidas com o apoio do Fundo Ambiental.</p> <p><b>5.2. Sem o contributo do FEEI, seria possível atingir os objetivos específicos e os objetivos da política nacional?</b></p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Sem o contributo do FEEI não seria possível a prossecução dos objetivos da política nacional de valorização do litoral, designadamente na vertente da defesa costeira e risco, numa perspetiva de tornar os territórios mais preparados para as alterações climáticas.</p> <p>Os elevados montantes de investimento que foram necessários para obtenção dos resultados alcançados nunca seriam possíveis sem os FEEI.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p><b>6.2. Que alterações nas prioridades governamentais, as políticas públicas ou no enquadramento legal se verificaram ao longo do período de programação com impacto no PO? De que modo condicionaram os resultados?</b></p> <p><b>Litoral</b></p> <p>Ao longo do período de programação as prioridades governamentais, as políticas públicas e o enquadramento legal no âmbito da proteção do litoral não tiveram alterações com impacto no PO.</p>

Critério de Avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA1. Eficácia</p>	<p><b>- Cumprimento das metas e objetivos</b> O PO SEUR contribuiu para o cumprimento das metas e objetivos políticos e estratégicos definidos a nível nacional, sendo que o seu apoio foi considerado fundamental para os progressos realizados nos vários setores. Em Portugal, há uma dependência muito significativa por parte dos FEEI, uma vez que a capacidade de autofinanciamento da grande maioria dos beneficiários é reduzida. Apesar dos resultados não serem os esperados, houve muito investimento a ser realizado que efetivamente veio contribuir de alguma forma para o processo de cumprimento dos objetivos e metas definidas. Ao nível dos resíduos, os resultados obtidos são, em parte, condicionados pela componente comportamental dos cidadãos, mas especificamente pela mudança comportamental necessária.</p> <p><b>- Áreas técnicas apoiadas</b> Com o PO SEUR surgiu investimento para áreas, que outrora, não foram apoiadas, como por exemplo, a recuperação da rede hidrográfica e da orla costeira. Ao nível dos resíduos foram financiados alguns investimentos considerados já obsoletos, mas que depois acabaram por convergir para pontos mais relevantes, como por exemplo, os biorresíduos. Não obstante, as prioridades de investimento foram mudando ao longo do Programa. Por exemplo, para ir de encontro com os atuais objetivos em matéria de recolha seletiva e gestão de biorresíduos, e de modo a não inviabilizar os investimentos já efetuados, foi promovida a reconversão dos TMB. Em relação às áreas apoiadas, o caso mais crítico e polémico foi o dos CDR, uma vez que não existia legislação de suporte, assim como maturidade por parte do mercado e das entidades candidatas.</p> <p><b>- Critérios de seleção</b> Os critérios desenhados pela APA pressupõem o benefício das entidades e operações que apresentam um maior contributo para as metas comunitárias relacionadas, acabando, em alguns casos, por receber algumas críticas nesse sentido. Contudo, existiram muito pouco projetos que não foram aprovados, não só pela pouca concorrência em alguns avisos, como também pelo nível de especialização e concentração dos beneficiários. Para além disso, a APA reconhece ainda a falta de recursos humanos capacitados por parte de alguns beneficiários, e que em alguns casos, constituiu um constrangimento à aprovação das operações.</p>
<p>QA2. Eficiência E QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Operacionalização do Programa</b> Alguns dos atrasos na produção e evidência de resultados, relacionam-se, por exemplo, no caso dos resíduos, com o facto das mudanças de comportamento demorarem algum tempo a expressar-se. Outros atrasos, relacionam-se em maior escala com o tipo de investimentos realizados, com os processos de aprovações, e com atividades relacionadas com a própria ERSAR enquanto entidade reguladora. As regras associadas aos procedimentos de contratação pública são outros dos fatores que constituem um constrangimento ao desenvolvimento dos projetos. Em particular a lei de execução orçamental dificultam a mobilização do financiamento para contrapartida nacional. Estes fatores limitam e desincentivam em algumas situações.</p> <p><b>- Relação com o PO SEUR</b> A Secretaria de Estado acabou por ditar os timings e prioridades; A APA esteve presente no desenvolvimento dos avisos, ao nível da definição de critérios de elegibilidade e avaliação, assim como da sua tipologia. No âmbito dos resíduos, a APA foi considerada enquanto Autoridade Nacional de Resíduos, emitindo alguns pareceres, embora considerando que estes nem sempre foram considerados.</p> <p><b>- Comité de Acompanhamento</b> O comité de acompanhamento, do qual a APA faz parte, é consultado para o desenvolvimento dos avisos, e nesse sentido, as opiniões da APA foram consideradas.</p> <p><b>- Comparação com o POVT</b> Existem alguns casos críticos de operações que foram financiadas em programas anteriores, mas que agora não se encontram operacionais. Neste sentido, o PO SEUR realiza esforços para o reavivar dessas operações.</p>

Critério de Avaliação	Comentários dos entrevistados
QA4. Impacto e Sustentabilidade	-
QA5. Valor Acrescentado Europeu	-
QA6. Relevância e Coerência	<p><b>- Sinergias com outros instrumentos</b> Os diferentes instrumentos existentes têm de ser bem coordenados. Por exemplo, o FA tem atuado como a cenoura. Por seu turno, a TGR tem atuado como chicote.</p> <p><b>- Sinergias com outras operações</b> Nas águas, tem existido operações que fomentam a agregação de operadores, a partilha de infraestruturas, e as economias de escala entre o setor em alta e baixa. O critério de majoração relacionado com a inovação esteve presente em alguns avisos, essencialmente ao nível da partilha de infraestruturas, contudo este é um processo de coordenação difícil ao nível técnico e jurídico.</p>
Recomendações para o Futuro	<p><b>- Regionalização dos Fundos</b> No próximo quadro comunitário, os fundos serão geridos pelas CCDR, por forma a dotá-las de poder descentralizado, garantindo uma visão mais integrada a nível regional. As CCDR e as CIM têm um papel muito importante ao nível dos resíduos, contudo há um risco de governança associado à eventual falta de coordenação, sobretudo política. Deste modo, será necessário assegurar uma política organizada e integrada, de modo que os fundos sejam alocados de forma eficaz e eficiente.</p>

### 1.1.3 Associação das Empresas Portuguesas para o Setor do Ambiente (AEPSA)

Data da realização: 18/05/2023

**Participantes:**

AEPSA: Eng. Eduardo Marques | Dra. Teresa Goulão | Dra. Rita Magalhães

3drivers: António Lorena | Catarina Silva

Systemic: Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b> Para verificar o cumprimento dos objetivos, basta verificar os principais indicadores do regulador, desde o início, até ao fim do PO SEUR; e verificar as mudanças. E, nesse sentido, apenas se verifica que os principais indicadores relevantes nesta avaliação, permanecem mais ou menos constantes. Por exemplo, ao nível das perdas de água, não houve uma evolução média significativa. Deste modo, afirmam que, em geral, o PO SEUR não contribui para uma mudança significativa ao nível da eficiência, explicando que, em função dos indicadores nacionais disponíveis, os objetivos principais do Programa não foram cumpridos. “Em geral, continuamos a ter níveis de indicadores que não são aceitáveis”. Por exemplo, ao nível das águas, existem ainda Municípios com indicadores relativos às perdas, na ordem dos 70%.</p> <p>Nos resíduos, esta verificação do cumprimento dos objetivos e resultados, reflete-se muito, também, nas metas e resultados. Neste setor, os privados são vistos como um prestador de serviço, a jusante do financiamento concedido, o que acaba por ter uma repercussão muito grande na robustez das empresas do setor dos resíduos, cujo perfil é menos especializado do que na água e com composição de capital um pouco diferente. O músculo financeiro que as empresas apresentam tem sido toldado pela relação entre operador e prestador de serviço, não permitindo uma especialização. O setor dos resíduos é o setor crítico da política da sustentabilidade em Portugal, e isso é uma nota que o PO SEUR não atendeu. Afirmam que há muito trabalho para fazer e o PO SEUR não conseguiu ser a alavanca para o cumprimento dessas metas e objetivos.</p> <p>Para os solos este atraso face às metas não é tão gritante e evidente, uma vez que há falta de orientação e plano estratégico para servir de comparação.</p> <p><b>- Alocação do financiamento</b> O investimento prestado pelo PO SEUR foi considerado insuficiente, não tanto pelo tipo de alocação temático atribuído, mas sim, pelos critérios de elegibilidade, considerado injustos, que, muitas vezes, colocaram de parte o acesso ao financiamento por parte das entidades do setor privado.</p> <p><b>- Falta de equidade nos acessos aos fundos</b> A AEPSA realizou uma queixa formal a Bruxelas sobre a falta de equidade no acesso aos FEEI. Em particular, no PO SEUR, no POVT nem tanto, houve uma falta de equidade no acesso aos fundos comunitários, facto que é considerado injustificável entre entidades que têm exatamente o mesmo objeto, neste caso, servir os portugueses no serviço de água e recolha de águas residuais, e que têm condições de acesso diferenciadas. No caso do setor das águas, o apoio do PO SEUR atribuído a entidades privadas foi de apenas cerca de 2%, o que é incompreensível para um setor que representa cerca de 20% dos serviços do mercado. Só em situações muito particulares é que os avisos contemplaram o setor privado. Em geral, eram avisos muito direcionados para o setor público ou para uma determinada entidade gestora. É necessário quebrar o estigma de que, no caso das concessionárias privadas, os fundos comunitários atribuídos vão para benefício dos acionistas. Esta é uma falácia, já que o apoio financeiro recebido por este tipo de entidades vai reverter na redução do investimento por meio de capitais próprios, que por sua vez, permitem uma redução das tarifas, e alívio da carga financeira para os Municípios, que acabam por ser o último e principal beneficiário. Nos poucos avisos em que o setor privado pode concorrer, é exigido um modelo do equilíbrio económico-financeiro, o qual acarreta custos significativos para as entidades candidatas, e</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>pode constitui um desincentivo às candidaturas, uma vez que o esforço de candidatura pode ser superior à dimensão do apoio a receber.</p> <p><b>- Critérios de elegibilidade</b> Ao nível dos critérios promovidos para o concurso dos avisos, a AEPSA manifestou o descontentamento, no caso do CUA, com a necessidade de se realizarem agregações de Municípios. Do ponto de vista da AEPSA este critério é um bocadinho falacioso, uma vez que não encontram, ainda, provas de que o modelo de agregação é aquele que melhor serve o país e os cidadãos, e que promove a qualidade do serviço e otimização da eficiência. Olhando para as agregações que atualmente existem em Portugal, a maioria não corre de forma favorável e satisfatória para os resultados esperados. Para além disso, muitos dos avisos destinados à agregação, eram também destinados a entidades que não apresentam bons resultados ao nível da eficiência, apresentando perdas enormes e falta de qualidade dos serviços em geral, e que por essa razão, para a AEPSA, não faz sentido estar a beneficiar essas entidades que estão em incumprimento.</p> <p><b>- Orientação estratégica do PO SEUR</b> Certos avisos foram baseados em pré-aviso, e isso não parece correto. Cria-se avisos que já estão à parida direcionados, e isso distorce um bocado a eficiência e o rigor de aplicação dos fundos. Deveria haver critérios mais rigorosos de eficiência mínima para determinados parâmetros para o acesso aos fundos, senão apenas estamos a financiar a má gestão, a ineficiência.</p> <p>Há uma lacuna parcial neste quadro comunitário na avaliação das atividades em termos na nova agenda regulatória europeia (taxonomia e classificação das atividades económicas de acordo com os novos regulamentos). A AEPSA tem vindo sempre a exortar o PO SEUR a atualizar a sua classificação e enquadramento relativamente à SFDR, taxonomia e agenda regulatória europeia, os quais consideram que são lacunas muito expressivas, e que esperam que no Portugal 2030 tenham sido colmatadas.</p> <p>A grande proposta do PO SEUR em relação ao POVT era passar da infraestruturização para a capacitação, contudo a mudança de paradigma não aconteceu desta forma. Os fundos foram aplicados um pouco de forma reativa, para atender a necessidade A, B ou C, muitas vezes, guiadas por motivações políticas. Consideram que houve uma intervenção política forte na distribuição dos fundos.</p> <p>O PO SEUR faz sempre o exercício de espelhar o macroplaneamento nacional, mas depois, no quotidiano, assistimos a uma politização muito grande e uma pulverização. Percorrer uma agenda mais política em detrimento do macroplaneamento. Relativamente aos resíduos, a situação menos positiva que Portugal apresenta no cumprimento das metas, tem muito a haver com o esquecimento deste setor no PO SEUR. A AEPSA tem alertado o PO SEUR para o reforço estratégico comunitário e a necessidade da sua reflexão a nível nacional. Como instrumento de financeiro de política pública, o PO SEUR poderia ter tido um protagonismo muito maior na melhoria do desempenho da aplicação da aplicação e renovação legislativa, mas consideram que apenas limitou-se a fazer uma gestão quotidiana, sem grande planeamento e capacidade de antecipação.</p>
<p>QA2. Eficiência</p> <p>E</p> <p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Relação com os organismos de gestão</b> Da experiência pessoal que tiveram, não houve problemas. Houve sempre disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas, entrega de respostas atempadas, etc. A relação foi funcional e favorável nestes aspetos, e por isso, não é considerado como um fator crítico para os maus ou falta de resultados apontados.</p> <p><b>- Capacidade dos beneficiários</b> Relativamente às candidaturas, a maior parte das entidades não tem capacidade técnica, mas para contornar, tem a possibilidade de subcontratar. É natural que existam entidades que têm mais capacidade técnica que outras. Contudo, a capacidade financeira das entidades é mais complicada de contornar, tanto que o PO SEUR, para alguns casos, chegou a aumentar as taxas de cofinanciamento, de modo a auxiliar neste aspeto.</p> <p><b>- Atrasos na execução das operações</b></p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Existem atrasos na execução física das operações no terreno, mas também por parte da aprovação do PO SEUR.</p> <p>Há um aspeto crítico relativamente à falta de previsibilidade, que coloca em causa a própria programação financeira e de investimento das empresas, e que, posteriormente, compromete o processo de execução e planeamento das operações.</p> <p>Para além disso, a jusante o PO SEUR não tem sido uma locomotiva, nem tem mobilizado a especialização das empresas portuguesas em torno deste setor, nem da inovação, dificultando o resultado das operações.</p> <p><b>- Requisitos operacionais PO SEUR</b></p> <p>Muitas vezes, as candidaturas são excessivamente complexas, implicando a assessoria externa por parte de entidades que não têm essa capacidade. Há também demasiada complexidade no acompanhamento e fecho das operações. Há poucas entidades com capacidade para atender a todos os requisitos exigidos também nesta fase operacional do PO, o que pode constituir um fator de bloqueio às candidaturas por parte dos potenciais beneficiários.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	-
QA5. Valor Acrescentado Europeu	-
QA6. Relevância e Coerência	<p><b>- Sinergias</b></p> <p>O FA é menos criterioso na atribuição dos fundos, o que tem gerado alguma polémica. É um fundo que é atribuído sem grandes critérios, conhecidos pelas empresas. Nas áreas dos resíduos e água, não vêm outros instrumentos para além do FA e PO SEUR, embora marginalmente possam existir alguma complementaridade com o Compete e o EEA Grants. Em relação ao PRR, lamentam que estes setores tenham sido esquecidos.</p>
Recomendações para o Futuro	<p>A AEPSA tem vindo sempre a exortar o PO SEUR a atualizar a sua classificação e enquadramento relativamente à SFDR, taxonomia e agenda regulatória europeia é uma lacuna muito expressiva, que esperam que no Portugal 2030 tenha sido colmatada.</p>



### 1.1.4 Associação de Limpeza Urbana (ALU)

No seguimento de solicitação de Entrevista Individual, a ALU convidou os seus associados a participar no exercício de auscultação através de respostas ao guião de entrevista e que conta com a participação dos Municípios de Vila Franca de Xira e Mafra.

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
QA1. Eficácia	<p><b>1.1. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional, e decorrentes objetivos do PO SEUR? De que forma? Sem eles, teria sido possível realizar os investimentos necessários ao cumprimento destes objetivos nacionais?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM - A comparticipação financeira foi determinante para alavancar investimentos estruturantes alinhados com os objetivos de política pública.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Os FEEI têm contribuído para a realização de investimentos. Dos eixos de intervenção destes investimentos, o Município de Mafra já se candidatou ao eixo prioritário III que diz respeito à “Proteção do Ambiente e Promoção da Eficiência dos Recursos”. Através dessas candidaturas, foi possível realizar investimentos em equipamentos e serviços na área da Gestão de Resíduos Urbanos.</p> <p>Concretamente, e sobre a última candidatura aprovada pelo POSEUR (POSEUR-03-1911-FC-000337), o Município de Mafra desenhou a Operação Recolha seletiva e valorização na origem de biorresíduos no Município de Mafra, adequada à sua realidade e apostando num modelo de recolha de biorresíduos inovador. Esta operação apresentou uma despesa na ordem dos 363.258,11 € (valor com iva). Deste valor, apenas 7,7 % foi financiado pelo Fundo de Coesão, implicando um grande encargo para o Município de Mafra.</p> <p><b>1.2. Atentando às diferentes áreas temáticas apoiadas, considera adequados os apoios que foram disponibilizados nesses âmbitos? Por outras palavras, existem áreas ou temas que não foram alvo de financiamento por parte do PO SEUR, mas que seriam relevantes no âmbito dos temas de resíduos, ciclo urbano de água e biodiversidade e conservação da natureza?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>Os apoios abrangeram as principais áreas temáticas no quadro do período de programação 2014-2020.</p> <p>No período de programação 2021-2027 parece-nos útil alargar os temas tornando a ação climática e o apoio a ações de adaptação e mitigação como centrais para a disponibilização de apoio financeiro.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Os desafios que os Municípios têm de superar são inúmeros.</p> <p>São vários os serviços ambientais que as autarquias devem fornecer aos seus residentes – Gestão de Recursos (Resíduos, Água, Biodiversidade, outros), Educação Ambiental, Proteção do Ambiente e da Saúde Pública, entre outros.</p> <p>A 4 de março de 2022, saiu uma informação na página do POSEUR com a indicação de que em 2022 não existiam avisos abertos para a submissão de candidaturas no Eixo Prioritário 3 deste programa”. Desde essa data, apenas foi lançado um aviso direcionado para as EG em Alta:</p> <div data-bbox="475 1832 1369 1944" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p><b>Pesquisa de Avisos</b></p> <p>Estado: <input type="text" value="Em vigor"/> Eixo: <input type="text" value="Eixo III"/> Prazo para Candidaturas: <input type="text" value="Próximos 360 dias"/> <a href="#">Limpar F</a></p> </div>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p><b>Pesquisa de Avisos</b></p> <p>Estado: Encerrados   Eixo: Eixo III   Prazo para Candidaturas: Últimos 360 dias   Limpar F</p> <p><b>Encerrados</b></p> <p>Eixo III</p> <p><b>POSEUR-12-2022-02</b>  <small>De 20 de junho de 2022 00:00 a 10 de agosto de 2022 18:00</small>          Aviso Convite destinado às Entidades Gestoras em Alta - Operações no Âmbito dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, com Elevada Maturidade (Overbooking Condicionado)</p> <p>Infelizmente o cenário é semelhante para o eixo prioritário I e II. Temos grande carência de fundos de apoio para a renovação das redes de água e saneamento, não tendo os FEEI, a disponibilidade que o Município de Mafra considera necessária e urgente.</p> <p><b>1.3. Considera que possuem os quadros necessários em número e qualificação técnica para apresentar as candidaturas e para executar/monitorizar as operações aprovadas?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>NÃO - as exigências nesta matéria têm aumentado sendo necessários recursos humanos especializados em submeter, executar, acompanhar física e financeiramente, monitorizar indicadores de realização e resultado e fazer cumprir as regras de contratação pública bem como os regulamentos dos FEEI e suas orientações e normas de gestão. Os recursos humanos são escassos, e não possuem a experiência necessária que, nesta área de trabalho, é determinante.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>1.4. Considera que as formas de financiamento previstas ou os próprios mecanismos de controlo são as mais adequadas e melhor ajustadas aos atuais e potenciais beneficiários? Há um interesse significativo por parte dos potenciais beneficiários? Considera que os mecanismos possibilitados pelos apoios apresentam um determinado grau de flexibilidade que os permite continuar viáveis mesmo quando as condições de mercado se alteram?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM – em termos de controlo parecem-nos adequadas e ajustadas aos beneficiários.</p> <p>Quanto à sua flexibilidade poderá haver lugar a melhoria principalmente no que se refere às situações relacionadas com as reprogramações físicas, financeiras e temporais. Não tem sido autorizado, por exemplo, reprogramar entre componentes com prejuízo para os Beneficiários que não podem aproveitar a totalidade do montante total contratualizado.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>O controlo é um processo naturalmente necessário tendo em vista a garantia do uso eficiente e adequado dos fundos. Porém é necessário ter a preocupação de ajustar o grau de exigência de dados, documentação e de relatórios pois poderá implicar a afetação exacerbada de recursos humanos e por vezes até a própria desmotivação dos beneficiários.</p> <p><b>1.5. (PI6.1) Qual o sucesso das ações de educação e sensibilização para a prevenção e redução da produção de resíduos? Podem destacar casos concretos de operações com particular impacte positivo? Ou em oposição, as que tiveram impacte abaixo do esperado?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>As ações de educação e sensibilização realizadas têm tido um impacto relevante, nomeadamente para a implementação da recolha de biorresíduos, pois tem permitido o esclarecimento aos munícipes sobre o que são biorresíduos, como separá-los, destino dos biorresíduos e da necessidade de separação desta fração dos resíduos indiferenciados, incentivando e promovendo a correta separação desde o local de produção: nos alojamentos, restauração e cantinas de vários equipamentos.</p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>De forma geral, as ações de sensibilização apresentam sempre resultados positivos na educação da população. É importante existir alguma continuidade destas ações, procurando atingir uma predisposição dos cidadãos para a mudança de comportamentos/hábitos.</p> <p>Por vezes, poderá obter-se resultados menos bons. O “impacte abaixo do esperado” poderá imputar-se aos Prestadores de Serviços, contratados para esse fim, que demonstram uma capacidade abaixo do expectável ou à falta de Recursos Humanos das próprias entidades.</p>
<p>QA2. Eficiência</p>	<p><b>2.1. Considera que o apoio atribuído poderia ter sido canalizado para outras operações com maior impacte? Ou que seria possível atingir os mesmos resultados com menos recursos? Em que tipo de operações?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>A experiência permitiu concluir que os recursos permitiram alcançar os resultados contratualizados, com maior ou menor dificuldade de implementação.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Considera-se que os recursos considerados nas operações são os necessários para a aplicação de uma operação eficiente que produza resultados de sucesso. No entanto, a falta de financiamento ou a decisão sobre a inelegibilidade de algumas despesas poderá impactar negativamente a operação candidata, impondo um esforço financeiro superior ao possível, aos beneficiários.</p> <p><b>2.2. Considera que os critérios de análise e avaliação das candidaturas são adequados para a avaliação da qualidade e adequabilidade dos projetos apresentados? Em particular, considera que os projetos candidatos são selecionados com base na maximização dos apoios atribuídos?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM - Acho que a avaliação tem sido adequada e houve um grande esforço de melhoria face ao período 2007-2013.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Nem sempre. Poderá ser interessante atribuir um apoio financeiro mais “ponderado”, tendo em conta o resultado e futuro impacto (positivo) das candidaturas. Isto é, não avaliar apenas se as despesas são elegíveis, mas ter em consideração o potencial do projeto como um todo, principalmente, no que diz respeito ao cumprimento das metas nacionais.</p> <p><b>2.3. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM - os processos têm-se revelado eficientes, no entanto parece-me haver lugar a alguma simplificação, nomeadamente na documentação a submeter em sede de candidatura.</p> <p>Relativamente à execução a mesma parece-me ser adequada.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Os processos de instrução e acompanhamento e monitorização dos projetos poderiam ser mais simplificados para os beneficiários, evitando-se por exemplo a exigência de certidões à Administração Local que são emitidas pela própria Administração Central.</p> <p>Por outro lado, considera-se importante ir capacitando os técnicos responsáveis pela construção das candidaturas, através de ações de formação ou de realização de sessões de esclarecimentos pela entidade financiadora.</p>
<p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>3.1. Considera que os mecanismos existentes de comunicação e divulgação do PO SEUR foram adequados à divulgação dos apoios proporcionados e das respetivas condições e prazos? Como avaliam a sua eficácia? Os beneficiários finais, nomeadamente os cidadãos, terão perceção da importância do PO SEUR?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p>SIM- Considero os mesmos adequados.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Poderá ser interessante a criação de uma <i>Mailing List</i> com os interessados ou antigos beneficiários para receção de comunicados oficiais sobre os novos avisos de candidaturas ou <i>newsletters</i>.</p> <p>Importante referir que a página inicial da POSEUR apresenta uma tabela e gráfico dinâmico com dados gerais sobre o investimento dos FEEI.</p> <p><b>3.2. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução? Considera os mecanismos de acompanhamento eficientes para a boa execução das operações?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM - O apoio técnico desde a fase de submissão até à fase de acompanhamento da execução da Operação é muito presente e procura apoiar o Beneficiário quer dissipando dúvidas quer aconselhando. Os prazos de resposta são céleres.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>3.3. [ALU] Enquanto entidade dedicada à criação de uma rede para o trabalho conjunto no âmbito da promoção de cidades mais inteligentes e sustentáveis, incluindo a perspetiva da gestão e resíduos, qual o papel da Associação na sensibilização das autoridades nacionais, incluindo o PO SEUR, para as necessidades dos resíduos e ciclo urbano da água? Tiveram oportunidade de trabalhar com o PO SEUR neste âmbito?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>O papel da ALU poderá ser muito útil no desenho dos Avisos no próximo período de programação 2021-2027.</p>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p><b>4.1. Considera que as operações apoiadas serão sustentáveis, ou seja, os seus resultados perdurarão no futuro?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM - Os equipamentos adquiridos permanecem após o investimento e o esforço efetuado em matéria de educação e sensibilização tem dado resultado.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>4.2. Considera que os potenciais beneficiários finais valorizam e reconhecem o potencial social, económico e ambiental das áreas apoiadas: economia circular, valorização de resíduos, biodiversidade e reabilitação de áreas urbanas abandonadas?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM - Embora ainda haja um longo percurso a fazer junto do público-alvo.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>4.3. (PI6.1) Existem critérios de análise da sustentabilidade temporal de operações relacionadas com, por exemplo, a recolha de biorresíduos? Está garantida a adequação entre a alta e a baixa, ou seja, a capacidade instalada e a capacidade de recolha estão efetivamente alinhadas?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>Não existem critérios de análise de sustentabilidade de operações. Está garantida a adequação entre a alta e a baixa.</p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Sim. No caso de Mafra e da Tratolixo, existem reuniões mensais para discutir os vários assuntos da atividade de Gestão de Resíduos Urbanos. Mais concretamente, para além da CAPER (Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos), foram criados vários grupos de trabalho, existindo um específico para o tema dos Biorresíduos</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p><b>5.1. Existem outros instrumentos de apoio complementares aos apoios do PO SEUR que permitam acelerar ou complementar as áreas prioritárias do PO SEUR? A Vossa entidade está a beneficiar de outro tipo de apoios complementares aos PO SEUR no domínio dos resíduos ou ciclo urbano da água?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>SIM - Fundo Ambiental.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Sim, tais como os EEA Grants e o Fundo Ambiental.</p> <p><b>5.2. Sem o contributo do PO SEUR, seria possível atingir os objetivos específicos e os objetivos da política nacional e do próprio beneficiário?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>NÃO - Seria muito difícil alavancar os investimentos, bem como atingir os objetivos quer de política nacional quer local, sem o apoio financeiro do POSEUR.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Atualmente, existem metas nacionais bastante exigentes. Entende-se que as autarquias (e demais empresas públicas e privadas) realizam esforços financeiros e físicos para atingir essas metas, bem como os seus objetivos individuais.</p> <p>Em face das novas exigências, considera-se que, cada vez mais, os esforços destas entidades devem ser apoiados, possibilitando e facilitando o atingimento dessas metas e objetivos.</p> <p><b>5.3. (PI6.1) Como é garantida a complementaridade entre as operações do PO SEUR e outros financiamentos, como o apoio a estudos por parte do FA?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>Os estudos têm servido de suporte à elaboração das candidaturas.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>À medida que os avisos são publicados pelos diversos programas, o Município vai tentando enquadrar as suas ações.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p><b>6.1. A Vossa entidade ou as associações em que está envolvida tiveram oportunidade de participar na fase de programação e/ou reprogramação do POSEUR? De que modo? Nesse processo estiveram envolvidos outros atores setoriais e territoriais relevantes? Quais?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>NÃO.</p> <p><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p>Não.</p> <p><b>6.2. Que alterações nas prioridades governamentais, nas políticas públicas ou no enquadramento legal se verificaram ao longo do período de programação com impacto no PO? De que modo condicionaram a execução/os resultados?</b></p> <p><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p>Não se detetou nenhuma alteração com impacto no POSEUR que tenha condicionado a execução ou os resultados da mesma.</p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p data-bbox="469 271 1356 383"><b>6.3. Considera que os Objetivos Específicos definidos pelo PO SEUR permitem responder de forma adequada às necessidades nacionais nos domínios do ciclo urbano da água, resíduos e biodiversidade e conservação da natureza? Que outros objetivos deveriam ter sido definidos?</b></p> <p data-bbox="469 405 783 427"><b>Município de Vila Franca de Xira</b></p> <p data-bbox="469 443 1353 465">SIM - Do ponto de vista do Beneficiário parece-nos estarem a responder de forma adequada.</p> <p data-bbox="469 483 740 506"><b>Câmara Municipal de Mafra</b></p> <p data-bbox="469 521 1353 577">De forma geral, considera-se que os Objetivos do PO SEUR se enquadram com as necessidades locais e nacionais.</p>

#### 1.1.5 Associação Nacional de Municípios (ANMP)

Até à data de entrega do relatório não foi possível recolher os contributos por parte desta entidade.

#### 1.1.6 Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA)

Até à data de entrega do relatório não foi possível recolher os contributos por parte desta entidade.



### 1.1.7 Autoridade de Gestão do PO SEUR

#### 1.1.7.1 Comissão Diretiva

Data da realização: 28/04/2023

#### Participantes:

PO SEUR: Dr<sup>a</sup>. Helena Azevedo (Diretora Geral)

3drivers: António Lorena | Catarina Silva

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA1. Eficácia</p>	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b> Os quadros comunitários começam muito balizados e permitem uma atuação planeada, muito focada nas metas e no cumprimento de resultados.</p> <p>No caso dos projetos que não cumprem os objetivos contratados, correm o risco de deixar de ser elegíveis a apoio e desperdiçar todo o trabalho já desenvolvido.</p> <p>Em relação ao CUA, houve uma sobrevalorização dos resultados previstos, porque muitas entidades não se ligaram à rede, não contribuindo para os indicadores de resultado. Nesse sentido, ocorreram algumas reprogramações do PO SEUR para reduzir algumas metas inerentes ao quadro de desempenho.</p> <p>No Eixo III a execução financeira é de 80%. Os indicadores de realização são flexíveis, mas apresentam um atraso de 1 ano entre conclusão e reporte. Esse pragmatismo ao nível das metas é definido no processo de contratação das operações. Os prazos de implementação e execução das operações não se alinharam com o fecho do Quadro comunitário.</p> <p>Por exemplo, o caso do TMB da Resulima que apresentaram pouca capacidade de tratamento no arranque. A responsabilidade pelo funcionamento das instalações apoiadas não ser imputada ao PO SEUR, uma vez que não desempenham o papel de Autoridade do Ambiente, para isso têm a APA, que emite os pareceres técnicos em relação a cada operação.</p>
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Orientação estratégica PO</b> O investimento financeiro na área do CUA, com objetivos de poupança e redução do desperdício, passou a fundo perdido. A lógica do planeamento foi alterada com alterações significativas.</p> <p>As exigências elevadas e financiamento reembolsáveis, por vezes, dificultaram os interessados à candidatura.</p> <p>Para muitos projetos, a sua antecipação teria sido importante, uma vez que, nesses casos a implementação é longa.</p> <p>Devido à natureza de gestão do PO SEUR, ao longo de programa foram introduzidas novas prioridades políticas, tais como nos biorresíduos, no lançamento de avisos específicos regionais, e na agregação dos sistemas de abastecimento.</p> <p>O PO SEUR considera que os envelopes mais significativos devem ser entregues no início do programa, e não no fim, como se verificou. Inclusive, chegaram a dar feedback sobre isso à tutela.</p> <p>A área do CUA foi uma das áreas com mais fundos no PO SEUR, muito derivado da não sobreposição de apoios.</p> <p>No caso dos resíduos, foi apontado o caso da EGF, que enquanto setor regulado e beneficiária de apoio, não foi considerada para beneficiária da contrapartida nacional, presumindo esse valor através da tarifa.</p> <p>O financiamento alavanca a implementação das políticas, mas se as regras não forem claras, pode comprometer os resultados.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Para o caso dos avisos que envolvem tecnologias com grau de inovação e imaturidade de mercado elevado, seria interessante haver procedimentos de manifestação de interesse, de modo a evitar avisos com pouco número de adesão ou candidaturas, e garantir melhores resultados.</p> <p><b>- Eficiência Operativa do PO</b> No início o planeamento era antecipado e permitia que os beneficiários se organizassem para perspetivar os investimentos e organizar as candidaturas, contudo, a partir de meados de 2016, deixou de existir um calendário com o planeamento dos avisos.</p> <p>Em 2017, houve alguma dificuldade em implementar algumas áreas do programa, principalmente no Eixo I, devido à mudança da tutela política; e à definição de um instrumento financeiro para a eficiência energética, que consumiu muito tempo por parte da equipa do PO SEUR.</p> <p>O PO SEUR é dotado de uma equipa jurídica muito experiente e capacitada para lidar com as exigências e requisitos exigidos pelas regras dos fundos comunitários.</p> <p>Em relação aos recursos técnicos do PO SEUR, por vezes são insuficientes, mas tentam colmatar essa falha através de parceiras e protocolos, por exemplo com a DGEG para a área temática de energia, com a APA no âmbito dos resíduos, passivos e CUA, e ICNF com a biodiversidade. Possuem uma rede colaborativa.</p> <p>O caso do ICNF é particular. O ICNF dispensa-se muito nas concretizações, pois têm poucos técnicos especialistas em contratação pública, e têm janelas temporais muito exigentes.</p> <p>Há uma pressão “normal” para concluir as operações. É expectável que haja salto nos indicadores agora no final do programa, pois ainda há algum dinheiro por executar. Mas as operações terão de estar fechadas até ao final deste ano. Até ao final de 2024 há reportes de indicadores, que na altura, espera-se que mostrem o cumprimento do quadro de desempenho.</p> <p>As auditorias realizadas são de componente financeira e de engenharia.</p> <p><b>- Capacitação</b> As regras comunitárias são mais exigentes que as regras de concurso a nível nacional, valorizando muito alguns aspetos como a transparência, prolongamento de prazos, etc.). Nesse sentido, a capacidade técnica dos beneficiários, para atender às exigências dos concursos, é colocada em causa.</p> <p>A mudança de paradigma face às metas contratadas não foi percebida de forma imediata para os beneficiários.</p> <p><b>- Critérios e atrasos na execução</b> Alguns projetos apresentam atrasos significativos na execução devido à sua natureza complexa, questões de contratação pública, capacidade construtiva, baixa produtividade, impactes decorrentes da pandemia, a disrupção de cadeias de fornecimento. Estes fatores têm manifestado um agravamento desde 2020/2021.</p> <p>Houve três avisos que se destacaram pela estagnação devido à covid, relativos à promoção da eficiência energética nos edifícios da administração central, hospitais e universidades. Em particular, foram evidenciadas questões de elevada carga burocrática. Para projetos integrados, as elevadas obrigações financeiras e burocráticas, foram sendo flexibilizadas ao longo do tempo, com um acordo feito com a Comissão Europeia.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	-
QA5. Valor Acrescentado Europeu	-
QA6. Relevância e Coerência	<b>- Sinergias entre outros instrumentos</b>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Apesar do FA tem financiado alguns projetos de forma complementar com o PO SEUR, a coordenação entre o PO SEUR e FEEI, com o FA é uma necessidade já identificada. Deveria existir um planejamento dos avisos eu permitisse a articulação com outros mecanismos de financiamento. O investimento direcionado para a aquisição de equipamentos e realização de obras deveria estar atribuído ao PO SEUR, e as ações de capacitação e a realização de estudos, poderiam estar sob a responsabilidade do Fundo Ambiental.</p> <p>Existem, também, algumas áreas temáticas que têm complementaridade com o PRR, articuladas pelo Ministério do Ambiente.</p> <p>O Programa Compete também foi entendido como uma extensão do PO SEUR. As complementaridades foram articuladas pela tutela, considerando a necessidade de uma visão mais global e a falta de tempo para execução das operações necessária no âmbito do PO SEUR.</p>
Recomendações para o Futuro	---

1.1.7.2 *Assistência Técnica*

**Data da realização:** 28/07/2023

**Participantes:**

PO SEUR: Dra. Maria do Céu Nobre

3drivers: António Lorena | Mariana Aguiar

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA1. Eficácia</p>	<p>A dotação inicial programada para o eixo de Assistência Técnica (AT) era de 2% do total de fundos alocados ao PO SEUR. Após as reprogramações esse valor reduziu ligeiramente, embora arredondado, situando-se nos 2%. Estes 2% são muito abaixo do limite que está definido nas regras comunitárias (5%). Neste sentido, afirma-se que o PO SEUR é comedido a pedir dotação para a AT.</p> <p><b>- Níveis de execução</b> No POVT os níveis de execução também ficaram abaixo do aprovado, e agora, no PO SEUR, tudo indica que também deverão ficar abaixo.</p> <p>Quando os concursos para AT foram abertos, não foram programados até ao limite dos 45M€ disponíveis para a AT. Foi feita a estimativa das despesas entre o PO SEUR e do IDR (Instituto de Desenvolvimento Regional), e programaram um orçamento mais baixo. Neste momento, o PO SEUR ainda tem um saldo disponível de cerca de 6M€ até ao final do ano, mas por exemplo, o IDR iria necessitar de mais verba, porque tiveram algumas despesas imprevistas, por alguma falha na estimativa dos orçamentos, devido às obras no edifício.</p> <p>Não obstante, afirma-se que o PO cumpriu todas as suas obrigações, e que nada ficou por fazer por falta de verba. Conseguiram cumprir as suas obrigações ficando abaixo da dotação limite.</p> <p><b>-Definição dos montantes</b> A Secretaria-Geral e o PO SEUR estabelecem um valor de AT: o PO SEUR fica com um montante atribuído, e o restante é distribuído para cada Organismo Intermédio (OI). No POVT decidiram fazer uma só candidatura por ano, para cada OI; por outro lado, aqui decidiram fazer duas candidaturas divididas pelo período de operacionalização do PO, ou seja, uma candidatura para os primeiros três anos, e outra para os restantes. A candidatura é da Secretaria-Geral que é quem tem competência administrativa e financeira. Nesse caso, o PO SEUR e a Secretaria-Geral sabem quais são as atividades que têm programadas para esses anos. As principais despesas de AT são salários, serviços externos, rendas de espaços, serviços informáticos, etc.</p> <p><b>- Despesas financiadas pelo IDR</b> As despesas financiadas pelo IDR são as mesmas que o POSEUR. A diferença no IDR é que algumas pessoas estão imputadas ao PO SEUR e dividem o seu tempo entre o seu trabalho no IDR e o trabalho para o PO SEUR, de modo que todas as despesas são calculadas com base no tempo que trabalham para o PO SEUR, com exceção das despesas de auditoria, que quando são feitas no âmbito de projetos do PO SEUR são reembolsadas na totalidade.</p>
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- POVT vs. PO SEUR</b> Ao nível da AT, a AG beneficiou das mesmas melhorias que se verificaram e identificaram para os restantes Eixos. Em particular, no âmbito da AT, uma das principais melhorias identificadas relaciona-se com a constituição de OI: no POVT foram feitas candidaturas anuais para os cinco organismos no âmbito da AT: Açores, IDR, MAI, APA, POVT, o que era incomportável; no PO SEUR decidiram fazer apenas duas candidaturas trianuais, para os organismos no âmbito da AT: PO SEUR, IDR e MAI (Ministério da Administração Interna). Esta redução do número de OI veio aliviar a carga administrativa associada aos processos de gestão e relação com os OI.</p> <p>Por exemplo, a APA era um OI no Programa anterior (POVT) porque era responsável pela emissão de vários pareceres em vários domínios temáticos, contudo, a relação de colaboração era pontual, e deste modo, não justificava o peso administrativo inerente ao tipo de colaboração efetivamente executado. Apesar da necessidade de ajuda técnica, a carga administrativa que o contrato de OI implicava era demasiado pesado para as entidades</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>envolvidas, de modo que, ao invés de contrato de OI, foi prevista a concretização de protocolos. Estes protocolos definem os trabalhos que essas entidades teriam de fazer, e depois estas apenas têm de apresentar fatura das despesas associadas para serem reembolsados.</p> <p>Nesse sentido, a passagem de um formato de OI para protocolos foi também uma simplificação.</p> <p><b>- Eficiência Operativa</b> O PO SEUR é burocrata e podia melhorar em algumas coisas, mas tudo o que fazem é para evitar que mais tarde haja penalizações para PO SEUR e, em última instância, para os beneficiários, refletindo-se nas reduzidas taxas de erro que se apresentam no PO SEUR, em contraste com outros Programas. Para além disso, não há evidência de que se deixaram de executar as operações e cumprir obrigações por causa dessa burocracia/aversão ao risco, pelo contrário, em alguns casos, veio consolidar a experiência de muitos beneficiários em processos de candidatura.</p> <p>A aplicação de custos simplificados seria uma oportunidade de melhoria operacional, contudo antes de serem aplicados custos simplificados aos beneficiários do Programa, faria sentido aplicar às despesas correntes do próprio PO SEUR.</p> <p>Atualmente, o PO SEUR recebe adiantamentos com a apresentação da previsão das atividades, contudo, para os OI as despesas têm de ser apresentadas primeiro para depois receberem o reembolso.</p> <p>A implementação de custos simplificados deveria começar pela própria AT, permitindo desencadear um processo de aprendizagem numa base mais simplificada, com potencial de depois ser aplicado às candidaturas dos beneficiários. Com este procedimento deveriam deixar de ver faturas, teriam apenas de cumprir os marcos estabelecidos, à semelhança do que já se faz para outros programas de apoio europeu, como o Horizonte Europa.</p> <p>A AT está também sujeita a auditorias e correções financeiras, tal como os outros projetos. Na AT são um beneficiário exatamente igual aos outros. A Secretaria-Geral faz o trabalho de candidatura, mas quem especifica as condições técnicas é o PO SEUR.</p> <p><b>- Dificuldades no processo de contratação e operacionalização</b> Enquanto beneficiários da AT, o PO SEUR e a Secretaria-Geral enfrentam também dificuldades no processo de contratação, semelhantes às já identificadas para os outros beneficiários do PO SEUR.</p> <p>Atualmente, os procedimentos de Contratação Pública são das dificuldades mais difíceis para os beneficiários. A contratação pública tem caminhado para uma complicação que não é desejável. As alterações que têm sido feitas, apenas têm complicado a vida aos organismos e à ação pública em geral, pelo que não consideram que estejam a produzir os resultados desejados.</p> <p>Nesse sentido, grandes empreitadas associadas ao investimento de centenas de euros justificam a contratação de grandes gabinetes especializados com a capacidade de apoiar os processos de contratação e minimizar esses riscos associados. À partida consultorias são elegíveis, por regra, o PO SEUR costuma apoiar a contratação de serviços especializados quando o âmbito e contexto é justificado.</p> <p>A contratação jurídica deve ser considerada como uma despesa elegível, nos casos em que a complexidade do projeto do projeto em causa é elevada e justificada, e se isso ajudar a evitar litigância nos contratos públicos.</p> <p>As próprias burocracias e formalismos associados à administração pública, vêm também trazer peso e influência no processo de operacionalização do Programa e das próprias operações. Num Programa de sete anos, não é comportável ficar mais de dois anos há espera de decisões da CE ou dos próprios tribunais para dar despacho a essas situações, sendo inevitável que essas operações acabem por não ser concluídas nos prazos definidos.</p> <p>Os riscos de entrar em PO são enormes, e aqui entra o fator fundamental da maturidade das operações. Aquando da candidatura, as operações já deviam estar adjudicadas e contratadas</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>(com o visto do tribunal de contas), e isso é a melhor forma de os programas gastarem o que têm.</p> <p>Existem riscos que estão inerentes às próprias definições políticas e quando se trata de obras grandes e Programas longos, e considerando os outros riscos (AIA, AAE), há risco de não cumprimento dos projetos. A maturidade é essencial para os FEEI serem executados e realizados no tempo programado.</p> <p><b>- Relação com a Secretaria-Geral</b> O bom funcionamento do PO SEUR depende do suporte administrativo e financeiro da Secretaria-Geral.</p> <p>Atualmente, no PO SEUR estão todos satisfeitos com a Secretaria-Geral. É importante destacar esta boa relação porque, muitas vezes, os organismos não se dão bem, e essa má relação tem o potencial de influenciar o desempenho do Programa. Para além disso, considerando as dificuldades e más experiências que ocorreram no passado com outras entidades, a manifestação desta boa relação é ainda mais importante.</p> <p>Apesar das dificuldades da Secretaria, que são também comuns a outros beneficiários (ex. falta de pessoal), a Secretaria é capaz de prever tudo o que o PO SEUR precisa, e, portanto, não foram as dificuldades operacionais que originaram constrangimentos críticos para o cumprimento das suas obrigações.</p> <p><b>- Relação com o OI (IDR)</b> De um modo geral, a relação com o IDR é boa e corre bem, e há uma estreita colaboração entre equipas, contudo, por vezes, parece ocorrer um desalinhamento relacionado com a falta de capacidade e experiência técnica do IDR no acompanhamento das operações contratadas – tem de existir uma grande aposta na formação por parte do IDR. Por exemplo, no projeto grande da central hidroelétrica da Calheta, foi necessário a intervenção direta do PO SEUR para auxiliar o IDR no trabalho de acompanhamento da operação.</p> <p>Por outro lado, por vezes, a existência de um OI pode ser menos bem percebida por parte de quem trabalha no PO SEUR, uma vez que todo o trabalho efetuado pelo IDR é revisto pelo PO SEUR, gerando alguma ineficiência operativa. Não obstante, a existência do OI é uma mais-valia do ponto de vista da promoção da proximidade com os beneficiários, permitindo o conhecimento intrínseco da realidade dos mesmos e aumento de capital relacional. Pese-embora, a proximidade tenha o reverso de maior sujeição à eventual pressão exercida pelo Governo Regional. A própria instabilidade das equipas do IDR dificulta o processo de transferência e consolidação de conhecimentos- há uma curva de aprendizagem que é perdida com a rotatividade.</p> <p>Apesar destas dificuldades, em comparação com o início do PO, o IDR apresentou uma grande evolução positiva.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	A AT é uma atividade obrigatória com um peso administrativo elevado, mas que não contribui de forma direta para os resultados e impactes do PO. No fundo, a AT são despesas de funcionamento, mas que não trazem valor acrescentado ao cumprimento dos objetivos do PO SEUR, nacionais e comunitários. No entanto, sem a AT, o mecanismo do PO SEUR não funcionava.
QA5. Valor Acrescentado Europeu	---
QA6. Relevância e Coerência	---
Recomendações para o Futuro	---

1.1.7.3 *Unidade Operacional 1*

**Data da realização:** 14/04/2023

**Participantes:**

PO SEUR: Dra. Maria do Céu Nobre

3drivers: António Lorena | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b> A PI 6.4 é uma das áreas de maior dificuldade de execução, até por questões sazonais, pelo próprio ICNF. O ICNF é uma entidade muito grande a parece ter falta de recursos para atender à quantidade de projetos que têm, pois também beneficiam de outros programas de apoio, tais como LIFE, PRR, etc. O ICNF é a entidade que tem mais conhecimento sobre a matéria, mas não têm recursos técnicos suficientes para dar acompanhamento às operações. O ICNF é que deveria contratar as entidades para fazer os trabalhos necessários (ex.: livro vermelho). Nesta área as operações estão sujeitas a fenómeno da sazonalidade operacional, há uma janela de operação muito curta. Por vezes há pontos de contacto entre o Eixo II e o Eixo III, entre as áreas respetivas de reflorestação e conservação da natureza. O ICNF é que detém essa competência de coordenação entre estas duas áreas. Há um indicador para o qual o PO SEUR está muito acima do contratado e está relacionado com as operações de combate da Vespa velutina, relacionado com a abrangência de superfície de área para o qual a espécie da vespa está presente.</p> <p><b>- Alocação e priorização do financiamento</b> O envelope financeiro atribuído a esta área foi o adequado. Mesmo que a dotação tivesse sido superior, os níveis de execução não seriam melhor, devido à limitação natural do ICNF enquanto entidade e escassez de recursos. O CCP também não ajuda muito no processo de operacionalização das candidaturas. Não houve candidaturas para todas as áreas para os quais estavam previstos apoios. A tutela e o ICNF ditam quais as áreas prioritárias, existindo uma orientação e coordenação política.</p>
QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa	<p><b>- Eficiência Operativa Interna ao Beneficiário</b> Muitas vezes as entidades, que não sejam o ICNF, não estão habituadas a trabalhar com este procedimento. E muitas vezes são estas dificuldades iniciais que levam a que seja despendido muito tempo e provocam atrasos na execução das operações. Para além do CCP, há muitos outros requisitos que dificultam a candidatura para entidades com menor capacitação técnica e experiência. Dificuldade de autofinanciamento por parte das outras entidades candidatas aos avisos. Muitas vezes, a outra parte do investimento eram encontradas no FA. Dificuldade em financiar a contrapartida. Uma vez que não são geradas receitas por parte das operações apoiadas nesta área, as taxas de cofinanciamento (85%) talvez não sejam as mais indicadas. Deveria haver outros mecanismos que garantissem o assegurar desse montante remanescente; ou as taxas deveriam ser de 100%.</p> <p><b>- Gestão o PO SEUR</b> Esta área temática devia estar nas comunidades regionais, devido à necessidade de proximidade com as populações onde serão realizadas as intervenções. Sempre que o ICNF e a tutela identificaram quais as áreas para as quais deveriam ter sido abertos avisos, o PO SEUR seguiu essas indicações O ICNF é que dá parecer técnico sobre as operações a realizar e os objetivos cumpridos nesta área. Eles é que têm o conhecimento técnico. O PO SEUR apenas trata da gestão e alocação dos apoios. Poderiam existir outros instrumentos que financiassem este tipo de operações, e se adequassem de melhor forma às características sazonais e necessidades de flexibilidade. Sempre que se fizeram reprogramações financeiras no Eixo III, a Comissão Europeia fazia questão de “conservar” o montante alocado para a área da conservação da natureza e</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	biodiversidade, devido à consideração da importância desta área. O que acontece é que as entidades não têm capacidade para o executar na totalidade.
QA4. Impacto e Sustentabilidade	<p><b>- Perceção dos impactes</b> Não existem estudos que permitam identificar o impacte destas operações junto dos beneficiários finais. É um tema delicado, especialmente nesta área onde as realizações não são tão visíveis. Têm dúvidas, por exemplo, quanto aos resultados provenientes das campanhas de sensibilização dedicadas à comunidade escolar.</p>
QA5. Valor Acrescentado Europeu	-
QA6. Relevância e Coerência	<p><b>- Alinhamento político/estratégico</b> Não existe nenhum documento estratégico que identifique quais as áreas prioritárias de ação. As áreas vão sendo identificadas e comunicadas “avulso”. Tirando aquelas áreas que advêm de necessidades que são identificadas pela Comissão Europeia, as outras áreas não estão identificadas. O dinamismo da própria área vem contribuir para a ausência destas metas específicas.</p> <p><b>- Sinergias entre operações</b> Existiram algumas operações que de certa promoveram economias de escala porque foram realizadas ao nível das CIM, que envolvem vários Municípios.</p>
Recomendações para o Futuro	---



1.1.7.4 *Unidade Operacional 2 e 3*

**Data da realização:** 19/04/2023

**Participantes:**

PO SEUR: Dra. Ana Alarcão e Dra. Olívia Andrade

3drivers: António Lorena | Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b> Neste momento o PO SEUR encontra-se numa fase em que estão realmente a começar o encerramento das operações, e por isso, ainda não têm uma visão muito rigorosa do panorama de realização dos objetivos. Têm expepetativas e noção das dificuldades, mas ainda estão numa fase inicial de encerramento.</p> <p>Os indicadores propostos são complicados de serem cumpridos, mas há aqui uma evolução, em comparação com os quadros anteriores. Já se verifica uma evolução muito grande a este nível, embora com algumas dificuldades assinaladas.</p> <p><b>- Constrangimentos no cumprimento das operações</b> Este quadro comunitário enfrentou algumas crises, tais como a pandemia, a guerra, atrasos derivados com entrega de equipamentos para obras. Há fatores que não dependem diretamente e 100% do beneficiário para a sua concretização. Por exemplo, a questão das ligações, o Município pode ter tudo preparado para que as pessoas se liguem, e eventualmente as pessoas podem não se ligar, ou demorar mais tempo a ligar-se.</p> <p>Uma das principais dificuldades está relacionada com o Código da Contratação Pública. A contratação pública tem duas vertentes em que é muito difícil: a primeira está relacionada com o processo em si, e a segunda tem a ver com o nível de litigância relacionado com as operações e a sua aprovação por parte do Tribunal de Contas, que tem sido um processo moroso.</p> <p>Relativamente aos objetivos mais macro, neste momento, Portugal apresenta um nível de água segura (ERSAR) que é bastante bom. É necessário olhar para toda a evolução e esforço desde os anteriores quadros comunitários. Nunca deixou de haver investimentos avultados na área do CUA e SAR. Ao nível do abastecimento de água e do PO SEUR, passando de uma perspetiva micro para macro, aquilo que se procurou foi melhorar algumas situações de abastecimento público e zonas mais remotas e em zonas com quantidades de água insuficientes. Ao nível do SAR, o objetivo era melhorar a qualidade das massas de água, e este programa veio imputar mais apoio para esta área do que para o AA.</p> <p>Em relação ao conhecimento das massas de água, não sabemos bem o estado sobre as massas de água subterrâneas, porque a APA não tem ainda um estudo sobre isto, e supõem que as mesmas não serão de grande qualidade.</p> <p>Por mais que se trate o SAR, nunca conseguem mexer no universo total, porque há fatores sobre os quais as verbas do PO SEUR e as circunstâncias ecológicas não permitem intervir (incêndios, silvicultura, agricultura, política industrial, etc.).</p> <p>Se a dotação do apoio tivesse sido maior, tinham sido contratadas mais operações, mas provavelmente não seriam executadas, devido à limitação natural dos atores do setor para executar os apoios. O interesse está lá, mas a capacidade de investimento do setor é limitada.</p> <p>No PENSAAR estava definido uma necessidade de investimento no setor na ordem dos 3 500M€, mas que inclui gastos com manutenção, que por sua vez, não podem ser apoiadas pelos fundos comunitários, porque se traduz num benefício direto financeiro. É um montante de investimento que não pode ser apoiado na totalidade pelos FEEI, e muito menos com taxas de cofinanciamento na ordem dos 85%:</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>O PO SEUR está satisfeito com os níveis de execução alcançados para esta PI, considerando todos os constrangimentos deste quadro comunitário.</p> <p><b>- Critérios de elegibilidade</b></p> <p>A questão da exigência com o grau de recuperação de custos era suposta ter uma fase de transição até à aprovação do regulamento tarifário na água, o que ainda não aconteceu. E, portanto, estas exigências por parte da ERSAR, para as candidaturas, teve esta dificuldade acrescida. Este aspeto não foi crítico para o afastamento da maioria dos beneficiários no âmbito da realização das suas operações, uma vez que todas as entidades que não cumpriam as exigências tiveram de assinar um compromisso de melhoria e cumprimento para o futuro – sem grande impacte e relevância naquilo que foi a procura pelos fundos de apoio disponíveis.</p> <p>O critério de majoração que tiveram no âmbito das candidaturas desta PI foi relacionada com os territórios de baixa densidade. A promoção de sinergias, surgiu com o lançamento de um aviso específico para entidades agregadas.</p> <p><b>- Alocação e priorização do financiamento</b></p> <p>Há um investimento importante que foi feito ao nível do cadastro das redes de AA e SAR, porque os Municípios não sabiam onde é que as redes se localizavam, e não é possível gerir redes sobre os quais não há conhecimento. Sabendo onde passam as condutas foi mais fácil direccionar os investimentos. Apesar de ainda não terem concluídos a análise dos relatórios finais, porque são projetos mais recentes, têm a perceção de que as coisas estão a correr bem, foram feitos muitos investimentos ao nível da aquisição de equipamentos para a deteção de fugas, substituição de condutas em mau estado, e foram instalados equipamentos controlo e monitorização.</p> <p>A questão da reutilização das águas residuais foi onde tiveram menos candidaturas, pois foi visto mais como uma experiência piloto. Até então, a reutilização de águas residuais tratada apenas estava a ser feita na utilização das próprias ETAR. Sobre este tema, há ainda um longo trabalho de sensibilização a ser feito.</p> <p>As ruturas nas redes estão associadas à ausência de investimentos em manutenção. Quando há dificuldades financeiras e emergência de novas prioridades, há coisas que acabam por ficar para trás, e a preocupação com a manutenção das infraestruturas é uma delas, e isso preocupa que os investimentos feitos atualmente fiquem inviabilizados – sustentabilidade das operações.</p> <p>Do ponto de vista dos técnicos, há duas grandes questões que se levantam sobre a fragmentação dos operadores: a não existência de ganhos de escala e não haver uma dedicação exclusiva. É evidente que os Municípios mais pequenos têm dificuldades na retenção de talento e em manter recursos humanos capacitados, mas não é só esse o problema. O problema mais relevante é o facto de existirem outras prioridades, que acabam por ser priorizados consoante a equipa de gestão. Diferenças de objetivos entre entidades dedicadas ao setor das águas (Grupo AdP), e entidades que têm muitos outros objetivos de diferentes áreas (ex. Municípios).</p> <p>A questão das perdas é relevante nos tópicos da sustentabilidade das operações, gestão e o grau de recuperação de custos. A ERSAR tentou tornar o PO SEUR como uma cenoura, para que se cumprissem determinados objetivos. Isto acabou por se tornar uma questão um pouco desconfortável, porque os diversos beneficiários que não forneciam dados tiveram de melhorar os seus indicadores e tentarem responder às exigências da ERSAR; dificuldades dos beneficiários mais pequenos.</p> <p>Deveriam ter sido apoiadas mais operações de levantamento de cadastros e capacitar mais entidades. A atualização dos cadastros passou a ser incorporada nos serviços.</p> <p>A utilização dos serviços de água tem uma limitação à entrada e durante a utilização do serviço. Os programas de apoio têm procurado financiar os ramais desde que não sejam cobrados à população, e mesmo assim há resistência por parte das populações em relação ao aumento das tarifas, associado às melhorias necessárias no setor.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Eficiência Operativa Interna ao Beneficiário</b> De um modo geral, os Municípios e as entidades gestoras, a nível nacional, são movidas pelos estímulos e subsídios, criando um grande nível de dependência. Fazendo que com que se criem especificamente entidades para áreas onde existem estímulos. Esta questão leva preocupações sobre a sustentabilidade dos investimentos.</p> <p><b>- POVT vs. PO SEUR</b> Uma das mudanças que foram introduzidas neste PO foi a obrigação de se criarem candidaturas para cada ligação a executar, multiplicando o número de operações de vários beneficiários, como por exemplo as Águas do Norte. Esta mudança (candidaturas por subsistemas) permitiu um melhor acompanhamento dos investimentos, facilitou a análise das candidaturas, encurtou os prazos de análise das candidaturas e facilitou a análise dos relatórios finais. No passado era mais abrangente e complicava processo de candidaturas muito grandes.</p> <p><b>- Gestão interna do PO SEUR</b> Há uma candidatura da APA em relação ao estudo das massas de água. No caso da água, não há qualquer interferência com o papel da APA enquanto administração central e beneficiário.</p> <p>Os recursos internos do PO SERU são fundamentalmente os mesmos do POVT. A prova de que os recursos são suficientes são os resultados do Programa. Este é um trabalho muito exigente, sendo que as dificuldades de contratar recursos são grandes e os processos são morosos. A parte pior é na altura das candidaturas. A equipa não é suficiente para avaliar todas as candidaturas no prazo estabelecido. As candidaturas na PI 6.2, tem muitos detalhes para analisar.</p> <p>Reconhecem que há pouco tempo disponível para acompanhar projetos e ir ao terreno.</p> <p>A orientação para resultados traduzida pelo grau de exigência crescido de monitorização dos indicadores foi algo benéfico para o PO.</p> <p>O período de esclarecimentos também é muito duro, devido à procura pelos avisos. Consideram que seria importante um verdadeiro processo de simplificação e de responsabilização dos vários intervenientes, de modo que as verificações necessárias não tenham de ser responsabilidade do PO SEUR. O problema é que há uma tentação para acautelar todas as frentes, responsabilizar as autoridades de gestão, acrescentando a carga burocrática que consideram exagerada. S grandes exigências que implicam essa carga burocrática não são exigidas pelo PO SEUR, mas sim pela Comissão Europeia, Tribunais e auditores.</p> <p>O beneficiário é responsável pelo cumprimento das obrigações em matéria de ambiente, mas há este entendimento de que a autoridade de gestão tem que garantir que todo o processo de cumprimento de obrigações de natureza ambiental está garantido. A mesma coisa com a contratação pública. Faz sentido haver distribuição destas responsabilidades, mas não parece haver flexibilidade para a Comissão Europeia acordar com isso.</p> <p>As equipas técnicas do PO SEUR não têm controlo sobre os processos de subcontratação, é ao nível da equipa de controlo interno. Mas não consideram que tenha sido limitante de alguma forma.</p> <p>As reprogramações não criaram celeuma nenhuma. Quando precisaram de colaboração, ajudaram na programação de indicadores</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p><b>- Perceção dos impactes</b></p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Neste quadro comunitário consideram que tem existido um esforço de divulgação maior do que no quadro anterior. Há um esforço grande de divulgação massiva dos financiamentos, agora relativamente à perceção da população é mais complicada porque depende de outros fatores externos.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>-</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p><b>- Sinergias entre outros instrumentos</b> A nível operacional, dos técnicos, não têm conhecimento que haja um trabalho ao nível da articulação entre o PO SEUR e o FA.</p>
<p>Recomendações para o Futuro</p>	<p><b>- Regionalização dos FEEI</b> As CCDR já geriram fundos comunitários para o setor das águas há dois quadros atrás. Até meio do POVT, as CCDR sempre geriram água e saneamento, portanto têm capacidade técnica para gerir estes temas. As CCDR têm várias frentes, e, por isso, acabam por dar uma atenção muito massificada aos beneficiários. A fragilidade pode estar com a relação com os beneficiários. Os beneficiários preferem a relação com o PO SEUR, que acaba por ser uma relação de maior proximidade com a entidade de acompanhamento e gestão dos apoios atribuídos</p> <p>O mais complicado poderá ser delegar fundos e competências de gestão nas CIM porque aí sim poderá haver menos capacidade técnica, devido à limitação de recursos nas CIM, e, também, pelo facto de nas CIM existir um grande diálogo (não propriamente positivo) entre os diversos intervenientes, um atrito que poderá não ser um bom conselheiro na lógica de atribuição dos fundos. Isso pode originar o atraso das entidades que já estão mais atrasadas, a fragmentação dos investimentos, perda de economias escala, de uma abordagem global do território, perda de coesão, e aprofunda divisões políticas de prioridades.</p>

1.1.7.5 *Unidade Operacional 5*

**Data da realização:** 14/04/2023

**Participantes:**

PO SEUR: Eng. Pedro Cardoso (Secretário Técnico)

3drivers: António Lorena | Rita Pombo | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento dos objetivos</b></p> <p>Os investimentos do PO SEUR estão alinhados com a política em vigor. Esta condição é garantida através dos pareceres que a APA emite a manifestar a contribuição (ou não) das operações candidatas para essas políticas, neste caso PERSU 2020.</p> <p>Em relação os resultados, não consideram que houve uma melhoria muito significativa em relação ao desempenho nas metas como era suposto. A APA, afirmou ao PO SEUR, que em 2022, os resultados vão ser consideravelmente melhores face aos anos anteriores. Contudo, os investimentos do PO SEUR introduziram algumas melhorias diretas no setor, nomeadamente face à percentagem de resíduos urbanos que são recolhidos seletivamente. A questão de preparação para reutilização e reciclagem, podia estar melhor, mas não está mal.</p> <p>Os avisos congelados e a pandemia, tiveram impacte num período relativamente curto, por isso, não são identificados como principal fator de constrangimento. O último ano do PO será crucial para o fecho de muitos projetos que ainda estão por concluir. É mais ou menos normal, o último ano de execução de um PO ser sempre um ano mais forte, ainda para mais com o agravar da guerra e inflação dos preços.</p> <p><b>- Constrangimentos na operacionalização do PO</b></p> <p>Ocorreu um problema grave no início do PO relativo aos auxílios de Estado, devido a uma queixa que suspendeu os pagamentos e que veio atrasar a atribuição de fundos e envolvimento das operações.</p> <p>Os resultados não são os melhores, mas acham que não é devido às suas candidaturas, mas sim pela forma como as entidades utilizam os investimentos e estão capacitados para tal e também devido aos instrumentos económico financeiros, trabalho de sensibilização (consideram que o montante investido em sensibilização não foi suficiente).</p> <p>A recolha seletiva continua a ser uma coisa voluntária, e tal facto não se coaduna com o montante que é investido nos projetos, e com o facto da recolha ser uma opção voluntária-deveria haver incentivos à utilização ou penalizações para quem não faz. O progresso é muito pequeno, embora tenham existido alguns projetos piloto PAYT, ou avisos, ainda que de carácter muito embrionário e com escala muito pouco significativa.</p> <p>Desfasamento temporal das operações, fazendo com que os resultados e impactes nunca sejam imediatos.</p> <p><b>- Critérios de seleção dos avisos</b></p> <p>O PO SEUR tem critérios de seleção para avaliação de candidatura, e um deles é o grau de inovação tecnológica, por exemplo avisos PAYT. A APA colabora na avaliação desses critérios.</p> <p><b>- Áreas Técnicas apoiadas</b></p> <p>Existiram avisos que abriram, mas que não tiveram grandes resultados, por exemplo, recolha de outros fluxos de resíduos. Quem define a prioridade de avisos é o Portugal 2020, que, por sua vez, tem articulação com as prioridades das tutelas.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Houve um aviso um pouco mais litigante (infraestruturas multimateriais) em que foram apresentadas candidaturas de montante mais elevado, para uma dotação do aviso pequena, fazendo com que algumas candidaturas ficassem de fora, contudo, estas foram depois incluídas noutros avisos.</p> <p><b>- Componente de sensibilização nas operações</b></p> <p>Têm indicadores para monitorização das ações de sensibilização, mas que não são muito eficazes e claros. Consideram que o impacte das suas ações de sensibilização não foi muito elevado, uma vez que ainda existem pessoas que não aderiram à recolha seletiva. Face a isso, o PO SEUR pode exigir os requisitos que acham que são necessários aos beneficiários para garantir que os objetivos definidos sejam cumpridos, inclusive, auxiliando nessa matéria.</p> <p>A questão sensível é saber qual o limite máximo e aceitável de sensibilização e monitorização.</p> <p><b>- Indicadores</b></p> <p>Face aos indicadores deveria existir uma ferramenta clara de aferição, em que todos estejam perfeitamente informados sobre os valores que estão lá preenchidos – atualmente não existe. Têm metodologias, mas não está totalmente claro.</p> <p>As metas contratadas são propostas pelos Municípios e são revistas pelo POSEUR, permitindo a comparação entre operação com apoio e sem apoio.</p>
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Orientação Estratégica do PO SEUR</b></p> <p>O PERSU teve várias alterações ao longo do período de vigência do POSEUR. O PO SEUR estava na linha da frente a lidar com as questões das orientações políticas e estratégicas, de acordo com as intenções da tutela, acabando por parecer que o POSEUR estava a ditar as orientações de política pública, uma vez que oficialmente as orientações existentes não estavam ainda consolidadas legalmente (estratégias, Decreto-Lei aprovados). As coisas aconteciam a correr e os beneficiários iam aos avisos só porque abriam, sem uma orientação estratégica percebida, definida, refletida. Isto é gravoso, especialmente para os beneficiários mais pequenos, como os Municípios.</p> <p>Há um ímpeto político a colocar pressão sobre os vários instrumentos de apoio disponível, mas como todos não reagem da mesma forma e ao mesmo tempo, gera-se uma descoordenação, por exemplo, em relação aos apoios a atribuir. As entidades públicas que gerem os fundos vão tentando minimizar estes constrangimentos, mas acaba por ser inevitável. A “ação proativa” do PO SEUR tem também um lado positivo, uma vez que, se as entidades esperassem que as orientações e estratégias estivessem todas definidas e planeadas, os prazos iam passar e não haveria ainda concretizações numa fase avançada do PO.</p> <p>O objetivo do POSEUR é alocar o envelope de apoio financeiro disponibilizado pela UE, e, por isso, têm de ter agilidade a abrir os avisos, aprovar candidaturas e pressionar os beneficiários a executar. Isto levanta questões sobre a eficiência do PO (“gastamos todo o dinheiro, mas podemos gastá-lo mal”), ainda assim, a perceção que têm é de que gastaram bem o dinheiro e deram um empurrão significativo para o setor, mas claro que há coisas que podem ser melhoradas, nomeadamente essas articulações planeamento prévio das políticas e estratégias.</p> <p>No início do PO financiaram operações que agora já não têm relevância face às evoluções nas orientações políticas e estratégicas.</p> <p><b>- Recursos Humanos dos beneficiários</b></p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Os recursos técnicos para a operacionalização das operações são um tema do beneficiário, e não há forma de evitar o tema difícil da contratação pública. Nesse sentido, uma entidade gestora mais capacitada, tem mais facilidade em lidar com este tema.</p> <p>Há uma certa assimetria em relação à capacitação técnica dos beneficiários, que se verifica entre as várias entidades beneficiárias. Para ter sucesso nos fundos comunitários, a entidade tem de estar capacitada para dar resposta aos requisitos e regras comunitárias exigidas por este tipo de fundos, especialmente na fase de candidaturas. Há beneficiários da mesma tipologia que têm diferentes graus de capacitação, por exemplo entidades gestoras de resíduos urbanos. E isso também se reflete nas candidaturas e operações que são apresentadas e desenvolvidas. Por um lado, o PO SEUR não pode deixar ninguém de fora, porque todos contribuem para as metas, mas por outro correm o risco de os fundos não serem alocados da melhor forma, face a uma entidade com maior capacitação. Estes casos são uma minoria, mas existem.</p> <p><b>- Recursos Humanos do PO</b></p> <p>Os recursos alocados, por parte do PO SEUR, foram os indicados e suficientes para o cumprimento dos objetivos prévios definidos. Mais recursos financeiros não se iriam traduzir em melhores ou mais resultados, devido à capacidade natural de escoamento do setor. Consideram que não é por falta de dinheiro que não são aprovados bons projetos nas várias áreas alvo de apoio.</p> <p>Os recursos necessários para o PO SEUR efetuar a sua missão nunca são os ideais, contudo, se o POSEUR reconhece que não tem os recursos mínimos necessários para assegurar a operacionalização das suas várias atividades, tem a capacidade de os contratar de forma externa. Nos primeiros avisos houve alguma dificuldade em aprovar todas candidaturas que chegaram ao PO no prazo legal definido; mais recursos humanos teriam ajudado, contudo face à especificidade também não é fácil contratar alguém de forma imediata que tenha o conhecimento técnico necessário para avaliar as candidaturas. Mas este aspeto não foi limitador em nenhum momento.</p> <p><b>- Candidaturas</b></p> <p>No âmbito do acompanhamento da operação, os beneficiários submetem os contratos e o departamento jurídico do PO SEUR analisa a conformidade do procedimento público realizado. De acordo com a conformidade, ou não, são aplicadas correções financeiras variáveis face a essas falhas. A maneira que os beneficiários têm de garantir a concorrência e transparência é através de concursos públicos abertos ao mercado. O POSEUR é muito exigente neste processo, mas também avisam e capacitam as entidades para evitar que se apliquem penalizações.</p> <p>No caso dos resíduos, no geral, houve uma grande adesão aos avisos por parte de projetos de boa qualidade. Houve também casos de avisos que tiveram muitas candidaturas chumbadas, mas que depois abriram mais à frente, para as entidades terem oportunidade de corrigir os seus erros (Ex. estrutura tarifária ou grau de recuperação de custos) e de se candidatarem novamente e obter a aprovação e acesso ao financiamento – há uma preocupação pela promoção da inclusão entre beneficiários.</p> <p>Face ao POVT, no caso dos resíduos, no POSEUR as análises tornaram-se mais técnicas, com a ajuda dos indicadores mais específicos. Aumentou a complexidade técnica das candidaturas dos projetos, e dá-se mais importância aos resultados. Foi dado um passo importante neste sentido, no sentido de assegurar a qualidade dos projetos.</p> <p><b>- Operacionalização do PO – gestão interna</b></p> <p>O POSEUR demonstrou sempre disponibilidade para auxiliar os beneficiários a suceder nas suas candidaturas, apesar de todas as regras/requisitos associados às candidaturas e avaliação das operações.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Deveria haver um plano de avisos e os beneficiários deveriam saber com antecedência, e muitas vezes isso não aconteceu. A certa altura no Portugal 2020, os planos de aviso foram abandonados. Havia um plano de avisos interno, mas não foi oficial e divulgado. Foi muito dependente da articulação com a tutela.</p> <p>Contratação de serviços externos tem corrido bem, do pouco conhecimento que tem. Faria sentido, fazer-se uma prestação de serviços para avaliar os resultados práticos das campanhas de sensibilização. Não foi fator impeditivo para nada – contratação de serviços externos; falta de recursos, etc.</p> <p><b>- POVT vs. PO SEUR</b></p> <p>Houve projetos no POVT que foram aprovados e apoiados, mas essas instalações nunca chegaram a funcionar de forma plena, contudo isso não deveria acontecer. O projeto financiado deveria estar a funcionar. O que tentam fazer nesses casos, visto que não podem financiar duas vezes a mesma coisa, é financiar melhorias/upgrades que permitam colmatar as falhas que impedem o funcionamento pleno dessas operações. Neste aspeto, as entidades gestoras em alta são mais críticas das suas necessidade e capacidades do que os Municípios.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p><b>- Cobertura de custos</b></p> <p>É um requisito do PO SEUR com base nos critérios da ERSAR, contudo nos resíduos há menos Municípios que incumprem esta questão. Não é um tema tão insurgente como nas águas.</p> <p><b>- Perceção de impacte por parte dos utilizadores finais</b></p> <p>Há uma preocupação grande com este fator. O POSEUR faz o esforço para que isso aconteça, mas não têm a certeza se a mensagem seja percebida, inclusive há um estudo europeu de perceção sobre os FEEI e Portugal ficou mal classificado. Os beneficiários têm de dar evidências sobre isso, mas nem sempre é fácil interpretar as evidências.</p> <p>O PO SEUR tem dúvidas se, por exemplo, nas aldeias, há perceção do impacte dos projetos cofinanciados.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>---</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p><b>- Sinergia com outros instrumentos</b></p> <p>Apesar de poder parecer que o PO SEUR é o principal instrumento de concretização da política de resíduos em Portugal, não consideram que isso seja aceitável. Em termos de financiamento, existe também o Fundo Ambiental (FA), as tarifas (TGR) que devem suportar os custos de exploração. Contudo, há muita coisa que deveria ser melhorada na complementaridade/coordenação entre o PO SEUR e o FA.</p> <p><b>- Sinergia entre operações e beneficiários</b></p> <p>As sinergias foram promovidas através de critérios de seleção das candidaturas. O PO SEUR tem margem para melhorar o tema e simplificar a constituição de sinergias, mas a verdade é que elas existem e estão previstas nos avisos. Há avisos com mais do que um beneficiário, mas que acabam por não ter uma escala espetacular, devido à fragmentação de tarefas. É um tema que tomaram em consideração, mas que poderia ser mais desenvolvido no próximo quadro de apoio comunitário.</p>
<p>Recomendações para o Futuro</p>	<p>---</p>



## 1.1.8 Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

### 1.1.8.1 Açores (DRAAC RAA)

**Data da realização:** 16/05/2023

**Participantes:**

DRAAC RAA: Ana Rodrigues (Diretora Regional do Ambiente)

3drivers: Catarina Silva

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A DRAAC tem projetos na alçada da Direção Regional, na Secretaria e na Direção Regional do Ordenamento do Território.</li> <li>- A DRAAC não é beneficiária direta do PO SEUR. É financiada principalmente através do REACT EU que foi criado com o que sobrou das verbas do COMPETE 2020</li> <li>- A DRAAC fez a avaliação do projeto da Musami em termos ambientais, com um parecer positivo. Não teve qualquer intervenção na relação da Musami com o PO SEUR.</li> <li>- O projeto da Musami contempla o tratamento mecânico e biológico de resíduos. Este tipo de tratamento já está a ser utilizado noutras ilhas da região e o resultado foi um aumento da taxa de reciclagem de 20% para 70%. Quando este projeto estiver concluído, a DRAAC considera que vai haver uma aproximação ao valor das metas do PO.</li> <li>- A estação de tratamento da Musami inclui uma incineradora que, apesar da contestação de algumas entidades, vai resolver alguns problemas da região relacionados com a falta de espaço e com a redução dos passivos ambientais nas ilhas. Esta incineradora vai ser utilizada de forma a atingir o Aterro Zero, que só pode acontecer se a região tiver outro fim para os resíduos. A grande maioria dos resíduos que não tem capacidade de ser valorizados estão a ser enviados para a incineradora da Terceira.</li> <li>- A DRAAC considera que o grande problema da região é o transporte de resíduos. Geralmente as dificuldades estão relacionadas com os transitários e os armadores que se recusam a disponibilizar contentores para transportar os resíduos, dando prioridade a outro tipo de mercados mais “limpos”.</li> <li>- A incineradora da Musami vem trazer grandes benefícios na resolução do problema dos transportes. Apenas serão incinerados os resíduos que não podem ser valorizados/recicladados. A incineração é feita com um controlo ambiental muito apertado.</li> <li>- Existem outros projetos na região para melhorar a valorização dos resíduos. Por exemplo, um projeto que está a ser desenvolvido de logística inversa, onde se entregam embalagens reutilizáveis e se recebe um prémio em troca.</li> <li>- Existe um aterro no Pico com uma vida útil estimada de 10 a 15 anos e o aterro de São Miguel que atingiu a sua capacidade final. O objetivo agora é terminar com os aterros na região até 2050. No entanto acreditam que seja possível fazê-lo antes.</li> <li>- Toda a reciclagem é feita no continente, devido à pequena escala das ilhas para um custo/benefício rentável. A manutenção dos equipamentos de triagem na ilha tem alguns entraves, tal como a necessidade de peças de substituição, não havendo garantia de que se consigam no imediato por virem do continente. Não é apenas um problema de escala, mas também de condições para fazer a reciclagem. Mesmo tendo material extra, por exemplo, peças para fazer as manutenções, a sua vida útil é reduzida devido ao clima da região.</li> </ul>

	<p>- Atualmente, compensa mais à RAA enviar os resíduos para fora. Os operadores dos resíduos recebem as diversas tipologias e o remanescente é enviado para o exterior. O que é enviado para o exterior é triado e prensado. Existem 2 enfardadoras o acondicionamento de resíduos. Alguns são enrolados em plástico de forma a ultrapassar os problemas de transporte porque retém os lixiviados.</p> <p>- Os centros de processamento de resíduos estão todos concessionados a 2 empresas. Uma é a Resiaçores e a outra é a Equiambi. A Resiaçores tem 7 centros de processamento ao seu dispor e a Equiambi tem 2. Existe uma grande dificuldade ao nível da mão obra.</p>
QA2. Eficiência	--
QA3. Eficiência Operativa	--
QA4. Impacto e Sustentabilidade	--
QA5. Valor Acrescentado Europeu	<p>- O PO SEUR é extremamente importante para atingir os objetivos da DRAAC e da região. Atualmente, a taxa de reciclagem da Região Autónoma dos Açores é superior à de Portugal continental, no entanto não é o suficiente para atingir as metas definidas. Havia uma necessidade de melhorar a taxa de reciclagem, e não se estava a conseguir aumentar a taxa através das ações de sensibilização, por isso decidiram apostar na melhoria da taxa através dos sistemas de gestão de resíduos em alta.</p> <p>- Este projeto do REACT EU, refere-se a um investimento de mais de 6 milhões de euros a executar em 2 anos e que vem capacitar os centros de tratamento de resíduos para a compostagem de resíduos domésticos. Apenas o projeto da Musami é apoiado pelo PO SEUR, os restantes são apoiados pelo PO, mas indiretamente, através do REACT EU.</p> <p>- A DRAAC considera que, para a área dos resíduos, era importante conseguir ter mais financiamento de forma a ter sistemas que permitam criar condições para executar as operações com qualidade. Caso contrário, o tratamento dos resíduos não é realizado com qualidade e os resíduos tratados não são aceites no exterior.</p> <p>- Existem bastantes necessidades na região e, havendo possibilidade de concorrer a fundos que ajudem a colmatar essas necessidades, a DRAAC vai concorrer. Existe interesse, por exemplo, na construção de ecocentros, com o objetivo de facilitar o processo de tratamento de resíduos e de melhorar a eficiência da recolha de resíduos por parte das autarquias. Os investimentos nesta área são muito grandes e sem apoios não será possível a sua concretização.</p> <p>- São necessários fundos para preparar os centros de tratamento de resíduos, porque começa a existir a obrigatoriedade de fazer uma série de procedimentos e processos que não serão possíveis sem apoio. É necessário que exista mais sensibilização. Tem de haver um trabalho na gestão em alta que seja muito eficiente e ao nível da sensibilização também. Consideram, ainda, que é necessário fazer um estudo sobre quais são as motivações para que as pessoas reciclem ou não, preferencialmente à escala local.</p>
QA6. Relevância e Coerência	<p>- É necessário rever a arquitetura urbana, porque muitas das vezes a não reciclagem pode estar relacionada com isso. Na RAA é muito difícil ter ecopontos suficientes para toda a população. Muitas vezes, a Câmara Municipal não recebe o suficiente para fazer a recolha com maior periodicidade, porque a taxa paga pela população não cobre os custos da recolha.</p> <p>- O acréscimo de população de maio a agosto nas maiores ilhas faz com que os operadores em baixa tenham dificuldades. O mesmo acontece para os operadores em alta porque não têm capacidade de escoar os seus resíduos.</p>
Recomendações para o Futuro	--



1.1.8.2 Madeira (DRAAC RAM)

Data da realização: 24/05/2023

Participantes:

DRAAC: Eng. Manuel Ara (Diretor Geral)

3drivers: Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b> O POSEUR é um instrumento muito interessante porque é muito focado nas prioridades que estão definidas a nível regional, permitindo apoiar diversas áreas como planos estratégicos e ações concretas a implementar no terreno.</p> <p><b>- Critérios de elegibilidade</b> Por vezes, há critérios de elegibilidade e prioridades de investimento definidas que limitam as candidaturas aos fundos, contudo este fenómeno é encarado com alguma naturalidade, considerando a limitação natural dos vários fatores capacitativos associados a cada entidade.</p> <p><b>- O papel da DRAAC perante outras entidades beneficiárias</b> Embora a DRAAC não seja um beneficiário direto, é a entidade que define quais as prioridades e políticas regionais, que, por sua vez, constituem instrumentos importantes para quem implementa as ações no terreno e gere os recursos (p.ex. ARM, IFCN). Neste sentido, a DRAAC promove a participação de todos os intervenientes ao nível da gestão de recursos (p.ex. Municípios, ARM), de modo a garantir o alinhamento entre atores e o reconhecimento da voz e papel de todos. Por sua vez, este trabalho inclusivo faz com que as visões estratégicas definidas estejam alinhadas com os princípios de investimento e estratégicas próprias de cada entidade gestora de recursos.</p>
QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa	<p><b>- Relação com os organismos de gestão</b> O IDR contacta a DRAAC nessa fase de planeamento de alocação do financiamento disponível, mas também em vários momentos, por exemplo, ao nível da definição e monitorização de indicadores, avaliações ambientais estratégicas dos Programas, entre outros aspetos. Neste aspeto, a RAM tem uma facilidade ao nível da proximidade entre as várias áreas da administração pública, promovendo uma maior facilidade de articulação entre as diversas entidades. O IDR enquanto organismo intermédio tem uma interação direta com os promotores das operações a nível regional.</p> <p><b>- Eficiência Operativa Interna ao Beneficiário</b> A DRAAC reconhece a exigência associada às candidaturas do PO SEUR com naturalidade – “É normal que assim seja”. Reconhecem as suas limitações a nível de recursos humanos (número e capacidade técnica) e financeiros disponíveis para a candidatura aos vários avisos, contudo não consideram que a questão dos recursos seja um fator limitativo para a realização das operações. Para o sucesso das operações, reconhecem que é necessário possuir uma estrutura, uma equipa que compreenda os esforços necessários e reconheça as mais valias do esforço empregue para estas candidaturas e desenvolvimentos. Quer seja um projeto de 20M ou 200 mil €, a carga burocrática é idêntica, e por isso compreendem as eventuais ponderações antes de iniciar um processo desta natureza.</p> <p><b>- Comunicação no âmbito das operações</b> No caso concreto do PGRI, não consideram que a verba associada à componente de comunicação tenha sido limitadora para a comunicação e para o assegurar da perceção de impacto por parte dos beneficiários.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	<p><b>- Perceção dos impactes</b> Há impactes que são mais visíveis, e por isso mais óbvios para a população e para quem trabalha no desenvolvimento das operações. Mas por outro lado, há existem também operações que são menos perceptíveis do ponto de vista físico, por exemplo, o PGRI, pelo seu carácter estratégico e preventivo, não tem o seu impacto percebido de forma tão clara por parte da população. Contudo, o seu impacto é, tão ou mais valioso, enquanto interveniente na redução das áreas de risco. Neste caso, são os organismos intermédios que reconhecem</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>mais o impacte destas ações, uma vez que beneficiam da definição destas políticas para a sua atividade.</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p>A DRAAC sempre teve a motivação/preocupação de ir buscar competitividade através dos fundos de apoio ao financiamento disponíveis, tais como a POSEUR, INTERREG, MAC, diversos Programas Operacionais, EEA Grants, entre outros. Reconhecem a importância destes apoios, mas também todo o trabalho que envolve. Todo o processo de candidatura, desenvolvimento, acompanhamento e monitorização das candidaturas é muito trabalhoso, não só para concretizar os requisitos do Fundo (cofinanciamento), mas também do ponto e vista da gestão do capital próprio e recursos da própria entidade.</p> <p>O POSEUR foi chave para a realização das operações financiadas. A RAM tem por princípio aproveitar os recursos disponíveis, para não lesionar o orçamento e recursos próprios da Região.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p><b>- Alinhamento político/estratégico</b> A DRAAC considera que os planos foram dando resposta à realidade atual, atendendo às diversas prioridades estratégicas. Os programas vão reforçando eixos em função da realidade económica, social da Comissão, pelo que não veem que a incoerência tenha sido uma realidade. Naturalmente, reconhecem algumas preferências próprias, ao nível de alguns departamentos internos, contudo essa é uma manifestação normal, mas que não é de todo impeditiva ou ditadora de uma má gestão e alocação dos fundos disponíveis.</p> <p><b>- Sinergias</b> No caso da DRAAC, as sinergias/parcerias/cooperação no âmbito do POS EUR existiram mais a jusante (ex. PGRI). Há situações onde procuram esse tipo de sinergias, por exemplo, com o programa LIFE. Neste PGRI, estão lá um conjunto de medidas que promovem as sinergias. Com outros programas de financiamento não acontecerem sinergias.</p>
<p><b>Recomendações para o Futuro</b></p>	<p>---</p>

### 1.1.9 Environmental Global Facilities (EGF)

**Data da realização:** 05/06/2023 e 07/06/2023

**Participantes:**

EGF: Dra. Cristina Saraiva (Amarsul) e Dr. José Coelho (Suldouro)

3drivers: António Lorena | Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Nota: O contributo da EGF foi recolhido através da entrevista aos responsáveis de diferentes concessionárias do universo EGF (Amarsul e Suldouro)

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b> Até ao momento houve fases melhores e piores. A fase pior foi naqueles dois anos iniciais quando a EGF não sabia se iria ser elegível para os apoios comunitários. No final do dia, o montante de apoio comunitário deveria reverter todo para o mesmo objetivo: reduzir as tarifas de tratamento de para os cidadãos, sejam elas pelo facto dos custos de tratamento em alta têm mais cofinanciamento, seja pelas empresas em baixa (Municípios).</p> <p>Um dos principais problemas é a estruturação do país nas atividades de recolha. Temos a recolha de resíduos indiferenciada e a agora a escolha de biorresíduos com os Municípios e a seletiva/multimaterial com as empresas em alta – vai criar entropia no país a nível global. A recolha indiferenciada num lado e a seletiva no outro, já era difícil, mas geria-se melhor. Agora, desta nova forma, vai criar ainda mais entropia. A Amarsul tem tentado estabelecer coordenação e sinergias com os seus municípios neste aspeto, mas há outras empresas com alçada de mais Municípios, no qual este trabalho e articulação não será fácil.</p> <p>Foi uma estratégia nacional, e as metas do PERSU criaram medos e recreios tão grandes nas instituições, que orientou muitas prioridades temáticas para os biorresíduos. Contudo, a prioridade do PO SEUR sobre os biorresíduos não vai ser aquilo que vai conseguir alcançar o cumprimento das metas. Para isso, seriam necessárias campanhas de comunicação de grande escala, a nível nacional, e criar fiscalização. Este é um aspeto para o qual terá de existir punição monetária, caso contrário os hábitos não vão mudar. O medo é tão grande de não se alcançarem as metas de recolha, que os esforços e apoios convergiram todos para a recolha seletiva dos biorresíduos. Esse esforço vai ser enorme, mas o esforço para as embalagens também terá de ser grande, para o alcance das respetivas medidas – o mal tem de ser distribuído pelas aldeias. Apontar os esforços todos para os biorresíduos é injusto, para as outras prioridades também existentes</p> <p><b>- Alocação e priorização do financiamento</b> Atualmente o que a Amarsul necessita é de fundos para reforçar a área multimaterial. E tratamento adequado para a fração resto (e.g. aterros). Os avisos de CDR acompanhados pela Amarsul foram um desastre. Por exemplo, teria sido importante que houvesse apoio dedicado ao problema da gestão de tratamento de “monstros”, tal como a Amarsul realizou por meios próprios. Fundos alocados a projetos de inovação.</p> <p><b>- Constrangimentos na execução das operações</b> O projeto da Resulima não teria sido realizado sem o investimento do PO SEUR. É um exemplo de execução, considerando os constrangimentos na obra por parte da situação da Efacec – tiveram de realizar contratos de cedência de crédito. Houve alguns atrasos nas obras devido à covid e aos atrasos na cadeia de valor. Também devido à situação de consórcio constituído pela Efacec – ex. TMB da Pardela e triagem Suldouro.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Relação com os organismos de gestão</b> As empresas do grupo EGF têm um problema crónico com a entidade reguladora: dizem todos os anos que têm de ter verbas exclusivas para a elaboração de estudos de projetos. Aquilo que a entidade reguladora diz, é que esses custos estão alocados ao investimento; têm de estar na ficha de investimento, e só depois de terem a ficha de investimento aprovado, é que podem ser considerados. Assim sendo, até a aprovação, a concessionária tem de assumir os custos do projeto, sem que estes possam ser financiados pela tarifa – gerando algum risco para a concessionária. O ideal seria que as concessionárias tivessem os projetos todos previamente estudados. Mas para isso também seria importante que os planos estratégicos do setor não saíssem com tanto atraso.</p> <p>Do lado do PO SEUR há sempre uma grande abertura e disponibilidade para esclarecimentos, sobretudo na área técnica. Contudo, referem a exigência do PO SEUR em relação aos critérios e requisitos para o encerramento de projetos.</p> <p>Nos últimos tempos, referem que tem havido alguns contactos por parte do PO SEUR com a EGF, no sentido de perceber eventuais alocações de apoio e prioridades de investimento, mas de forma geral, não tem conhecimento que tenha acontecido algum momento de auscultação formal ao setor, de forma prévia à programação e lançamento doas avisos.</p> <p><b>- Eficiência Operativa do PO SEUR</b> Em comparação com o POVT, consideram que os tempos de resposta por parte da equipa técnica do PO SEUR apresentaram uma notável melhoria. A digitalização dos processos veio ajudar.</p> <p>A queixa no tribunal europeu, que originou os atrasos no arranque do Programa, para a PI 6.1, esteve relacionada com a privatização da EGF, tendo ficado as candidaturas num impasse e sem o lançamento de novos avisos. Esse atraso veio, em parte, desregular o período de candidaturas e desenvolvimento das operações.</p> <p>Quando os avisos saem a 2/3 anos do fim do Programa, torna-se difícil concluir grandes empreitadas, no prazo estabelecido pelo PO, especialmente considerando o atual contexto de recuperação pandémica e de guerra. Se os avisos fossem mais fragmentados, era mais fácil para os beneficiários, em termos de processo de candidatura. O lançamento tardio dos avisos tem constituído um constrangimento, fazendo com que os planos de investimento das empresas concessionárias, neste caso, Suldouro, Resulima e Valorminho, que estava previsto para 16/18, passasse quase na íntegra para 19/21, que foi ainda agravado pela pandemia e constrangimentos de inflação de preços que sucedeu. No caso destas três empresas, no final de 2020, estavam já completamente alinhados com a execução de investimentos que tinham já previstos no período regulatório de 19/20/21, com ligeiros atrasos, mas já estavam na ordem dos 80-85% de execução nas três empresas e no universo EGF também mais ou menos próximo desses valores.</p> <p>A previsibilidade do lançamento de avisos é fundamental na operacionalização do Programa, principalmente para os beneficiários. Seria pelo menos importante, haver uma definição da alocação dos fundos para as áreas prioritárias, de modo a auxiliar na programação das candidaturas por parte dos beneficiários. Porque para além de todo o trabalho interno, alguns beneficiários têm também de atender ao lado da regulação, com a ERSAR, no qual têm de levar o investimento a ser aprovado por parte do Ministério e da ERSAR. O CCP, etc.</p> <p>As entidades que fazem parte da gestão técnico do PO, deveriam conseguir articular estes pontos de uma melhor forma, e perceber as preocupações dos beneficiários e antecipar um pouco a publicação dos avisos, principalmente para os avisos que exigem a construção de grandes infraestruturas. Os avisos têm de sair em tempo útil. Muito importante o alinhamento dos prazos.</p> <p>A expressão de interesse é uma ferramenta importante, principalmente ao nível dos sistemas intermunicipais, que poderia ser feito de forma fácil através da requisição dos planos de investimento destas entidades à ERSAR. Permite a atuação de forma mais planeada e uma visão mais macro dos investimentos e necessidades dos beneficiários a nível nacional.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Os investimentos do PO SEUR deveriam ser pensados mais a longo prazo, de modo a garantir a maximização e orientação para os resultados pretendidos, considerando a tipologia de operações a apoiar</p> <p>A burocracia do PO SEUR é exigente, mas também referem que numa ótica de experiência e conhecimento, as coisas vão conseguindo ter sucesso e minimizar esse peso.</p> <p><b>- Eficiência Operativa do setor</b> Para além do investimento em infraestruturas, será também necessário um investimento ao nível dos recursos humanos.</p> <p><b>- Comunicação no âmbito das operações</b> Na questão multimaterial, responsabilidade maior pelas campanhas de comunicação deve ser por parte dos SGRU, porque as estratégias de recolha são muito distintas, estão relacionadas com especificidade e contexto regional – deve ser mais caso a caso. Não desvalorizando as campanhas a nível nacional. Deve existir um misto. A massificação pela televisão é precisa, para voltar a sensibilizar os cidadãos; mas também são necessárias campanhas locais. Uma das fragilidades para o tema dos biorresíduos é a falta de uma entidade gestora dedicada, uma vez que, por norma, as EG têm uma flexibilidade de contratação nestas dimensões muito maior que qualquer outra entidade beneficiária do PO.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	-
QA5. Valor Acrescentado Europeu	Sem o apoio dos FEEI, os projetos de investimento não se realizariam, e o setor não teria tido grandes avanços.
QA6. Relevância e Coerência	<p><b>- Sinergias</b> A partilha de infraestruturas é muito importante, também promovido pelo PERSU. A Amarsul tem prevista um a partilha de infraestruturas (TB) com a Valorsul. A partilha de infraestruturas é interessante, mas acarreta dificuldades, tais como a falta de triagens na zona de Lisboa, e os custos de transporte de embalagens para uma instalação. Há um certo mito associado à partilha de infraestruturas e a diminuição dos custos. Não veem porque não faça sentido a partilha de infraestruturas entre sistemas municipais e intermunicipais. Mas antes de se decidir a partilha de infraestruturas é necessário ter em consideração os custos associados: transporte, custo-benefício do investimento numa infraestrutura de maior calibre, com capacidade instalada para atender às necessidades das partes integrantes na sinergia.</p> <p>Falta de complementaridade do PO SEUR com outros instrumentos. A TGR tem de ser devolvida ao setor dos resíduos em grande escala. Atualmente está apenas a funcionar como um imposto e não como uma taxa, no qual o montante apurado é devolvido ao setor para apoiar os investimentos. Não há uma complementaridade entre aquilo que é o FA e o PO SEUR. OFA poderia ajudar as entidades que estivessem mais atrás com a execução de estudos e planos – ações de preparação do setor para receber os apoios comunitários-, e o PO SEUR poderia ajudar apenas na vertente da aquisição de infraestruturas. Atualmente o financiamento do setor é um drama.</p> <p>A articulação e coordenação para a promoção de sinergias entre o PO SEUR e outros instrumentos de apoio, tem de partir da definição e decisão política nacional para alcance das metas nacionais e europeias definidas. Portugal não pode ser dependente dos apoios comunitários.</p>
Recomendações para o Futuro	<p>A regionalização dos fundos será difícil para as entidades que estão na região de LVT, contudo têm esperança de que, por meio do papel que desempenham no setor, consigam chegar aos apoios.</p> <p>As capacidades de PO SEUR eram mais valias que dificilmente serão replicadas nas CIM/CCDR. Nesse sentido, temem que a regionalização dos fundos irá agravar <i>delay</i> já existente no setor.</p>



### 1.1.10 Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)

No seguimento de solicitação de Entrevista Individual, a ERSAR enviou o seu contributo para o exercício de auscultação através de respostas ao guião de entrevista e que conta com a participação de diversas divisões operacionais que trabalham as áreas temáticas associadas ao PO.

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
QA1. Eficácia	<p><b>6.4. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional, e decorrentes objetivos do PO SEUR? De que forma? Sem eles, teria sido possível realizar os investimentos necessários ao cumprimento destes objetivos nacionais?</b></p> <p>Sim, entende-se que os FEEI têm contribuído para alavancar medidas de política pública.</p> <p>Sem os FEEI dificilmente seria possível garantir os investimentos nos termos em que foram executados nem com os resultados verificados, destacando-se o investimento no levantamento cadastral, na promoção das agregações e na integração dos sistemas.</p> <p>Por outro lado, os critérios de elegibilidade definidos, nomeadamente os centrados na melhoria da sustentabilidade económica e financeira e no aumento do conhecimento das atividades reguladas, via indicadores da ERSAR, foram um importante promotor de aumento de eficiência e eficácia na gestão das entidades gestoras, contruindo de forma relevante para a prossecução das políticas públicas.</p> <p><b>6.5. Atentando às diferentes áreas temáticas apoiadas, considera adequados os apoios que foram disponibilizados nesses âmbitos? Por outras palavras, existem áreas ou temas que não foram alvo de financiamento por parte do PO SEUR, mas que seriam relevantes no âmbito dos temas de resíduos e ciclo urbano de água?</b></p> <p>Considera-se que teriam sido também relevantes financiamentos promotores de projetos de reutilização de águas residuais e de medição de caudais nos sistemas de abastecimento e saneamento. Para os resíduos urbanos considera-se que os fundos destinados ao aviso para investimentos em CDR poderiam ter sido canalizados para promoção de recolha seletiva.</p> <p><b>6.6. Considera que as formas de financiamento previstas ou os próprios mecanismos de controlo são as mais adequadas e ajustadas aos potenciais beneficiários?</b></p> <p>Os critérios de elegibilidade do POSEUR que estavam suportados nos indicadores da ERSAR foram cruciais para a melhoria da sustentabilidade das entidades gestoras. Sugere-se, aliás, que se possam manter estes critérios em financiamentos futuros (com as necessárias adaptações à nova geração de indicadores e com indicações claras de que não haverá adiamento do cumprimento dos critérios de elegibilidade à data das candidaturas).</p>
QA2. Eficiência	<p><b>7.1. Considera que o apoio atribuído poderia ter sido canalizado para outras operações com maior impacto? Ou que seria possível atingir os mesmos resultados com menos recursos? Em que tipo de operações?</b></p> <p>A atribuição do financiamento deve ser o resultado da identificação de uma necessidade e não o resultado de uma oportunidade de captar subsídios. Neste enquadramento, considera-se que a participação da ERSAR aquando da definição das prioridades de investimento e da data de abertura dos avisos deve ser reforçada para garantir que as opções estratégicas das entidades gestoras são tomadas em função de critérios técnicos e não em função da existência ou não de financiamento.</p> <p><b>7.2. Considera que os critérios de análise e avaliação das candidaturas são adequados para a avaliação da qualidade e adequabilidade dos projetos apresentados? Em particular, considera que os projetos candidatos são selecionados com base na maximização dos impactes para os apoios atribuídos?</b></p> <p>A ERSAR não esteve envolvida na definição dos critérios de análise. No entanto, considera-se que os critérios de elegibilidade aplicados foram determinantes para a maximização dos resultados obtidos no que respeita a melhoria da sustentabilidade dos serviços em causa.</p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p><b>7.3. Que outros critérios poderiam ser atendidos na seleção de operações (p.ex., coesão territorial, harmonização tarifária pelo país)?</b></p> <p>Em acréscimo aos critérios de elegibilidade, já mencionados, p.e. cobertura de gastos e o cumprimento da estrutura tarifária recomendada pela ERSAR, considera-se que uma apreciação técnica e de viabilidade financeira especializada será sempre um contributo relevante para a seleção de investimentos.</p>
<p><b>QA3. Eficiência Operativa</b></p>	<p><b>8.1. Como avaliam a cooperação entre a AG e outras entidades, nomeadamente ERSAR, para o alcançar dos objetivos do PO SEUR? Foi já identificado o apoio da ERSAR na avaliação e promoção da cobertura de gastos em vários beneficiários; existem outros exemplos de cooperação?</b></p> <p>Em estreita cooperação com o POSEUR, a ERSAR participou em sessões de esclarecimento com as entidades gestoras em 2020, 2021 e 2022. Em outubro de 2022 a ERSAR remeteu ao POSEUR 78 fichas dedicadas para cada uma das entidades gestora em risco de incumprimento do critério de elegibilidade relativo à cobertura dos gastos e com candidaturas aprovadas para melhoria dos serviços de AA e/ou AR, reiterando o que tem referido às entidades gestoras no âmbito dos ciclos regulatórios anuais, tendo por objetivo apoiar as entidades gestoras na melhoria dos indicadores relativos à cobertura dos gastos.</p> <p>Para cada entidade gestora apresentou-se o histórico dos últimos 3 anos relativo aos indicadores de cobertura dos gastos para os serviços de águas, da subsídio implícita paga pelo município, do encargo doméstico e da tarifa média. Incluiu-se ainda o valor previsional dos indicadores de cobertura dos gastos resultante das estimativas de rendimentos e gastos para 2022 (com base nas propostas de tarifários submetidas a parecer), valores estes que só poderão ser validados aquando da análise das contas de 2022 (em curso). Apresentou-se, ainda, uma avaliação genérica da conformidade dos tarifários propostos com a estrutura tarifária recomendada pela ERSAR. Com base no valor obtido para a subsídio implícita pelos municípios calculou-se a tarifa média que permitiria atingir em 2022 uma cobertura de gastos de 100%. Acrescentou-se, ainda, o rendimento máximo que seria possível obter com a valorização de consumos próprios estimados a partir da parcela de “consumo não faturado medido” ao valor da tarifa média. Todavia, estas ações poderiam ter tido maior impacto se tivessem ocorrido em momento anterior da execução do programa.</p> <p>Considera-se que há oportunidade de melhorar a coordenação, através do aprofundamento da colaboração, que pode ir além das sessões de esclarecimento e da prestação de informação para verificação de cumprimento de critérios de elegibilidade. Realça-se como exemplo de boa prática a experiência que resultou do envolvimento da ERSAR na preparação do aviso para a resolução de problemas da qualidade da água em sistemas de abastecimento (para o parâmetro arsénio).</p> <p>Sugere-se o envolvimento da ERSAR nas fases de aprovação e reprogramação de candidaturas, nomeadamente na priorização de investimentos conforme referido atrás em 2.1.</p> <p><b>8.2. Qual o peso ou impacto associado ao funcionamento do PO SEUR sobre a atividade regulada pela ERSAR (p.ex., alterações dos planos de investimento)? Os ciclos/sequência dos processos estão alinhados para assegurar a eficiência operacional das organizações?</b></p> <p>Tomando por enquadramento desta resposta as atuais competências para fixação tarifária da ERSAR – que inclui as entidades concessionadas em alta na gestão de resíduos urbanos – é possível identificar oportunidades de melhoria na articulação entre a atribuição de financiamento do POSEUR, a estratégia nacional (planos setoriais) e o procedimento de aprovação de investimentos da ERSAR/concedente. Verificámos em particular que no setor dos resíduos esta desarticulação resultou em iterações de apreciação adicionais (complexidade de procedimentos e de interações entre entidades), com implicações financeiras relevantes e atrasos na realização dos investimentos.</p> <p>Na gestão direta registou-se uma tendência para os investimentos serem propostos em função do lançamento de avisos, e não necessariamente de acordo com um plano de</p>

Critério de avaliação	Respostas da Entidade
	<p>investimentos associado ao cumprimento de determinados objetivos estratégicos, podendo comprometer assim a sua racionalidade.</p> <p>Por outro lado, os referenciais de avaliação de cumprimento de critérios de elegibilidade devem ser clarificados, de forma a evitar a necessidade de ajustamento no decurso do PO.</p>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p><b>9.1. Considera que as operações apoiadas serão sustentáveis, ou seja, os seus resultados perdurarão no futuro? Como avaliam o risco de dependência dos FEEI para simples manutenção dos serviços?</b></p> <p>O cumprimento de critérios de elegibilidade associados à sustentabilidade do serviço (p.e. cobertura dos gastos) é essencial para assegurar a produção e manutenção de resultados a longo prazo. No entanto, na medida em que o financiamento em causa pretende apoiar o investimento numa vertente também ambiental não é garantido que os efeitos perdurem além da vida útil dos investimentos financiados.</p> <p><b>9.2. Considera que os potenciais beneficiários finais valorizam e reconhecem o potencial social, económico e ambiental das áreas apoiadas: economia circular, valorização de resíduos, biodiversidade e reabilitação de áreas urbanas abandonadas?</b></p> <p>Considerando a relevância crescente das áreas apoiadas, a sua valorização e reconhecimento pelos beneficiários finais terá sempre potencial de melhoria.</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p><b>10.1. Como avaliam a importância das políticas europeias, para além dos FEEI, na melhoria do estado do ambiente? Seria possível, por exemplo, melhorarmos a taxa de reciclagem, a qualidade dos corpos de água, etc., sem metas ou objetivos decorrentes da política europeia?</b></p> <p>Entende-se que o estágio de desenvolvimento do país e o seu enquadramento no ciclo económico não estão, atualmente, totalmente alinhados com a priorização de preocupações de índole ambiental. Nessa medida, as políticas europeias, em particular no que respeita à definição de metas e promoção de iniciativas estratégicas específicas, são um relevante incentivo para o desenvolvimento nacional nesse âmbito. Ainda assim, considera-se necessária a assunção de mais graus de liberdade na implementação da estratégia europeia, de forma a permitir uma melhor adaptação às realidades nacionais.</p> <p><b>10.2. Sem o contributo do PO SEUR, seria possível atingir os objetivos específicos e os objetivos da política nacional e dos beneficiários?</b></p> <p>O contributo do POSEUR foi imprescindível para alcançar os objetivos. A existência de uma estrutura a nível nacional com uma visão global e holística sobre o setor é essencial para garantir a coerência nos critérios de elegibilidade, de atribuição do financiamento e a avaliação da sua efetiva implementação.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p><b>11.1. A Vossa entidade ou as associações em que está envolvida tiveram oportunidade de participar na fase de programação e/ou reprogramação do POSEUR? De que modo? Nesse processo estiveram envolvidos outros atores setoriais e territoriais relevantes?</b></p> <p>A ERSAR é consultada no âmbito do comité de acompanhamento do POSEUR.</p>

### 1.1.11 Associação para a Gestão de Resíduos (ESGRA)

Data da realização: 05/04/2023

**Participantes:**

ESGRA: Dr. Paulo Praça (Presidente da Direção) | Dr.ª Carla Velez (Secretária-Geral)

3drivers: António Lorena | Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos e constrangimentos na execução das operações</b></p> <p>A ESGRA reconhece que o POSEUR ajudou a contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos e nacionais na área dos resíduos (ex: PERSU 2020). A dotação disponível foi muito relevante para os beneficiários melhorarem os seus processos e impactes. Contudo, existiram alguns fatores externos que prejudicaram as realizações, resultados e impactes esperados, entre os quais a pandemia de Covid 19, a conjuntura económica atual terrível e a guerra na Europa, que levaram a um agravamento dos preços, a que os concursos lançados ficassem desertos, entre outras consequências. Para além disso, o PO SEUR iniciou a sua operação com cerca de 2 anos de atraso, devido a alguns problemas burocráticos por parte de alguns agentes do setor, influenciando também os resultados atuais esperados. Estes fatores têm originado uma pressão (compreensível) sobre os beneficiários para a execução das operações, mas que é difícil de contornar, devido à própria capacidade do mercado.</p> <p>A contratação pública é outra área complexa que vem também influenciar (muito) a eficácia das operações apoiadas. Sobre este tema, os beneficiários têm também levantado algumas questões em relação à posição do POSEUR, nomeadamente, sobre a análise exaustiva e aplicação de correções financeiras, que consideram discutíveis. Esse nível de detalhe tem originado aplicações de correções financeira que originam à diminuição dos valores de execução, devido aos encargos financeiros acrescidos.</p> <p>Outro fator, mas mais relacionado com os governos e regulamentos comunitários, é o desconhecimento da realidade económica atual. Não houve reconhecimento da nova realidade; a revisão de preços está amarrada ao critério dos 5%, que é apenas um critério razoável e aplicável num contexto de normalidade, que não é o caso atual. Não houve também agilizar destas condições e da contratação pública para o setor dos resíduos.</p> <p>Por outro lado, existem outros fatores relacionados com os próprios beneficiários que interferem com a eficácia da realização das operações. Por exemplo, muitas vezes, os beneficiários conseguem a aprovação das candidaturas, mas depois, na prática, não possuem as estruturas adequadas para as executar. Existem também uma falta de capacitação dos recursos humanos, por exemplo, ao nível da assessoria jurídica. Nesse sentido, os beneficiários acreditam que deveria ser uma componente de despesa a financiar, uma vez que iria contribuir para o agilizar das candidaturas e desenvolvimento das operações. Estes fatores criam assimetrias entre beneficiários, e também alterações ao nível das realizações, resultados e impactes esperados.</p> <p>A capacidade financeira dos beneficiários é outro dos fatores intrínsecos que condiciona as realizações das operações. Os níveis de investimento que os Municípios estão disponíveis a alocar são muitos reduzidos, e como tal, se não fossem os 85% de taxa de financiamento oferecida pelo PO SEUR, o setor estaria muito pior, porque efetivamente os Municípios não têm capacidade financeira. Por exemplo, a Resíduos do Nordeste tem 7M€ contratualizados, mas sem o POSEUR não teriam capacidade de alcançar esse valor num curto espaço de tempo.</p> <p>Em relação à eficácia do PO, no geral, foi também considerado que as áreas prioritárias foram bem definidas. Contudo, houve alguns avisos, mais no início, que levantaram algumas discussões relativamente ao seu propósito, por exemplo, recolha seletiva porta-a-porta, mas que faziam sentido, uma vez que os Municípios têm diferentes realidades. No entanto, existem outras áreas para as quais não foi priorizado investimento, e que, na opinião dos entrevistados, o deveriam ter sido, tais como aterros e valorização energética. A propósito dos avisos lançados, houve ainda um comentário acerca do aviso para financiar CDR, para o</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p>qual não se percebeu o propósito, dada a atual incapacidade de gerar procura no mercado nacional para esse tipo de produtos.</p> <p><b>- Relação com os organismos de gestão</b></p> <p>De forma geral, a ESGRA e os seus associados reconhecem o bom funcionamento do PO SEUR.</p> <p>Relativamente ao processo de candidatura, os beneficiários reconhecem a necessidade de estarem minimamente preparados possuírem os recursos necessários para tal, assim como de obterem o apoio necessário para o efeito. No âmbito da candidatura referem que houve apoio, contudo na fase de acompanhamento do projeto referem que existiram algumas fragilidades. No fundo, referem que deveria haver uma espécie de “Assistência Técnica” para auxílio dos beneficiários nestes processos, pois, tal como já referido, a maioria dos beneficiários não tem capacidade técnica para dar suporte a estes processos.</p> <p>De forma geral, os critérios de avaliação do PO são considerados rigorosos, mas adaptados. Contudo, destaca-se o critério do grau de inovação exigido por parte das operações financiadas, que nem sempre é possível devido à natureza da legislação e política em vigor, e sobretudo devido às regras a que estão sujeitas das operações de contratação pública.</p> <p>A implementação e gestão futura do PO SEUR por parte das CCDR, é uma questão que já começa a ser discutida e que causa algum desconforto e receio por parte da ESGRA e dos seus associados. Até ao momento, a relação histórica com o POVT e PO SEUR tem sido favorável, e, portanto, existe algum receio em relação ao facto de a contratualização passar agora para as CCDR, que não têm experiência na gestão estratégica de fundos há 10 anos, e que possuem poucos técnicos especializados. Este fator poderá gerar problemas de coordenação entre prioridades e natureza de investimento, devido à eventual falta de recursos humanos com experiência e conhecimento necessário sobre este setor.</p> <p>A questão da coordenação de prioridades de investimento foi também colocada em causa em alguns momentos. O entrevistado deu o exemplo de um dos avisos para os biorresíduos, no qual os sistemas em alta e baixa não estavam coordenados, isto é, o que acontecia em alta não refletia a preparação necessária nos sistemas de baixa e vice-versa. Contudo, destacaram também o papel corretivo que o POSEUR desempenhou, acabando por fazer uma correção de modo que existisse essa coordenação e articulação entre os sistemas de alta e baixa. O principal ponto de destaque deste exemplo, foi o facto de muitas vezes, o POSEUR ter assumido um papel de política, enquanto ainda se discutiam estratégias e políticas nacionais (ex. PERSU), devido à necessidade de se avançar com a implementação do PO.</p> <p>Em relação ao lançamento de avisos, no início do POSEUR, os beneficiários referem que houve uma calendarização mais ou menos definida, mas a partir daí têm sido mais irregulares, pois os avisos e o seu âmbito funcionam muito em função dos governos. Para além disso, consideram que o prazo de apresentação da candidatura é muito exigente (30 dias), e que sem algum tipo de trabalho prévio e capacidade de antecipação, é muito difícil apresentar candidaturas de sucesso dentro do prazo.</p> <p>No geral, os beneficiários referem que as competências do PO SEUR estão bem definidas e executadas. No entanto, foi comentado o processo de verificação que o PO SEUR realiza, no mesmo âmbito do tribunal de contas, que se considera. Por vezes, demasiado detalhado. Os processos de auditoria por parte do PO SEUR foram também descritos como contendo alguma ineficiência operativa, uma vez que é pedido o mesmo tipo de informação que à partida o PO SEUR já possui nos seus sistemas de informação. O prazo afeto ao envio de informações neste âmbito (1 dia) é também considerado perturbador para a dinâmica da própria organização, uma vez que causa alguma pressão e destabiliza o seu funcionamento.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p><b>- Perceção de impacte por parte dos beneficiários</b></p> <p>Relativamente à sustentabilidade temporal das operações, foi referido que a falta de capital humano qualificado é dos fatores mais limitativos. Por exemplo, a sustentabilidade da digitalização no setor dos resíduos carece de conhecimento especializado, já que de nada serve possuir o “software x”, se não tiver ninguém especializado para a sua implementação.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>O reconhecimento dos impactes das operações por parte dos beneficiários finais, neste caso população, é dos fatores mais importantes do investimento por meio de um FEEI. No caso dos resíduos, foi destacada a importância de a população obter mais conhecimento sobre os projetos, benefícios e objetivos dos sistemas em alta. “Tem de haver o reconhecimento de que sem o apoio comunitário eramos uma região muito mais pobre, principalmente nos territórios de menor densidade populacional.” Nessas regiões, estes sistemas são os principais empregadores e dinamizadores da economia.</p> <p>No âmbito dos resíduos, as ações de sensibilização são também chave para a alavancagem de resultados e impactes. Contudo, há determinados fatores que foram referidos como desestabilizadores desse rumo, tais como o facto de existirem muitas entidades a comunicar de forma descoordenada e com diferentes mensagens que não se adequam às especificidades de cada região; de não existir apoio para a continuidade das operações de sensibilização implementadas, e respetiva avaliação da satisfação/sucesso da operação; e de não existir um indicador que permita medir de forma adequada a execução das campanhas de sensibilização.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>O PO SEUR foi responsável por muitos dos avanços e investimento de grande escala que se fizeram no setor dos resíduos. Um dos exemplos referidos foi o caso dos TMB (unidades de tratamento mecânico e biológico). A construção dessas infraestruturas constituiu um avanço, mas agora essa base tem de ser convertida. Por exemplo, a Resíduos do Nordeste já fez adaptação para ter uma linha separativa de biorresíduos, contudo sem o TMB não seria possível investirem numa unidade para tratamento de biorresíduos. Na ausência de TMB apenas teriam aterros.</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p><b>- Sinergias</b></p> <p>A complementaridade entre fundos de apoio é uma das principais características que permite alavancar os resultados e impactes das operações financiadas. No caso do setor dos resíduos, o POSEUR atua como o instrumento único da persecução da política de resíduos, e isso não é suficiente. O resto dos instrumentos disponíveis não estão alinhados e por isso não há a eficácia esperada.</p> <p>Por exemplo, o Fundo Ambiental (FA) seria um bom candidato a promover a continuação e melhoria dos investimentos neste setor, contudo o FA atua com uma grande fragmentação das dotações disponíveis (distribuição excessiva), o que não permite alcançar grandes realizações. A fragmentação excessiva prejudica a eficácia das operações, contudo a partilha de infraestruturas pode contribuir para isso.</p> <p>A partilha de infraestruturas/sinergias entre projetos e beneficiários permite maximizar a eficiência de locação dos fundos, assim como os resultados e impactes alcançados. Contudo, este fator nem sempre é promovido e facilitador entre os avisos e candidaturas apresentados. No caso dos resíduos, esta condição é ainda mais crítica, uma vez que nenhuma entidade quer ficar vista como detentora do pior desempenho – “Qual o SGRU que quer acolher o novo aterro? Receber resíduos de outros municípios?”.</p> <p>Relativamente aos trabalhos de programação do PO, a ESGRA chegou a dar contributos nesse processo de desenvolvimento, inclusive fizeram parte da comissão de acompanhamento do POSEUR, de forma honrosa.</p>
<p>Recomendações para o Futuro</p>	<p>Se a partilha de infraestruturas é uma aposta, o que se pode fazer é quando se lançam avisos, esses sejam de tal forma condicionados e apelativos ao investimento, que obriguem a que os beneficiários tenham de entender essa imposição. De modo que as sinergias sejam cumpridas, estas têm de estar previstas nos avisos, de uma forma mais criativa. Tal só é possível, por meio de visitas ao terreno, e observando quais as principais fragilidades de execução e constrangimentos a que os potenciais beneficiários estão sujeitos.</p> <p>Devido à falta de mecanismos para aceder a formação especializada, deveria haver um programa do Estado específico para formação técnica no setor dos resíduos.</p>

### 1.1.12 Fundo Ambiental (FA)

Data da realização: 05/04/2023

**Participantes:**

FA: Dr.<sup>a</sup> Ana Catarina Pinheiro | Dr.<sup>a</sup> Cristina Pires

3drivers: António Lorena | Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	N.A.
QA2. Eficiência	N.A.
QA3. Eficiência Operativa	N.A.
QA4. Impacto e Sustentabilidade	N.A.
QA5. Valor Acrescentado Europeu	N.A.
QA6. Relevância e Coerência	<p>A entrevista com o Fundo Ambiental tem relevância particular na análise do critério de relevância/coerência, em particular, para analisar de que modo a alocação dos FEEI, neste caso PO SEUR, permite a complementaridade com outros instrumentos de apoio financeiro de origem nacional.</p> <p>Em relação a esse tema, os entrevistados referem que, atualmente, a complementaridade está muito mais visível desde a nova atribuição que o FA ganhou em 2021 de ser beneficiário intermediário do PRR, do que estava antes enquanto serviço e fundo autónomo do Estado.</p> <p>Ao nível do funcionamento do FA, enquanto serviço autónomo do Estado, o FA não está sujeito às regras de gestão europeias, apresentando uma maior elasticidade de gestão. Contudo, as regras do FA relativas à elegibilidade das despesas são muito decalcadas dos fundos europeus, embora com algumas diferenças, claro, particularmente no que concerne com a natureza e características dos projetos apoiados, e com a capacidade que as entidades têm ou não de executar, independente do financiamento que o FA pode dar. Um dos exemplos dessa elasticidade, prende-se ao apoio à contratação de recursos humanos especializados, quando as entidades demonstram não possuir a capacidade financeira para os contratar e estes demonstram ser imprescindíveis para o desenvolvimento dos projetos. Por norma, o FA não financiará atividades que sejam relacionadas com os recursos próprios das entidades (ex. subvenções, remunerações).</p> <p>Relativamente à relação com o PO SEUR em termos de cofinanciamento de projetos, de momento possuem alguns que já terminaram e outros que ainda estão em operação, principalmente na área da conservação da natureza. Nestes projetos de cofinanciamento, o papel do FA é entrar com a verba da contrapartida nacional, de modo que a entidade beneficiária não tenha onerações no orçamento do seu projeto.</p> <p>A questão da complementaridade entre fundos está mais pronunciada na relação com o PRR. O PRR tem avisos similares aos do POSEUR nas componentes C13 (Eficiência Energética), C14 (Hidrogénio) e C15 (Transportes – descarbonização). Este surge como uma continuação do POSEUR, tendo como objetivo aproveitar a experiência do POSEUR para replicar boas práticas e dar continuidade ao investimento em determinadas áreas temáticas.</p> <p>A coordenação temática e técnica do FA mecanismo depende mais das entidades técnicas e reguladoras do ambiente do que do FA. Principais parceiros do FA e maiores proponentes de projetos: DGEG; APA; ICNF.</p> <p>Em relação à regionalização futura do atual PO SEUR, o FA não vê que exista probabilidade de se perder alguma capacidade de se realizar a complementaridade nos moldes atuais, uma vez que, por norma, estão mais habituados a trabalhar a um nível mais desagregado, com as entidades intermunicipais e áreas metropolitanas. Há uma relação muito próxima com estas</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>comunidades, por isso à partida será mais simples trabalhar com as entidades regionais (CCDR).</p> <p>Os compromissos plurianuais são uma questão a que está sujeita toda a Administração Direta do Estado, incluindo o FA. Todos os montantes que estejam acima da competência definida pelo ministro têm de ter um enquadramento diferente (ex: registado no mapa de transferências orçamentais de Estado ou há um pedido de encargos plurianuais). Isto leva a que os projetos demorem muito tempo na sua execução ou fiquem parados – constrangimentos administrativos.</p> <p>Os <i>timings</i> do FA e PO SEUR dificultam a complementaridade: o PO SEUR é um projeto de maior prazo, enquanto o FA é de mais curto prazo. A anualidade do FA tem um impacte enorme nas decisões políticas e estratégicas.</p> <p>No FA o risco de duplo financiamento é reduzido, porque costumam fazer controlo daquilo que foi financiado pelo PO SEUR e aquilo que foi financiado pelo FA (Ex: recolha bio). Estes fundos são completamente complementares. Por exemplo, o aviso do FA sobre os biorresíduos foi centralizado na tutela. A tutela decidiu financiar aqueles que fazem os grandes desvios de aterro, os grandes produtores de biorresíduos, e depois nos PO o apoio será redistribuído de outra forma, de modo a se atingirem os objetivos exigidos pelas normas europeias. A lógica subjacente é “Agora o FA vai fazer isto, porque mais à frente os FEEI vão fazer aquilo. Vão compensar”.</p> <p>Relativamente à elegibilidade de despesas do FA, não são elegíveis despesas que sejam consideradas como despesas correntes de qualquer entidade. Contudo referem que, apesar de lhes parecer que não se enquadram na missão do FA, há elasticidade para analisar isso do ponto de vista jurídico para avaliar se pode pertencer ou não ao FA, mas nunca se fez isso até ao momento.</p> <p>As operações relacionadas com tarifários e agregação das entidades gestoras em baixa (identificação e estudos) é uma área que não consegue ser elegível para o POSEUR, mas que, eventualmente, o poderia ser para o FA. Relativamente a este comentário, os entrevistados referem que parece existir possibilidade de se enquadrar na missão do FA. Poderia ser visto como uma questão de “assistência técnica”, que depois pode levar a uma área de apoio do FA (ex: sustentabilidade dos serviços da água).</p> <p>Para além dos fundos conhecidos (FA, PRR e PO SEUR), os entrevistados não têm conhecimento de outros instrumentos de apoio na área do ambiente.</p> <p>Relativamente às reprogramações, o FA não está envolvido, apenas têm de dar conhecimento pelas entidades apoiadas, que pedem depois ao FA prorrogações de prazos.</p>
Recomendações para o Futuro	N.A.



### 1.1.13 Grupo Águas de Portugal (AdP)

Data da realização: 16/05/2023

#### Participantes:

AdP: Dr. Fernando Marques | Dr. Manuel Pinto | Dr.ª Sónia Pacífico

3drivers: António Lorena | Catarina Silva

Systemic: Andreia Marques

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b></p> <p>O PENSAAR 2020 representa a estratégia nacional para esta área temática, definindo os objetivos nacionais. Contudo, as ações apoiadas não se enquadram bem com os objetivos prioritários do PENSAAR 2020. Por exemplo, um dos objetivos do PENSAAR consistia na melhoria da qualidade do serviço de abastecimento de água, contudo existiram operações aprovadas para garantir o abastecimento de água apenas 18 pessoas, não gerando o impacto suficiente para alteração significativa do valor dos indicadores. Há uma pulverização dos investimentos.</p> <p>Existiram também alguns avisos que foram feitos a pedido aos beneficiários. Por exemplo, a EPAL teve uma operação que foi realizada a pedido e interesse do PO SEUR, com o intuito de apresentarem melhoria face a alguns dos indicadores. Embora essa operação fizesse parte do planeamento da AdP, não havia intenções de financiamento imediatas.</p> <p>No total, o Grupo AdP possui 151 operações aprovadas, algumas das quais tiveram de ser fragmentadas por exigências do PO. Esta fragmentação exigida por parte de algumas candidaturas vem, de certa forma, proteger os beneficiários, na medida em que diminui o tempo das candidaturas nos casos em que existem empreitadas subsequentes.</p> <p><b>- Critérios de elegibilidade</b></p> <p>No âmbito do Portugal 2020, e do PO SEUR, o Grupo AdP apresenta elegibilidade na área temática do Ciclo Urbano da Água (CUA), uma vez que recebem investimento público, não entrando em conflito com classificação de estatutos públicos ou privados.</p> <p>No âmbito dos critérios de elegibilidade, destacam-se alguns fatores que tiveram maior influência, tais como o âmbito geográfico das operações, o grau de maturidade e o prazo de execução das operações, assim como outros critérios específicos, tais como o grau de recuperação de custos das entidades promotoras.</p> <p>Considerando a execução atual no âmbito do PO SEUR, o Grupo AdP apresentou um total de 6 candidaturas recusadas e 3 candidaturas desistidas. As candidaturas recusadas deveriam-se ao facto de durante a instrução ter sido impossível fornecer alguns elementos que garantissem todos os critérios de elegibilidade (p.ex. candidaturas da ApR e AdNorte); as candidaturas desistidas aconteceram por motivos de problemas no arranque das empreitadas, tais como sucessivos concursos desertos, assim como pelo facto de estas candidaturas deixarem de respeitar os termos da aprovação, e que face à impossibilidade de cumprimento dos prazos, tiveram de ser anuladas.</p> <p><b>- Indicadores</b></p> <p>Para as operações em territórios de baixa densidade, os indicadores utilizados deveriam ser outros.</p> <p>A redução das perdas é outro dos indicadores principais em muitas das operações no âmbito do CUA. A este nível existem alguns enganos por parte dos Municípios que conseguem disfarçar a redução de perdas através da redução das compras de água ao setor em alta, em contrapartida violando as regras de concessão com a reabertura de furos para venda de água.</p> <p><b>- Atrasos na execução das operações</b></p> <p>Existem algumas situações contenciosas, que promovem atrasos na execução das operações, nomeadamente ao nível do atraso do acesso ao financiamento por parte de alguns Municípios. Ocorreram também algumas alterações na gestão do Grupo AdP, que vieram influenciar alterações ao nível das autorizações de investimentos, contribuindo para alguns atrasos ao nível das operações.</p> <p>Para além disso, existiram algumas operações que chegaram, inclusive, a ser desistidas por motivos de concursos desertos.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>De forma geral, os principais problemas verificados ao nível da execução das operações relacionaram-se com os seguintes fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Maturidade das operações aprovadas;</li> <li>- Instabilidade institucional e alterações contratuais associadas;</li> <li>- Procedimentos de autorização dos investimentos;</li> <li>- Procedimentos de contratação (incluindo situações de litigância)</li> <li>- Aumento generalizado dos preços, acentuado pela crise pandémica Covid 19, e mais recentemente, pela Guerra na Ucrânia;</li> <li>- Atrasos nos trabalhos (empreitadas)</li> <li>- Desvios observados (por vezes com impacte nos indicadores) que conduzem a reprogramações temporais, financeiras e físicas, por forma a ajustar à realização efetiva.</li> </ul>
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Relação com os organismos de gestão</b> Há uma preocupação evidente por parte do PO SEUR e dos auditores para monitorizar e garantir que os compromissos assumidos nas candidaturas são cumpridos. De forma geral, a relação com o PO SEUR foi favorável, sendo que, em comparação com os programas anteriores, consideram que houve uma melhoria relativamente aos tempos de resposta, um foco mais incisivo face às regras da contratação pública, e maior formalidade nos processos. Por outro lado, salientaram alguns problemas, nomeadamente ao nível da fundamentação dos preços de base.</p> <p><b>- Eficiência Operativa Interna ao Beneficiário</b> O sucesso das candidaturas associadas ao Grupo AdP está muito relacionado com a experiência adquirida com outras candidaturas a programas de financiamento, mas também com a capacidade técnica da sua equipa, a nível financeiro e jurídico.</p> <p><b>- Requisitos de candidatura</b> A realização de EVF (estudos de viabilidade financeira) exigida para operações de custo superior a 1M€, é considerado como um critério exigente para as candidaturas ao Programa. O grau de recuperação de custos é um dos principais indicadores de referência ao nível das operações no âmbito do CUA. Para a aprovação das candidaturas neste âmbito, tem de ser garantido o cumprimento desse requisito, ou dada a garantia de convergência para o indicador.</p> <p><b>- Gestão dos apoios</b> A gestão dos apoios, por vezes, é orientada numa ótica política instantânea, ficando aquém do pressuposto.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p>-</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>-</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p><b>- Sinergias com outros instrumentos</b> Foi referido a sinergia com outros instrumentos tais como o Horizonte 2020 e o Programa Compete.</p>
<p>Recomendações para o Futuro</p>	<p>-</p>

### 1.1.14 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Data da realização: 18/04/2023

**Participantes:**

ICNF: Hugo Henriques | Ana Cristina

3drivers: Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As operações desenvolvidas pelo ICNF no âmbito da PI 6.4. apresentam alguns constrangimentos relacionados com restrições temporais e de operações com equipamentos que têm de ser realizadas fora do período crítico (1 de junho a 30 de setembro). Este período de cerca de 4 meses é prejudicial na realização de algumas operações porque deixa apenas disponíveis cerca de 8 meses para a realização das mesmas.</li> <li>- O ICNF considera ainda que, quando os indicadores não estão alinhados com os objetivos das operações, deva existir alguma flexibilidade por parte da Autoridade de Gestão para alterações necessárias. No entanto, refere que o PO SEUR se demonstrou sempre flexível com as necessidades de alteração dos indicadores.</li> <li>- Muitas das operações que foram desenvolvidas no âmbito da PI 6.4. estão relacionadas com ações de sensibilização, sendo umas desenvolvidas online e outras presencialmente. O público geral pode acompanhar as ações de sensibilização através das redes sociais.</li> <li>- Os investimentos concluídos no âmbito da PI 6.4. resultam num relatório que analisa os impactes positivos ou negativos da operação. No caso das ações de sensibilização, o ICNF mede os impactes através das informações que lhe vão sendo transmitidas pelas entidades que realizaram as operações.</li> <li>- Referem a existência de indicadores que são muito criteriosos e outros que são mais difíceis de mensurar. O ICNF considera que não existe uma solução única para estes indicadores. Seria necessário fazer uma análise individual de cada operação para ajustar os indicadores. Por exemplo, as ações de sensibilização são mais fáceis de mensurar quando são feitas digitalmente. Quando são presenciais existem algumas dificuldades na mensuração das mesmas.</li> </ul>
QA2. Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ICNF considera que as operações do PO SEUR são por vezes complexas de executar pelos diversos condicionalismos relacionados com a burocracia implementada e o tempo de execução reduzido a 8 meses por ano. Pelo que é necessário que a Autoridade de Gestão compreenda o contexto desta PI e as suas limitações.</li> <li>- O ICNF informa ainda que existem vários concursos que não obtiveram qualquer proposta, devido à maturidade que este mercado apresenta. Depois dos grandes incêndios de 2017, percebeu-se que era necessário agir e não reagir e os intervenientes desta área têm de participar de forma colaborativa, ou seja, o setor público e privado.</li> <li>- O ICNF considera que, atualmente, apesar de existirem vários avisos, todos os agentes florestais estão a realizar operações na natureza e na floresta pelo que não conseguem chegar a todo o lado.</li> </ul>
QA3. Eficiência Operativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ICNF considera que, na globalidade, o PO SEUR é bastante proativo na resolução dos problemas durante o processo de candidaturas, existindo um nível de proximidade que permite rapidamente ultrapassar os obstáculos.</li> <li>- Relativamente aos avisos e processos de aprovação de candidaturas, verificou-se que apenas um grupo restrito de empresas apresentavam candidaturas, sendo que muitos</li> </ul>

	<p>destes avisos ficaram sem candidaturas demonstrando a limitação de mercado nacional que esta PI apresenta.</p>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p>- Os investimentos realizados pelo ICNF vão ao encontro das exigências europeias, contudo, existem condicionantes externas que dificultam o alcance dos objetivos, tais como as condições climáticas do país, ou, a falta de mão de obra para fazer face aos trabalhos existentes.</p> <p>- Por outro lado, o ICNF relembra que, por motivos geográficos, as operações realizadas na floresta/natureza, nomeadamente a rede primária, realizam-se nas regiões norte e centro do país, existindo por isso uma grande diferença de investimento por região.</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p>-O ICNF informou que recorre a fundos do PDR, do Compete (REACT) e do PRR, mas garante que não existe duplo financiamento.</p> <p>-Por outro lado, os avisos convite são elaborados através de um trabalho prévio realizado pelo ICNF, onde identifica as prioridades a realizar no território nacional e, durante o processo, são trabalhados os beneficiários/parcerias que podem advir do aviso.</p> <p>- Ao nível das sinergias, o ICNF propõe que se façam parcerias para alguns avisos. No entanto, fica ao critério dos possíveis beneficiários se querem, ou não, desenvolver essas parcerias.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p>-O ICNF considera que o FFP foi muito importante para efeitos de coesão territorial, contribuindo para a economia local. Espera que este benefício continue com a integração no FA.</p> <p>- O PO intervém num âmbito de áreas públicas, um trabalho que estava por realizar, sendo por isso bastante relevante para o país atingir os objetivos comunitários/nacionais, porque são projetos com uma grande envergadura técnica, de construção e financeira muito grandes.</p>
<p><b>Recomendações para o Futuro</b></p>	<p>- O ICNF considera que existem bastantes operações por realizar nesta PI e que o mercado nacional, devido ao desinvestimento realizado nos anos anteriores, não se encontra preparado para dar respostas às novas exigências de financiamentos. Considera necessário alargar estes financiamentos para um espaço temporal mais alargado, de forma a realizar as operações necessárias e permitir que este mercado cresça de forma sustentada.</p>

### 1.1.15 Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR)

Data da realização: 26/06/2023

**Participantes:**

IDR: Dr. Ricardo Manica | Dra. Patrícia Chaves | Dr. Ricardo Figueira | Dra. Marisa Pestana | Dra. Luísa Caires

3drivers: António Lorena | Catarina Silva | Mariana Aguiar

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b></p> <p>Os grandes objetivos estão a ser atingidos, embora os indicadores e metas não estejam ainda todos fechados. O apoio do PO SEUR tem permitido cumprir os objetivos de política definidos.</p> <p>De uma forma global, todas as grandes operações estão a decorrer. Há apenas uma operação que está com um atraso mais significativo que é a ETAR do Funchal, mas que ainda assim está a decorrer. O atraso desta operação em particular está relacionado com alguns atrasos derivados de dificuldades e atrasos na contratação pública, mas também com alguns atrasos, por parte do beneficiário, na decisão e arranque da operação. Durante vários anos, foi discutida a ETAR, a localização, a forma de implementação do projeto e a forma como assegurar que as águas residuais da área do Funchal seriam tratadas aquando da execução da empreitada, e isso veio atrasar significativamente o processo de arranque da empreitada.</p> <p><b>- Dimensões da interação com os beneficiários</b></p> <p>Efetivamente nota-se que os Municípios mais pequenos têm um problema de capacitação em termos de recursos em matéria de candidaturas, e cujas evidências se traduzem no volume de candidaturas apresentadas por cada entidade, no qual as entidades com mais candidaturas, são, por norma, aquelas com maior capacitação técnica em relação às outras. O IDR lida diariamente e colaboram de forma mais direta no sentido de ajudar esses beneficiários com o processo de candidatura, por exemplo, através de ajuda com o envio da documentação, com o preenchimento informação em relação aos relatórios, indicadores, etc.</p> <p><b>- Capacitação dos beneficiários</b></p> <p>Em relação às entidades que tiveram mais dificuldades no processo de candidatura e também por problemas do quadro técnico, no caso dos Municípios de Santa Cruz, Ponta do Sol e Porto Moniz, aquando da primeira candidatura desses executores, o IDR fez várias reuniões com esses organismos no sentido de lhes ajudar à compreensão do PO SEUR, todas as condições e descrição dos avisos, entre outros detalhes de grande importância para a ocorrência favorável deste processo. O IDR teve esta preocupação em relação a estas entidades com mais dificuldades. Para além disso, dada a organização dos serviços de água e resíduos na Madeira, os Municípios servidos em baixa pela ARM não apresentam candidaturas para a mesma tipologia de operações, essas necessidades vêm representadas nas operações da ARM que foram apoiadas.</p> <p>O IDR prestou também um trabalho de acompanhamento com os beneficiários via telefone, de modo a tentar esclarecer todas as dúvidas dos beneficiários.</p> <p>Efetivamente, às vezes, é uma questão da própria organização do beneficiário. Por exemplo, a ARM criou um gabinete específico, um corpo técnico, dedicado à realização de planos de investimento, e candidaturas aos apoios financeiros existentes.</p> <p><b>- Mais valia das operações apoiadas</b></p>

	<p>A candidatura tem de ter um parecer da entidade regional equivalente à APA, que neste caso é a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, e é analisada tendo em conta a existência desse parecer. O IDR avalia a candidatura com base no parecer da DRAAC.</p> <p><b>- Barreiras à execução das operações</b></p> <p>Do lado dos Municípios ocorreram algumas barreiras relacionadas com as questões de endividamento, embora não existam propriamente evidências concretas dessa barreira em específico. No que respeita à ARM, com mais dotação teriam sido apoiadas mais operações, principalmente ao nível das águas, nas quais a dimensão das redes é grande.</p>
<p>QA2. Eficiência</p>	<p><b>- Beneficiário da Assistência Técnica</b></p> <p>O IDR é beneficiário no eixo da AT.</p> <p>Rubricas onde foi utilizada essa verba:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos humanos: em meados do período de operacionalização do Programa, tiveram a necessidade de contratar recursos humanos adicionais;</li> <li>- Formação, embora ainda existam algumas lacunas a esse nível;</li> <li>- Verificações no local (serviços externos);</li> <li>- Equipamentos;</li> <li>- Parcela dedicada às obras do edifício.</li> </ul> <p><b>- Fundos dedicados à AT</b></p> <p>A dotação não foi suficiente para a totalidade do período de vigência do Programa, poderiam ter sido mais elevados. Contudo, entre o período de aprovação da candidatura e a data atual, verificaram-se vários constrangimentos externos: pandemia, aumento de preços generalizado dos principais fatores de produção. Não obstante, todas as atividades críticas foram desenvolvidas, contando também com o recurso do orçamento próprio do IDR ou orçamento regional.</p> <p>A execução real dos projetos regionais do PO SEUR é superior à dotação. Os últimos projetos regionais aprovados no Eixo II têm financiamento condicionado à disponibilização de verbas, ou seja, havendo inexecução por parte dos projetos de Portugal Continental, a RAM tem a possibilidade de ver estes investimentos financiados pelo PO SEUR.</p> <p>Na generalidade, a RAM é um bom executor dos projetos. Têm vários projetos em carteira e segundas fases do projeto que não foram apoiados no atual Programa por falta de dotação financeira.</p> <p>Os montantes da candidatura do IDR aprovados no âmbito da AT, não foram suficientes, mas este é um problema transversal a outros Programas Operacionais.</p>
<p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Relação com a AG do PO SEUR</b></p> <p>Caso particular do projeto Aquaflow sobre a gestão das perdas de água, envolvendo os Municípios não aderentes da ARM, e que seria muito importante do ponto de vista da complementaridade com as candidaturas já aprovadas da ARM e da Câmara Municipal do Funchal. Este projeto acabou por não ser aprovado, apesar de todos os esforços do IDR (equipa técnica e conselho diretivo) que acabou por ter de aceder à AG do PO SEUR para tentar aprovar o projeto. Em relação a este projeto, a posição da AG não foi colaborativa com a posição do IDR, e o IDR acabou por desistir de tanto defender o projeto e não ter a recetividade pretendida por parte da AG. Em relação a este caso, o IDR refere que, por vezes, se sentiu incompreendido por parte da AG, em relação à defesa de alguns projetos regionais, mas de grande valor acrescentado e impacte. Mas, ao mesmo tempo, reconhecem que estas situações acabam por acontecer devido às naturais limitações de atuação impostas pela limitação orçamental disponível, neste caso, através de apoio comunitário.</p>

	<p>Não obstante, a capacidade de resposta da AG tem sido muito adequada, sendo que os técnicos têm sempre demonstrado muita disponibilidade e facilidade de contacto. Neste sentido, a relação com a AG é muito positiva e tem havido muita colaboração e articulação entre ambas as partes.</p> <p><b>- POVT vs. PO SEUR</b></p> <p>Houve uma evolução muito positiva em relação ao funcionamento enquanto OI no POVT. A evolução entre o POVT e o PO SEUR decorre da experiência adquirida, por parte do IDR, mas também por parte da AG do PO SEUR. O volume de candidaturas foi também muito mais significativo, contribuindo para essa aprendizagem.</p> <p>O sucesso do PO na RAM está também muito relacionado com a disponibilidade manifestada pela equipa técnica do IDR.</p> <p><b>- Calendário de avisos</b></p> <p>O IDR ia conhecendo os Programa de avisos através da AG, de qualquer das formas, o problema da atualização do plano de avisos foi transversal aos vários Programas. Não obstante, do ponto de vista da ARM, este plano de avisos não era um elemento assim tão essencial, uma vez que, muitas vezes, para os beneficiários abrirem os procedimentos de contratação pública, necessitam de ter os avisos publicados ou as verbas inseridas nos seus orçamentos. No caso dos pequenos beneficiários, a planificação dos avisos tem mais impacte. A planificação dos avisos é importante para que haja maior justiça na distribuição dos apoios, levando a uma melhor preparação por parte dos beneficiários para a apresentação de candidaturas e projetos.</p> <p>No caso do PO SEUR, os beneficiários regionais são entidades públicas, e de modo geral, o IDR tem conhecimento das intenções dos beneficiários, havendo uma grande articulação entre ambas as partes. A nível interno, no caso do PO regional têm um procedimento interno que é o formulário de intenção de candidatura. As entidades que tenham projetos para os quais gostassem de obter financiamento, registam-se, e depois quando há oportunidades são contactos, e os avisos são abertos em articulação com essas entidades. Há uma articulação muito grande, graças à proximidade promovida.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p><b>- Perceção do Impacte</b></p> <p>O conhecimento que os destinatários finais têm da importância dos FEEI e do próprio PO SEUR é, de uma forma geral, positivo, através da diversidade de meios/canais de comunicação utilizados. Esta questão está muito relacionada com a particularidade dos destinatários finais.</p> <p>Recentemente, o IDR fez um estudo de avaliação sobre a comunicação do Programa Operacional Regional (MADEIRA 14-20), e o que se verificou, é que apesar de existir algum conhecimento, ainda é pouco, e há algum trabalho que tem de ser feito nesta área.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p><b>- Importância do PO SEUR para a execução dos investimentos</b></p> <p>Sem o apoio dos FEEI apenas uma reduzida parcela dos projetos teria sido executada, ou a um ritmo mais lento. Em relação ao tema das águas e resíduos, a ausência dos apoios comunitários implica um aumento das tarifas, o que evidencia também com as dificuldades de acesso da população a esses serviços. Os FEEI são fundamentais para que os projetos essencialmente na área ambiental tenham uma maior execução e um maior alcance em convergência com a política que está definida.</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p><b>- Complementaridade com outros instrumentos</b></p> <p>Para além do INTERREG, têm o PRR com projetos no âmbito do consumo das águas, e agora, recentemente, o Sustentável 2030.</p>

	<p>O caso do Fundo Ambiental, e a fraca complementaridade, principalmente ao nível da RAM, é um ponto fraco do sistema.</p> <p><b>- Participação no processo de reprogramação</b></p> <p>A participação é efetiva.</p>
<b>Recomendações para o Futuro</b>	-



### 1.1.16 Município de Alfândega da Fé

Data da realização: 16/05/2023

**Participantes:**

CM AF: Nuno | Andreia

3drivers: Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p>- A CM de Alfândega da Fé (CMAF) realizou várias operações relacionadas com o CUA, desde a melhoria do sistema de tratamento de águas residuais ao aumento da capacidade da ETAR. A CMAF referiu ainda que aguarda pela entrega de um camião limpa fossas, que vai ser preponderante para a prossecução dos objetivos.</p> <p>- A CMAF informou que existiram candidaturas aprovadas que não foram executadas, devido à inexistência de candidatos aos concursos lançados. A principal razão deve-se ao aumento de preços que se verificou com a COVID-19, mas globalmente a CMAF acredita que os principais objetivos foram cumpridos com sucesso.</p> <p>- A CMAF refere que deverá existir uma maior discriminação positiva na avaliação das candidaturas para os territórios de baixa densidade populacional, de forma a aumentar a coesão territorial. Dando o exemplo que durante a pandemia o município recebeu muitas pessoas que estavam deslocadas. No entanto, pela falta de capacidade das infraestruturas do concelho, estas acabaram por não se fixar.</p>
QA2. Eficiência	<p>- A CMAF referiu que é necessário compreender os fluxos de pessoas que existem nas épocas altas nos municípios do interior, como é o caso da CMAF, onde existe um grande fluxo de pessoas e estas não são contabilizadas pelo PO SEUR aquando da verificação de alguns objetivos que fazem referência direta à densidade populacional, levando a que algumas candidaturas apresentadas fossem reprovadas. No entanto, esta compreensão é tida pelo PO aos para os municípios do Algarve, que no verão têm um grande fluxo de pessoas.</p> <p>-A CMAF referiu ainda que foi abrangida por um aviso convite: este tinha uma maior flexibilidade de critérios, o que permitiu que as candidaturas fossem aprovadas. Lamentavelmente, as operações não foram realizadas pela falta de interessados nos concursos lançados.</p> <p>- Sobre os prazos de candidaturas, a CMAF considera que são demasiado curtos, o que dificulta a elaboração dos projetos.</p> <p>- Por fim, a CMAF refere que o Grau de Recuperação de Custos da ERSAR foi cumprido, pelo que não se tornou um obstáculo. Já sobre a qualidade da água, a ERSAR obriga a que a mesma seja testada e que a sua qualidade seja comprovada. No último ano referem que apenas obtiveram 2 ou 3 incumprimentos em 100.</p>
QA3. Eficiência Operativa	<p>- A CMAF refere que existe alguma dificuldade pelo PO no esclarecimento de dúvidas e, comparativamente com os avisos convites, os avisos abertos a nível nacional têm muito menos apoio.</p> <p>- Sobre os processos de candidaturas, referem que o PO deveria ser mais claro relativamente aos requisitos solicitados, dando um exemplo de um processo de candidatura em foram submetidos todos os documentos requisitados e, na fase final da candidatura foram</p>

	<p>solicitados novos documentos por um técnico do PO que, caso não fossem entregues, fariam a candidatura ser recusada, apesar de terem cumprido os requisitos iniciais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A CMAF considera que os problemas já identificados deverão persistir no novo quadro comunitário, o que faz com que beneficiários idênticos à CMAF precisem de 2 anos para que tenham uma candidatura aceite devido à exigência dos critérios.</li> <li>- Por fim, considera que apesar das dificuldades já mencionadas o PO SEUR consegue alcançar uma maior proximidade com os beneficiários que outros programas de financiamento, recomendando a realização de mais ações de capacitação sobre o PO em formato online.</li> </ul>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p>--</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CMAF referiu que beneficiaram de outros apoios, tais como o FA, Norte 2020, LIDE e PRR.</li> <li>- No que diz respeito ao FA, a CMAF beneficiou de apoios ao combate à seca extrema, permitindo ao município adquirir um Camião-Cisterna e da construção de um furo numa aldeia, onde o anterior tinha secado.</li> <li>- Relativamente às sinergias, a CMAF considera que alguns dos requisitos para candidaturas intermunicipais são exagerados, aumentando a complexidade e dificuldade das candidaturas e operações.</li> <li>- Por último a CMAF afirma que sem o contributo dos fundos não seria possível realizar as operações e que estas foram fundamentais para o desenvolvimento do município.</li> </ul>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p>--</p>
<p><b>Recomendações para o Futuro</b></p>	<p>- Uma das áreas de maior interesse para o município é a substituição das condutas de água, que não são substituídas há 50 anos, apesar de várias reparações já terem sido executadas. Consideram que esta é uma área de intervenção de grande importância e que o PO deveria abrir concursos neste sentido, porque são projetos caros e que muitas das vezes as CM não têm capacidade para realizar sozinhas.</p>

### 1.1.17 Município de Arcos de Valdevez

Data da realização: 23/05/2023

Participantes:

CM AV: Carla Araújo | Nuno Soares

3drivers: Catarina Silva

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os objetivos que o município tinha contratado foram cumpridos com exceção para um indicador. Conseguiram alcançar em tempo útil os indicadores que se propunham inicialmente. Os que não conseguiram alcançar foram afetados pelo COVID, porque estavam relacionados com as escolas e durante esse período não foi possível visitar as escolas para realizar as iniciativas. No entanto, o PO SEUR alargou o prazo e espera-se que os indicadores sejam cumpridos.</li> <li>- No CUA, os objetivos foram alcançados porque estavam essencialmente relacionados com a redução das perdas de água, o abastecimento e o saneamento de água. Tem alguma dificuldade na execução de indicadores porque estão numa zona de baixa densidade populacional e porque os projetos foram implementados numa zona de montanha.</li> <li>- Os projetos transitaram para uma empresa de águas que está com alguma dificuldade na ligação aos clientes. São zonas com furos e as pessoas (mais idosas) não estão preocupadas com as questões de saúde relacionadas com a qualidade de água.</li> <li>- O município considera que estes são os grandes constrangimentos para o alcance dos objetivos que foram contratualizados.</li> <li>- Um dos projetos financiados pelo PO, em Arcos de Valdevez, foram as Oficinas de Criatividade Himalaya, um espaço dedicado ao Padre Himalaya, um cientista e visionário nascido no município. Este espaço é utilizado para promover a ciência e as áreas que o Padre Himalaya investigou ao longo da sua vida, por exemplo., a ecologia e a eco sustentabilidade.</li> <li>- Este espaço permite mostrar à comunidade escolar o que é a pegada ecológica através de uma simulação que acende uma série de lâmpadas, mostrando o equilíbrio entre o que o município consome de energia e o que a natureza pode dar. A CMAV faz parte dos 5 concelhos do parque nacional da Peneda Gerês e mostra interactivamente aos alunos a relação entre o consumo diário da vila em CO2 e a quantidade de árvores que o parque nacional precisa para compensar as emissões.</li> <li>- Alguns dos alunos, quando fazem a segunda visita às oficinas, afirmam que começaram a mudar os seus hábitos de consumo de energia, tais como desligar as luzes que não são necessárias ou os carregadores que não estão a ser utilizados. Fica assim claro, que os espaços das Oficinas de Criatividade surtem algum efeito nos estudantes da região. No mesmo espaço existe um jardim vertical dedicado às mais de 400 espécies vegetais e arbóreas que o Padre explorou ao detalhe. Existe também informação sobre o estudo das marés e de botânica.</li> <li>- Desde que entrou para a rede de Ciência Viva, todo o distrito se mobilizou e estão a receber escolas de todo o distrito de Viana do Castelo.</li> <li>- Existe um projeto, chamado “Rochas contam histórias” que tem como objetivo o estudo da geologia na zona da Peneda. Neste projeto, alia-se a história à tecnologia. Como o plano de conservação da natureza está relacionado com a reserva da biosfera, o objetivo foi a</li> </ul>

	<p>descentralização os projetos pelas várias freguesias que compõe o parque nacional Peneda Gerês. Por sua vez existe outra operação (em Sistelo) que fica na ponta oposta do parque, não concentrando assim todas as operações na mesma área do parque.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O município considera que, uma das limitações para atingir os resultados junto da comunidade escolar, é o facto de estarem localizados na periferia do distrito tendo por isso de fazer um trabalho maior para conseguir convencer as comunidades escolares de que têm um produto diferenciado e que vale a pena fazer a deslocação até Arcos de Valdevez.</li> <li>- Existem dificuldades no âmbito do Ciclo Urbano da Água, essencialmente na ligação à rede pública. O município considera que existe muita resistência da parte de algumas pessoas em ligar a sua canalização à rede pública, uma vez usam poços sem custos atuais com água. Tem sido um dos problemas ao nível do indicador de alcance de população. Consideram que os indicadores estão feitos a pensar nas zonas urbanas e não nas zonas rurais.</li> </ul>
<p>QA2. Eficiência</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apesar dos atrasos durante o COVID, o PO SEUR acedeu aos pedidos do município e alargaram a janela temporal de execução da operação das Oficinas. No entanto, o município sente que o período poderia ser maior. Apesar disso, até ao momento os objetivos estão a ser concretizados. Mesmo não sendo concretizados, os resultados do município serão sempre bastante bons porque os objetivos contratados são sempre bastante ambiciosos.</li> <li>- Numa fase inicial, não houve flexibilidade da parte do PO SEUR em compreender as dificuldades do município. O PO SEUR considerava que facilmente se conseguiam concretizar os objetivos relacionados com o público escolar porque comparava o município com, por exemplo, o Porto. Consideravam que existiam imensos agrupamentos e alunos em Arcos de Valdevez. No entanto, ao fim de algum tempo o PO SEUR compreendeu a posição do município e deu mais tempo para a realização da operação.</li> <li>- As oficinas apenas conseguiram trazer alguma vantagem no ano letivo 2022/23. E os objetivos eram para ser concluídos até dezembro de 2022. O PO SEUR apenas percebeu isto a partir de março de 2023 e por isso conseguiram a prorrogação do prazo de forma a conseguir atingir os indicadores do projeto. O facto de as escolas do distrito não terem verbas para fazer visitas a estes espaços também dificulta o alcance dos objetivos.</li> <li>- A validação das visitas tem sido difícil. O PO SEUR pede as folhas de presença das visitas. No entanto, a partir de janeiro de 2023, os alunos não podem assinar as folhas de presença porque os nomes são considerados sensíveis devido ao Regime Geral de Proteção de Dados. Dado este constrangimento, o PO SEUR passou a aceitar também um papel assinado por um responsável da escola com o número de alunos que visitou o espaço.</li> <li>- Outra limitação do PO SEUR foi a não compreensão de que o espaço tem mais atividades e por isso pode acontecer que a mesma turma visite o espaço várias vezes, com objetivos diferentes. O município considera que isto deve ser quantificado porque faz também parte do desenvolvimento do espaço.</li> <li>- O processo de candidatura é considerado complexo por terem poucos recursos para alocar ao processo de candidatura. No caso do plano de conservação da natureza, o município fez 3 candidaturas num mês. Consideram também que apesar de estarem num regime de simplicidade, sentem que existe muita burocracia. Continuam a ser obrigados a ter todos os documentos em papel e as fotocópias certificadas.</li> <li>- Apesar destas dificuldades, consideram que o PO tinha uma grande preocupação em compreender as dúvidas do município e tentar resolver as mesmas o mais depressa possível.</li> </ul>

<p><b>QA3. Eficiência Operativa</b></p>	<p>- O PO não acompanhou os projetos presencialmente. Houve os contactos normais durante o processo de candidatura e durante a execução, caso existissem dúvidas na contratualização. No final do projeto houve um contacto devido aos indicadores não alcançados. Houve também uma auditoria online que deveria ser presencial, no entanto não foi possível por causa do COVID.</p> <p>- O município sente que deveria ser feita uma visita da parte do PO SEUR para ver como as atividades são desenvolvidas. A auditoria online tem vários entraves, o que aconteceu, por exemplo, no projeto das rochas ou de Sistelo, onde a conexão de internet era muito má e por isso não era possível ver o que se pretendia.</p>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p>--</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p>- A candidatura está associada a uma outra. O projeto das Oficinas foi financiado em parte pelo POSEUR e outra parte pelo NORTE2020. O projeto é composto por várias atividades. O projeto enquadra-se na proteção do ambiente e nos planos de recuperação urbana. A construção vem também complementar outra candidatura que tem como objetivo o combate ao insucesso escolar.</p> <p>- O feedback dos professores sobre o projeto tem sido bastante positivo. Mesmo que os alunos não demonstrem interesse durante as visitas, no seguimento da mesma os alunos mostram alguns comportamentos que são fruto do conteúdo das oficinas.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p>- Sem o contributo dos fundos não seria possível realizar os projetos no imediato. No entanto, não excluem a possibilidade de os mesmos serem realizados recorrendo a outros fundos e com outros prazos.</p>
<p><b>Recomendações para o Futuro</b></p>	<p>- Consideram que não se pode generalizar um indicador, porque existem assimetrias no país. No caso, mencionavam um indicador contratualizado que, caso não fosse atingido, teria repercussões financeiras.</p>

### 1.1.18 Município de Condeixa-a-Nova

Data da realização: 25/05/2023

#### Participantes:

Município de Condeixa-a-Nova: Dra. Sofia Silva

3drivers: António Lorena | Mariana Aguiar

Systemic: Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>- Atraso na execução das operações</b> A pandemia foi um fator limitativo, sobretudo ao nível das operações de sensibilização, que tiveram de ser efetuadas à distância, não garantindo os melhores resultados. No que respeita aos resíduos, a maior parte dos motivos que levaram à extensão da operação foram devido à Covid, mas, também, devido aos atrasos e dificuldades de obtenção das próprias matérias-primas para os equipamentos que tinham de ser adquiridos para a execução das operações. Para além destes fatores, a estrutura reduzida de recursos humanos constituiu também um constrangimento, uma vez que, existem pouco recursos para a operacionalização das atividades diárias, com o acréscimo do trabalho decorrente de um processo de candidatura a um FEEI; essa gestão de pessoal e emergências dificulta a gestão atempada das operações. No CUA tiveram algumas operações com dificuldades na adjudicação; alguns procedimentos desertos que implicaram a revisão de preços-base; e algumas operações que pelo local de implementação e sensibilidade ambiental, implicavam intervenções sazonais (p.ex. ETAR). A situação mais complicada foi uma questão de expropriação que fez com que a empreitada estivesse suspensa durante cerca de 2 anos, mas que, à partida, se vão conseguir concluir durante o tempo de útil do PO SEUR.</p> <p><b>- Outras áreas técnicas</b> Foi entendido que, para além dos resíduos e CUA, não tinham projetos em carteira e/ou com a maturidade exigida que se encaixassem nos avisos que foram saindo nas outras áreas temáticas. Contudo, houve situações em que tentaram ajustar um bocado as características das operações, de modo a melhor corresponderem aos critérios de elegibilidade e não perder a oportunidade de financiamento.</p>
QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa	<p><b>- Nível de especialização para candidaturas e desenvolvimento</b> Este novo quadro entrou em funcionamento no seguimento de uma mudança de executivo. Este executivo tinha um programa eleitoral bastante orientado para algumas das áreas temáticas do PO SEUR. Para além disso, no Município possuem um gabinete de gestão de candidaturas aos fundos comunitários que tem como missão procurar oportunidades de financiamento para os vários domínios definidos no programa eleitoral. Logo em 2016, tiveram doze candidaturas, devido a um aviso do CUA para o qual apresentaram onze candidaturas, tendo conseguido a aprovação de dez. Neste caso concreto, o próprio aviso tinha um requisito no qual as intervenções num só sistema obrigariam a que fossem efetuadas como candidaturas autónomas. No passado já tiveram uma candidatura onde construíram cinco sistemas autónomos e concluíram uma rede, numa operação só. Contudo, este aviso em concreto obrigava a que as coisas fossem construídas de outras formas, levando a esta dimensão de operações. Ainda em 2016, fizeram uma candidatura no âmbito do CUA para a elaboração de cadastros das infraestruturas existentes, assim como duas candidaturas na área dos resíduos. A maioria dos avisos foram realizado no arranque do quadro comunitário, e até foram alguns, porque de facto estavam alinhados com os objetivos do Município.</p> <p><b>- Alteração de paradigma POVT vs. PO SEUR</b> Do ponto de vista do técnico operacional, em relação à fragmentação das operações, para o Município foi um fator facilitador para a operacionalização das operações, apesar da carga burocrática ser maior. Em termos do próprio acompanhamento e encerramento, como se tratava de situações autónomas, tornava-se mais fácil de perceber as suas limitações. Para além disso, estando fragmentadas, e considerando que nem todas as empreitadas começaram ao mesmo tempo, evitava que umas ficassem em espera devido a outras que estivessem mais atrasadas. Do ponto de vista financeiro, consideram que este fator da fragmentação foi indiferente. Do ponto de vista de procedimento da candidatura, tendo em conta o volume acumulado, se fosse só uma operação obrigaria à necessidade de outros</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>documentos, como o estudo de viabilidade económica e financeira (EVF), que são mais complicados. No POVT tiveram operações com mais de 1M€ que obrigaram ao EVF, pela necessidade de agregação, agora no PO SEUR não tiveram nenhuma nessa ordem de grandeza.</p> <p>Consideram que o PO SEUR, de um modo geral, simplificou. Não sentem que a carga burocrática tenha aumentado. O formulário do Portugal 2020 é mais fácil que o antigo. Por outro lado, o Portugal 2020 teve um maior foco nos indicadores, que o programa do quadro anterior. A complexidade dos indicadores colocou dificuldades, sobretudo no encerramento dos projetos. Na fase de execução, o PO SEUR garante um acompanhamento mais próximo dos beneficiários, mas na fase de candidaturas o processo é mais complicado, e menos acompanhado, enfatizando esta dificuldade de cálculo e previsão dos indicadores.</p> <p><b>- Relação com o PO SEUR</b> De um modo geral, a relação com o PO SEUR correu muito bem. O Município trabalha com vários instrumentos e programas, e o PO SEUR é referido como um bom exemplo. “O próprio PO SEUR foi limando as arestas e melhorando sucessivamente”, tendo existido um salto qualitativo enorme face ao POVT. Por exemplo, se apresentarem um pedido de pagamento hoje, amanhã o PO SEUR está validando ou a pedir elementos caso não esteja bem instruído; nos outros programas esta situação seria inconcebível. Onde o Município considera que possa existir uma menor ligação entre o beneficiário e o PO SEUR, é na resposta às contestações das correções financeiras.</p> <p><b>- Previsibilidade dos avisos</b> Existia uma planificação anual, mas que depois deixou de existir. Esta falta de calendário e orientação estratégica dificultou os processos de preparação de candidaturas por parte dos beneficiários. Seria importante, pelo menos saber, em cada área temática, quais os apoios que vão sair, e deveria existir uma maior comunicação destes elementos por parte da AG do PO.</p> <p><b>- Monitorização e controlo das operações</b> Em termos de contratação pública a lógica é espelhar os procedimentos. Estes poderiam ser mais simples, mas é a realidade. Contudo, entendem que seja necessário para garantir o cumprimento dos requisitos por parte dos beneficiários. Por exemplo, ao nível dos pedidos de pagamentos, noutros casos, para além das empreitadas, na prática a informação é apenas submetida numa plataforma só, mas têm de colocar a mesma informação em dois sítios diferentes da mesma plataforma. Se calhar poderia existir uma forma mais simples de destacar essas evidências – comentário geral, não só relativo ao PO SEUR. As ações de verificação que tiveram eram do PO SEUR, mas foram realizadas através de auditores externos contratados, não se tendo verificado nenhuma situação menos bem entendida.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	---
QA5. Valor Acrescentado Europeu	--
QA6. Relevância e Coerência	<p><b>- Sinergias entre outros instrumentos de financiamento</b> Na área dos resíduos tiveram complementaridade com o Programa LIFE, no qual foram parceiros numa operação, assim como com o FA. Na área do CUA não referiram nenhum outro instrumento.</p> <p><b>- Sinergias entre beneficiários e operações</b> Existiram alguns avisos, ao nível do CUA, que promoveram a agregação entre Municípios, e efetivamente Condeixa, para uma das suas operações, chegou a tentar executar a agregação, mas acabaram por não avançar com a candidatura, por outros motivos.</p>
Recomendações para o Futuro	---

### 1.1.19 Município de Montalegre

Data da realização: 05/05/2023

#### Participantes:

CM Montalegre: Fernando Moura

3drivers: Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques | Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p>- A Câmara Municipal de Montalegre (CMM) implementou com sucesso várias operações relacionadas com o CUA e com a Biodiversidade e Conservação da Natureza.</p> <p>- A operação relacionada com o cadastro (CUA) foi executada tanto para SAR como para AA. Ambos são sistemas fechados nas 133 localidades.</p> <p>- Sobre a Biodiversidade e Conservação da Natureza, a CMM referiu que as operações se concentraram no parque da Peneda Gerês. As ações de preservação do parque consistiram na limpeza das margens do rio Cávado e sensibilização junto do meio escolar. Após a realização das operações, os resultados são visíveis quer para a conservação da natureza quer para o aumento da qualidade de vida das populações.</p> <p>- Apesar da realização de várias operações, a CMM considera que os critérios não podem ser aplicados de forma igual entre municípios, já que existem municípios com maior população e por consequência maior capacidade financeira e técnica para realizar operações. Referem ainda que os critérios deviam ser mais abrangentes para o CUA, para que os municípios que apresentem bons indicadores, tenham acesso a financiamento de forma que estes padrões se mantenham.</p> <p>- A CMM refere ainda que a principal falha neste projeto foi não ter comunicado previamente à população as operações que iram realizar e o que pretendiam alcançar com essas operações.</p>
QA2. Eficiência	<p>- Sobre a operação de sensibilização realizada nas escolas, a CMM referiu que não houve uma indicação clara do que o município tinha de assegurar em termos documentais na fase de operação. Tal criou algumas dificuldades no sentido de responder às evidências solicitadas pelo PO.</p> <p>-A CMM refere ainda que, à medida que iam apresentado os comprovativos de realização dos projetos, o PO solicitava novas evidências. Houve uma situação em que foi necessário apresentar documentos sobre uma operação com o ICNF relacionados com uma queixa. A CMM sugere que o PO seja mais preciso relativamente às informações que pretende serem disponibilizadas pelos beneficiários.</p> <p>-Não obstante, refere que existiu sempre um acompanhamento por parte do ICNF e o PO foi bastante prestável para solucionar algumas questões que foram sendo colocadas.</p>
QA3. Eficiência Operativa	<p>- Sobre os avisos, a CMM reconhece que a adequação dos prazos depende das operações. No caso da biodiversidade, qualquer operação necessita de um parecer do ICNF e, em alguns casos, da APA; o que leva a que o processo se arraste em burocracias.</p> <p>- A CMM refere ainda que, nas operações desenvolvidas, não existiram alterações significativas, e que os atrasos provocados pelas consequências da COVID 19 foram facilmente justificados, permitindo a prorrogação dos prazos.</p>



QA4. Impacto e Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"><li>- A CMM, através do ecomuseu e das portas do parque, conseguiu trazer várias escolas ao parque da Peneda Gerês.</li><li>- No âmbito do PO, não existiram sinergias.</li></ul>
QA5. Valor Acrescentado Europeu	<ul style="list-style-type: none"><li>- A CMM referiu que não é beneficiária de outros fundos europeus, apenas de fundos nacionais como o FA onde realizaram um projeto do POCTEP, um projeto do INTERREG EUROPA e do PDR.</li></ul>
QA6. Relevância e Coerência	<ul style="list-style-type: none"><li>- A CMM referiu que os fundos do PO foram essenciais para realizar as operações mencionadas, nomeadamente as relacionadas com o parque nacional.</li></ul>
Recomendações para o Futuro	--

### 1.1.20 Município de Vila Flor

**Data da realização:** 16/05/2023

**Participantes:**

CM VF: Miguel Ângelo (Assessor do Presidente) | Valdemar Teixeira (Chefe de Divisão) | Fernando Aguiar (Responsável pelas Candidaturas)

3drivers: Mariana Aguiar

Systemic: Diogo Almeida | Ricardo Cunha

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p>- A CM de Vila Flor (CMVF) apenas realizou candidaturas para a Prioridade de Investimento 6.2., a sua grande prioridade era melhorar o seu CUA, devido a problemas estruturais existentes e urgentes de resolver.</p> <p>- A CMVF referiu que todas as operações foram realizadas com sucesso e que as que estão em desenvolvimento devem-se principalmente à burocracia exigida, a qual provocou um atraso na realização das mesmas.</p>
QA2. Eficiência	<p>- A CMVF refere que o processo de preparação das candidaturas está bastante ajustado e que existe alguma discriminação positiva. Consideram que foram beneficiados na avaliação de algumas candidaturas e que isso foi um fator bastante positivo.</p> <p>- Sobre os prazos definidos para as candidaturas, a CMVF referiu que estes se encontram ajustados às necessidades permitindo a realização das mesmas.</p> <p>- Por estarem localizados perto de uma barragem, beneficiaram de avisos específicos, o que permitiu candidatarem-se a mais apoios com critérios menos rigorosos. Consideram que a divisão foi feita de forma equitativa e justa por todos os beneficiários.</p> <p>- A CMVF considera que o PO SEUR deve avaliar os territórios através de outros critérios que não a densidade populacional, pois consideram que essa avaliação não é uma representação fidedigna das necessidades dos candidatos. Consideram que o grau de recuperação de custos da ERSAR não está ajustado para localidades com baixa densidade populacional, o que dificulta a tarefa dos municípios que para atingir o valor objetivo do GRC.</p> <p>- No entanto, o GRC não foi um obstáculo à apresentação de candidaturas porque foi possível apresentar uma declaração de compromisso de como iriam atingir o valor objetivo. Acrescentam que esta solução, apesar de não resolver o problema, definitivamente oferece uma solução temporária aos municípios mais pequenos usufruírem do PO.</p>
QA3. Eficiência Operativa	<p>- A CMVF considera que o acompanhamento da equipa técnica do PO nas candidaturas foi excepcional e que o mesmo aconteceu aquando do desenvolvimento das operações. Os técnicos do PO SEUR tiveram sempre bastante disponibilidade e uma grande capacidade para ajudar e esclarecer as dúvidas existentes. Não tem nada a apontar sem ser aspetos positivos.</p> <p>- Sobre os workshops/sessões de esclarecimento de dúvidas sobre o PO SEUR, a CMVF participou em todos os que se realizaram online e refere que, mesmo não participando nas sessões presenciais, conseguiu sempre obter a informação à posteriori.</p>

	- A CMVF considera que o financiamento do PO é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população demonstrou também a sua satisfação por terem algumas operações que foram financiadas a 100%.
<b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b>	- A CMVF referiu que os impactes das operações realizadas são bastante positivos, nomeadamente o cadastro das infraestruturas e para o futuro do município e da ETAR, de forma a garantir o tratamento das águas residuais antes de serem descartadas para o meio ambiente.
<b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b>	- A CMVF referiu desconhecimento de operações que tivessem usufruído de sinergias entre beneficiários, mas considera uma boa iniciativa para projetos futuros.  - A CMVF informou ainda foi beneficiário de outros programas para outras operações.
<b>QA6. Relevância e Coerência</b>	- O município garante que sem o apoio destes fundos seria impossível atingir os objetivos propostos, devido ao elevado valor das empreitadas para estes trabalhos.
<b>Recomendações para o Futuro</b>	- A CMVF considera que no próximo quadro é importante que haja uma continuação da área do CUA já que pretende continuar a investir nesta área. Uma das recomendações para o futuro é também a criação de mais apoios para a renovação das redes de água. O município sente que não houve apoios suficientes.

### 1.1.21 Município do Funchal

Data da realização: 31/05/2023

Participantes:

CM Funchal: Dra. Aurora | Dra. Sara Florença | Dr. César Fernandes

3drivers: Catarina Silva | Mariana Aguiar

Systemic: Andreia Marques

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
<p>QA1. Eficácia</p>	<p><b>- Cumprimento de objetivos</b> O Município cumpre aquilo que é a estratégia regional. O próprio programa cumpriu alguns dos objetivos que o Município pretendia intervir. Uma das condições de execução dos projetos é o próprio alinhamento com as estratégias regionais e nacionais.</p> <p><b>- Alocação e priorização do financiamento</b> Aquilo que o PO SEUR não abrange, em termos de áreas temáticas, o próprio Programa Regional (Madeira 14-20) abrange. Têm uma ampla cobertura das várias áreas, mas pensam que à partida, está tudo mais ou menos enquadrado. As áreas apoiadas estavam, deste modo, alinhadas com as prioridades de investimento do Município.</p> <p><b>- Fragilidades ao nível dos processos de candidatura e desenvolvimento das operações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Critérios de seleção e indicadores: houve alguma dificuldade, mesmo na articulação com o próprio IDR, que no início do PO, ainda não tinha os conhecimentos consolidados em relação a estas matérias.</li> <li>- Aumento dos preços de base, com a inflação dos preços</li> <li>- Concursos desertos</li> <li>- Dificuldades de contratação pública</li> <li>- Falta de mão de obra</li> <li>- Atrasos na entrega de materiais</li> </ul> <p>Com maior ou menos dificuldade conseguem ter candidaturas com sucesso, por isso não consideram que estes sejam fatores críticos. Possuem uma equipa com experiência e conhecimento técnico que permite dar suporte às candidaturas aos FEEI – conseguem conjugar conhecimento técnico com o conhecimento necessário para atender aos requisitos das candidaturas. O que se pode ter notado, é uma certa dificuldade no início do PO, porque o próprio IDR ainda não tinha conhecimento da metodologia dos indicadores (como apurar e como fazer), mas foram apurando e melhorando essa capacidade ao longo do tempo. Mas foram trabalhando ao longo do processo de neste momento conseguem articular perfeitamente com o IDR e esclarecer todas as dúvidas.</p> <p>A falta de calendarização dos avisos não foi um ponto crítico dada a proximidade de contacto entre as instituições (beneficiário e IDR). Sempre que o Município tinha um projeto ou uma operação já preparada, contactava o IDR e tentavam agilizar as coisas. Mas consideram uma boa política, a publicação periódica do calendário de avisos.</p>
<p>QA2. Eficiência e QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>- Relação com os organismos de gestão</b> A relação com IDR foi sempre positiva, e o contacto é muito fácil.</p> <p>Aquando da elaboração do PO SEUR, não houve auscultação dos Municípios. Depois do PO estar aprovado, são feitas manifestações de interesse para alguns projetos, mas já depois de definidas as prioridades. Essa definição de prioridades vem das prioridades que o IDR, enquanto autoridade de planeamento já detém.</p> <p><b>- Comunicação no âmbito das operações</b> A comunicação é importante para a população perceber as operações realizadas e o seu impacte e benefícios promovidos, graças ao apoio dos fundos comunitários. No entanto, consideram que o foco das operações é realizar as melhorias, e não publicitar as operações feitas.</p>

Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
	<p>Aliás, consideram que a comunicação até poderia ser realizada de forma mais global, e não tão localizada, de modo a dar a entender o benefício integrado de todas as intervenções.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p><b>- Perceção dos impactes</b> A perceção do impacte das operações é mais complicada nas águas. A este nível, a demonstração do impacte está mais relacionada com os indicadores e apresentação de eventuais melhorias, por exemplo ao nível da qualidade do serviço, menos episódios de interrupção de fornecimento de águas, etc. O benefício nota-se mais no serviço, do que propriamente para os cidadãos, uma vez que para a maioria, o principal critério neste domínio é ter acesso à água.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>Sem o apoio do PO SEUR não seria possível a realização destes investimentos tão avultados.</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p><b>- Alinhamento político/estratégico</b> No caso dos resíduos, os projetos tinham de estar enquadrados no Plano Regional de Resíduos, e tinham de ter obrigatoriamente um parecer da DRAAC. No caso das águas, não tiveram pareceres mais específicos. Tinham os pareceres normais, de conformidade ambiental.</p>
<p>Recomendações para o Futuro</p>	<p>---</p>

## 1.3 ESTUDOS DE CASO

### 1.3.1 Prioridade de Investimento 6.1

#### 1.3.1.1 Gesamb - Para amanhã sorrir vamos hoje prevenir!

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	"Para amanhã sorrir vamos hoje prevenir!"
Beneficiário	GESAMB
Localização	Alentejo central, Distrito de Évora, Concelho de Évora, União das Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe
Prioridade de Investimento	PI 6.1- Valorização dos resíduos urbanos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem
Código e designação do aviso	POSEUR-11-2017-21, Aviso-Concurso para Ações de educação e sensibilização com vista a valorização de resíduos urbanos
Código da operação/projeto	POSEUR-03-1911-FC-000119
Tipologia do beneficiário	Setor Empresarial Local
Tipologia de operação	Resíduos
Natureza do Investimento	Ações imateriais / Estudos
Candidatura	
Data candidatura	26/10/2017
Data início	05/05/2017
Data aprovação	22/01/2018
Data conclusão	29/02/2020
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	115 819.69 €
Custo total executado (€)	115 819.69 €
Montante total elegível (€)	115 819.69 €
Montante não elegível (€)	0.00 €
Montante do Fundo de Coesão	98 446.74 €
Contribuição Nacional	17 372.95 €
Financiamento Privado	0.00 €
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	27/01/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	Ações de sensibilização e educação ambiental relativas à temática da prevenção da produção de resíduos, ao nível da promoção da compostagem doméstica, da separação na origem, da reutilização e da deposição seletiva de resíduos, a levar a cabo na área de intervenção da Gesamb. Projeto com a duração de 2 anos, num conjunto de ações/ atividades de sensibilização e educação ambiental, que se dividem em duas campanhas: A - Campanha de sensibilização - Re-Planta! B - Campanha de sensibilização – Prevenção
Objetivos (principal e específicos)	1- Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos, incluindo quer ações de educação e sensibilização, quer estudos que se revelem necessários, com enfoque nos primeiros patamares da pirâmide da gestão de resíduos, ou seja, ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem. 2-

	Valorização de resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.01.01.G - População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização e informação/Estudos; META: 103.690 (pessoas)
	Realização	O.06.01.01.P- Campanhas, Ações ou Estudos de Sensibilização e Informação; META: 2 (nº)
	Realização	O.06.01.02.P- Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização; META: 10 (nº)
	Resultado	R.06.01.01.P- Grau de adesão do público-alvo da campanha /ação; Resultado: 107.588 (pessoas)
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Foram alcançadas as metas para todos os indicadores contratualizados.	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR</b>		
<b>Análise do Relatório Final</b>	No que diz respeito à execução por contratos, a Prestação de Serviço relativa a "Pintura/decoração de Sete Semirreboques da Gesamb" com outdoors de sensibilização, no montante de 24.899,98 euro, é equiparada financeiramente à "Aquisição de compostores domésticos" para os 12 municípios da área de sensibilização, no valor de 25.620,00 euros, com a distribuição de 600 compostores para um universo populacional de 107.588 pessoas. A meta de 600 compostores domésticos parece reduzida neste contexto.	
<b>CNT- 041644- Audiência Prévia/Decisão Final</b>	Foi aplicada uma correção financeira de 25% sobre o montante declarado a cofinanciamento, nos termos do ponto 2. da Tabela anexa à Decisão da Comissão Europeia C (2013) 9527, de 19.12.2013, por se verificar que os referidos contratos tinham como objeto prestações de serviços idênticas, pelo que foram considerados, nos termos do n.º 1 suscetíveis de constituírem objeto de um único contrato. No entanto, após pronuncia do beneficiário sobre a diferença dos serviços em causa, a correção financeira foi retirada.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	1- Nos sites web do beneficiário e outros sites web locais (municípios, rádio local) foram encontradas várias referências às ações de sensibilização e educação ambiental. 2- Existem imagens nas redes sociais com as viaturas de recolha de resíduos com a campanha "Para amanhã sorrir vamos hoje prevenir!" desenhada. 3- O beneficiário é ativo em campanhas de sensibilização ambiental nas redes sociais.	
<b>Opinião Pública</b>	Com base na informação encontrada, a opinião pública sobre as ações de sensibilização e operações da GESAMB é positiva.	
<b>Resultados após campanhas</b>	O relatório de sustentabilidade de 2019 da GESAMB, revela um aumento na produção de resíduos indiferenciados, tendo havido um aumento da recolha de resíduos valorizáveis. Em 2020 a produção de resíduos indiferenciados não sofreu, praticamente, nenhuma alteração, por sua vez a recolha de resíduos valorizáveis aumentou em 50,15%. No ano seguinte (2021), não houve, novamente, alteração nenhuma à produção de resíduos indiferenciados tendo novamente havido um aumento substancial da recolha de resíduos valorizáveis (42,1%).	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, o nos últimos 4-5 anos a GESAMB beneficiou de 9 projetos financiados por fundos europeus, no âmbito do Portugal2020, num total de 4,1 milhões €.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X	Não:
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	<b>Considerações sobre a operação:</b>  O projeto Re-Planta foi constituído por três fases. Esta operação (POSEUR-03-1911-FC-000119) faz parte da segunda fase, e teve como alvo a comunicação e a compostagem doméstica (prevenção). As várias fases do projeto foram também adaptadas consoante as prioridades definidas.	

Em relação à operação em análise a Gesamb refere que não existiram atrasos específicos, ao contrário de outras operações que tiveram e ocorreram na época de Covid. Por exemplo, no último ano, os atrasos com o fornecimento de viaturas têm rondado os 6 meses. Não obstante, há atrasos na operacionalização do Programa que não se justifica de todo pelo Covid.

A campanha desta operação envolveu e serviu assim ações muito concretas. Na opinião da Gesamb, as campanhas de comunicação/sensibilização devem servir projetos muito concretos, estando ao serviço da operação e das estratégias do Município e da empresa. A comunicação é muito importante e tem o potencial de ter um impacte muito direto, desde que realizadas em condições adequadas.

A este nível, referem que o teto dos 15% da componente de comunicação deveria ser aumentado de modo a servir a operação em causa, ao invés de serem criados mais avisos exclusivos à criação de campanhas de comunicação sem ligação direta com um projeto ou ações específicas. Inclusive já tiveram candidaturas onde ultrapassaram o teto dos 15% e foram sujeitos a cortes, devido à importância que atribuem à comunicação. A comunicação é uma componente muito cara, de modo que projetos de pequena dimensão financeira têm valores de comunicação atribuídos muito reduzidos, distorcendo o seu potencial efeito.

Os indicadores relacionados com a comunicação até não têm sido os mais problemáticos para a Gesamb, contudo referem a dificuldade de cálculo dos indicadores para a área da comunicação, no que refere com a avaliação dos impactes e resultados derivados. Nesse sentido, a aposta da Gesamb, nos últimos tempos, tem sido em ações de contacto direto com a população, e com isso, tem facilitado a definição dos indicadores e monitorização dos resultados e impacte, embora reconhecendo a facilidade de aplicação desta estratégia tendo em conta a dimensão populacional, quando comparado com outras entidades.

No caso desta operação, a questão dos indicadores até foi mais simplificada e conseguiram cumpri-lo. Chegaram a este valor porque tinham uma série de ações que tinham a ver com a implementação do site e das redes digitais e tinham contabilizado o acesso a conteúdos e com base nisso, conseguiram justificar o alcance do valor contratado. Fizeram uma amostragem e foram contactar pessoas das três fases do projeto Re-Planta, e assim conseguem “garantir” a adesão da população.

**Considerações gerais:**

Do ponto de vista estratégico, em termos genéricos, no que refere ao global das candidaturas apresentadas, a Gesamb reconhece que os avisos abertos pelo PO SEUR, para este Eixo e PI, foram sofrendo ajustes de orientação estratégica e política na tentativa de dar resposta às atualizações políticas que foram surgindo ao longo do período de operacionalização. Contudo, o beneficiário refere que houve algumas lacunas estratégicas, nomeadamente ao nível dos estudos que são necessários para as tomadas de decisão e que não são elegíveis para no âmbito do Programa, e do tema dos biorresíduos. Por exemplo, referindo o caso desconexo da abertura dos avisos de recolha porta-a-porta sem contemplar uma avaliação prévia da tipologia e âmbito da atividade de recolha (onde?, quando?, como?) adequada aos contextos específicos de cada beneficiário. Nesse sentido, referem que algum tipo de apoio nesta área seria muito útil para depois se conseguirem concretizar com maior eficácia os projetos aprovados.

Ao nível da operacionalização das operações referem que as dotações disponíveis são limitadas para as necessidades nacionais, por exemplo, ao nível da construção de unidades de triagem. Se o objetivo é, efetivamente, apoiar a execução do plano estratégico, tem de existir um maior alinhamento entre as metas/definidas no plano, as necessidades nacionais e o instrumento financeiro que o visa apoiar (PO SEUR).

Em relação à tipologia de operações executadas e previstas, a modernização das instalações de triagem era uma intenção da Gesamb, mas foi algo que acabou por ficar de lado para já. Acabaram por avançar com a elaboração do projeto para a nova



	<p>unidade de triagem do ecoponto amarelo, porque o seu TMB é partilhado entre o ecoponto amarelo e indiferenciado, e nesse sentido, a atual capacidade instalada não é suficiente para as necessidades da entidade. Nesse sentido, a Gesamb identificou como prioridade a criação de uma nova linha para o ecoponto amarelo, com o objetivo de duplicar a quantidade do ecoponto amarelo, e, baseado nisso, neste momento, está a trabalhar já nos planos de ação, e sabem que não há metas que conseguirão ser cumpridas se não avançarem, de uma forma mais generalizada, para a recolha porta-a-porta. Em tempos, chegaram a ter uma candidatura apresentada para melhorar a triagem do ecoponto amarelo, mas que não foi aprovada. Em todo o caso, atualmente, as prioridades que têm em mente já não está alinhado com essas candidaturas iniciais, devido às próprias mudanças na orientação política do setor. Atualmente, a modernização das instalações de triagem é dos projetos prioritários em paralelo com a recolha-porta-a-porta, sendo que estas ações apresentam uma dependência entre si.</p>
<p>QA2. Eficiência</p>	<p>-</p>
<p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p>Algumas das dificuldades gerais sentidas pela Gesamb nos procedimentos associados com a candidatura e execução das operações, prendem-se com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O assegurar da maturidade das ações, dado que algumas vezes tiveram algumas dificuldades em demonstrar a maturidade das operações apresentadas no momento da candidatura, considerando a imprevisibilidade de orientação estratégica do Programa (condicionada de forma externa) face a alguns temas. A partir de 2018/2019, em termos técnicos a Gesamb sentiu-se um bocado sem rumo, sem perspectivas do rumo do Programa. A falta de um calendário de operacionalização por parte do PO SEUR, veio contribuir para este efeito. Nesse sentido, a Gesamb refere que a um calendário de avisos é um instrumento muito valioso para que os beneficiários consigam priorizar e alocar os seus recursos.</li> <li>- Dificuldades com a contratação de equipamentos, considerando o contexto social e económico vivido a partir de 2019.</li> <li>- O próprio enquadramento da Gesamb enquanto beneficiário é uma dificuldade na fase de candidatura. Referem que há muita documentação que é pedida de forma standard e que não é aplicável à Gesamb, enquanto empresa intermunicipal.</li> <li>- O desfasamento temporal entre a preparação dos orçamentos próprios e os avisos lançados pelo PO SEUR.</li> <li>- Os tempos de resposta exigidos pelo PO SEUR, que, na opinião do beneficiário não são adequados à sua capacidade de organização interna, que não possuem uma equipa de pessoas dedicada e exclusiva para trabalhar sobre os projetos candidatos no PO SEUR.</li> <li>- O nível de exigência do Programa em detalhes da candidatura e operação. Este ponto adiciona um grau de pressão aos beneficiários, que, por si, já estão em dificuldades com as questões associadas à contratação pública, que é incontornável nestes procedimentos.</li> <li>- O processo de submissão de candidaturas podia também ser mais simplificado, por exemplo, através de uma fase de acreditação inicial que sirva de base para as restantes candidaturas da mesma entidade.</li> <li>- A averiguação dos indicadores. Devido a estas dificuldades, atualmente, a Gesamb tem várias operações por encerrar, por exemplo, devido a alterações nos métodos de cálculo.</li> <li>- Necessidade de envio de documentação em duplicado, em vários momentos operacionais e administrativos, por exemplo, no que refere a pedidos de pagamento, reprogramações, auditorias, entre outros. As auditorias são feitas por entidades externas ao PO SEUR, e, do ponto de vista da Gesamb, essas entidades parecem não ter acesso à informação que já foi submetida anteriormente na Plataforma, uma vez que voltam a requisitar o mesmo tipo de informação. E o inverso acontece também, o PO SEUR parece não ter acesso à informação enviada pela auditoria. Este fator traz complicação e ineficiência ao trabalho dos beneficiários.</li> </ul> <p>Ao nível das reprogramações, a Gesamb refere como principal ponto negativo, a necessidade de exigência de valores financeiros para qualquer reprogramação temporal, o que dificulta os trabalhos, principalmente, numa fase inicial dos mesmos sobre a qual ainda não existem grandes certezas sobre esta dimensão. Por exemplo, referem que em relação ao POVT este aspeto foi um retrocesso, já que no POVT as</p>

	reprogramações poderiam ser exclusivamente temporais, mas agora, no PO SEUR, as reprogramações temporais exigem sempre uma reprogramação financeira.
QA4. Impacto e Sustentabilidade	-
QA5. Valor Acrescentado Europeu	-
QA6. Relevância e Coerência	<p>há evidências apontadas. Contudo, a Gesamb refere que existem casos, no qual o potencial de articulação é grande, nomeadamente, para candidaturas de menor dimensão financeira, por exemplo, para a componente da comunicação, no qual faria sentido serem aplicadas no âmbito do FA. Para o beneficiário, o grande problema do FA tem sido a dificuldade de acesso de empresas como a Gesamb, conseguirem acesso a financiamento neste tipo de Fundo, e sob as condições no qual é operacionalizado atualmente.</p> <p>Por outro lado, no que toca às sinergias entre outros beneficiários, a Gesamb assume uma posição negativa, referindo que tendencialmente preferem não as realizar, referindo que “Da mesma forma que a contratação pública e as exigências do PO SEUR são grandes para um sistema mais pequeno, gerir uma candidatura tripartida pode ser um verdadeiro pesadelo”. Alguém tem de ser responsável, responder e preocupar-se com a gestão/liderança da candidatura. É uma complicação acrescida, que, atualmente, não acreditam que traga mais valias. No que refere a partilha de instalações, as complicações são ainda maiores. A única razão pelo qual a Gesamb tem candidaturas com os Municípios, é porque sozinhos, os Municípios não conseguiriam ir ao PO SEUR, mas referem que é sempre uma situação complicada de gerir.</p> <p>Nesse sentido, apontam que uma das formas de minimizar a questão da fragmentação e promoção da diluição de custos com as entidades mais pequenas, poderia ser, por exemplo, através das candidaturas em conjunto com Associações de Municípios, de modo a tentar concretizar as operações pretendidas pelos Municípios, não deixando esse ónus sobre os Municípios que não têm tanta capacidade técnica e experiência na execução e gestão de projetos comunitários.</p>
Recomendações para o Futuro	-

1.3.1.2 *Município do Montijo - Recolha de Biorresíduos nos Bairros Periféricos da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro*

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Recolha de biorresíduos nos bairros periféricos da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro
Beneficiário	Município do Montijo
Localização	Área Metropolitana de Lisboa, Distrito de Setúbal, Concelho de Montijo, União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro
Prioridade de Investimento	PI 6.1- Valorização dos resíduos urbanos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem
Código e designação do aviso	POSEUR-11-2020-15, Investimentos com vista à Recolha Seletiva e Valorização de Biorresíduos em Portugal Continental
Código da operação/projeto	POSEUR-03-1911-FC-000319
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	<i>Resíduos</i>
Natureza do Investimento	Equipamento/material
Candidatura	
Data candidatura	22/02/2021
Data início	01/07/2021
Data aprovação	26/03/2021
Data conclusão	30/04/2023 (Previsional)
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	919 769.40 €
Custo total executado (€)	388 485.05 €
Montante total elegível (€)	827 413.76 €
Montante não elegível (€)	92 355.64 €
Montante do Fundo de Coesão	500 000.00 €
Contribuição Nacional	327 413.76 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	60.43%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	<p>A operação visa a implementação de um sistema de recolha de biorresíduos através do desenvolvimento de 3 ações:</p> <p>Ação 1- Recolha seletiva de proximidade de biorresíduos em zona urbana A recolha seletiva de proximidade de biorresíduos será realizada através da colocação de 250 contentores de 800 litros com RFID na via pública, com acesso condicionado através de fechadura eletrónica, e da aquisição de uma viatura de 15 m3. Serão distribuídos pelos alojamentos abrangidos 100 contentores de 10 litros e 7.000 contentores de 7 litros com tecnologia RFID. Esta ação irá abranger 16 bairros da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, num total de 12.428 alojamentos e 23.769 habitantes</p> <p>Ação 2- Recolha porta a porta de biorresíduos em restaurantes e afins. Nesta ação prevê-se abranger 149 restaurantes, aos quais serão distribuídos contentores de 120 litros e afeta uma viatura de recolha de 7 m3 de capacidade.</p>

	<p>Ação 3- Recolha seletiva de verdes junto aos contentores de indiferenciado e em outros locais próximos da via pública, a construir, para facilitar a deposição e recolha</p> <p>A recolha seletiva será efetuada em circuito próprio com uma viatura com grua existente no Município. Prevê-se a aquisição de um equipamento destroçador de verdes, que além de apoiar as recolhas diárias, apoiará também as diversas ações de podas sazonais de árvores de arruamento, efetuadas ao longo do ano, reduzindo significativamente o seu volume no transporte para as instalações da entidade gestora em alta.</p> <p>A operação será complementada com 3 ações complementares e transversais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceção e implementação de um modelo de incentivos ao cidadão/ produtor;</li> <li>• Campanha integrada (no terreno e por meios eletrónicos) de divulgação das ações, de sensibilização e influência junto da população e produtores alvos;</li> <li>• Implementação de sistema TIC de monitorização, planeamento, otimização e gestão da recolha seletiva de biorresíduos</li> </ul>	
<b>Objetivos (principal e específicos)</b>	<p>A presente operação tem como objetivo específico implementar a recolha seletiva, reciclagem e valorização da fração orgânica dos resíduos urbanos com a redução da sua deposição em aterro e, conseqüentemente, dos custos gerais associados à triagem e deposição em aterro, no sentido de garantir o cumprimento das metas estabelecidas na Diretiva Quadro dos Resíduos e no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)</p>	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.01.01. - Capacidade adicional de reciclagem de resíduos (ton/ano); Meta: 5.136 ton/ano
	Realização	O.06.01.04.G - População servida pelas infraestruturas de RU/equipamentos/sistemas alternativos e inovadores de prevenção de produção de resíduos, recolha e reciclagem multimaterial; Meta: 29.729 pessoas
	Realização	O.06.01.05.G- N.º de Viaturas de recolha seletiva; Meta: 2 viaturas
	Realização	O.06.01.06.G - Contentores de recolha seletiva; Meta: 7.499 contentores
	Resultado	R.06.01.03.P- Resíduos Urbanos (RU) preparados para reutilização e reciclagem, no total de RU recicláveis.; Meta 57,28%
	Resultado	R.06.01.04.P- Deposição de RUB em aterro; Meta: 85,34%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Execução em curso	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Parecer Agência Portuguesa do Ambiente</b>	A APA considera que as ações previstas pela candidatura do Município do Montijo se encontravam de acordo com a estratégia para os resíduos urbanos delineada no PERSU 2020.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	O Município de Montijo adquiriu 250 contentores para colocação na via pública com identificador eletrónico, que facilitarão a gestão de recolha e manutenção dos RUB	
<b>Opinião Pública</b>	Com base na informação encontrada, a opinião pública é positiva em relação à recolha de resíduos urbanos.	
<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 5 anos o Município do Montijo beneficiou de cerca de 5,2 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 21 projetos.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X <span style="float: right;">Não:</span>	
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	<p>A operação está com os processos de contratação pública praticamente adjudicados e faturados. Estão apenas com um processo que ainda falta lançar, mas que deverá sair em breve, relacionado com a conceção e desenvolvimento e implementação de um modelo de incentivos ao produtor. Há outro procedimento que ainda falta faturar e que está relacionado com a questão de implementação, porque tem muito a ver com a formação dos trabalhadores, e, portanto, há uma tranche reservada para quando for realizada a formação.</p>	

Este último procedimento que vai ser publicado em breve, com certeza que não ficará totalmente concluído até 31 de dezembro de 2023, até porque é um procedimento de acompanhamento e é impossível terminar num prazo tão apertado. De qualquer das formas, pretendem iniciar o procedimento o quanto antes, e preveem que, a partir de setembro, terão condições para estar no terreno com os contentores todos e a recolha operacional ativa. Portanto, de setembro até dezembro, pensam que irão conseguir avançar quase na totalidade com este procedimento. A questão do incumprimento tem mais a ver com estes procedimentos que têm uma vertente mais de acompanhamento não sendo possível terminar até dezembro, um deles será a parte da consultoria que dá apoio e elabora os modelos de incentivo, mas pensam que até dezembro certamente iniciado.

Neste momento, as maiores preocupações estão relacionadas com a adesão dos Municípios e com a garantia da recolha devido à falta de motoristas. Em relação à falta de motoristas estão já a pensar contar com os funcionários da autarquia e vão tentar aumentar progressivamente os circuitos e a recolha, de modo a tentar abranger a área territorial de recolha que está prevista na candidatura até dezembro.

Visto que, atualmente, já têm todos os equipamentos, neste momento, ainda não ponderam nenhum tipo de reprogramação. Contudo, consideram uma mais valia aumentar a percentagem de contentores com acesso condicionado, para além do que está previsto na candidatura, pelo que vão tentar aumentar essa percentagem. Em paralelo, estão com o apoio do FA, para conseguir adquirir mais contentores e alcançar o efeito desejado.

Na opinião do Município, não era fácil fazer a operação dentro dos prazos que estavam previstos, considerando as dificuldades associadas aos processos de contratação pública (burocracias, timings), e do próprio contexto económico, com as dificuldades com o fornecimento de equipamentos e dos materiais, que vêm influenciar estas operações. No caso desta operação, o atraso na entrega das viaturas contratadas, foi um dos fatores que mais impacte causou no cumprimento dos prazos da operação. Mesmo numa situação dita normal, estas questões intrínsecas aos próprios processos do PO, iriam constituir um constrangimento à realização da operação dentro dos prazos: “Os prazos da contratação pública não se compadecem com os prazos do PO SEUR”.

Os atrasos nos processos tiveram a ver com a falta de materiais, que levou ao atraso na execução da meta de aquisição dos carros. O Município tem períodos de prorrogação por parte das empresas que ganharam e que certamente não tinham os materiais necessários: atrasos na ordem dos 4-6 meses para lá da data de conclusão do contrato. Estes atrasos acabam por ter influência encadeada com outros procedimentos. No caso dos contentores, não houve atrasos, até porque iniciaram o processo com muita antecedência.

Em relação à campanha de sensibilização e marketing digital que faz parte da operação, já têm a empresa contratada e já realizaram a primeira reunião. Neste momento, estão à espera de receber algumas propostas sobre a campanha (conteúdos, layouts). Para além desta campanha, têm outra a implementar no terreno que se encontra em fase de adjudicação e análise de propostas. Esta segunda campanha terá como objetivo o acompanhamento no terreno, através da sensibilização direta da população, distribuir os contentores, e explicar como vai funcionar a operação.

Esta candidatura não poderia ter sido antecipada mesmo que o aviso tivesse acontecido mais cedo. A própria apresentação da candidatura em 2021 já foi complicada, devido à dificuldade de atender a todas as condições exigidas. Na altura viram o aviso inicial, mas não conseguiram cumprir os requisitos para se candidatar. Contudo, começaram logo a trabalhar para a abertura da fase seguinte, que apesar de não terem orientações, presumiram que não teria condições muito diferentes. Começaram a preparar a base, definir parceiros, e após a provação da candidatura começaram a trabalhar nela a 100% e a fazer as consultas ao mercado.

	<p>Na área dos resíduos não estavam previstos outros investimentos por meio de apoios comunitários. Contudo, têm sugerido a aplicação de apoio para a as áreas de recolha dos resíduos perigosos, têxteis, entre outros, de acordo com as orientações políticas para o setor.</p> <p>A questão da capacitação dos beneficiários é transversal. Ao nível do grupo de trabalho das candidaturas têm poucos elementos e estão pouco capacitados, considerando que não têm conhecimento das áreas todas, nomeadamente a área financeira e quando não sabem alguma coisa têm de recorrer a outros colegas fora do grupo de trabalho. E mesmo ao nível da operacionalização da candidatura referem que eventualmente vão ter várias dificuldades. Não têm uma equipa dinâmica exclusiva que esteja dedicada a estes processos, divergindo o foco.</p> <p>Na parte operacional têm tido algumas dificuldades quando lançam procedimentos para contratação de recursos humanos, por exemplo, referem as dificuldades que tiveram ao nível da contratação de motoristas de pesados, para o qual dois dos procedimentos lançados ficaram desertos. De forma geral, a administração pública tem tido uma grande dificuldade com a contratação de recursos humanos.</p> <p>Atualmente, estão a pensar fazer uma reprogramação da candidatura, uma vez que adquiriram alguns equipamentos que não estavam previstos na candidatura e como têm algumas verbas que vão estar disponíveis e houve aquela possibilidade de afetação das verbas entre as componentes, vão tentar realocar verbas excedentes da componente de consultoria para os materiais. Vão tentar justificar esta realocação com os constrangimentos que têm tido ao nível das aquisições.</p> <p>Ao nível da definição dos indicadores, consideram que a principal dificuldade será com a questão da população abrangida, e com o efetivo significado da sua definição, já que os valores atualmente contratados serão difíceis de cumprir consoante o âmbito do indicador: população servida vs. população aderente. Na altura, a definição dos indicadores até foi efetuada com o auxílio do Instituto Politécnico de Setúbal.</p> <p>Haveria muita importância e relevância para que se fizesse uma campanha a nível nacional para a promoção do avanço no tema dos biorresíduos.</p>
<p><b>QA2. Eficiência</b></p>	<p>-</p>
<p><b>QA3. Eficiência Operativa</b></p>	<p>Em relação às campanhas de comunicação, os valores que foram definidos na altura da candidatura sofreram algumas alterações. A nível de valores, ainda têm de ver se vai ter alterações nos acertos de contas das candidaturas em si. Contudo, estas alterações não deverão ter impacte no resultado das campanhas, dado que as alterações ocorreram apenas ao nível dos preços, e não ao nível do âmbito e propostas das campanhas. O Município vai assegurar o remanescente fora da candidatura.</p> <p>O Município considera que este teto de 15% para a componente de sensibilização das operações é baixo, dada a importância desta componente para os resultados do Programa.</p> <p>No que refere à relação com o PO SEUR, o Município refere que o contacto foi a maior dificuldade foi em relação ao contacto com a AG, dificultando um pouco desenvolvimento de todos os procedimentos necessários. Comparando a AG do PO SEUR com a AML, referem que têm mais facilidade de contacto com a AML. De qualquer das formas, no geral, referem que não houve nenhum entrave à execução das operações.</p> <p>O Município refere também que há um excesso de exigência burocrática envolvido no processo de candidatura.</p>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p>-</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p>-</p>

QA6. Relevância e Coerência	-
Recomendações para o Futuro	-

1.3.1.3 *Município da Guarda - Valorização de Biorresíduos na Guarda*

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Valorização de Biorresíduos na Guarda
Beneficiário	Município da Guarda
Localização	Beiras e Serra da Estrela, Distrito da Guarda, Concelho da Guarda
Prioridade de Investimento	PI 6.1- Valorização dos resíduos urbanos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem
Código e designação do aviso	POSEUR-11-2020-15, Investimentos com vista à Recolha Seletiva e Valorização de Biorresíduos em Portugal Continental
Código da operação/projeto	POSEUR-03-1911-FC-000328
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	<i>Resíduos</i>
Natureza do Investimento	Equipamento/material
Candidatura	
Data candidatura	23/02/2021
Data início	01/07/2021
Data aprovação	21/05/2021
Data conclusão	31/12/2022
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	245 385.00 €
Custo total executado (€)	230 719.71 €
Montante total elegível (€)	178 350.00 €
Montante não elegível (€)	67 035.00 €
Montante do Fundo de Coesão	133 762.50 €
Contribuição Nacional	44 587.50 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	75.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	<p>A operação visa a implementação de um sistema de recolha seletiva de biorresíduos em algumas freguesias de concelho de Guarda, adaptando o sistema de recolha de proximidade e recolha porta a porta. Esta operação inclui as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recolha seletiva de biorresíduos com 1000 contentores de 120 litros de capacidade para moradias, devidamente identificados, para deposição dos seus biorresíduos. O mesmo procedimento será adotado para os produtores não domésticos como cantinas, restaurantes e hotéis;</li> <li>- Recolha seletiva de biorresíduos com 1000 baldes de 10 litros de capacidade para prédios, sendo que na via pública serão colocados 100 contentores de 770 litros, para transferência dos seus biorresíduos, com chave de acesso e/ou identificador eletrónico nos baldes, por forma a controlar as deposições e evitar contaminações;</li> <li>- Aquisição de 1 viatura elétrica de recolha de Biorresíduos;</li> <li>- Aquisição de 1 viatura para recolha de resíduos verdes;</li> <li>- Aquisição de 1 bio triturador que permite a diminuição do volume e potenciando o transporte de resíduos verdes.</li> </ul>



<p><b>Objetivos (principal e específicos)</b></p>	<p>A demonstrada articulação com a entidade em alta, permitirá uma redução dos resíduos depositados em aterro, bem como o alcance das metas de valorização de resíduos prevista a nível nacional e comunitário. O desvio desta tipologia de resíduos do fluxo de indiferenciados, fomenta a melhoria de todo o sistema de valorização e recolha seletiva de resíduos, pelo que se estima o aumento das taxas de reciclagem e aumento da qualidade das outras categorias recolhidas que podem ser valorizadas. Com a presente operação pretende-se também proceder à necessária complementaridade de investimentos, contribuindo para a obtenção de um território sustentável em termos ambientais.</p>	
<p><b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b></p>	<p>Realização</p>	<p>O.06.01.01.C - Capacidade adicional de reciclagem de resíduos (ton/ano); Meta: 4.412 ton/ano</p>
	<p>Realização</p>	<p>O.06.01.04.G - População servida pelas infraestruturas de RU/equipamentos/sistemas alternativos e inovadores de prevenção de produção de resíduos, recolha e reciclagem multimaterial; Meta: 28.320 pessoas</p>
	<p>Realização</p>	<p>O.06.01.05.G- N.º de Viaturas de recolha seletiva; Meta: 2 viaturas</p>
	<p>Realização</p>	<p>O.06.01.06.G - Contentores de recolha seletiva; Meta: 2.100 contentores</p>
	<p>Resultado</p>	<p>R.06.01.03.P- Resíduos Urbanos (RU) preparados para reutilização e reciclagem, no total de RU recicláveis.; Meta 69,19%</p>
	<p>Resultado</p>	<p>R.06.01.04.P- Deposição de RUB em aterro; Meta: 16.26%</p>
<p><b>Sumário da execução dos indicadores</b></p>	<p>Execução em curso</p>	
<p><b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b></p>		
<p><b>Análise do Relatório Final</b></p>	<p>Não existe informação disponível</p>	
<p><b>Parecer Agência Portuguesa do Ambiente</b></p>	<p>A APA considera que as ações previstas pela candidatura do Município da Guarda se encontravam de acordo com a estratégia para os resíduos urbanos delineada no PERSU 2020.</p>	
<p><b>Observações da análise efetuada online</b></p>		
<p><b>Evidências de Execução</b></p>	<p>Não existe informação disponível</p>	
<p><b>Opinião Pública</b></p>	<p>Não existe informação disponível</p>	
<p><b>Resultados após campanhas</b></p>	<p>Não existe informação disponível</p>	
<p><b>Outros apoios financeiros governamentais</b></p>	<p>De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 5 anos o Município da Guarda beneficiou de cerca de 18,8 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 59 projetos.</p>	
<p><b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b></p>	<p>SIM: X</p>	<p>Não:</p>
<p><b>Critério de avaliação</b></p>	<p><b>Comentários dos entrevistados</b></p>	
<p><b>QA1. Eficácia</b></p>	<p>Esta candidatura foi aprovada no final de 2021, e foi feita considerando a importância e necessidade de tratar o tema dos biorresíduos. Não obstante, o beneficiário afirmou que esta candidatura não foi planeada com antecedência, tendo sido reativa ao lançamento do aviso. O Município já estava a trabalhar o tema dos biorresíduos com as escolas e com as IPSS, entretanto como apareceu o aviso do PO SEUR, consideraram como uma oportunidade para a aquisição de equipamentos em zonas onde não existia serviço de recolha.</p> <p>Em relação ao projeto em questão, há cerca de um ano atrás os equipamentos já estavam adquiridos, contudo julgavam que o projeto de biorresíduos seria apenas destinado à aquisição de equipamentos. O PO SEUR tinha um timing definido para a execução do projeto candidato, contudo para a implementação do circuito de biorresíduos e de todo o sistema de recolha de biorresíduos julgavam que teriam outro timing. Neste momento, o Município encontra-se numa corrida contra o tempo para iniciar o procedimento de circuitos de recolha para ver se conseguem, até final de setembro, colocar o sistema a funcionar, contudo, atualmente, não têm ainda equipamentos nem o pessoal para executar esta recolha.</p>	

	<p>Em relação à recolha vão fazer uma prestação de serviço para realizar esta atividade. Através do PO SEUR adquiriram duas viaturas: uma para a recolha de verdes, e outra para recolha dos contentores de biorresíduos. Como tal, estão a pensar assumir a recolha de verdes, porque têm um biotriturador e uma carrinha para o efeito, estando, também, em processo de aquisição um sistema de pesagem; e, portanto, vão triturar os verdes que recolherem e dar o tratamento indicado na origem. Em relação à outra viatura elétrica adquirida pensam fazer um contrato comodado com a empresa que vier a explorar e fazer o circuito de recolha, ou seja, vão ceder essa viatura à empresa que ganhar o concurso para a recolha, por exemplo, no centro histórico. Mas claro, que a empresa que vier a assegurar a recolha, terá de alocar muitos mais meios, para além daqueles que estão previstos na candidatura do PO SEUR.</p> <p>Atualmente, estão também ainda a tentar fechar a proposta do plano de comunicação e sensibilização, a qual faz parte do projeto de implementação do sistema.</p> <p>Segundo a opinião do Município, a concentração das candidaturas em 2/3 anos leva a uma eventual dificuldade de obtenção dos materiais necessários, devido ao aumento da procura e escalar dos preços dos materiais. Não obstante, o único problema que manifestaram relativamente a atrasos com a aquisição de equipamentos foi ao nível da viatura que tem a grua. Os contentores e a viatura elétrica, conseguiram obter de forma relativamente rápida. A dificuldade de obtenção desta carrinha foi devido à falta dos materiais especificados para o efeito e expressos na candidatura, sendo que, para tal, tiveram de fazer um novo procedimento contratual para a aquisição desse tipo de viatura.</p> <p>A principal dificuldade de conclusão da operação dentro dos prazos previstos prende-se com a incompatibilidade do calendário e o tipo de atividades a concretizar. Ou seja, em julho, têm previsto arrancar com a campanha de sensibilização e estabeleceram o prazo de final de setembro para a sua realização. Entretanto, vão ter de começar com o circuito de recolha no imediato, para que, até ao final de setembro, o consigam ter implementado. Contudo, enfrentam o problema da sazonalidade populacional da Região com as férias da maioria da população, as quais vão coincidir com os meses previstos de operação (julho e agosto), afetando a eficácia da campanha de sensibilização. Daí que, provavelmente, terão de requisitar o prolongamento da candidatura até final de outubro.</p> <p>No que refere ao processo de candidatura e desenvolvimento das operações, as principais dificuldades residem ao nível da perceção e interpretação dos indicadores. Para além disso, foram referidos outros fatores menos positivos, tais como os critérios de seleção e avaliação utilizados para os avisos e o envio de documentação em duplicado.</p>
QA2. Eficiência	-
QA3. Eficiência Operativa	A interação com o PO SEUR tem sido muito boa. Contudo, manifestaram a burocracia associada aos processos, em particular no encerramento das candidaturas.
QA4. Impacto e Sustentabilidade	-
QA5. Valor Acrescentado Europeu	Sem o financiamento do PO SEUR, estariam a avançar com esta operação, mas não a este ritmo mais acelerado, sugerindo o estabelecimento de novos prazos, até ao final do ano. Começavam num bairro, viam as adesões e, até o final do ano, montavam um sistema de recolha.
QA6. Relevância e Coerência	No que refere a sinergias, no âmbito do tema dos biorresíduos, candidataram-se ao Fundo Ambiental (FA) para adquirir um armazém para efetuar a concentração e trituração dos biorresíduos. No Município existe um número considerável de pessoas que têm jardins e que utilizam a estilha triturada para utilização local, contudo há outras pessoas que depositam esses resíduos nos contentores que o Município triturava, mas o Município não tinha propriamente um espaço dedicado para os colocar. Assim, ficam com um armazém onde podem armazenar essa estilha e depois vender para utilização nos terrenos da população, ou para valorização energética.

	Através do FA também concorreram para a instalação de sensores de volume nos contentores de biorresíduos, contudo, até à data, ainda não sabem se vão conseguir obter esse apoio.
Recomendações para o Futuro	-

1.3.1.4 LIPOR - Requalificação e aumento de capacidade da unidade de triagem de embalagens

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Requalificação e aumento de capacidade da unidade de triagem de embalagens
Beneficiário	LIPOR- SERVIÇO INTERMUNICIPALIZADO DE GESTÃO DE RESIDUOS
Localização	Área Metropolitana do Porto, Distrito do Porto, Concelho de Gondomar, Freguesia de Baguim do Monte (Rio Tinto)
Prioridade de Investimento	PI 6.1- Valorização dos resíduos urbanos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem
Código e designação do aviso	POSEUR-11-2019-26, Modernização e ampliação de instalações de valorização de resíduos urbanos
Código da operação/projeto	POSEUR-03-1911-FC-000216
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	Resíduos
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	16/09/2019
Data início	01/01/2019
Data aprovação	21/05/2020
Data conclusão	30/06/2023
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	8 265 790.83 €
Custo total executado (€)	4 373 971.83 €
Montante total elegível (€)	6 881 238.75 €
Montante não elegível (€)	1 384 552.08 €
Montante do Fundo de Coesão	5 849 052.93 €
Contribuição Nacional	1 032 185.85 €
Financiamento Privado	0.00 €
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	27/01/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	Investimentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial, nomeadamente através da otimização e reforço das redes de recolha seletiva existentes, designadamente através da aquisição de ecopontos subterrâneos e superficiais, contentores de recolha seletiva e viaturas de recolha seletiva, ecocentros; otimização e reforço das infraestruturas de triagem multimaterial, nomeadamente através da instalação de novas centrais de triagem bem como de linhas de tratamento adicionais e respetivos equipamentos adicionais, tais como tapetes transportadores, separadores óticos, magnéticos, balísticos, e de metais não ferrosos, crivos rotativos
Objetivos (principal e específicos)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaboração de um estudo prévio e respetivas peças de procedimento para a nova linha de triagem de embalagens da LIPOR</li> <li>2. Empreitada de reabilitação da plataforma interior da LIPOR que albergará a linha de triagem</li> <li>3. Aquisição dos equipamentos da linha de triagem remodelada</li> <li>4. Elaboração do EVF de suporte à candidatura</li> </ol>

<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.01.01.C - Capacidade adicional de reciclagem de resíduos; Meta: 18 300 t/ano
	Realização	O.06.01.03.G - Infraestruturas de triagem multimaterial criadas/ ampliadas /restruturadas; 1 número
	Realização	O.06.01.04.G - População servida pelas infraestruturas de RU/ equipamentos/ sistemas alternativos e inovadores de prevenção de produção de resíduos, recolha e reciclagem multimaterial; 961 167 pessoas
	Resultado	R.06.01.02.P- Incremento na acessibilidade ao serviço recolha seletiva; Meta: n.a. Percentagem
	Resultado	R.06.01.03.P- Resíduos Urbanos (RU) preparados para reutilização e reciclagem, no total de RU recicláveis; 33,16%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Execução em curso	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Reprogramações</b>	A operação sofreu duas Reprogramações, a primeira foi uma Reprogramação global (física, financeira e temporal) do projeto no dia 22 de novembro de 2021 que resultou numa diminuição do montante de financiamento, e a segunda foi uma Reprogramação financeira que resultou numa diminuição do montante de financiamento.	
<b>Parecer Agência Portuguesa do Ambiente</b>	A Agência Portuguesa do Ambiente emitiu um parecer em que refere que depois de analisar a documentação enviada pela POSEUR a mesma se encontrava de acordo com a estratégia de gestão de resíduos urbanos delineada no PERSU 2020.	
<b>Análise do Custo Benefício</b>	Por ser uma operação acima de 1 milhão de euros, foi apresentada uma avaliação financeira global do projeto. Nessa avaliação concluiu-se que a operação cumpria com os requisitos para a operação poder solicitar fundos comunitários, ter VAL negativo e TIR inferior à taxa de referência. Neste caso o VAL da operação era de -7.882 mil euros e a TIR era -17,6%.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	Foram encontradas várias notícias (no site da LIPOR, em jornais locais e nacionais) que davam conta da adjudicação do projeto	
<b>Opinião Pública</b>	Não foi encontrada informação relativa ao assunto.	
<b>Resultados após campanhas</b>	A linha de triagem atual tem capacidade nominal de 3 toneladas/hora, correspondendo a uma capacidade anual entre 5 450 toneladas, num turno, e 10 900 toneladas, em 2 turnos (260 dias/ano, 7h/turno). Por sua vez, a nova linha de triagem irá ter uma capacidade nominal de 8 toneladas/horas, correspondendo a uma capacidade anual entre 14 600 toneladas, num turno e 29 200 toneladas em 2 turnos (260 dias/ano, 7h/turno). Prevê-se então que a capacidade da LIPOR mais que duplique anualmente.	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 5 anos a LIPOR beneficiou de cerca de 19,3 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 19 projetos.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X	Não:
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	A operação em análise relaciona-se com a requalificação e aumento de capacidade da unidade de triagem de embalagens. Com esta operação, a LIPOR prevê que a sua capacidade de triagem, em dois turnos, seja de cerca de 30 mil toneladas por ano, resultado, que à data da contratação da operação, estava alinhado com o PERSU 2020. Contudo, atualmente, considerando o PERSU 2030, o investimento realizado já não permite dar resposta às metas de quantitativos a recolher para a área da LIPOR, neste caso, 64 mil toneladas. Desta forma, os atrasos verificados ao nível da definição política e orientação estratégica do setor, vieram, de certa forma, condicionar o potencial de resultado das operações apoiadas, que à data de hoje, acabam por se encontrar desalinhasdas com as novas metas.	

	<p>As operações promovidas pela LIPOR no âmbito do PO SEUR, incluindo esta, sofreram alguns constrangimentos que vieram influenciar a sua execução, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Litigância: atraso no arranque da obra de construção civil. A obra iniciou-se em janeiro de 2019 e estava prevista terminar em janeiro de 2021, chegando ao início de 2022 com a unidade operacional. Contudo, na realidade, a consignação para a instalação desta unidade apenas ocorreu em abril de 2022, perfazendo um ano e meio de atraso face ao inicialmente programado.</li> <li>- Revisões de preços</li> <li>- Aumentos dos preços</li> <li>- Contratação pública</li> <li>- Procedimentos desertos</li> <li>- Dificuldades em arranjar materiais: componentes elétricos e eletrónicos para os equipamentos</li> <li>- Alterações das especificações técnicas: em janeiro de 2023, foram surpreendidos com a questão das alterações técnicas, nomeadamente com a introdução de dois novos produtos que têm de ser separados- PP embalagens e os PET termoformados. Neste momento, encontram-se a fazer um trabalho de engenharia para tentar perceber quais as alterações que podem ser feitas na unidade instalada para conseguirem segregar esses dois novos fluxos.</li> </ul> <p>Apesar dos constrangimentos identificados, à data da entrevista, a LIPOR tem a unidade em fase de arranque, com a realização de ensaios de modo a avaliar a produtividade da unidade.</p> <p>No que refere a esta operação, uma das vantagens da LIPOR, que ajudou à boa execução da operação, foi o facto de se terem candidatado com a operação já num grau e maturidade avançado, quando comparado com outras candidaturas. Na altura da candidatura, a componente da obra da construção civil já estava em curso.</p>
<p><b>QA2. Eficiência</b></p>	<p>-</p>
<p><b>QA3. Eficiência Operativa</b></p>	<p>A LIPOR é um grande beneficiário do PO SEUR. De todas as operações realizadas, têm manifestado uma ótima relação com as equipas de acompanhamento do PO, que manifestam uma relação aberta e flexível.</p> <p>Do ponto de vista da avaliação da despesa, a LIPOR referiu alguma ineficiência para o beneficiário pelo facto de ser necessário enviar informação em duplicado; facto que foi considerando como uma oportunidade de melhoria para futuras programações. Uma das coisas que a LIPOR nota, é que do ponto de vista de avaliação ao nível da submissão das despesas para pedido de pagamento, além de muitas vezes terem de enviar informação em duplicado causando ineficiência e carga de trabalho extra sobre os beneficiários, têm critérios muito apertados para a análise de despesas, por vezes, até mais exigentes que o próprio Tribunal de Contas. Deveria haver uma harmonização das regras entre aquilo que é exigido pelo sistema de controlo do Tribunal de Contas e aquilo que é exigido pelo Sistema de Controlo do PO SEUR. A LIPOR está habituada a seguir os critérios do Tribunal de Contas, e há questões que o PO SEUR apresenta que não são compreendidas. O cumprimento de duas ordens de regras não facilita a eficiência nos processos. Os beneficiários já têm dificuldades a cumprir os procedimentos de acordo com as regras da contratação pública, quando mais, quando existem outras regras ainda mais exigentes para se preocuparem.</p> <p>A abertura dos avisos mais incisiva nos primeiros anos de operacionalização do PO, foi considerada como um fenómeno importante para os beneficiários. No caso da LIPOR, apesar e terem tido algumas operações no início do PO, referem que, através</p>

	<p>desta prática, poderiam ter concorrido a mais avisos e preparar as candidaturas com mais antecedência.</p> <p>No que refere à elegibilidade das despesas, a LIPOR considera que as despesas jurídicas deveriam ser elegíveis em projetos de elevada complexidade, até porque há um risco grande. A questão do CCP é também muito complexa e difícil de trabalhar e verter para os cadernos de encargo.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p>A LIPOR tem aposta muito nos trabalhos de comunicação para com a população abrangida pelos seus sistemas, contudo não conseguem afirmar se há efetivamente um conhecimento específico associado ao impacte promovido pelas operações apoiadas pelo PO SEUR.</p> <p>Por exemplo, na área dos resíduos, devido às várias ações de comunicação e sensibilização que realizam, notam uma maior separação por parte dos cidadãos.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>Sem o apoio do PO SEUR, a LIPOR refere que não teria tido flexibilidade para avançar com os investimentos realizados, uma vez que a sua realização iria implicar o aumento das tarifas, o qual, por sua vez, não seria aceite pelos Municípios.</p> <p>A LIPOR pode ter tarifas que lhes permita obter a receita de que necessitam para executar as suas tarefas, mas não podem fazer comparações “cegas” com outros países, por exemplo, dado que o contexto social e económico é muito diferente. Não é completamente elástica a vontade da LIPOR adequar as tarifas e incluir nelas parte do investimento. De modo que vão necessitar de continuar a necessitar de ter apoio ao investimento para depois alavancar aquilo que são as suas despesas de funcionamento.</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p>Considerando os constrangimentos de definição política identificados, a LIPOR refere que faltou o alinhamento entre aquilo que seriam as políticas e o período de implementação dos requisitos legais.</p> <p>Por exemplo, no caso dos biorresíduos, o primeiro aviso lançado pelo PO foi dedicado à recolha, e só depois lançaram um aviso para reconversão das unidades, e nesse sentido, a LIPOR referiu que essa cronologia de apoio não faz sentido – “Não faz sentido estar a investir na recolha, se depois não existem as instalações para os tratar”.</p> <p>Neste caso, a LIPOR referiu que no PO SEUR, houve falta de uma visão mais realista e prática acerca do contexto dos beneficiários e daquilo que efetivamente se passa no terreno, de modo a ter sido possível alargar o âmbito das operações a financiar em prol deste fim. Houve um hiato de tempo entre a questão da recolha e das infraestruturas, o que pode de certa forma ter condicionado a realização dos investimentos nesta área.</p> <p>A LIPOR tem de informar a ERSAR sobre a partilha de infraestruturas, contudo devido a alguma falta de agilidade por parte desta entidade, não são promovidas algumas propostas de sinergia.</p> <p>Os custos de investimento associados à partilha de infraestruturas têm de ser associados. Há necessidade de existirem sistemas multimunicipais. A entidade cooperante tem de ser entendida pela autoridade nacional e gestora.</p> <p>Relativamente à questão das sinergias entre beneficiários ou operações, a LIPOR refere que o princípio de partilha das instalações faz sentido quando as necessidades básicas já estão servidas. A LIPOR tem previsto na sua estratégia a partilha de infraestruturas, e para eles faz sentido do ponto de vista de eficiência, mas sempre considerando o princípio da capacidade ociosa que com a implementação destes projetos preveem libertar essa capacidade.</p> <p>No caso da LIPOR, referem que a geografia das instalações e ações/prioridades de investimento, deveria ser planeada num contexto regional, de modo a fomentar a constituição de sinergias relevantes e com sucesso. Contudo, há uma falta de diálogo entre os atores do setor regionais, que também dificulta este processo.</p> <p>Muitas vezes a ineficiência de articulação da ERSAR e APA, não permite olhar para a capacidade ociosa existente noutros sistemas de forma a poder ser potenciada. O delay verificado nas respostas por parte destas entidades, não é compatível com os problemas urgentes do terreno, que têm de ser resolvidos de forma imediata.</p> <p>Ou seja, existem outros impeditivos (questões da ERSAR, modelos regulatórios, tarifários, etc.) que têm muito mais impacte na própria capacidade de promoção de sinergias pelo PO SEUR. Há um custo de investimento. Para avançar com a operação a pensar na partilha, é necessário, à partida, ter alguma segurança, algum acordo,</p>

	<p>que estabeleça que a essa capacidade adicional vai ser efetivamente utilizada, senão só vai existir um custo, sem resultados e impactes.</p> <p>Para além disso, é preciso perceber que na realidade portuguesa atual de gestão de resíduos, existem sistemas multimunicipais e sistemas municipais. Os sistemas multimunicipais acabam por ter mais entraves, porque têm outras responsabilidades, dificultando a questão das partilhas. É preciso formalizar e incentivar essa questão de partilha com estes sistemas.</p> <p>Relativamente às sinergias entre outros instrumentos de apoio, a LIPOR assinalou, desde logo, que as verbas da TGR têm de complementar de uma, forma positiva, os sistemas que sejam mais avançados naquilo que são o atingimento das metas. A distribuição atual da TGR tem sido a antítese daquilo que efetivamente deveria ser. Está-se a distribuir o dinheiro conforme aquilo que os Municípios contribuem, promovendo a deposição em aterro. O FA deveria dar atenção à alocação destas verbas para as prioridades de política.</p>
<p><b>Recomendações para o Futuro</b></p>	<p>Relativamente ao próximo quadro comunitário, a LIPOR manifesta as seguintes preocupações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouca objetividade dos critérios de mérito das candidaturas;</li> <li>- Regionalização dos fundos devido à eventual falta de capacidade das CCDR. Neste caso, referem que, eventualmente, os problemas de duplicação de informação terão tendência a piorar</li> </ul>



### 1.3.2 Prioridade de Investimento 6.2

#### 1.3.2.1 Município de Estremoz - Extensão da Rede de Saneamento de Águas Residuais do subsistema de São Bento do Cortiço – Estremoz

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Extensão da Rede de Saneamento de Águas Residuais do subsistema de São Bento do Cortiço- Estremoz
Beneficiário	Município de Estremoz
Localização	Alentejo Central, Distrito de Évora, Concelho de Estremoz, União das Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão
Prioridade de Investimento	PI 6.2- Investimento no setor da água para satisfazer requisitos em matéria de ambiente e as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Código e designação do aviso	POSEUR-12-2016-38, Fecho Sistemas AA e SAR e Redução de Poluição
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2012-FC-000531
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	<i>Ciclo Urbano da Água</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	05/07/2016
Data início	21/12/2015
Data aprovação	07/11/2016
Data conclusão	31/03/2020
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	819 129.66 €
Custo total executado (€)	819 129.66 €
Montante total elegível (€)	819 129.66 €
Montante não elegível (€)	0.00 €
Montante do Fundo de Coesão	695 935.36 €
Contribuição Nacional	123 194.30 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	84.96%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	<p>A operação tem em vista a extensão da rede de saneamento de águas residuais já existente na União de freguesia de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão, em particular na aldeia de São Bento do Cortiço, através do seu prolongamento e acréscimo do serviço a populações ainda não servidas por aquele sistema (5,5 km). Prevê ainda a execução da respetiva ETAR-Estação de Tratamento de Águas Residuais compacta, com tratamento de nível secundário, equipamento que não existe naquela área de intervenção.</p> <p>O lugar de São Bento do Cortiço, atualmente pertencente à União de Freguesias de São Bento do Cortiço e Sto. Estêvão, Concelho de Estremoz, é drenado através de uma rede de coletores de águas residuais domésticas, cuja descarga no meio recetor é efetuada diretamente para a linha de água, não existindo tratamento prévio.</p>

<b>Objetivos (principal e específicos)</b>	<p>A operação apresenta as seguintes ações: Projeto Técnico; Elaboração de Estudo Geológico e Geotécnico; Empreitada; Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra. O investimento vai permitir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O cumprimento dos objetivos decorrentes da legislação comunitária DQA e Lei da Água;</li> <li>- A melhoria da qualidade das massas de água;</li> <li>- A minimização dos impactes adversos resultantes das descargas diretas no meio ambiente;</li> <li>- O aumento do nível de atendimento de águas residuais urbanas.</li> </ul>	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.02.01.P - Extensão dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais a construir; Meta: 6km
	Realização	O.06.02.02.G - Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) construídas para servir até 500 Eq. Pop.; Meta: 1 estação
	Realização	O.06.02.03.E - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; Meta 508 equivalente
	Realização	O.06.02.12.G - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; Meta: 623 pessoas
	Resultado	R.06.02.04.P- Incremento de Alojamentos que passam a ter serviço de drenagem; Meta: 8,67%
	Resultado	R.06.02.06.P- Alojamentos abrangidos com avaliação satisfatória no cumprimento dos parâmetros de descarga; Meta: 94,22%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Concluída	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Análise do Relatório Final</b>	<p>A operação encontra-se concluída e operacional. Com a construção de 6 km de rede de saneamento, 30 ramais e 1 ETAR pode-se garantir o saneamento com avaliação satisfatória no cumprimento dos parâmetros de descarga a 326 alojamento/623 habitante no lugar de São Bento do Cortiço, UF de São Bento do Cortiço e Santo Estevão.</p>	
<b>Cobertura dos Gastos Totais (ERSAR)</b>	<p>A operação do Município de Estremoz cumpriu com o índice Cobertura dos Gastos Totais da Entidade Gestora. Em 2014 teve um valor de 0,9, superior ao objetivo de 0,8 e em 2019 o mesmo indicador tem um índice de 97%.</p>	
<b>Reprogramações</b>	<p>A operação sofreu duas Reprogramações, a primeira foi uma Reprogramação financeira que diminuiu os montantes de financiamento e uma Reprogramação temporal no dia 5 de fevereiro de 2020 e a segunda foi uma Reprogramação financeira no dia 19 de maio de 2021 que diminuiu o montante de financiamento referente ao Fundo de Coesão.</p>	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	<p>A CM de Estremoz publicou uma notícia no seu site a informar que a construção das 3 ETAR tinham sido concluídas</p>	
<b>Opinião Pública</b>	<p>Não existe informação disponível</p>	
<b>Resultados após campanhas</b>	<p>Não existe informação disponível</p>	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	<p>De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos o Município de Estremoz beneficiou de cerca de 11,3 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 29 projetos.</p>	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X	Não:
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	<p>O CUA foi a prioridade do município para a realização de operações no âmbito do PO.</p> <p>O município tem as duas vertentes de saneamento, em baixa e em alta e, portanto, tem tido uma dificuldade acrescida em termos de financiamento necessário para as duas vertentes. No entanto, os objetivos propostos foram concretizados. e o projeto foi concluído.</p> <p>Sem embargo, o município continua a ter freguesias rurais dispersas que, na sua maioria, não têm qualquer tipo de tratamento do saneamento.</p>	

	<p>Existiu uma dificuldade de realização no que diz respeito ao indicador que o PO utiliza para o cálculo de população equivalente que seria beneficiária da operação. Este cálculo é feito através do número de alojamentos servidos, de acordo com o índice calculado pelo INE, através dos censos. Como as freguesias rurais apresentam algum despovoamento, e muitas casas são de segunda habitação, quando é feito o encerramento da operação, o indicador, calculado com base na carga orgânica que dá entrada na ETAR, não reflete a população equivalente que se esperava abranger, tendo sido aplicada uma redução financeira ao projeto. Do mesmo modo, pelo facto das águas pluviais muitas vezes se juntarem com as de saneamento, a carga orgânica é diluída, não refletindo realmente o indicador de resultado R.06.02.06.P.</p> <p>O município apresentou um grau de recuperação de custos (GRC) dentro do cumprimento dos requisitos da ERSAR.</p> <p>A operação não abrangeu todos os habitantes das freguesias. Muitas das freguesias funcionam ainda com fossas sépticas. Nestas freguesias utilizam limpa-fossas que fazem a recolha e transporte para a ETAR.</p>
<p>QA2. Eficiência</p>	<p>O município elaborou o projeto técnico em 2015 e apresentou a candidatura em 2016.</p> <p>O município considera que o PO está bem estruturado e que a documentação apresentada é esclarecedora. Sempre que a CME necessita de esclarecimentos, o PO responde prontamente.</p> <p>O acompanhamento pelos recursos do PO SEUR é feito de modo a acompanhar as necessidades da operação. O município foi alvo de uma auditoria feita por uma entidade externa ao PO.</p> <p>Apesar da extensa burocracia que acompanha os processos de candidatura, o município compreende que seja complicado agilizar mais os processos. Por exemplo, a obtenção do visto do Tribunal de Contas, que deveria ser no prazo de 30 dias, muitas vezes acaba por tardar duas ou três vezes mais.</p> <p>O município nota algumas condicionantes nos avisos, com uma menor elegibilidade de operações para as freguesias rurais. Normalmente, o centro urbano tem mais problemas relacionados com a vida útil dos sistemas e nas freguesias rurais problemas relacionados a extensão dos sistemas. O mesmo aconteceu num aviso com o requisito de um parecer da APA em que a qualidade da linha de água, para efeitos de escoamento de habitações sem saneamento, estivesse abaixo de bom. O que ainda não acontecia à data da operação.</p> <p>O município recorre, por vezes, ao site do PO para esclarecimento de dúvidas que possam surgir na candidatura a outros apoios financeiros.</p>
<p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p>O prazo de candidaturas depende da maturidade dos projetos, da existência ou não existência do projeto técnico. Há uma grande dependência das datas dos avisos para conseguir preparar as candidaturas. Para este projeto, alguns dos projetos técnicos já estavam elaborados.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p>O município reconhece que a região do interior já tem algumas preferências na elegibilidade, relativamente ao litoral, e que a taxa de cofinanciamento tem aumentado nos municípios do interior. Identifica como problemático a extensa área do interior e a dificuldade de os apoios chegarem a todo o lado.</p> <p>Noutras operações, o município teve necessidade de se agregar a outros municípios respondendo aos requisitos colocados pelo aviso do PO. Estas agregações são por vezes consideradas como condicionantes, dadas as diferentes vontades e interesses dos diferentes municípios no que diz respeito à realização das operações.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>O programa tem sido bastante importante para que a CME resolva as suas necessidades ao nível do abastecimento e saneamento, especialmente ao nível das freguesias rurais.</p> <p>O município tem muitas necessidades ao nível do CUA e sem o PO é impossível fazer face a estas necessidades de investimento. Algumas das freguesias ainda não têm</p>

	<p>rede de tratamento de águas residuais e num curto de espaço de tempo não conseguirão manter essa realidade.</p> <p>O município é também beneficiário de outros apoios, como é o caso do PT2020, o Alentejo2020 e o FA.</p>
<b>QA6. Relevância e Coerência</b>	<p>O município reconhece que há alguma discriminação nalgumas candidaturas que se baseiam na densidade populacional. Os municípios do interior ficam, por vezes, prejudicados comparativamente aos municípios do litoral.</p>
<b>Recomendações para o Futuro</b>	<p>-</p>

1.3.2.2 *Município de Silves - Ampliação da rede de abastecimento de água nos sítios de Benaciate e Lavajo*

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Ampliação da rede de abastecimento de água nos sítios de Benaciate e Lavajo
Beneficiário	Município de Silves
Localização	Algarve, Distrito de Faro, Concelho de Silves, Freguesia de São Bartolomeu de Messines
Prioridade de Investimento	PI 6.2- Investimento no setor da água para satisfazer requisitos em matéria de ambiente e as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Código e designação do aviso	POSEUR-12-2016-38, Fecho Sistemas AA e SAR e Redução de Poluição
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2012-FC-000516
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	<i>Ciclo Urbano da Água</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	05/07/2016
Data início	29/09/2017
Data aprovação	09/02/2017
Data conclusão	15/11/2018
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	851 160.17 €
Custo total executado (€)	848 083.69 €
Montante total elegível (€)	744 316.19 €
Montante não elegível (€)	106 843.98 €
Montante do Fundo de Coesão	632 668.76 €
Contribuição Nacional	111 647.43 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	<p>Os sítios de Benaciate e Lavajo, ambos na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, não são ainda servidos por rede pública de abastecimento de água, terminando esta infraestrutura a nascente e poente daquelas povoações. Assim, pretende-se a ampliação e interligação das redes existentes, bem como a execução de ramais de ligação a partir dessa conduta de interligação, de forma a permitir o abastecimento dos alojamentos localizados na área intermédia. Benaciate e Lavajo são povoações rurais, essencialmente residenciais, com reduzido nº de unidades de pequeno comércio. Salvo algumas exceções, a ocupação habitacional é dispersa e situada ao longo dos arruamentos, podendo caracterizar-se como sendo fundamentalmente constituída por residências unifamiliares com um ou dois pisos.</p> <p>A rede de abastecimento a construir no âmbito da operação desenvolver-se-á, assim, ao longo da estrada municipal que atravessa as referidas povoações, procurando o traçado proposto abranger a quase totalidade dos alojamentos nas áreas a servir,</p>

	permitindo a interligação do subsistema de abastecimento de água de S. Bartolomeu de Messines.	
<b>Objetivos (principal e específicos)</b>	A operação tem como objetivos: - Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço; - Prestar um serviço com qualidade e eficácia; - Promover uma gestão eficiente dos recursos hídricos.	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.02.02.C - População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água; Meta: 348 pessoas
	Realização	O.06.02.09.P- Extensão Rede de abastecimento de água construída.; Meta: 10,31km
	Resultado	R.06.02.15.P- Redução das ocorrências de falhas no abastecimento em baixa; Meta: 0%
	Resultado	R.06.02.17.P- Alojamentos com adesão ao serviço em alta; Meta: 87,09%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Em execução	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Cobertura dos Gastos Totais (ERSAR)</b>	A operação do Município de Silves não cumpriu com o índice de Cobertura dos Gastos Totais da Entidade Gestora, em 2014 tinha um valor de 0,5 quando deveria ser superior a 0,8.	
<b>Reprogramações</b>	A operação sofreu três Reprogramações, a primeira foi uma Reprogramação temporal e financeira no dia 9 de fevereiro de 2017 que diminuiu os montantes de decisão de financiamento, a segunda foi uma Reprogramação temporal no dia 31 de agosto de 2018 e a última foi uma Reprogramação física no dia 8 de outubro de 2020.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	<a href="https://www.cm-silves.pt/pt/noticias/5632/municipio-de-silves-concluiu-empregada-de-ampliao-da-rede-de-abastecimento-de-agua-aos-sitios-do-benaciate-e-lavajo.aspx">A CM de Silves publicou uma notícia no seu site a informar que a empreitada de ampliação da rede de abastecimento de água nos sítios de Benaciate e Lavajo tinham sido concluídas: https://www.cm-silves.pt/pt/noticias/5632/municipio-de-silves-concluiu-empregada-de-ampliao-da-rede-de-abastecimento-de-agua-aos-sitios-do-benaciate-e-lavajo.aspx (disponível a 11.08.2023).</a>	
<b>Opinião Pública</b>	<a href="#">Com base na informação encontrada, a opinião pública é positiva.</a>	
<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos o Município de Silves beneficiou de cerca de 7,5 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 28 projetos.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X Não:	
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	Os FEEI e mais propriamente o POSEUR tem sido um médio de alavancagem para a economia local de Silves na medida em que se trata de oportunidades de financiamento que estão ao nosso dispor que, de outra maneira, não seria possível realizar. Por vezes, e ao nível dos resultados contratualizados e indicadores torna-se difícil de apurar esta forma de cálculo o que nem sempre se traduz que o que foi contratualizado se consiga cumprir a 100% (este tem sido um dos maiores entraves às nossas operações). O Município de Silves tem aproveitado ao máximo e da melhor maneira os avisos e financiamentos disponibilizados pelo POSEUR traduzindo-se quase sempre numa melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Importa referir que sem os FEEI não seria possível nem exequível realizar muitos dos investimentos/obras/serviços/empreitadas que temos neste momento a decorrer devido ao avultado valor que tem de se despende para levar estes investimentos a “bom porto”. Tendo em conta que o nosso Município se encontra na região do Algarve, torna-se notório que a cada quadro comunitário existe mais dotação disponível bem como um maior número de avisos de financiamento para que esta região possa ser competitiva e tornar-se numa região mais desenvolvida que possa tentar competir com as regiões de Lisboa e do Porto – aqui neste aspeto os FEEI também são um	

	instrumento extremamente importante por forma a ajudar a reduzir essa discrepância que existe.
QA2. Eficiência	Apesar da ainda pouca experiência neste ramo dos Fundos Comunitários, penso que os processos poderiam e deveriam ser mais simplificados, existe muita burocracia associada à elaboração de uma candidatura. É óbvio que se torna necessário quantificar e qualificar o investimento realizados seja através da publicidade, dos indicadores e do relatório final de execução, mas estes fatores poderiam ser mais simplificados uma vez que existem candidaturas com prazos apertados que algumas vezes, com a quantidade de informação solicitada, poderiam ser elaborados com mais alguma qualidade de informação.
QA3. Eficiência Operativa	As reprogramações da referida operação tiveram por base a nova metodologia de cálculo do indicador “População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água” tendo sido alterado o ano-alvo de 2018 para 2019 a meta de 429 para 348 e o indicador “Redução das ocorrências de falhas no abastecimento em baixa” passou para o estado inativo dado que o mesmo não se aplicava à tipologia da presente operação. A 2ª reprogramação deveu-se ao facto de não ter sido possível reacionar a empreitada na data que estava prevista. A equipa do POSEUR mostra-se sempre capaz e empenhada em dar o devido acompanhamento para uma boa execução das candidaturas mostrando-se sempre disponível para o esclarecimento de qualquer dúvida durante a execução da operação.
QA4. Impacto e Sustentabilidade	-
QA5. Valor Acrescentado Europeu	O Município de Silves tentar tirar o máximo partido dos FEEI e do benefício que estes trazem a curto, médio e longo prazo aos munícipes e à económica local. Desde candidaturas com apoio FEDER, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu e PO Regional do Algarve, o Município de Silves tem-se mostrado como um dos principais impulsionadores e beneficiados ao nível de candidaturas e financiamentos na região do Algarve. O POSEUR tem sido uma mais-valia para que se possa prestar um serviço de excelência aos munícipes sem o qual não seria possível atingir os objetivos de política nacional.
QA6. Relevância e Coerência	-
Recomendações para o Futuro	-
Recomendações para o Futuro	-

1.3.2.3 *Município da Moita - Infraestruturas de águas residuais domésticas do Penteadó*

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Infraestruturas de águas residuais domésticas do Penteadó
Beneficiário	Município da Moita
Localização	Área Metropolitana de Lisboa, Distrito de Setúbal, Concelho da Moita, Freguesia da Moita
Prioridade de Investimento	PI 6.2 - Investimento no setor da água para satisfazer requisitos em matéria de ambiente e as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Código e designação do aviso	POSEUR-12-2016-38, Fecho Sistemas AA e SAR e Redução de Poluição
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2012-FC-000219
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	<i>Ciclo Urbano da Água</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	01/07/2016
Data início	18/06/2015
Data aprovação	09/09/2016
Data conclusão	31/01/2017
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	388 766.89 €
Custo total executado (€)	343 665.66 €
Montante total elegível (€)	343 665.66 €
Montante não elegível (€)	45 101.23 €
Montante do Fundo de Coesão	292 115.81 €
Contribuição Nacional	51 549.85 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	<p>Esta intervenção consiste na execução da rede de águas residuais domésticas dos Bairros Operário e Central, situados no lugar do Penteadó, na freguesia da Moita, numa área delimitada a nascente pelo Concelho de Palmela e a poente pela A 33 e inscreve-se na tipologia de operação b) v) Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais. Mais se adianta que a operação não beneficiou de qualquer financiamento comunitário anterior. A rede de drenagem construída é separada pela linha do Caminho de Ferro do Alentejo o que obriga a um encaminhamento diferenciado dos efluentes. A Norte desta linha, no Bairro Central, as habitações existentes ao longo da EM 533.1 e as ruas perpendiculares a esta estrada, até à linha do caminho-de-ferro, ligando à primeira caixa do coletor, já existente, implantado na rua Agostinho Neto no Bairro Vila Morena, sistema este municipal que se encontra ligado ao emissário em alta da Estação Elevatória Vila Morena e em total funcionamento.</p> <p>A Sul da linha do caminho-de-ferro, a rede composta por parte do Bairro Central, Bairro Operário, pelas ruas do Trabalhador Rural e António Aleixo e o emissário do</p>



	<p>Bairro Mesquita, ligará a rede de drenagem em baixa à Estação Elevatória do Bairro Mesquita, que por sua vez ligará (já em alta) à Estação Elevatória do Bairro Vila Morena. Esta ligação é da responsabilidade da Entidade Gestora em Alta (ALVT – Águas de Lisboa e Vale do Tejo) e não se encontra executada.</p> <p>Os bairros abrangidos caracterizam-se por habitações do tipo moradia, apresentando-se, em algumas áreas, de forma dispersa. Esta situação determina a necessidade de manter algumas caixas de corrente de varrer, introduzindo descargas periódicas de caudal. Por outro lado, o tipo de solo e a modelação do terreno obriga a prover troços de profundidades elevadas, para se atingir as cotas necessárias, situações que vêm onerar o custo de execução do projeto.</p> <p>A operação inclui também a repavimentação das acessibilidades afetadas pela construção das infraestruturas, para que os Bairros apresentem, no final a qualidade necessária.</p> <p>Tratando-se de um projeto de âmbito municipal, a operação respeita as normas do Plano Diretor Municipal em vigor.</p>	
<b>Objetivos (principal e específicos)</b>	<p>A presente operação visa a extensão do serviço a esta população, ainda não abrangida, nos Bairros Operário e Central, no Penteado. Com a execução desta obra o efluente doméstico desta população será encaminhado para a Estação de Tratamento de Águas Residuais Domésticas do Afonsoeiro, da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Esta operação que contempla uma ligação alta-baixa e se constitui como fecho de sistema, contribui para a otimização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, permitindo ainda eliminar o foco de poluição referido. A eliminação em definitivo de soluções individuais de saneamento, permite ainda a eliminação de focos de contaminação dos lençóis freáticos, contribuindo assim para o objetivo de valorização e utilização sustentável dos recursos endógenos.</p>	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.02.01.P - Extensão dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais a construir; Meta: 5,26km
	Realização	O.06.02.03.E - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; Meta 372 equivalente de população
	Realização	O.06.02.12.G - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; Meta: 372 pessoas
	Resultado	R.06.02.04.P- Incremento de Alojamentos que passam a ter serviço de drenagem; Meta: 0,99%
	Resultado	R.06.02.06.P- Alojamentos abrangidos com avaliação satisfatória no cumprimento dos parâmetros de descarga; Meta: 86,22%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Concluída	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Análise do Relatório Final</b>	A operação foi concluída e encontra-se operacional. Com a sua realização os efluentes de 174 alojamentos no Bairros Operário e Central da Freguesia da Moita, são devidamente encaminhados para tratamento adequado na ETAR de Afonsoeiro.	
<b>Cobertura dos Gastos Totais (ERSAR)</b>	A operação do Município da Moita cumpriu com o índice de Cobertura dos Gastos Totais da Entidade Gestora, em 2014 tinha um valor de 1,4 superior aos 0,8 que eram o objetivo.	
<b>Reprogramações</b>	A operação sofreu uma Reprogramação temporal, no dia 6 de janeiro de 2017.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	<a href="https://www.cm-moita.pt/viver/informacao-municipal/noticia/infraestruturas-do-penteado-bairros-central-e-operario">A CM da Moita informou a população de que estavam a decorrer obras para a construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas, a substituição da rede de abastecimento de água nos troços antigos e também a repavimentação de todos os arruamentos intervencionados: https://www.cm-moita.pt/viver/informacao-municipal/noticia/infraestruturas-do-penteado-bairros-central-e-operario (disponível a 11.08.2023)</a>	
<b>Opinião Pública</b>	Não existe informação disponível	
<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos o Município da Moita beneficiou de cerca de 9,4 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 44 projetos.	

Necessidade de Entrevista para esclarecimentos	SIM: X <span style="float: right;">Não:</span>
Critério de avaliação	Comentários dos entrevistados
QA1. Eficácia	<p><b>1.1. Em que medida é que os objetivos das operações apoiadas pelo PO SEUR (Eixo III) foram atingidos? Quais foram os catalisadores e barreiras que permitiram/impediram atingir esses objetivos?</b></p> <p>Os objetivos foram plenamente atingidos, e em certa medida até superados por se tratar de uma infraestrutura totalmente nova e com bastante grau de adesão por parte dos utilizadores finais (POSEUR-03-2012-FC-000219).</p> <p><b>1.2. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional, e decorrentes objetivos do PO SEUR? De que forma? Sem eles, teríamos alcançado o que alcançámos?</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>1.3. Atendendo às diferentes áreas temáticas apoiadas, considera adequados os apoios que foram disponibilizados nesses âmbitos? Em termos geográficos, os apoios foram para onde são necessários?</b></p> <p>Sim. Será, no entanto, de notar que o nosso conhecimento do programa é avaliado do ponto de vista regional.</p> <p><b>1.4. Considera que possuíam recursos com a capacitação técnica e operacional adequada à correta implementação dos seus projetos?</b></p> <p>Sim.</p> <p>Este aspeto decorre da natureza da instituição em apreço, (Autarquia Local).</p> <p><b>1.5. Para o caso das operações ainda em execução, os resultados contratualizados com a Autoridade de Gestão afiguram-se alcançáveis?</b></p> <p>No caso da candidatura que decorre ainda no âmbito da recolha Seletiva de Biorresíduos, existe uma meta de muito difícil cumprimento relacionada com o Grau de Recuperação de Custos fixado no Aviso específico a que o Município da Moita se candidatou.</p> <p><b>1.6. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas aos atuais e potenciais beneficiários? Há um interesse significativo por parte dos potenciais beneficiários? Considera que os mecanismos possibilitados pelos apoios apresentam um determinado grau de flexibilidade que os permite continuar viáveis mesmo quando as condições de mercado se alteram?</b></p> <p>Quando as operações são financiadas com imposição tetos máximos de montantes de financiamento, ou imposição de custos de referência, não é por vezes possível acompanhar as alterações do mercado, aspeto que causa muitas vezes constrangimentos de ordem financeira.</p> <p><b>1.7. Consideram que os indicadores contratados nas candidaturas são os mais adequados e permitem captar os reais resultados e impactes decorrentes das operações apoiadas? Se não, identifique alguns exemplos.</b></p> <p>Genericamente sim. No caso particular da Recolha Seletiva de Biorresíduos, talvez haja demasiados indicadores de realização que importa atingir em simultâneo.</p> <p><b>1.8. No caso particular da operação “Infraestruturas de águas residuais domésticas do Penteadado (POSEUR-03-2012-FC-000219)”, em relação aos indicadores contratados, consideram que a operação contribuiu a melhoria dos indicadores monitorizados pela ERSAR, que antes da operação se encontravam em nível mediano ou insatisfatório?</b></p>

	<p>Sim. Tratando-se de uma nova cobertura, estes indicadores melhoraram significativamente na área geográfica abrangida.</p> <p><b>1.9. Em relação ao indicador de cobertura de custos, conseguiram/irão conseguir assegurar o seu cumprimento, após o desenvolvimento da operação?</b></p> <p>Talvez este objetivo não seja de fácil exequibilidade, até porque o incremento das redes, até noutros locais não financiados num determinado período temporal, pode implicar redução ou aumento deste indicador, não estando esse aspeto diretamente relacionado com a Operação em causa.</p> <p><b>1.10. Qual o sucesso das ações de educação e sensibilização para a prevenção e redução da produção de resíduos? Podem destacar casos concretos de operações com particular impacte positivo? Ou em oposição, as que tiveram impacte abaixo do esperado?</b></p> <p>Da experiência com outros projetos sabemos que ir ao encontro das pessoas avança um maior interesse nesta matéria, por exemplo o contacto direto porta a porta sobre a importância da separação de resíduos ditos orgânicos, ou as ações de sensibilização que foram realizadas junto da comunidade educativa, (professores e alunos).</p> <p><u>Notas adicionais:</u> Foi referido que não esperam dificuldades significativas no alcance da meta estabelecida. O troço implementado diz respeito a uma área já habitada, mas em franca expansão, pelo que se espera que o indicador até possa ser ultrapassado com a criação e ligação de novos fogos. Relativamente à população já existente, apesar de existir alguma resistência inicial à ligação, consideram que existe uma tendência natural para que as soluções por fossa sejam abandonadas. Adicionalmente, o município tem como procedimento comunicar à população a conclusão da obra e notificar os potenciais beneficiários de que devem proceder à ligação no prazo de 30 dias.</p>
<p>QA2. Eficiência</p>	<p><b>2.1. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?</b></p> <p>As orientações para desmaterialização dos processos permitem a conceção de um processo bastante eficiente.</p>
<p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p><b>3.1. Consideram que a AG do PO SEUR disponha dos meios e capacidades necessárias para gerir o Programa? Desempenhou de forma favorável as atividades de planeamento dos avisos e apoio nas candidaturas; de acompanhamento das operações?</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>3.2. Considera que os mecanismos existentes de comunicação e divulgação do PO SEUR foram adequados à divulgação dos apoios proporcionados e das respetivas condições e prazos?</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>3.3. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução? // Considera os mecanismos de acompanhamento eficientes para a boa execução das operações?</b></p> <p>Sim</p> <p><b>3.4. Se aplicável, como percecionam a evolução do POVT (anterior Programa de ambiente no QREN 2007-2013) face ao atual PO SEUR?</b></p> <p>Positiva.</p>

	<p><b>3.5. No caso particular da operação “Infraestruturas de águas residuais domésticas do Penteado (POSEUR-03-2012-FC-000219)”, quais os motivos que originaram as reprogramações temporais realizadas: data de início [01/12/2015 – 18/06/2015] e data de conclusão [16/08/2016-21/01/2017])?</b></p> <p>A consignação da obra ocorreu em 18/06/2015;</p> <p>Terminado o prazo de execução da respetiva empreitada foi realizada uma vistoria para efeitos de receção provisória, contudo a existência de trabalhos não concluídos e/ou executados de modo não conforme, foi adiando a receção provisória que ocorreu apenas em 25/10/2016;</p> <p>Esta circunstância motivou a que a realização do último auto de medição e a emissão da respetiva fatura fossem prorrogados.</p> <p>Acresce ainda que o ponto de ligação desta infraestrutura, (EE em Alta da SIMARSUL), só viria a estar concluído posteriormente, aspeto que implicou que a entrada em funcionamento desta rede fosse também adiada.</p> <p><u>Notas adicionais:</u></p> <p>Foi referido que o PO SEUR designa um interlocutor para cada projeto e que isso facilita muito na definição da matéria necessária inerente à implementação do projeto e nos reportes e articulação com a AT.</p> <p>A transferência para o digital foi apontada como um dos pontos fortes do Programa, apesar de ter causado alguns constrangimentos nesta fase de transição, desde logo a duplicação do arquivo e dos registos (formato digital e físico). Relativamente à troca de comunicações, foi identificado como ponto menos positivo a ausência de definição de um canal preferencial para os contactos com o beneficiário, bem como a uniformização do mesmo.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p><b>4.1. No âmbito das candidaturas e desenvolvimento das operações, existe algum tipo ou forma de incentivo à constituição de sinergias entre os projetos apoiados no seio do PO SEUR ou de outros FEEI ou instrumentos de política, de modo a alavancar os resultados e impactes obtidos? Uma das causas para este incentivo não acontecer, poderá dever-se ao facto dos outros FEEI ou instrumentos de política não serem realizados ou implementados em condições que favoreçam a constituição de sinergias e/ou complementaridades entre as operações a apoiar/apoiadas?</b></p> <p>A existência de eventuais sinergias entre FEEI, (ainda que desejáveis em termos estratégicos), são normalmente dificultadas em virtude de dúvidas com o duplo financiamento das operações, (mesma área geográfica, mesmo público-alvo, mesmos beneficiários diretos, etc.).</p> <p><b>4.2. Considera que os potenciais beneficiários finais valorizam e reconhecem o potencial social, económico e ambiental das áreas apoiadas: economia circular, valorização de resíduos, biodiversidade e reabilitação de áreas urbanas abandonadas?</b></p> <p>Sim, no caso em apreço não existia serviço prévio e devido à tipologia habitacional em causa, os Municípios solicitavam pretendiam já aderir mesmo antes da realização da Operação (POSEUR-03-2012-FC-000219).</p> <p><b>4.3. Existem critérios de análise da sustentabilidade temporal de operações relacionadas com, por exemplo, a recolha de biorresíduos? Está garantida a adequação entre a alta e a baixa, ou seja, a capacidade instalada e a capacidade de recolha estão efetivamente alinhadas?</b></p> <p>Sim.</p> <p><b>4.4. Considera que os investimentos efetuados vêm melhorar a sustentabilidade operacional e financeira dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano? De que forma foram priorizados os investimentos relativamente à sua</b></p>

	<p><b>contribuição para o cumprimento de redução de perdas e sustentabilidade operacional e financeira?</b></p> <p>A ausência de fossas sépticas virá ainda que residualmente diminuir a infiltração no subsolo de efluentes potencialmente contaminantes.</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p><b>5.1. Existem outros instrumentos de apoio complementares aos apoios do FEEI? A Vossa entidade está a beneficiar de outro tipo de apoios complementares aos FEEI?</b></p> <p>Sim. Fundo Ambiental, PRR, FEDER, FSE, FC, etc.</p> <p><b>5.2. Como é garantida a complementaridade entre as operações do PO SEUR e outros financiamentos, como o apoio a estudos por parte do FA?</b></p> <p>Só ocorreu este caso concreto dos estudos prévios em matéria de biorresíduos.</p> <p><u>Notas adicionais:</u></p> <p>Apesar de os Fundos terem sido identificados como determinantes para a alavancagem desta tipologia de projetos, o município considera que o projeto avançaria mesmo na ausência desta fonte de financiamento. Tratando-se de um projeto de expansão, para cobertura de uma área em crescimento, o projeto teria de ser concluído mesmo que de forma faseada ou com algumas alterações face ao que foi implementado com apoios.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p><b>5.3. Considera que o programa contribui para a melhoria dos sistemas de saneamento de águas residuais, nomeadamente o seu dimensionamento, fecho dos sistemas e extensão a zonas não servidas?</b></p> <p>Sim. Um dos processos financiados referia-se a uma nova zona coberta.</p>
<p><b>Recomendações para o Futuro</b></p>	<p>-</p>

1.3.2.4 *Serviços Municipalizados de Viseu - Tratamento das águas residuais domésticas de Silgueiros e Oliveira de Barreiros*

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Tratamento das águas residuais domésticas de Silgueiros e Oliveira de Barreiros
Beneficiário	Serviços Municipalizados de Viseu
Localização	Viseu, Dão, Lafões, Distrito de Viseu, Concelho de Viseu, Freguesias de Silgueiros e São João de Lourosa
Prioridade de Investimento	PI 6.2- Investimento no setor da água para satisfazer requisitos em matéria de ambiente e as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Código e designação do aviso	POSEUR-12-2021-03- Cumprimento da DARU – Redução da Poluição na Bacia do Rio Asnes
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2012-FC-001463
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	<i>Ciclo Urbano da Água</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	25/05/2021
Data início	01/07/2021
Data aprovação	27/07/2021
Data conclusão	30/09/2023
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	3 603 676.85 €
Custo total executado (€)	1 213 339.04 €
Montante total elegível (€)	3 587 440.23 €
Montante não elegível (€)	16 236.62 €
Montante do Fundo de Coesão	3 000 000.00 €
Contribuição Nacional	587 440.23 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	83.63%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	A candidatura inclui a execução das empreitadas "Tratamento das Águas Residuais Domésticas de Silgueiros e Oliveira de Barreiros" e "Saneamento na Estrada Nacional 231-1 Entre Silgueiros e Oliveira de Barreiros". Estes investimentos visam a construção da ETAR de Silgueiros e Oliveira de Barreiros, com vista ao cumprimento da Diretiva 91/271/CEE (DARU), a interligação das redes existentes e pequenas ampliações que permitirão servir alguns locais que atualmente não estão dotados de redes de saneamento básico.
Objetivos (principal e específicos)	A operação tem como objetivos: - Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço; - Prestar um serviço com qualidade e eficácia; - Promover uma gestão eficiente dos recursos hídricos.
Realização	O.06.02.01.P - Extensão dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais a construir; Meta: 15,15km

Indicadores contratualizados e Execução (2023)	Realização	O.06.02.03.E - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; 3010 Equivalente
	Realização	O.06.02.03.G- Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) construídas para servir entre 500 e 15.000 e.p.; Meta: 1 ETAR
	Realização	O.06.02.10.G Estações Elevatórias construídas (AR); Meta: 9 estações
	Realização	O.06.02.12.G - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; Meta: 3.122 pessoas
	Resultado	R.06.02.06.P- Alojamentos abrangidos com avaliação satisfatória no cumprimento dos parâmetros de descarga; Meta: 100%
Sumário da execução dos indicadores	Em execução	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
Cobertura dos Gastos Totais (ERSAR)	A operação dos Serviços Municipalizados de Viseu cumpriu com o índice de Cobertura dos Gastos Totais da Entidade Gestora, em 2014 tinha um valor de 82%, superior aos 0,8 que eram o objetivo.	
Reprogramações	A operação sofreu uma Reprogramação física no dia 27 de julho de 2021.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
Evidências de Execução	<a href="https://www.cm-viseu.pt/pt/noticias/construcao-da-nova-etar-de-silgueiros-e-oliveira-de-barreiros-vai-avancar/">A CM de Viseu publicou uma notícia no seu site a informar que a construção da nova ETAR de Silgueiros e Oliveira de Barreiros tinha sido consignada: https://www.cm-viseu.pt/pt/noticias/construcao-da-nova-etar-de-silgueiros-e-oliveira-de-barreiros-vai-avancar/ (disponível a 11.08.2023).</a>	
Opinião Pública	Não existe informação disponível	
Resultados após campanhas	Não existe informação disponível	
Outros apoios financeiros governamentais	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos os Serviços Municipalizados de Viseu beneficiaram de cerca de 4,6 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 12 projetos.	
Necessidade de Entrevista para esclarecimentos	SIM: X	Não:
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	<p>À data da auscultação, o projeto não se encontrava ainda concluído na sua totalidade. A primeira empreitada do projeto estava já concluída, faltando concluir a segunda, relacionada com um coletor de esgotos numa estrada nacional.</p> <p>O projeto foi feito através de um aviso convite, diretamente direcionado para esta ETAR. Incidiu sobre várias ETAR com falhas no seu funcionamento, tendo englobado várias ETAR e fossas, com o objetivo de melhorar as condições de descarga do meio hídrico.</p> <p>Houve alguns constrangimentos durante o projeto, ao nível de prazos. A obtenção do visto do Tribunal de Contas foi um deles, com necessidades de esclarecimentos. A existência de terrenos privados onde teriam de ser feitas intervenções foi outro. Nem todas as negociações foram frutíferas, pelo que a ETAR acabou por ter que ser desviada em 20 metros para se conseguir avançar com o projeto.</p> <p>As condições climáticas durante a execução do trabalho, dificultaram também algumas operações.</p> <p>O beneficiário teme não conseguir terminar a obra dentro do prazo. À data, os trabalhos estão a decorrer normalmente e está-se a fazer um esforço para terminar dentro do prazo estipulado.</p> <p>Outro constrangimento, durante o projeto, tem sido a subida de preço dos materiais, a qual poderá levar à necessidade de uma reprogramação financeira.</p>	

<p>QA2. Eficiência</p>	<p>No processo de candidatura foi necessário pedir uma prorrogação de prazo. Houve necessidade de contratar uma entidade externa para realizar o estudo de viabilidade económico financeira.</p>
<p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p>O beneficiário considera que o PO tem ainda uma importante carga burocrática. No entanto, melhorou muito comparativamente com o POVT, especialmente pela evolução tecnológica.</p> <p>Este projeto não sofreu auditorias. No entanto, já foram realizadas auditorias no âmbito de outras operações.</p> <p>O acompanhamento por parte do PO, durante as candidaturas, é considerado muito bom. É reconhecida bastante flexibilidade ao PO.</p> <p>O beneficiário não foi consultado para a abertura de avisos pela parte do PO.</p> <p>É reconhecido que os projetos não sofrem alterações com alterações no executivo camarário.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p>O projeto abrange cerca de 3000 habitantes, contribuindo para a melhoria das condições do serviço de saneamento.</p> <p>Noutras operações deste tipo, o beneficiário refere alguma dificuldade na adesão de uma parte da população, nomeadamente a mais idosa. Estes munícipes recusam custos adicionais, porque se sentem já servidos. Para incentivar a ligação da população, o beneficiário realizou campanhas de esclarecimentos e visitas aos habitantes.</p>
<p>QA5. Valor Acrescentado Europeu</p>	<p>Este projeto foi financiado apenas pelo PO SEUR. No entanto, o município já utilizou o BEI para outros projetos, não estavam relacionados com este PO.</p>
<p>QA6. Relevância e Coerência</p>	<p>Sem o apoio do PO, estes projetos não seriam realizados. Teria de ser contratualizado um empréstimo bancário.</p>
<p>Recomendações para o Futuro</p>	<p>-</p>



1.3.2.5 Águas do Interior Norte - Redesenho do sistema de Tabuadelo

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Redesenho do sistema de Tabuadelo
Beneficiário	Águas do Interior- Norte, E.I.M., S.A.
Localização	Douro, Distrito de Vila Real, Concelho de Santa Marta de Penaguião, Freguesia de Fontes
Prioridade de Investimento	PI 6.2 - Investimento no setor da água para satisfazer requisitos em matéria de ambiente e as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Código e designação do aviso	POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água (CUA) - Operações Promovidas por entidades Gestoras Agregadas
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2012-FC-001163
Tipologia do beneficiário	Setor Empresarial Local
Tipologia de operação	<i>Ciclo Urbano da Água</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	27/02/2019
Data início	01/12/2020
Data aprovação	24/10/2019
Data conclusão	31/12/2022
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	823 634.49 €
Custo total executado (€)	236 958.00 €
Montante total elegível (€)	809 731.49 €
Montante não elegível (€)	13 903.00 €
Montante do Fundo de Coesão	688 271.77 €
Contribuição Nacional	121 459.72 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	A candidatura “Redesenho do sistema de Tabuadelo” será levada a cabo pela Águas do Interior – Norte, E.I.M., S. A., (AIN) entidade que será responsável pela gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real, estando o processo de formação desta entidade a aguardar o visto do Tribunal de Contas. A operação terá lugar no Subsistema de Tabuadelo, situado no Concelho de Santa Marta de Penaguião. A ETAR existente neste subsistema encontra-se em mau estado e a funcionar como fossa, sendo a descarga feita para um poço absorvente, em local incerto fora do recinto da ETAR, conforme refere o Relatório Técnico da inspeção efetuada em janeiro de 2019, sugerindo a sua substituição.
Objetivos (principal e específicos)	A presente operação prevê assim a instalação de nova ETAR compacta. Além desta, será efetuada a extensão da rede de saneamento às localidades de Justos e a Vacaria, que não são abrangidas por qualquer sistema de tratamento de águas residuais. Propõe-se no subsistema de Justos, a construção de 3 Estações Elevatórias. A

	<p>operação prevê ainda a aquisição de 2 veículos limpa-fossas de forma a dotar a população situada numa região marcada pela existência de alojamentos bastante dispersos, orografia irregular e locais com acessos difíceis, situação que inviabiliza muitas vezes a instalação de redes de drenagem nos concelhos de Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio e Peso da Régua. Os limpa-fossas vão descarregar na ETAR de Sever-Fontes, já dimensionada para os receber. As intervenções propostas no âmbito da candidatura permitirão obter efluente tratado dentro de valores ambientalmente aceitáveis, beneficiando 450 habitantes, pertencentes às localidades de Justos e Tabuadelo em Santa Marta de Penaguião, bem como dos alojamentos dispersos que atualmente não dispõem de rede fixa</p>	
Indicadores contratualizados e Execução (2023)	Realização	O.06.02.01.P - Extensão dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais a construir; Meta: 2,92km
	Realização	O.06.02.03.E - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; 450 Equivalente
	Realização	O.06.02.03.G - Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) construídas para servir entre 500 e 15.000 e.p.; Meta: 1 ETAR
	Realização	O.06.02.10.G Estações Elevatórias construídas (AR); Meta: 3 estações
	Realização	O.06.02.12.G - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa; Meta: 450 pessoas
	Resultado	R.06.02.04.P- Incremento de Alojamentos que passam a ter serviço de drenagem; Meta: 5,33%
	Resultado	R.06.02.06.P- Alojamentos abrangidos com avaliação satisfatória no cumprimento dos parâmetros de descarga; Meta: 24,86%
Sumário da execução dos indicadores	Em execução	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
Reprogramações	<p>A operação sofreu três Reprogramações, a primeira no dia 14 de maio de 2020 foi uma Reprogramação física; a segunda no dia 15 de Fevereiro de 2022 foi uma Reprogramação temporal, que alterou o calendário da operação, e financeira, que aumentou os valores do montante de decisão de financiamento; e a última foi uma Reprogramação financeira no dia 26 de Setembro de 2022 que aumentou a contribuição do Fundo de Coesão.</p>	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
Evidências de Execução	Não existe informação disponível	
Opinião Pública	Não existe informação disponível	
Resultados após campanhas	Não existe informação disponível	
Outros apoios financeiros governamentais	As Águas Interior Norte beneficiaram de Apoios Comunitários para um total de 40 projetos. Entretanto a informação dos mesmos deixou de estar disponível no portal Mais Transparência.	
Necessidade de Entrevista para esclarecimentos	SIM: X	Não:
Critério de avaliação	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
QA1. Eficácia	<p>À data da auscultação, o projeto não estava ainda terminado. Existiram atrasos devido à contratação, com um concurso deserto. O projeto está a ser alvo de uma reprogramação.</p> <p>Foram identificados constrangimentos para os atrasos, como a falta de mão-de-obra. Não existem muitas obras na região, havendo poucos empreiteiros. Para atrair os empreiteiros, são reunidos trabalhos de várias candidaturas. O beneficiário refere, também, que os pareceres da APA demoram, por vezes, bastante tempo e nem sempre são favoráveis.</p> <p>O beneficiário prevê que as metas definidas para os indicadores de realização e resultados sejam atingidas. Para um maior incentivo de ligação à rede de</p>	

	<p>saneamento por parte dos utentes, a AdIN aplica as mesmas tarifas a todos os habitantes abrangidos pelas operações de conexão, quer se liguem ou não à rede.</p> <p>A AdIN cumpre com o grau de recuperação de custos (GRC) da ERSAR, no entanto no AA este valor está abaixo da referência, devido à não faturação da taxa de água.</p> <p>Os sistemas de saneamento estão preparados para eventuais aumentos de densidade nas épocas altas.</p>
QA2. Eficiência	<p>O aviso para este projeto foi feito para todas as entidades agregadas. Foi um incentivo para os municípios, uma vez que havia a indicação do Ministério do Ambiente que não iam existir mais incentivos para entidades isoladas.</p> <p>Para se candidatar a este aviso a AdIN necessitou de um parecer da APA.</p> <p>Todos os projetos financiados pelo PO SEUR tinham sido aprovados antes da criação da AdIN. Não foram feitas alterações aos projetos no sentido de melhor se adequarem ao âmbito do PO.</p>
QA3. Eficiência Operativa	<p>A AdIN considera que existe um bom acompanhamento da parte do POSEUR. Existe uma monitorização regular das metas trimestrais e quando são detetados desvios do PO comunica com a AdIN.</p> <p>Foram identificados alguns constrangimentos no que diz respeito ao financiamento, uma vez que já existem candidaturas com taxas de comparticipação menor que 50%. Isto acontece devido a revisões de preços dos materiais e outros fatores que não são considerados à partida.</p> <p>A AdIN considera que os avisos estão bem regulamentados não havendo problemas a nível de burocracia durante as candidaturas.</p> <p>A EMAR, entidade gestora dos serviços de AA e SAR, antes da constituição da AdIN, foi consultada na preparação dos avisos para estas operações.</p> <p>A AdIN gostaria que existissem mais avisos e que houvesse uma melhor canalização da abertura dos avisos. Consideram que a comunicação da abertura dos avisos é por vezes tardia, condicionando a apresentação da candidatura.</p> <p>O beneficiário sugere a partilha de uma calendarização para informar os possíveis beneficiários das datas de abertura dos avisos.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	<p>As operações realizadas são consideradas pelo beneficiário como contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço, considerando-o sustentável a longo prazo. Os indicadores de água segura melhoraram, tal como os números de falhas e ocorrências, passando a praticamente inexistentes.</p> <p>A AdIN promove campanhas de consumo racional de água e alerta os habitantes para cuidados com os consumos de água e roturas.</p>
QA5. Valor Acrescentado Europeu	<p>O PO não é o principal financiador dos projetos da AdIN, no entanto desempenha um papel muito relevante porque se as candidaturas não tivessem sido aprovadas a AdIN não existiria.</p> <p>O autofinanciamento implicaria a aplicação de uma tarifa extremamente elevada que tornaria inviável a subscrição do serviço.</p> <p>Para outros projetos, a AdIN recorre a fundos próprios, ao FA e a financiamento do BEI.</p>
QA6. Relevância e Coerência	<p>Existem investimentos que tem conta a circularidade da água onde estão a construir ETAR de maior dimensão (não se aplica à ETAR de Tabuadelo).</p> <p>A melhoria da qualidade de massas de água é um dos principais objetivos da AdIN, passando pelo melhoramento das ETAR que herdaram, uma vez que algumas não cumpriam com os requisitos.</p>
Recomendações para o Futuro	-

1.3.2.6 *Município do Funchal - Substituição das Redes de Distribuição de Água – Setor Ocidental do Funchal*

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Substituição das Redes de Distribuição de Água- Setor Ocidental do Funchal
Beneficiário	Município do Funchal
Localização	RAM, Ilha da Madeira, Concelho do Funchal
Prioridade de Investimento	PI 6.2- Investimento no setor da água para satisfazer requisitos em matéria de ambiente e as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Código e designação do aviso	POSEUR-12-2017-09- Infraestruturas do Ciclo Urbano da Água na RAM – 3º Aviso
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2012-FC-000802
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações da RAM
Tipologia de operação	<i>Ciclo Urbano da Água</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	22/11/2017
Data início	13/12/2017
Data aprovação	04/05/2018
Data conclusão	31/08/2020
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	2 570 644.05 €
Custo total executado (€)	2 365 653.42 €
Montante total elegível (€)	1 487 594.96 €
Montante não elegível (€)	1 083 049.09 €
Montante do Fundo de Coesão	1 371 582.24 €
Contribuição	116 012.72 €
Financiamento Privado	0.00%
Taxa de cofinanciamento	92.20%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	Renovação de redes de abastecimento de água em baixa, nos casos em que o material das condutas não cumpra os normativos relacionados com o risco para a saúde humana, em que se registre um mau funcionamento hidráulico ou inadequação dos materiais sob o ponto de vista estrutural ou ainda em que seja necessário aumentar a sua capacidade
Objetivos (principal e específicos)	Com a realização deste investimento pretende-se: - Contribuir para a redução de perdas de água nestas redes, diminuindo as necessidades do consumo em alta e, por conseguinte, não agravar as reservas deste recurso natural; - Dar cumprimento à legislação aplicável; - Contribuir para a melhoria das condições ambientais e de saúde pública da população habitacional nas várias localidades que serão abrangidas pelo projeto, bem como dos trabalhadores envolvidos em trabalhos de reparação de redes constituídas por fibrocimento;

	<p>- Diminuir custos na intervenção para manutenção destas redes; - Garantir uma sinergia positiva com outros projetos de melhoramento infraestrutural e de gestão da rede.</p> <p>Assim sendo, o objetivo primordial desta operação consiste na renovação das redes de distribuição, que irão potenciar a redução das elevadas perdas de água que as afetam e aumentar os caudais disponíveis por forma a melhorar a quantidade e a qualidade de água distribuída, racionalizando deste modo o consumo de água potável, substituindo o material das condutas antigas por outro que cumpra com as normativas relacionadas com o risco para na saúde humana, melhorando igualmente o funcionamento hidráulico das redes.</p>	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.02.02.C - População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água; Meta: 0 pessoas
	Realização	O.06.02.08.P - Extensão da Rede de abastecimento de água remodelada; Meta: 10,50km
	Realização	O.06.02.12.P- População beneficiada pelas melhorias de eficiência nos sistemas de abastecimento de água; Meta: 7.382 pessoas
	Resultado	R.06.02.13.P- Melhoria ou manutenção do nível de água segura; Meta 100%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Concluída	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POEUR*</b>		
<b>Reprogramações</b>	A operação sofreu três Reprogramações, a primeira no dia 26 de novembro de 2020 foi uma Reprogramação física, a segunda no dia 18 de janeiro de 2021 foi uma Reprogramação temporal e financeira que diminuiu o montante de financiamento da operação e a última foi uma Reprogramação financeira no dia 23 de abril de 2021 que aumentou os valores do Fundo de Coesão.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	<a href="https://funchalnoticias.net/2019/02/11/cm-f-empree-nde-renovacao-das-redes-de-agua-em-fibrocimento-em-sao-roque/">Uma notícia de um jornal local que informa os cidadãos da realização de uma empreitada de renovação das redes de distribuição de água potável em fibrocimento na freguesia de São Roque: <u>https://funchalnoticias.net/2019/02/11/cm-f-empree-nde-renovacao-das-redes-de-agua-em-fibrocimento-em-sao-roque/</u> (disponível a 11.08.2023).</a>	
<b>Opinião Pública</b>	Não existe informação disponível	
<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos o Município do Funchal beneficiou de cerca de 38,2 milhões euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 40 projetos.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X	Não:
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	<p>Esta operação sofreu alguns atrasos, devido a alguns constrangimentos, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento dos preços de base, com a inflação dos preços</li> <li>- Concursos desertos</li> <li>- Dificuldades de contratação pública</li> <li>- Falta de mão de obra</li> <li>- Atrasos na entrega de materiais</li> </ul> <p>A empreitada da operação em questão acabou por ser dividida em seis empreitadas, cada um alvo de um concurso específico com vários empreiteiros, o que contribuiu para o derrapar dos prazos. A divisão por lotes decorreu das regras de contratação pública, que incentivam à divisão das empreitadas por mais lotes.</p> <p>As alterações dos resultados apresentados nos indicadores a reportar estão relacionados com especificidades da obra no local, e com a própria divisão da empreitada em lotes. Ou seja, quando se fez o projeto inicial foi contemplado tudo, mas na prática, com a execução da obra, e abertura da vala, e ainda considerando os erros de cadastro existentes, acabaram por verificar que não eram esses os valores exatos. Do ponto de vista técnico, estas alterações de valores estão completamente</p>	

	<p>justificadas porque efetivamente a extensão de rede que era necessária substituir foi substituída.</p> <p>Em relação aos indicadores, o Município considera que o indicador de resultado escolhido não é o mais indicado para este tipo de projetos. Não consideram que seja adequado para monitorizar o verdadeiro resultado destes projetos. O controlo da qualidade da água não depende deste tipo de projetos. Ainda para mais, considerando que essas amostras são recolhidas através da água das torneiras dos consumidores, basta recolher uma amostra de uma torneira que tenha menos qualidade para interferir com todos os resultados da avaliação. Não consideram que este indicador esteja relacionado com o projeto. Para além disso, referiram que na altura que submeteram os indicadores, tiveram alterações ao nível dos métodos analíticos para certas análises, principalmente ao nível da microbiologia. Os decréscimos de qualidade da água, nem sempre são lineares, uma vez que apesar de se baixarem décimas, as águas podem continuar num nível de qualidade excelente segundo os indicadores da ERSAR. Neste sentido, consideram que não faz sentido o PO SEUR estar a utilizar este indicador para este tipo de projetos e utilizá-lo como um indicador quantitativo, ao invés de interpretá-lo numa condição qualitativa.</p> <p>O Município referiu que fez uma manifestação de descontentamento acerca deste indicador com o PO SEUR, mas não conseguiram flexibilidade para alterar esta contratação.</p> <p>Nos outros projetos das águas, consideram que os indicadores fazem mais sentido. Neste projeto, em particular, é que consideram que não foi a escolha correta.</p>
QA2. Eficiência	---
QA3. Eficiência Operativa	---
QA4. Impacto e Sustentabilidade	---
QA5. Valor Acrescentado Europeu	---
QA6. Relevância e Coerência	<p>Normalmente, dentro de cada uma das áreas, os projetos a que o Município se candidata apresentam sinergias entre eles.</p> <p>As sinergias referidas na memória descritiva da operação foram uma opção própria do Município, uma vez que para além deste projeto, tinham outro mais vasto e específico em que pretendiam monitorizar e controlar as fugas na rede, que foi considerado o projeto mãe. O projeto mãe vinha contemplar quatro principais eixos de ação ao nível das perdas de água no Município, por sua vez relacionado com o excesso de pressão, a extensão e densidade da rede (querem fragmentá-la); reunir informação num centro de telegestão do Município; e a reabilitação de redes. Atualmente, há algumas zonas no Município que estão com um grau de perdas muito elevado, precisamente pela composição obsoleta das infraestruturas da rede. Esta parte do fibrocimento era efetivamente uma parte muito obsoleta da rede do Município, e dessa forma, por mais que fizessem intervenções na rede, não ia melhorar.</p>
Recomendações para o Futuro	-

### 1.3.3 Prioridade de Investimento 6.4

#### 1.3.3.1 APALV - AVEntura-te nos Estuários do Tejo e Sado

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	AVEntura-te nos Estuários do Tejo e Sado
Beneficiário	APALV- Associação para a Promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida
Localização	Área Metropolitana de Lisboa, Distrito de Lisboa, Concelho de Loures
Prioridade de Investimento	PI 6.4- Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
Código e designação do aviso	POSEUR-15-2015-13- Informação e Sensibilização dos Valores Naturais Classificados
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2215-FC-000034
Tipologia do beneficiário	Privados
Tipologia de operação	<i>Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas</i>
Natureza do Investimento	Ações imateriais / Estudos
Candidatura	
Data candidatura	30/09/2015
Data início	01/07/2016
Data aprovação	29/02/2016
Data conclusão	30/07/2018
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	317 862.75 €
Custo total executado (€)	317 862.75 €
Montante total elegível (€)	317 862.75 €
Montante não elegível (€)	0.00 €
Montante do Fundo de Coesão	270 183.34 €
Contribuição Nacional	0.00 €
Financiamento Privado	47 679.41 €
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	A APALV propõe-se realizar o projeto AVEntura-te, com vista à informação e sensibilização da comunidade escolar para conservação da natureza e da biodiversidade, em particular no que diz respeito às Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Sado, através da criação/desenvolvimento de produtos inovadores dirigidos à comunidade escolar e jovem e de ações de dinamização junto desta população. Pretende-se fomentar valores e atitudes centrados no respeito pela natureza, pela conservação da biodiversidade contribuindo para uma comunidade mais consciente e defensora dos recursos naturais locais. Destina-se aos alunos e professores (disciplinas de ciências naturais) do 3º ciclo do Ensino Básico (regular e vocacional) dos ensinos público e privado dos concelhos de Alcochete, Alcácer do Sal, Benavente, Grândola, Loures, Moita, Montijo, Palmela, Setúbal e Vila Franca de Xira, bem como a outros membros da comunidade escolar e outros agentes da administração local.

<p><b>Objetivos (principal e específicos)</b></p>	<p>Pretendemos produzir os seguintes conteúdos inovadores e adaptados ao público-alvo (professores e jovens):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Materiais e-learning para professores: Professores à AVEntura</li> <li>- Conteúdos digitais AVEntureiros Online</li> <li>- APP Estuário Quizz</li> <li>- APP AVEntura-te!</li> <li>- Materiais resumo em suporte de papel</li> </ul> <p>Estes conteúdos serão utilizados nas seguintes ações de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar e jovens, para os valores da conservação e biodiversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos em b-learning para professores</li> <li>- Roadshow AVEntura nas Escolas (presencial)</li> <li>- Programas AVEntura-te! No Estuário (presencial)</li> <li>- Concursos e informação online e comunicação para a comunidade.</li> </ul> <p>Promover a educação e a formação da comunidade escolar e sociedade civil em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;</p> <p>Assegurar a informação, sensibilização e participação da comunidade escolar e jovens, incentivando a visitação, a comunicação, o interesse e contacto dos cidadãos com a natureza;</p> <p>Promover o reconhecimento pela comunidade escolar e jovens do valor patrimonial, económico e social da conservação da natureza e sua biodiversidade;</p> <p>Alertar/Sensibilizar para a repercussões das atividades humanas, nomeadamente a destruição e poluição dos habitats, a captura e a destruição pelo homem;</p> <p>Promover, na comunidade escolar, o interesse pela utilização das áreas naturais, usufruindo delas sem as danificar.</p> <p>Promover a mudança de atitudes e comportamentos em prol da conservação da natureza e biodiversidade</p>	
<p><b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b></p>	<p>Realização</p>	<p>O.06.04.01.G- Entidades envolvidas nas campanhas de sensibilização e ações de informação; Meta: 25 entidades</p>
	<p>Realização</p>	<p>O.06.04.02.G- População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização e informação; Meta: 10.208 pessoas</p>
	<p>Realização</p>	<p>O.06.04.05.P- Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização; Meta: 14 produtos</p>
	<p>Realização</p>	<p>O.06.04.06.P- Campanhas, Ações ou Estudos de Sensibilização e Informação; Meta: 36 campanhas, ações ou estudos</p>
	<p>Resultado</p>	<p>R.06.04.08.P- Grau de adesão do público-alvo da campanha / ação; Meta: 39,90%</p>
<p><b>Sumário da execução dos indicadores</b></p>	<p>Concluída</p>	
<p><b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b></p>		
<p><b>Análise do Relatório Final</b></p>	<p>Durante a análise do Relatório Final da operação, pode-se verificar que a operação foi desenvolvida sem qualquer tipo de imprevistos tendo inclusive acabado de ser desenvolvida antes do tempo previsto.</p>	
<p><b>Parecer Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas</b></p>	<p>Foi emitido um parecer pelo ICNF para avaliar o cumprimento dos critérios de elegibilidade da operação. Concluiu-se que o projeto cumpria com todos os critérios e por isso o parecer do ICNF foi favorável.</p>	
<p><b>Reprogramações</b></p>	<p>A operação sofreu três Reprogramações, a primeira foi uma Reprogramação Temporal no dia 24 de janeiro de 2018, em que foi solicitado o adiamento da data de fim do projeto. A segunda no dia 28 de março de 2018 foi outra Reprogramação Temporal de forma a adiar a data de fim de projeto. A última no dia 12 de junho de 2018 diminuiu os montantes da decisão de financiamento e foi também uma Reprogramação física.</p>	
<p><b>Observações da análise efetuada online</b></p>		
<p><b>Evidências de Execução</b></p>	<p><u><a href="https://aventurate.pt/index.html">Já é possível participar nas atividades oferecidas: https://aventurate.pt/index.html</a></u> (disponível a 11.08.2023).</p>	
<p><b>Opinião Pública</b></p>	<p><u><a href="#">Não existe informação disponível</a></u></p>	
<p><b>Resultados após campanhas</b></p>	<p>Não existe informação disponível</p>	



<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos a APALV beneficiou de cerca de 400 mil euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver um projeto.
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X <span style="float: right;">Não:</span>
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>
<b>QA1. Eficácia</b>	*contributos por recolher
<b>QA2. Eficiência</b>	*contributos por recolher
<b>QA3. Eficiência Operativa</b>	*contributos por recolher
<b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b>	*contributos por recolher
<b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b>	*contributos por recolher
<b>QA6. Relevância e Coerência</b>	*contributos por recolher
<b>Recomendações para o Futuro</b>	*contributos por recolher

1.3.3.2 ICNF - Restauro e Prevenção Estrutural do Parque Natural do Tejo Internacional - PRPE Tejo

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Restauro e Prevenção Estrutural do Parque Natural do Tejo Internacional- PRPE Tejo
Beneficiário	ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Localização	Beira Baixa, Distrito de Castelo Branco, Concelhos de Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão
Prioridade de Investimento	PI 6.4- Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
Código e designação do aviso	POSEUR-15-2017-34- Proteção e Restauro de Espécies e Habitats Prioritários nos Parques Naturais do Douro Internacional, de Montesinho e do Tejo Internacional, na Reserva Natural da Serra da Malcata e no Monumento Natural das Portas de Ródão
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2215-FC-000091
Tipologia do beneficiário	Administração Central
Tipologia de operação	<i>Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	01/03/2018
Data início	07/11/2018
Data aprovação	06/05/2018
Data conclusão	30/09/2022
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	927 171.13 €
Custo total executado (€)	857 964.43 €
Montante total elegível (€)	919 181.36 €
Montante não elegível (€)	7 989.77 €
Montante do Fundo de Coesão	857 896.98 €
Contribuição Nacional	61 284.38 €
Financiamento Privado	0.00 €
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	Proteger o património natural, através de um correto ordenamento, conforme as potencialidades e características de cada área, tendo em vista a manutenção dos habitats essenciais à conservação das espécies de flora e fauna prioritárias, pela implementação de medidas e ações de prevenção estrutural e de defesa da floresta contra incêndios, de intervenções de reconversão de espaços ambientalmente degradados, de ações de restauro de habitats de nidificação, e pela manutenção e criação de campos de alimentação para aves necrófagas
Objetivos (principal e específicos)	Foram identificados 3 objetivos para esta operação: a) promover a prevenção estrutural e a vigilância de áreas florestais que marginam habitats naturais prioritários; b) proceder à reconversão de áreas de eucaliptais abandonados; c) promover a melhoria das condições de alimentação e nidificação das espécies prioritárias da avifauna necrófaga.

	Concomitantemente, atribui-se à intervenção um importante potencial demonstrador que apoiará a replicação das ações nos territórios envolventes, contribuindo para o reforço da sustentabilidade ambiental e económica da área protegida.	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.04.03.C- Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação; Meta: 615,50 hectares
	Resultado	R.06.04.05.P - Percentagem de espécies (nº de indivíduos), de habitats e ecossistemas (superfície em ha) que beneficiam de ações de recuperação para melhorar o seu estado de conservação (%); Meta: 5,14%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Concluída	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Reprogramações</b>	A operação sofreu três Reprogramações, a primeira foi uma Reprogramação física no dia 18 de junho de 2019. A segunda reprogramação a 18 de fevereiro de 2022 foi financeira e diminuiu os montantes de financiamento da operação, tendo sido também uma Reprogramação temporal de forma a adiar a data de fim de projeto. A última reprogramação foi financeira, a 30 de setembro de 2022, aumentando o financiamento do Fundo de Coesão.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	Não existe informação disponível	
<b>Opinião Pública</b>	Não existe informação disponível	
<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos o ICNF beneficiou de cerca de 41,6 milhões de euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 115 projetos.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X <span style="float: right;">Não:</span>	
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	<p>O projeto foi concluído em 2022, com as metas dos indicadores da operação alcançados na totalidade.</p> <p>O PO permitiu a utilização das verbas do diferencial entre o valor aprovado e o valor de realização (inferior), para a realização de outras operações, tais como a que envolveu a germinação de sementes de plantas autóctones para reconversão do eucaliptal nos viveiros do ICNF na Malcata, uma vez que não existiam no mercado, a nível nacional, plantas para responder a essa necessidade.</p> <p>Este projeto englobou 7 contratos, tendo sido identificados alguns constrangimentos, para além do referido acima, tais como a pandemia e recursos humanos limitados.</p> <p>Apesar das muitas atribuições e competências que tem nesta PI, o ICNF refere que nunca deixou um projeto por fazer por falta de recursos. Sentem que quantos mais projetos tivessem, mais recursos encontrariam para os executar.</p> <p>No que diz respeito aos indicadores, existem sub-ações que não são monitorizadas, sendo, por isso, importante que haja abertura para descrever essas ações no relatório final.</p> <p>Sugere-se uma revisão dos indicadores no sentido de os beneficiários poderem identificar diferentes ações para as quais contribuíram, refletindo mais detalhadamente quais foram os benefícios obtidos e qual a valorização dos serviços dos ecossistemas prestado. Por exemplo, a principal ação deste projeto foi a reconversão dos eucaliptais, sendo que os indicadores adotados pelo PO não refletem todos os benefícios desta ação.</p>	

<p><b>QA2. Eficiência</b></p>	<p>O ICNF é contactado para a criação de avisos e é consultado para saber quais as prioridades. Refere um bom acompanhamento pelo PO SEUR.</p> <p>O ICNF tem 2 candidaturas preparadas para 2 reservas naturais. Todos os parques naturais já tiveram a oportunidade de se candidatar a projetos POSEUR, tendo agora prioridade as reservas naturais.</p>
<p><b>QA3. Eficiência Operativa</b></p>	<p>O ICNF refere uma boa estruturação dos avisos, com orientações claras para as candidaturas. No entanto, na fase de encerramento do projeto, algumas das orientações do PO foram alteradas e não houve uma comunicação atempada com o beneficiário. Sugerem procedimentos mais esclarecedores para uma melhor orientação.</p> <p>A sazonalidade deve ser considerada na abertura de avisos e tipologia de avisos. A área de atuação do ICNF está sujeita a vários constrangimentos exteriores que devem ser tidos em conta, tais como as condições climáticas (durante o projeto houve um dos invernos mais secos de sempre). Por outro lado, um inverno chuvoso ajudou nas plantações que foram feitas. Recomendam uma menor rigidez dos cronogramas temporais dos projetos nesta PI.</p> <p>O visto do Tribunal de Contas contribuiu também para atrasos.</p> <p>Sugerem um acompanhamento por parte do PO com avaliações presenciais, para uma melhor visão e entendimento das operações no terreno.</p>
<p><b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b></p>	<p>O projeto por si só garante impacto e sustentabilidade. No início do projeto foi constituída uma equipa de sapadores afetos a este projeto.</p>
<p><b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b></p>	<p>Este projeto foi apoiado em 85% pelo PO e 15% pelo FA.</p> <p>Não existem sinergias entre beneficiários neste projeto; no entanto, já tinham sido realizadas ações de valorização e conservação da área. Algumas dessas ações foram continuadas neste projeto.</p> <p>Noutras áreas protegidas, o ICNF teve projetos apoiados pelo programa LIFE.</p> <p>Nos últimos anos o PO tem sido o maior financiador do ICNF.</p>
<p><b>QA6. Relevância e Coerência</b></p>	<p>-</p>

1.3.3.3 *Município de Ponte de Barca - Recuperação de Áreas Degradadas de Ermida - Recuperação da Paisagem Cultural Associada à Branda de Bilhares*

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Recuperação de Áreas Degradadas de Ermida- Recuperação da Paisagem Cultural Associada à Branda de Bilhares
Beneficiário	Município de Ponte da Barca
Localização	Alto Minho, Distrito de Viana do Castelo, Concelho de Ponte da Barca, União das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil
Prioridade de Investimento	PI 6.4- Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
Código e designação do aviso	POSEUR-15-2017-02- Plano de Valorização do Parque Nacional da Peneda-Gerês- Reserva da Biosfera Gerês/Xurês
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2215-FC-000063
Tipologia do beneficiário	Autarquias e suas Associações
Tipologia de operação	<i>Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas</i>
Natureza do Investimento	Equipamento/material
Candidatura	
Data candidatura	29/06/2017
Data início	29/08/2018
Data aprovação	17/08/2017
Data conclusão	26/02/2019
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	92 237.70 €
Custo total executado (€)	92 237.70 €
Montante total elegível (€)	92 237.70 €
Montante não elegível (€)	0.00 €
Montante do Fundo de Coesão	78 402.05 €
Contribuição Nacional	13 835.65 €
Financiamento Privado	0.00 €
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	A presente operação visa a reabilitação da área degradada associada à branda de bilhares, permitindo diminuir o impacto sobre o meio causado pela deslocação do gado desde a aldeia até à zona de pastoreio (a montante da branda de bilhares), através do pisoteio e pasto da flora em risco. Paralelamente, esta ação promoverá o ordenamento das atividades rurais tradicionais de natureza agrícola e agro-silvo-pastoril, nomeadamente através da conservação de habitats importantes e da conservação da natureza, da biodiversidade e da paisagem, onde a estrutura e as componentes da paisagem irão ser recuperadas e valorizadas. A realização desta ação contribuirá ainda para valorizar e dignificar os modos de vida das populações de montanha, promovendo a recuperação de áreas degradadas, com o objetivo de assegurar os valores paisagísticos e de restaurar o ambiente natural das zonas degradadas pela ação humana, concretamente, a ocasionada pelo abandono de

	estruturas vernaculares que serviram ancestralmente de apoio à atividade pecuária e abrigos de animais.	
<b>Objetivos (principal e específicos)</b>	<p>A realização da presente operação visa atingir o objetivo geral de recuperação de áreas degradadas por influência humana situadas no PNPG. A operação designada por “Recuperação da paisagem cultural da área degradada associada à Branda de Bilhares”, tem como objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a recuperação da área degradada associada à Branda de Bilhares por parte dos proprietários, com o objetivo de assegurar os valores paisagísticos e de restaurar o ambiente natural das zonas degradadas pela ação humana, neste caso, através do abandono de estruturas vernaculares que serviam ancestralmente de apoio à atividade pecuária e abrigos de animais;</li> <li>• Assegurar a proteção dos valores paisagísticos, culturais e dos ecossistemas do PNPG, respeitando a evolução dos modos de vida das populações e a integração dos aglomerados populacionais.</li> </ul>	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.04.02.P- Planos de Ordenamento, de Gestão ou de Ação em implementação; Meta: 1 Plano
	Realização	O.06.04.03.C- Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação; Meta 2,20 hectares
	Resultado	R.06.04.02.P- Grau de concretização de Planos de Ordenamento, de Gestão ou de Ação; Meta: 3,33%
	Resultado	R.06.04.05.P - Percentagem de espécies (nº de indivíduos), de habitats e ecossistemas (superfície em ha) que beneficiam de ações de recuperação para melhorar o seu estado de conservação (%); Meta: 0,01%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Concluída	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Análise do Relatório Final</b>	A operação foi desenvolvida e concluída com sucesso, sendo que todas as metas contratualizadas foram realizadas.	
<b>Reprogramações</b>	A operação sofreu uma Reprogramação Temporal no dia 5 de junho de 2018 que alterou o Calendário da Operação, as Fontes de Financiamento e o Contributo da operação.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	Não existe informação disponível	
<b>Opinião Pública</b>	Não existe informação disponível	
<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos o Município de Ponte da Barca beneficiou de cerca de 7,7 milhões de euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 44 projetos.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X Não:	
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	*contributos por recolher	
<b>QA2. Eficiência</b>	*contributos por recolher	
<b>QA3. Eficiência Operativa</b>	*contributos por recolher	
<b>QA4. Impacto e Sustentabilidade</b>	*contributos por recolher	
<b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b>	*contributos por recolher	
<b>QA6. Relevância e Coerência</b>	*contributos por recolher	
<b>Recomendações para o Futuro</b>	*contributos por recolher	

### 1.3.4 Prioridade de Investimento 6.5

#### 1.3.4.1 AdP Valor - Recuperação de Áreas Degradadas de Ermida - Recuperação da Paisagem Cultural Associada à Branda de Bilhares

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Recuperação de Áreas Degradadas de Ermida- Recuperação da Paisagem Cultural Associada à Branda de Bilhares
Beneficiário	ADP Valor, Baía do Tejo- Seixal, A.C.E.
Localização	Área Metropolitana de Lisboa, Distrito de Setúbal, Concelho do Seixal, União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires
Prioridade de Investimento	PI 6.5- Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
Código e designação do aviso	POSEUR-17-2015-21- Recuperação e Resolução de Passivos Ambientais Prioritários de Origem Industrial- 1.º Aviso
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2317-FC-000004
Tipologia do beneficiário	Setor Empresarial do Estado
Tipologia de operação	<i>Regeneração de instalações industriais abandonadas</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	20/11/2015
Data início	01/01/2016
Data aprovação	07/07/2016
Data conclusão	30/06/2017
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	10 915 313.50 €
Custo total executado (€)	10 742 374.37 €
Montante total elegível (€)	10 915 313.50 €
Montante não elegível (€)	0.00 €
Montante do Fundo de Coesão	9 803 043.05 €
Contribuição Nacional	1 112 270.45 €
Financiamento Privado	0.00 €
Taxa de cofinanciamento	89.81%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	<p>A presente operação, consistia na remoção de resíduos perigosos compostos por lamas de aciaria e pó de goela, perfazendo inicialmente uma quantidade total de 51.500toneladas, depositados na Zona Norte do território da ex-Siderurgia Nacional, especificamente numa área de 1,7 hectares nomeadamente:</p> <p>1- Prestação de serviços de remoção, transporte e encaminhamento para destino final adequado dos resíduos depositados na Zona Norte do território da ex-Siderurgia Nacional;</p> <p>2- Fiscalização e supervisão da remoção dos resíduos depositados na Zona Norte do território da ex-Siderurgia Nacional.</p>

	<p>3- Estudo de Quantificação dos Resíduos Remanescentes. 4- Estudo Geológico;</p> <p>Em resultado do Estudo de Quantificação dos Resíduos Remanescentes, tornou-se necessário remover mais 21.950 Toneladas de resíduos, passando a candidatura a ser relativa à remoção de 73.450 toneladas em vez das 51.500 Iniciais. Presentemente encontram-se concluídas todas as ações de remoção de resíduos previstas na candidatura, tendo sido removidas e encaminhadas para destino final adequado 73 450 toneladas de resíduos de Lamas de Aciaria e Pós de Goela, fonte de contaminação que se encontrava depositada em uma área de cerca de 1,7 ha no parque empresarial do Seixal, falta no entanto concluir, para a finalização da candidatura:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo quantitativo de Risco.</li> <li>- Fiscalização do Estudo quantitativo de Risco</li> </ul>
<b>Objetivos (principal e específicos)</b>	<p>A operação visa a realização de uma intervenção prioritária que tem como objetivo proceder à continuação da recuperação ambiental do território da ex-Siderurgia Nacional, através da remoção de fontes de contaminação do local degradado acima referido, mitigando os seus efeitos sobre o ambiente. Releva-se ainda que o passivo ambiental objeto desta intervenção consta no “Documento Enquadrador relativo à recuperação de passivos ambientais” e seu aditamento, o qual contempla as intervenções localizadas em antigas áreas industriais contaminadas e onde não é possível aplicar o princípio do poluidor-pagador.</p>
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	<p>Realização</p> <p>O.06.05.01.C - Superfície total de solos reabilitados; Meta: 1,70 hectares</p>
	<p>Realização</p> <p>O.06.05.08.G- Resíduos e solos removidos e solos reabilitados in situ; Meta: 73.450 toneladas</p>
	<p>Realização</p> <p>O.06.05.09.G - População beneficiada pela diminuição da vulnerabilidade ao risco para a saúde humana e para o ambiente; Meta: 203.442 pessoas</p>
	<p>Resultado</p> <p>R.06.05.04.P - Recuperação do passivo ambiental objeto da intervenção; Meta: 33,56%</p>
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	<p>Concluída</p>
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>	
<b>Reprogramações</b>	<p>A operação sofreu sete Reprogramações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reprogramação temporal e financeira da operação no dia 19 de janeiro de 2018, através da alteração do calendário da operação e do aumento do montante elegível do financiamento.</li> <li>2. Reprogramação financeira da operação no dia 22 de janeiro de 2019 através da diminuição dos montantes de financiamento</li> <li>3. Reprogramação financeira da operação no dia 27 de fevereiro de 2020 através do aumento dos montantes de financiamento</li> <li>4. Reprogramação financeira da operação no dia 19 de janeiro de 2021 através da diminuição dos montantes de financiamento</li> <li>5. Reprogramação financeira da operação no dia 16 de novembro de 2021 através do aumento da contribuição do Fundo Coesão</li> <li>6. Reprogramação financeira da operação no dia 9 de fevereiro de 2023 através da diminuição da contribuição do Fundo Coesão</li> <li>7. Reprogramação temporal e financeira da operação no dia 13 de fevereiro de 2023 através da alteração do calendário da operação e da diminuição da contribuição do Fundo de Coesão</li> </ol>
<b>Parecer Agência Portuguesa do Ambiente</b>	<p>A Agência Portuguesa do Ambiente emitiu um parecer favorável à candidatura da ADP, considerando que a proposta de intervenção se enquadra na estratégia de recuperação de passivos ambientais.</p>
<b>Observações da análise efetuada online</b>	
<b>Evidências de Execução</b>	<p><a href="https://portugal2020.pt/concluida-remocao-de-residuos-perigosos-em-sao-pedro-da-cova/">Foi noticiado pelo Portugal 2020 que a remoção de resíduos perigosos tinha sido concluída: https://portugal2020.pt/concluida-remocao-de-residuos-perigosos-em-sao-pedro-da-cova/ (disponível a 11.08.2023).</a></p>
<b>Opinião Pública</b>	<p>Não existe informação disponível</p>



<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos a ADP beneficiou de cerca de 11 milhões de euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 1 projetos.
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X <span style="float: right;">Não:</span>
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>
<b>QA1. Eficácia</b>	<p>O valor do projeto ficou aquém devido a alteração de uma taxa de resíduos que foi considerada isenta através de um decreto do ministério do ambiente.</p> <p>O projeto encontra-se concluído, tendo sido realizado em duas fases: a primeira relacionada com a remoção do volume identificado de duas tipologias de resíduos consideradas perigosas; a segunda, após conclusão da primeira e verificação da existência remanescente de resíduos perigosos enterrados, não detetados anteriormente pelas sondagens.</p> <p>Neste projeto houve necessidade do visto do tribunal de contas e pareceres da APA, tendo havido várias reprogramações.</p> <p>Relativamente aos indicadores de resultados, houve uma discrepância no entendimento do que é “Recuperação do passivo ambiental- R.06.05.04.P” por parte do beneficiário e por parte da UE. A UE entende que a recuperação só acontece se a área intervencionada ficar completamente livre de matéria contaminada, o que é extremamente difícil de garantir nestas áreas.</p> <p>A solução adotada pelo beneficiário foi a de, na impossibilidade de remover todo o terreno com alguma contaminação, realizar avaliações de risco para o ambiente e para a saúde humana para o uso dos terrenos em causa. Foram necessárias reprogramações sucessivas para incluir os estudos e os trabalhos que não tinham sido previstos inicialmente.</p> <p>Os indicadores deverão ser melhorados para avaliar este tipo de operações, sendo mais esclarecedores. Se a interpretação é de que o terreno tem de ficar 100% descontaminado estão em causa valores de outra grandeza, associados a uma incapacidade em termos técnicos de fazer a remoção total do material identificado como perigoso. Deverá ficar bem claro o que se entende por área intervencionada e solos removidos e reabilitados, de modo que o resultado de recuperação do passivo seja inequívoco.</p> <p>A ADP tem, por exemplo, uma candidatura encerrada onde a utilização futura proposta dos terrenos recuperados é a instalação de painéis fotovoltaicos, com a interdição de outro tipo de utilização e de permanência de público no local, onde está prevista apenas a permanência de operadores do parque em períodos específicos.</p> <p>Foram identificadas algumas dificuldades na execução do projeto: redução de mão-de-obra durante a pandemia e condições climatéricas adversas, como o caso da chuva que aumenta o peso do solo a direcionar para os gestores de resíduos perigosos.</p> <p>Pela especificidade das operações, os prazos de execução do PO estão já bem alinhados com as necessidades reais do projeto.</p> <p>Pelo facto de muitas operações serem realizadas na sequência de outras da mesma natureza, sugere-se que as metas tenham em conta, nestes casos, a recuperação total do passivo e não o diferencial desde a última recuperação.</p>
<b>QA2. Eficiência</b>	Existe um acompanhamento pelos recursos do PO, tendo sido convidados para ir ao terreno. Existe um acompanhamento financeiro e envolvimento nos projetos para garantir o alcance dos resultados. Em termos técnicos realizam-se várias reuniões com diferentes intervenientes especializados do PO.

	Quando se verificou ser necessário executar uma segunda fase deste projeto, houve várias reuniões de acompanhamento, para ajustar objetivos, envolvendo a APA.
QA3. Eficiência Operativa	<p>A evolução do POVT para o POSEUR foi extremamente positiva e indicia aprendizagem com algumas das dificuldades do passado. Foram substituídos alguns processos burocráticos por declarações de compromisso.</p> <p>A ADP é envolvida na criação dos avisos para esta tipologia de operações.</p> <p>Regista-se flexibilidade e compreensão por parte do PO na fase de candidaturas.</p>
QA4. Impacto e Sustentabilidade	A recuperação dos passivos deverá ser abordada de uma forma mais flexível e inovadora, não obrigando à remoção de todos os materiais considerados contaminados, mas também avaliando outras técnicas de contenção in loco, de modo a alinhar com outras prioridades ambientais, como sejam a redução de deposição de resíduos em aterro, a proteção dos solos e águas subterrâneas e as emissões associadas à mobilização dos resíduos para o gestor dos mesmos.
QA5. Valor Acrescentado Europeu	O PO é fundamental nestas operações e consideram-se importantes outros quadros comunitários com apoios nesta área.
QA6. Relevância e Coerência	Para este tipo de operações não existem programas que não sejam decorrentes dos quadros comunitários de apoio. Não estão previstos fundos comunitários no próximo quadro comunitário para a remoção de passivo ambiental. No entanto foi disponibilizado através do FA uma verba para continuar as operações.
Recomendações para o Futuro	-

1.3.4.2 EDM - Recuperação ambiental na área mineira de Mortórios

Descrição do Projeto	
Nome do Projeto	Recuperação ambiental na área mineira de Mortórios
Beneficiário	EDM- EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, S.A.
Localização	Beiras e Serra da Estrela, Distrito da Guarda, Concelho de Meda, Freguesia de Marialva
Prioridade de Investimento	PI 6.5- Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
Código e designação do aviso	POSEUR-17-2017-28- Recuperação e Resolução de Passivos Ambientais de Minas Abandonadas- 3.º Aviso
Código da operação/projeto	POSEUR-03-2317-FC-000014
Tipologia do beneficiário	Setor Empresarial do Estado
Tipologia de operação	<i>Regeneração de instalações industriais abandonadas</i>
Natureza do Investimento	Infraestruturas
Candidatura	
Data candidatura	29/05/2018
Data início	01/06/2018
Data aprovação	10/08/2018
Data conclusão	31/12/2022
Estado da candidatura	Concluída
Custo total aprovado (€)	5 092 953.44 €
Custo total executado (€)	4 034 331.20 €
Montante total elegível (€)	3 956 030.34 €
Montante não elegível (€)	1 136 923.10 €
Montante do Fundo de Coesão	3 362 625.79 €
Contribuição Nacional	593 404.55 €
Financiamento Privado	0.00 €
Taxa de cofinanciamento	85.00%
Data a que reporta info da ficha	15/02/2023
Sumário da Operação	
Caracterização	<p>A antiga área mineira de Mortórios integra um conjunto de áreas mineiras de urânio e localiza-se na zona centro e a povoação mais próxima, Marialva, concelho de Meda, distrito da Guarda, situa-se a cerca de 2,5 km para nordeste da área mineira. As povoações Carvalhal e Vila Flor distam cerca de 3 km da área, respetivamente para sudoeste e noroeste.</p> <p>A operação integra a realização de uma empreitada de recuperação ambiental nesta antiga área mineira e uma empreitada de Construção do Sistema de Tratamento de Águas de Mina da Área Mineira de Mortórios. Os trabalhos a desenvolver visam um conjunto de medidas, de que se destaca o acondicionamento dos materiais de escombreira, que se encontram dispersos pela antiga área mineira, numa modelação única. O volume total de material de escombreira a levar para a corta local foi estimado em cerca de 136.000 m3, ao qual, somados os volumes de lamas e de áreas de limpeza simples, correspondem aproximadamente a 198.000 m3.</p>

	A operação inclui ainda outras despesas imprescindíveis para a sua execução, como sejam a fiscalização da obra na vertente técnica de construção, coordenação de segurança, acompanhamento ambiental e assistência técnica, revisão de projeto e realização de testes e ensaios.	
<b>Objetivos (principal e específicos)</b>	Os trabalhos de recuperação propostos vão no sentido da redução dos impactes negativos que atualmente afetam esta área mineira. Pretende-se, igualmente, assegurar a monitorização ambiental na fase de obra e pós-obra. Ao nível do impacto radiológico, os trabalhos considerados visam a sua forte redução, mediante o acondicionamento ordenado dos depósitos expostos e o seu confinamento. Com a realização destes trabalhos e com o controlo das condições de escoamento superficial das águas pluviais, assegura-se a melhoria das condições de segurança e do enquadramento paisagístico desta zona, repondo, ou mesmo, melhorando as condições existentes antes da exploração e reduzindo os efeitos da erosão.	
<b>Indicadores contratualizados e Execução (2023)</b>	Realização	O.06.05.02.E - Superfície total mineira reabilitada; Meta: 13,20 hectares
	Realização	O.06.05.08.G- Resíduos e solos removidos e solos reabilitados in situ; Meta 411.661,06 toneladas
	Realização	O.06.05.09.G - População beneficiada pela diminuição da vulnerabilidade ao risco para a saúde humana e para o ambiente; Meta: 1.182 pessoas
	Resultado	R.06.05.04.P - Recuperação do passivo ambiental objeto da intervenção; Meta: 100%
<b>Sumário da execução dos indicadores</b>	Concluída	
<b>Observações da análise da documentação fornecida pela POSEUR*</b>		
<b>Parecer Direção Geral de Energia e Geologia</b>	A DGEC emitiu um parecer favorável à candidatura da EDM ao POSEUR por não se aplicar o princípio poluidor pagador à operação por não haver possibilidade de se imputar responsabilidades aos anteriores detentores dos direitos de exploração da área mineira de Mortórios.	
<b>Reprogramações</b>	A operação sofreu três Reprogramações, a primeira foi financeira e temporal e foram diminuídos os montantes da decisão de financiamento e adiaram os prazos de conclusão. A segunda foi uma reprogramação financeira que aumentou os montantes de financiamento. A terceira reprogramação foi temporal e financeira, alteraram novamente o calendário da operação, adiando a data de conclusão e aumentaram os montantes de financiamento.	
<b>Parecer Agência Portuguesa do Ambiente</b>	A Agência Portuguesa do Ambiente emitiu um parecer favorável à candidatura da ADP, considerando que a proposta de intervenção se enquadra na estratégia de recuperação de passivos ambientais.	
<b>Observações da análise efetuada online</b>		
<b>Evidências de Execução</b>	<a href="https://edm.pt/projetos/remediacao-ambiental-na-area-mineira-de-mortorios/">Foi noticiado pelo Portugal 2020 que a remoção de resíduos perigosos tinha sido concluída: https://edm.pt/projetos/remediacao-ambiental-na-area-mineira-de-mortorios/ (disponível a 11.08.2023).</a>	
<b>Opinião Pública</b>	Não existe informação disponível	
<b>Resultados após campanhas</b>	Não existe informação disponível	
<b>Outros apoios financeiros governamentais</b>	De acordo com a informação disponível no portal Mais Transparência, nos últimos 8 anos a EDM beneficiou de cerca de 35,4 milhões de euros provenientes de fundos europeus, que serviram para desenvolver 12 projetos.	
<b>Necessidade de Entrevista para esclarecimentos</b>	SIM: X	Não:
<b>Critério de avaliação</b>	<b>Comentários dos entrevistados</b>	
<b>QA1. Eficácia</b>	O projeto encontra-se concluído com o relatório final do projeto a ser finalizado. O projeto durou cerca de 4 anos.  O objetivo principal foi a recuperação ambiental da área mineira, nomeadamente através do controlo e monitorização da água, ensaios analíticos e levantamentos de radiometria. Os indicadores do projeto foram cumpridos.	

	<p>Existiram alguns atrasos refletidos em 3 reprogramações financeiras, devido ao reduzido valor base para as empreitadas. A obtenção do visto do Tribunal de Contas provocou um ligeiro atraso no início da obra e a pandemia provocou alguns atrasos na execução do projeto devido a falta de mão de obra.</p> <p>Grande parte do material presente nas escomboreiras é minério pobre, não contaminado. No entanto, com as chuvas, vai lixiviando e provocando contaminação das águas superficiais e subterrâneas. O objetivo principal da operação é remover toda a camada de minério que está à superfície e, por fim, impermeabilizar a corta armazenando os resíduos no seu interior.</p> <p>Posteriormente a zona é regenerada com as espécies autóctones e feita uma monitorização.</p> <p>Os indicadores são os considerados os necessários para a avaliação do projeto.</p> <p>Esta operação foi das mais complicadas até ao momento, devido aos problemas com a licença da APA para o tratamento da água.</p>
<p>QA2. Eficiência</p>	<p>Os projetos foram realizados por valores abaixo da verba disponível.</p> <p>Consideram que devia haver uma maior tolerância financeira na forma de agir com os empreiteiros, uma vez que nem todos conseguem apresentar garantias bancárias para os valores contratualizados.</p>
<p>QA3. Eficiência Operativa</p>	<p>Este projeto resultou de um aviso convite feito pelo POSEUR. A EDM sente que existiram poucos avisos e gostava que existissem mais avisos porque havia mais projetos para fazer.</p> <p>O PO consulta a EDM antes da abertura de avisos.</p> <p>A comunicação com o PO é considerada fácil e próximo. No entanto, seria importante que o PO fizesse visitas aos locais durante a operação, quando a operação termina e algum tempo depois da operação; para que se percebesse do verdadeiro resultado da operação. Sem acompanhamento regular deste tipo de operações não é possível mostrar o que verdadeiramente foi feito.</p> <p>Seria importante um acompanhamento regular para perceber o porquê de as candidaturas começarem em 2018 e o projeto apenas terminar em 2022. Todo o processo que envolve uma obra e o visto do Tribunal de Contas para um concurso público, por vezes internacional, tem dificuldades na gestão das empreitadas.</p> <p>O PO poderia compreender melhor no terreno as dificuldades do promotor e tentar apoiar o mesmo na boa execução, sem se agarrar tanto às regras de gabinete.</p> <p>A EDM refere que existiram pontualmente ações de verificação.</p>
<p>QA4. Impacto e Sustentabilidade</p>	<p>O impacto não é fácil de compreender por parte do PO, porque a auditoria é feita numa fase final em que está tudo terraplanado. A ótica das visitas é muito focada na área financeira/jurídica, de penalização do contrato e de todos os procedimentos e prazos e de todas as deliberações ao longo do processo.</p> <p>Neste tipo de operações não são possíveis sinergias com outros beneficiários. No entanto, podem existir parcerias financeiras com as CM que financiam os projetos em 5%.</p> <p>Não existem outros apoios para este tipo de operações sem ser o PO.</p> <p>A EDM tem um documento enquadrador para o PT2030. A EDM questiona a tutela se há outros apoios, como por exemplo, o PRR, no entanto o PRR não tem nada previsto para a recuperação de minas.</p> <p>O FA (fundo ambiental) já financiou a EDM, mas apenas para projetos que já estão no terreno. Por exemplo, quando é necessário fazer monitorização de contaminações nos terrenos adjacentes.</p>

<b>QA5. Valor Acrescentado Europeu</b>	<p>O projeto inicial já tinha sido financiado por outros fundos comunitários. Foi feita a revisão do projeto que foi financiado no âmbito desta candidatura.</p> <p>Há muitos constrangimentos da área jurídica com a avaliação à posteriori, por vezes não justa, já que seguem à risca as orientações da UE. Por vezes o beneficiário sente que está isolado na defesa e na realidade do país.</p>
<b>QA6. Relevância e Coerência</b>	<p>Como a EDM é tutelada pelo Estado acaba por ter um papel decisivo na escolha das áreas mineiras que serão intervencionadas e que são consideradas prioritárias. A EDM chega a acordo com o Estado sobre as áreas mineiras que estarão em condições de avançar.</p> <p>No que diz respeito à relevância do projeto para as comunidades, as populações geralmente reagem bem uma vez que existe uma grande preocupação com os problemas de saúde que podem advir da não recuperação destes espaços. O espaço acaba por ser devolvido à população que recupera um espaço que estava abandonado e potencialmente perigoso para a saúde.</p>
<b>Recomendações para o Futuro</b>	-

## 1.4 FOCUS GROUP

29. Os *focus group* constituíram a fase final de auscultação realizada no âmbito do presente trabalho.
30. Estas sessões tiveram como propósito a discussão e validação das conclusões da abordagem metodológica obtidas após o processo de análise de dados, resultados das entrevistas, inquérito e estudos de caso. Ao mesmo tempo, permitindo a recolha de informação qualitativa relevante e a identificação de constrangimentos e oportunidades de melhoria do próprio trabalho de avaliação, reduzindo o enviesamento das opiniões da equipa de avaliação.
31. Foram organizadas três sessões dirigidas à discussão das PI 6.1, 6.2 e 6.4., contando com participação de um grupo diverso de partes interessas do Programa, incluindo representantes de autoridades públicas, beneficiários e técnicos especialistas, capazes de providenciar uma visão geral dos efeitos do PO em cada área temática. Considerando a dimensão de beneficiários e operações da PI 6.5, exclui-se a necessidade de se realizar um focus group dedicado à discussão do tema, considerando suficientes os contributos recolhidos no âmbito desta PI, por meio das entrevistas, inquérito e estudos de caso.
32. Nas subsecções seguintes são apresentados os principais contributos por parte dos participante e evidências retiradas de cada sessão, acompanhados da apresentação em formato (\*.pptx) que serviu de complemento e guia para as respetivas sessões.

### 1.4.1 Sessão Resíduos

<p><b>Tema e data</b></p>	<p>Focus Group 6.1- Resíduos 23 de junho de 2023, 10h00-12h00</p>
<p><b>Participantes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• António Lorena e Diogo Almeida (Equipa de Avaliação)</li> <li>• Paulo Praça e Carla Velez (ESGRA)</li> <li>• Marta Correia e Filipa Pantaleão (EGF)</li> <li>• Hélder Claro (Porto Ambiente, ALU)</li> <li>• Vera Melo (Cascais Ambiente, ALU)</li> <li>• Francisco Silva (APA, IP)</li> <li>• João Vaz (Ecogestus)</li> </ul>
<p><b>Discussão</b></p>	<p>O <i>focus group</i> (FG) iniciou-se às 10h05 por forma a esperar por todos os participantes.</p> <p>O FG começou com a intervenção do António Lorena (AL) enquanto representante da equipa de avaliação (EA), focada em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquadramento do processo de avaliação intercalar (AI)</li> <li>• Objetivos e abordagem tomada pela EA no âmbito da AI, incluindo as várias fases de auscultação, análise de inquéritos, entre outros.</li> <li>• Objetivos do FG.</li> </ul> <p>Foram depois apresentados os resultados e conclusões preliminares da AI do POSEUR – PI 6.1. Esta apresentação é incluída também como anexo aos relatórios da AI.</p> <p>Foi dada depois a palavra aos participantes. A EGF começou por destacar que previamente ao próprio PO SEUR, é necessário um planeamento eficaz e assertivo. Tanto o PERSU 2020 como os instrumentos que o sucederam acabam por ter lacunas que depois são traduzidas nos programas operacionais.</p> <p>A APA começou por afirmar que concorda genericamente com as conclusões apresentadas pela EA, tendo referido também que apesar das limitações dos programas, estes têm permitido atingir de alguma forma os objetivos nacionais. Referiu também que o atraso de três anos que se verifica em relação à convergência com as metas europeias pode ser parcialmente associado ao atraso do programa, mais concretamente com o atraso que decorreu da queixa nas instâncias europeias por parte das empresas privadas do setor. Destacou ainda que no passado, existem custos de referências nos avisos dos PO e que tal poderia ser recuperado.</p> <p>A Cascais Ambiente interviu no sentido de referir que consideram que não são suficientes as formações ou ações de capacitação por parte da AG e que só após alguns avisos é que as equipas dos beneficiários acabam por estar familiarizadas com os processos de candidatura e gestão de operações. Considera que para os municípios de menor dimensão, com menos recursos, este pode ser um fator limitante.</p> <p>A Porto Ambiente interviu no sentido de reforçar a importância do POSEUR na componente de comunicação e que deveriam existir mais avisos. A complementaridade sugerida pela EA neste âmbito com o Fundo Ambiental foi considerada desadequada pois da experiência da Porto Ambiente, o Fundo Ambiental já demonstrou não ter esta flexibilidade. Foi ainda referido que a questão da coesão territorial não pode implicar não existir financiamento aos grandes centros urbanos; foi referido que os grandes centros urbanos são necessários para o cumprimento das metas, mas naturalmente que a Porto Ambiente é solidária com outras realidades. É necessário o equilíbrio eficácia e coesão territorial.</p> <p>A ESGRA tomou palavra para reforçar a questão do calendário de avisos e que a pressão da AG para cumprimento dos prazos acaba por ser excessiva. Foi reforçada a necessidade de financiar outras atividades ou aspetos chave para o futuro dos municípios e SGRU, como os próprios PAPERSU ou outros serviços especializados como os serviços jurídicos. Foi também reforçado o ponto que os avisos deveriam ser abertos com mais foco, evitando colocar no mesmo âmbito projetos de dezenas de milhões de euros com projetos de poucas centenas de</p>



milhas de euros. Sobre as sinergias, a ESGRA afirmou que no limite poderiam ser promovidas agregações como no CUA para promover a eficiência dos sistemas. Foram também referidas preocupações com alguma discricionariedade dos avisos, alterando-se regras como a apresentação ou não de EVEF em concursos específicos, independentemente do valor associado.

A ESGRA referiu também a preocupação com o PT2030 e como a introdução de novos stakeholders como as CIM poderá levantar novos desafios. Ainda mais importante, do que é conhecido, o PT2030 não terá financiamento para dar resposta aos enormes desafios do setor, como são conhecidos no PERSU 2030.

A EGF demonstrou preocupação com a inexistência de planos concretos mesmo no futuro, o que deixa em abertos aspetos como os investimentos necessários. Face à pergunta da EA de avaliação se os fundos seriam suficientes, ou se com mais financiamento teria sido possível atingir melhores resultados, a EGF reforçou que houve investimentos que não avançaram devido à falta de dotação e existirem riscos associados; nos casos onde a maturidade não era a suficiente, o *trade-off* entre a dotação e o risco levou a que candidaturas não avançassem. A falta de planos de avisos acaba por limitar o trabalho de preparação das candidaturas. As necessidades de investimento (incluindo manutenção e substituição) acabam por ser muito superiores aos envelopes que são habitualmente referidos de 400-500 M€.

O FG foi terminado ao 12h10 com o agradecimento a todos os participantes pela EA.

### 1.4.2 Sessão Ciclo Urbano da Água

<p><b>Tema e data</b></p>	<p>Focus Group 6.2- Ciclo Urbano da Água 23 de junho de 2023, 10h00-12h00</p>
<p><b>Participantes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catarina Silva, Mariana Aguiar e Ricardo Cunha (Equipa de Avaliação)</li> <li>• Fernanda Gomes e Margarida Faria da Costa (APA)</li> <li>• Fernando Marques, Manuel Pinto e Sónia Pacífico (Grupo AdP)</li> <li>• Filipe Pinto (Águas do Interior Norte)</li> <li>• Sofia Silva (Município de Condeixa-a-Nova)</li> <li>• Sara Florença e César Fernandes (Município do Funchal)</li> <li>• Jaime Melo Batista (LIS-WATER)</li> </ul>
<p><b>Discussão</b></p>	<p>O Focus Group (FG) iniciou-se às 10h05 por forma a esperar por todos os participantes.</p> <p>O FG começou com a intervenção da Catarina Silva (CS) enquanto representante da equipa de avaliação (EA), focada em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquadramento do processo de avaliação intercalar (AI)</li> <li>• Objetivos e abordagem tomada pela EA no âmbito da AI, incluindo as várias fases de auscultação, análise de inquéritos, entre outros.</li> <li>• Objetivos do FG.</li> </ul> <p>Foram depois apresentados os resultados e conclusões preliminares da AI do POSEUR – PI 6.2. Esta apresentação é incluída também como anexo aos relatórios da AI.</p> <p>Foi dada depois a palavra aos participantes.</p> <p>A APA iniciou a discussão referindo as dificuldades que os indicadores atualmente contratados e utilizados pelo PO SEUR, para monitorização das candidaturas, não serem os mais adequados e de fácil comparação com os da ERSAR. Foi inclusivamente referido que o indicador referente à qualidade das massas não depende apenas do CUA, pelo que deverá ser considerada a utilização de um indicador que permita avaliar melhor o impacto do efeito das medidas do CUA nas massas de água.</p> <p>Foi referida a importância do investimento para a resolução de situações de contencioso da DARU e destacada a necessidade de continuar a assegurar o cumprimento das exigências de descarga, que muito dependem do bom funcionamento e adequada manutenção e exploração destas infraestruturas.</p> <p>No âmbito da eficácia do Programa, foi referido o atraso das operações enquanto principal fator impeditivo da monitorização e avaliação do real resultado e impacte das operações.</p> <p>A discussão seguiu com os restantes intervenientes de acordo com a posição da APA em relação aos indicadores, referindo ainda a sua influência ao nível da classificação das candidaturas, e como isso pode constituir um constrangimento enquanto critério de avaliação das operações.</p> <p>A intervenção da LIS-WATER apresentou um ponto de vista geral do setor face aos apoios comunitários e PO SEUR. Neste âmbito, foi referido que, apesar da avaliação genérica positiva de operacionalização do PO SEUR por parte da AG, este constitui um instrumento político e financeiro, e, a esse nível, afirmou-se que há espaço para melhorias da articulação entre o PO SEUR e as políticas públicas setoriais devendo o PO SEUR procurar alcançar os objetivos da política e atingir as metas estabelecidas pela política. Foi também destacada a importância de proceder a uma avaliação mais transversal da eficácia do instrumento em si, para permitir a identificação e direcionamento das verbas para as efetivas necessidade designadamente as intervenções que geram mais valor acrescentado e a jusante ter capacidade de verificar se a decisão foi certa ou se têm de ser introduzidas alterações nos critérios.</p> <p>A questão da sustentabilidade económico-financeira foi apontada também como um problema da política pública e que se reflete na estagnação do desempenho do setor e põe em causa as vantagens que se podem tirar deste instrumento financeiro.</p>

Foi reforçado que a maximização do impacto dos FEEI e respetivos PO, só será conseguida através da resolução desses problemas de coerência e articulação e da resolução das questões estruturais do setor, principalmente ao nível da promoção da sustentabilidade financeira das operações e operadores, e necessidade de independência financeira por parte dos beneficiários para a realização de investimentos e promoção do desenvolvimento do setor.

A questão da sustentabilidade financeira não foi encarada com a mesma perspetiva por parte de todos os presentes. A APA e LIS-WATER destacaram a necessidade de assegurar o nível de recuperação de custos nomeadamente através da atualização de tarifários. Os Municípios presentes na sessão referiram a existência de dificuldades enquanto entidades de pequena dimensão e reduzida capacitação técnica e financeira. Foi destacado que os apoios comunitários são determinantes para realizar os investimentos necessários nas suas localidades e que por vezes os projetos financiados, ainda que relevantes, não permitem garantir os fatores de sustentabilidade.

Do ponto de vista dos Municípios, foi ainda salientada a desadequação à sua realidade na intenção de serem criados critérios de custos de referência para a seriação ou exclusão das operações a apoiar, uma vez que os contextos sociais, económicos e geográficos acarretam diferentes custos para um mesmo fim. Para além disso, neste contexto, referiram também que a aplicação desse critério contraria os princípios de equidade e de coesão territorial de gestão dos FEEI.

O consenso dos participantes em relação à promoção da sustentabilidade do setor incidiu também na necessidade de se promover a capacitação e retenção dos recursos humanos e técnicos do setor.

Por fim, foram tecidas algumas considerações em relação à boa operacionalização do PO SEUR por parte da AG e equipas técnicas, as quais foram refletidas em unanimidade por todos os participantes. Neste sentido, apontou-se que os constrangimentos enfrentados face à execução das operações apoiadas, não foram propriamente relacionados com algum impacto decorrente da relação com a AG, mas sim causados por questões de contexto social e económico e, em alguns casos, inerentes aos próprios beneficiários.

O FG foi terminado às 11h45 com o agradecimento a todos os participantes pela EA.

### 1.4.3 Sessão Conservação da Natureza e Biodiversidade

<p><b>Tema e data</b></p>	<p>Focus Group 6.4- Conservação da Natureza e Biodiversidade 20 de junho de 2023, 14h30- 16h00</p>
<p><b>Participantes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Andreia Marques, Ricardo Cunha, Catarina Silva e Mariana Aguiar (Equipa de Avaliação)</li> <li>• José Romana (EMAC)</li> <li>• José Janela (Quercus)</li> <li>• João Mário Madeira e Carlos Albuquerque (ICNF)</li> <li>• Carla Rodrigues (ADERE)</li> <li>• Marta Martins (CIM Oeste)</li> <li>• Nuno Oliveira (NBI)</li> </ul>
<p><b>Discussão</b></p>	<p>O Focus Group (FG) iniciou-se às 10h05 por forma a esperar por todos os participantes.</p> <p>O FG começou com a intervenção da Andreia Marques (AM) enquanto representante da equipa de avaliação (EA), focada em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquadramento do processo de avaliação intercalar (AI)</li> <li>• Objetivos e abordagem tomada pela EA no âmbito da AI, incluindo as várias fases de auscultação, análise de inquéritos, entre outros.</li> <li>• Objetivos do FG.</li> </ul> <p>Foram depois apresentados os resultados e conclusões preliminares da AI do POSEUR – PI 6.4. Esta apresentação é incluída também como anexo aos relatórios da AI.</p> <p>Foi dada depois a palavra aos participantes, para os quais se apresentam os respetivos contributos e evidencias apuradas:</p> <p>Os indicadores são muito limitados para aferir a eficiência e eficácia do PO. As áreas de habitats e de espécies protegidas não podem ser extrapoladas para o impacto no que diz respeito aos objetivos de conservação da natureza. O número de projetos é muito modesto para a conservação da natureza. São necessários KPIs que digam algo às empresas, em termos financeiros.</p> <p>Alguns objetivos são difíceis de atingir, nomeadamente os relacionados com a vespa velutina.</p> <p>Na preparação do PO foi considerada a limitação dos indicadores não se acomodarem à realidade dos projetos. Existe também a dificuldade de cumprir com os indicadores das ações de sensibilização ambiental, principalmente na pandemia, devido à baixa taxa de adesão. Este indicador é sempre volátil porque estão dependentes de terceiros para a mobilização dos alunos.</p> <p>O ICNF assume alguma falta de organização na gestão do programa, mas refere que o PO SEUR tem sido uma boa ferramenta para se atingirem os objetivos.</p> <p>Seria importante ter um plano de base mais rigoroso, em termos de áreas absolutas ou habitats a ser intervencionados, para melhor aferir o impacto dos projetos.</p> <p>A avaliação de um indicador num determinado momento revela mais a execução que a eficácia/alcance do objetivo do projeto. É importante perceber qual o verdadeiro impacto após a sua implementação. Os PO poderiam incorporar, nas avaliações, indicadores do sucesso dos projetos. Podem atingir-se as metas numéricas sem, no entanto, haver mudança nos comportamentos.</p> <p>Em termos de operacionalização, o fecho dos dossiers administrativos é complexo, com solicitação de alguns documentos não discriminados à partida, e que criam um stress adicional no final dos projetos. Há uma discrepância entre o nível de burocracia e o nível de clareza de como o apoio foi gasto. Os indicadores de sucesso são essencialmente burocráticos e a situação real de impacto não é analisada tão em detalhe, com um maior escrutínio de como o dinheiro público resultou num bem público.</p>

	<p>O PO SEUR, apesar de exigente e complexo, tem regras bem definidas e bastante material de apoio. Existe um bom nível de organização e esclarecimentos (guias), comparando com outros PO. Os guias são por vezes usados como base para outros concursos.</p> <p>Ligeiramente mais burocrático que o Lisboa 2020 e o PDR.</p> <p>Há uma dislexia entre a linguagem burocrática de gabinete e a realidade, desincentivando algumas candidaturas. É preciso dar alguma liberdade a quem está no terreno.</p> <p>O PO está a permitir alcançar objetivos alinhados como os compromissos nacionais e a Rede Natura 2000. As auditorias são essencialmente administrativas e não de impacto dos projetos/verificação no terreno por profissionais capacitados para a avaliação da natureza da PI6.4.</p> <p>A Lei do restauro da natureza da EU, recentemente aprovada, deverá ser bem aplicada. O dinheiro público disponível para esta área vai ser bastante e deverá traduzir-se num impacto real na reparação dos danos causados aos habitats.</p> <p>Alinhamento notório com a estratégia PT2020. Há complementaridade para o desenvolvimento local e a conservação da natureza. As áreas protegidas e o alinhamento com a rede natura 2000 são relevantes para a conservação da biodiversidade.</p> <p>A dimensão do programa merecia uma maior reflexão sobre as realidades nacionais/regionais. Os indicadores devem ser diferentes para cada necessidade.</p> <p>Os livros vermelhos, diretiva-habitats e diretiva-aves estão alinhados com os compromissos europeus.</p> <p>Em Portugal existem atrasos nos planos de gestão e insuficiência na classificação de habitats que estão a ser resolvidos neste PO.</p> <p>A educação ambiental nas escolas recebe um grande apoio do PO, bastante relevante para a comunidade.</p> <p>A biodiversidade não deve ser isolada de outras áreas de projetos do PO (parques logísticos, áreas urbanas, infraestruturas). O valor dos serviços de ecossistemas deve ser transversal a outras áreas (ex. benefícios públicos associados a melhorias de serviços de ecossistema – incluir indicadores de capital natural nos próximos PO, exemplo: sombra; valor de conservação de outras espécies-polinizadores; qualidade de vida).</p>
--	---

## 1.5 QUESTIONÁRIOS AOS BENEFICIÁRIOS

33. O processo de inquirição realizado apresenta como unidade base a entidade beneficiária, independentemente do número de operações apoiadas.
34. Os níveis de globais de resposta estão alinhados com os objetivos inicialmente estabelecidos, assinalando-se uma taxa de resposta superior a 70%, pelo que se considera que está garantida a representatividade desejada.
35. Nas subsecções seguintes apresenta-se o resumo dos resultados apurados através dos inquéritos, de acordo com as questões consideradas. Esta avaliação, considera as questões transversais, aplicáveis a todos os beneficiários e questões específicas aplicáveis apenas aos beneficiários com operações apoiadas nas respetivas prioridades de intervenção.

### 1.5.1 Nível de Participação

Tabela 4 - Grau de Resposta

	Nº de Respostas	% do Total
Total de Questionários enviados	302	
Total de Respostas Obtidas	211	70%
<i>Respostas Completas</i>	<i>162</i>	<i>54%</i>
<i>Respostas Incompletas</i>	<i>49</i>	<i>16%</i>
Sem Resposta	91	30%

### 1.5.2 Bloco Geral

**Pergunta 2.** *De que forma tomou conhecimento do PO SEUR, das operações financiadas pelo mesmo e respetivos apoios?*

**Número de resposta:** 187

Tabela 5 - Respostas à Pergunta 2

Opções de Resposta	Nº de Respostas
Website do(s) Programa(s) Operacional(is)	151
Websites dos Organismos Intermédios	51
Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)	96
Publicações e material de divulgação do PT2020	62
Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is) (SQ005)	25
Redes sociais do PT2020 (SQ006)	25

Opções de Resposta	Nº de Respostas
Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação (SQ007)	5
Associações empresariais (SQ009)	30
Empresas de consultoria	10
Amigos/familiares/contactos pessoais	13
Outro	24

**Pergunta 2.1.** *As sessões de apresentação e esclarecimentos do PO SEUR e os Avisos do PO SEUR no seu sítio web foram adequados para a divulgação da informação relativa aos apoios providenciados (incluindo condições e prazos)?*

Número de respostas: 187

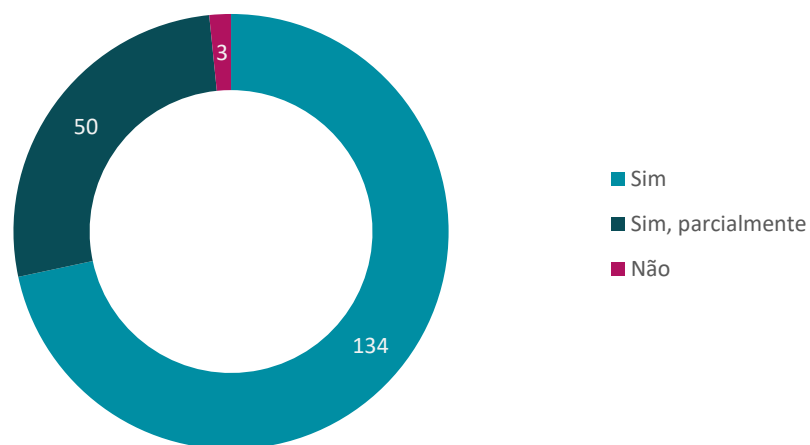


Figura 1 - Respostas à Pergunta 2.1

**Pergunta 3.** *As datas e requisitos dos avisos de abertura de concurso foram suficientemente flexíveis para antecipar o seu processo de candidatura e conseguir responder às suas exigências?*

Número de respostas: 186

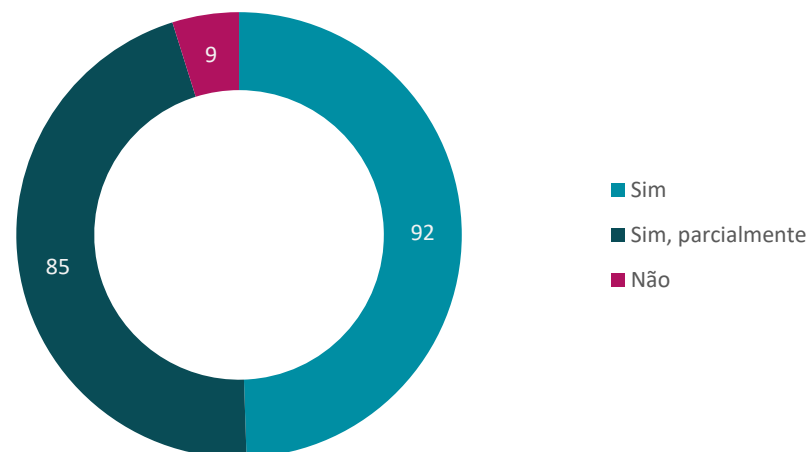


Figura 2 - Respostas à Pergunta 3

**Pergunta 4.** *Avalie a adequação dos seguintes requisitos de candidatura ao financiamento, de acordo com a realidade dos beneficiários*

**Número de respostas:** 185

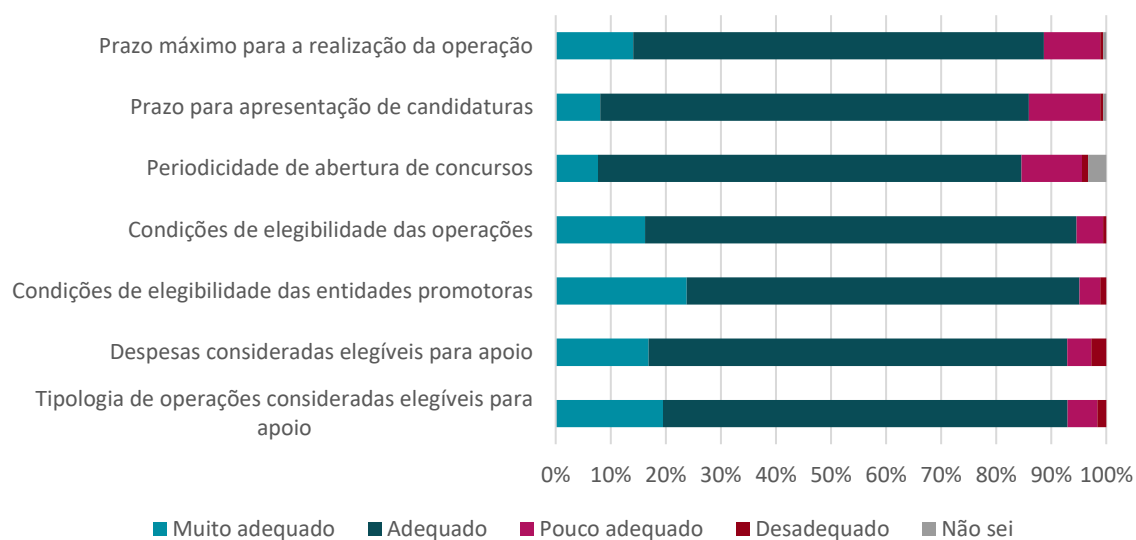


Figura 3 - Respostas à Pergunta 4

**Pergunta 5.** *Avalie as seguintes características da documentação e materiais de suporte ao processo de candidatura aos instrumentos de apoio*

**Número de respostas:** 183



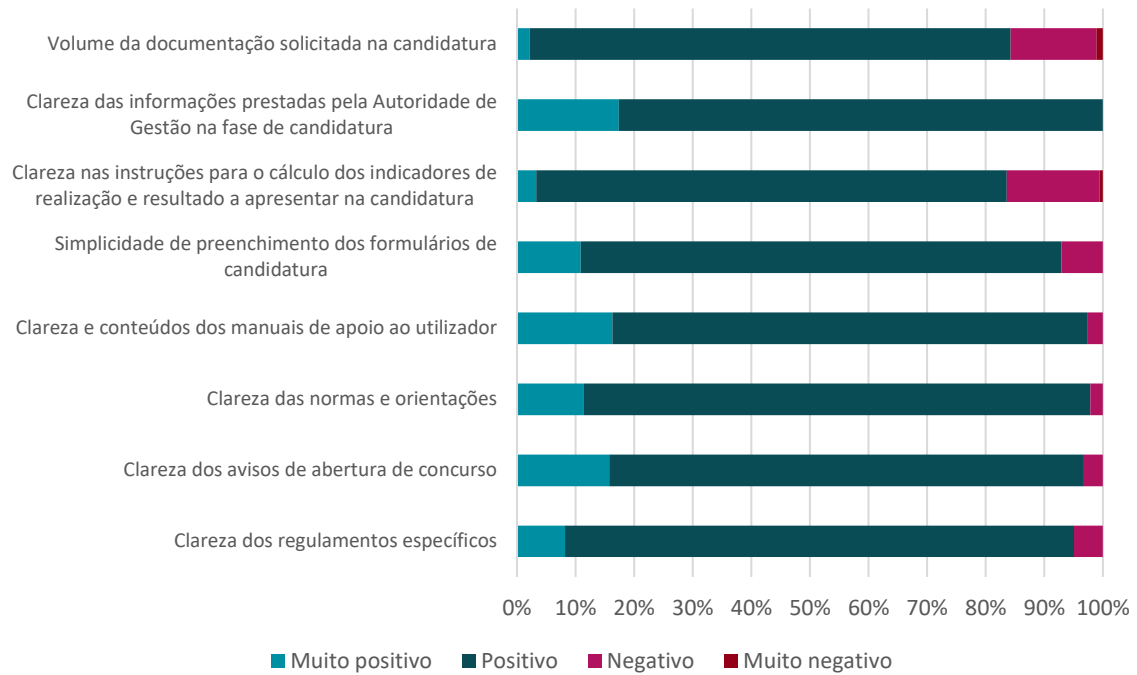


Figura 4 - Respostas à Pergunta 5

**Pergunta 6.** *Na fase de instrução da candidatura (pode escolher mais do que uma opção)*

**Número de respostas:** 183

Tabela 6 - Respostas à Pergunta 6

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Possuíam recursos técnicos com as competências necessárias	132
Não possuíam recursos técnicos com as competências necessárias	24
Contrataram equipas(s) com competência específica para planear a candidatura (consultoria externa)	66
Não contrataram equipas(s) com competência específica para planear a candidatura (consultoria externa)	39
Outro	9

**Pergunta 7.** *Avalie a adequação dos seguintes critérios de análise, avaliação e seleção de projetos utilizados pelo PO SEUR*

**Número de respostas:** 182

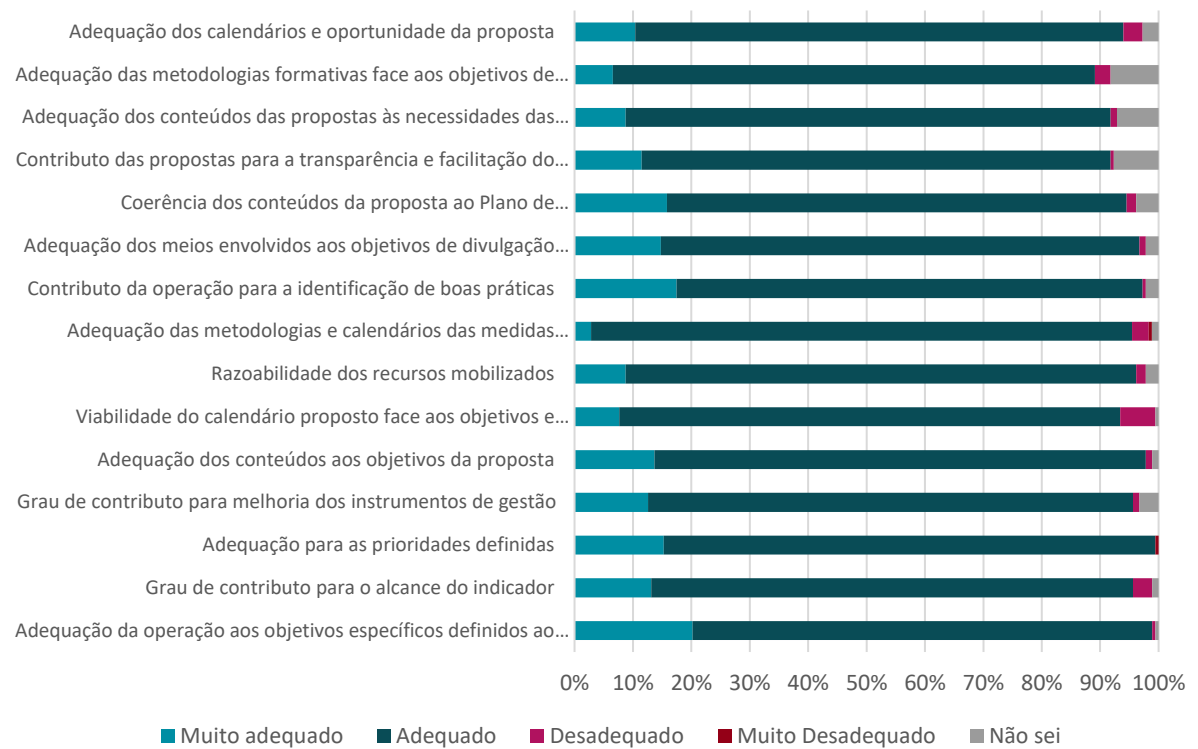


Figura 5 - Respostas à Pergunta 7

**Pergunta 8.1.** *A existência dos apoios do PO SEUR induziu o avanço de projetos que não estavam previstos ou não seriam prioritários na(s) sua(s) operação(ões)?*

Número de respostas: 185

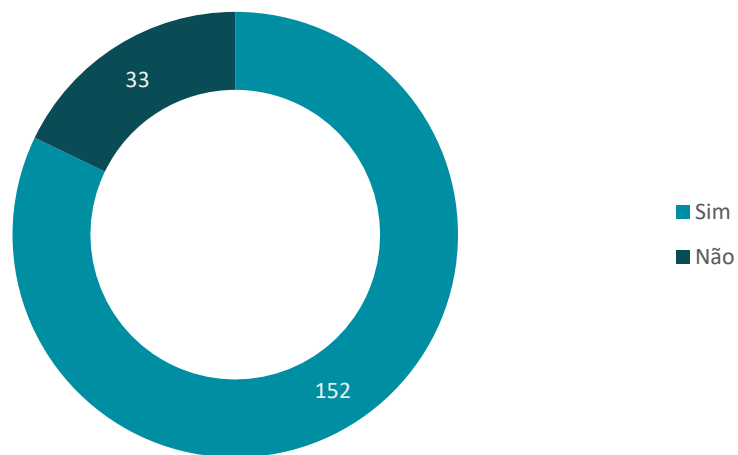


Figura 6 - Respostas à Pergunta 8.1

**Pergunta 8.1.1.** *Dos projetos já em carteira, algum(ns) foi(ram) modificado(s) de modo a ser(em) admitido(s) no PO SEUR?*

Número de respostas: 183

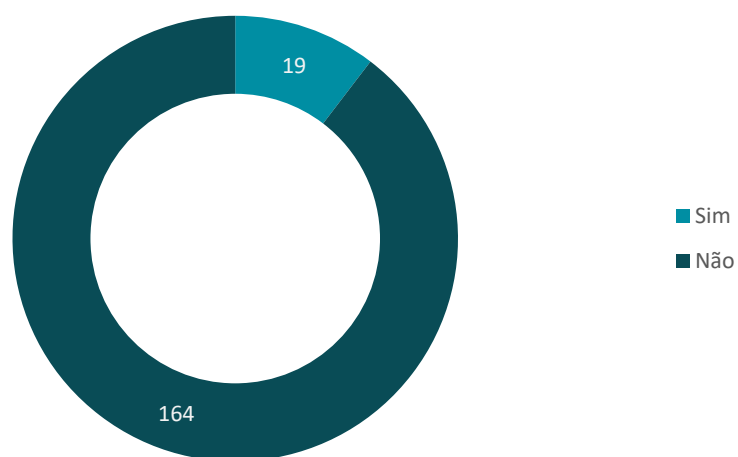


Figura 7 - Respostas à Pergunta 8.1.1

**Pergunta 8.2.** *Sem a aprovação do apoio comunitário teria avançado com o(s) investimento(s) realizado(s)?*

Número de respostas: 184

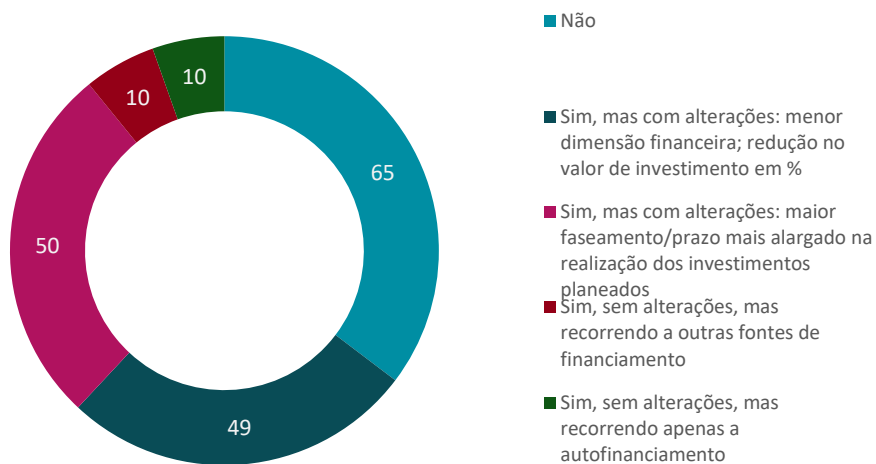


Figura 8 - Respostas à Pergunta 8.2

**Pergunta 8.3.** *A(s) candidatura(s) aos fundos comunitários implicou(aram) alterações no(s) investimento(s) previsto(s) inicialmente?*

Número de respostas: 185

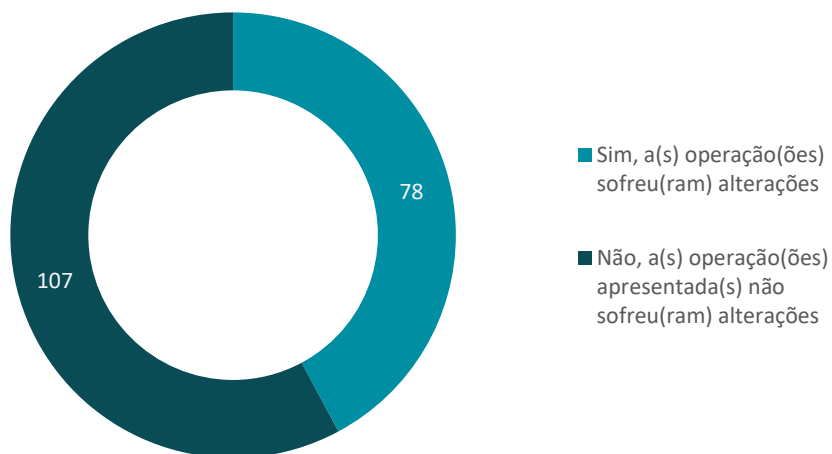


Figura 9 - Respostas à Pergunta 8.3

**Pergunta 8.3.1.** *Se sim, essas alterações traduziram-se (pode escolher mais do que uma opção)*

Número de respostas: 174

Tabela 7 - Respostas à Pergunta 8.3.1

	Nº RESPOSTAS
No aumento dos investimentos previstos inicialmente	47
Na redução dos investimentos previstos inicialmente	11
Na cisão da(s) operações em projetos mais focados	13
No aumento do grau de inovação e diferenciação da(s) operação(ões)	19
No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)	24
Na redução do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)	15
Na antecipação da data de arranque da(s) operação(ões)	24
Na reformulação/redefinição dos resultados esperados	19
Outro	2

**Pergunta 9.** *Considera que existe uma correta identificação e priorização dos apoios a serem disponibilizados nas diferentes áreas de intervenção e geográficas?*

Número de respostas: 182

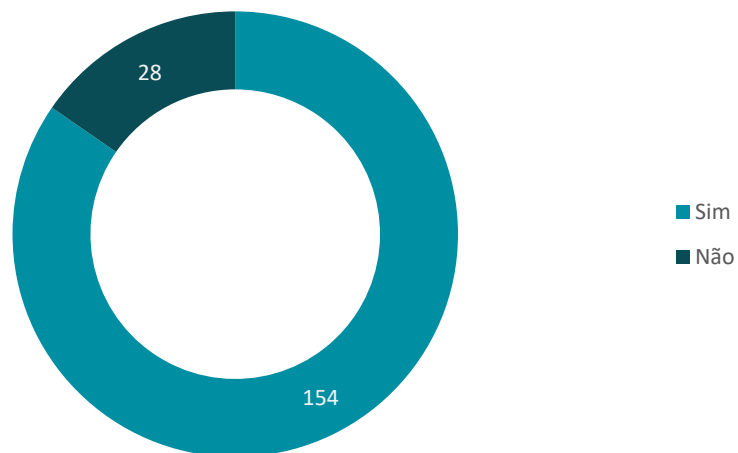


Figura 10 - Respostas à Pergunta 9

**Pergunta 10.** Qual o seu grau de satisfação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador nos seguintes aspetos

Número de respostas: 173

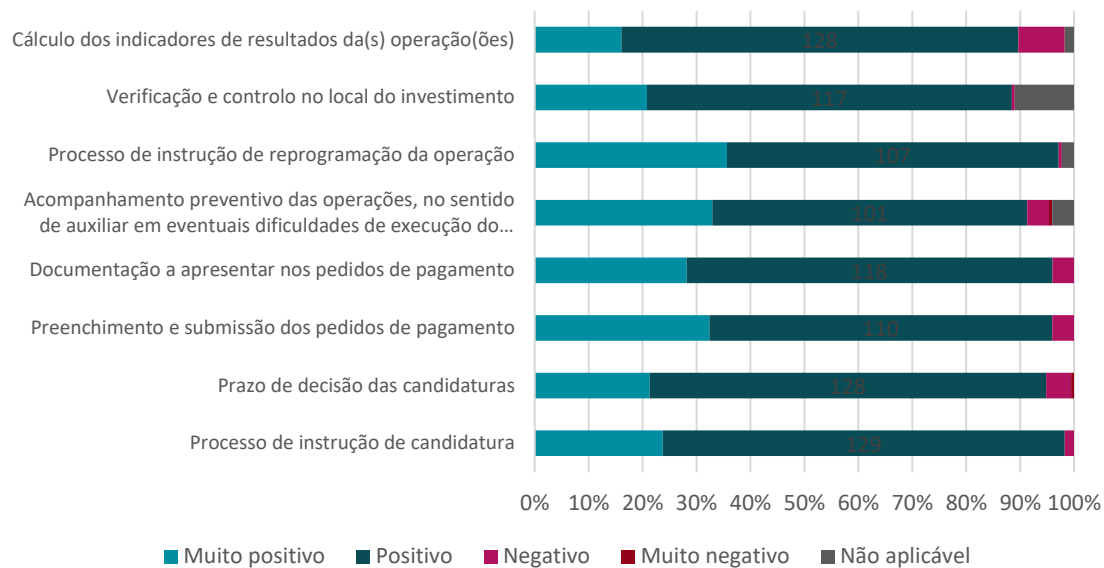


Figura 11 - Respostas à Pergunta 10

**Pergunta 11.** *Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s)*

Número de respostas: 174

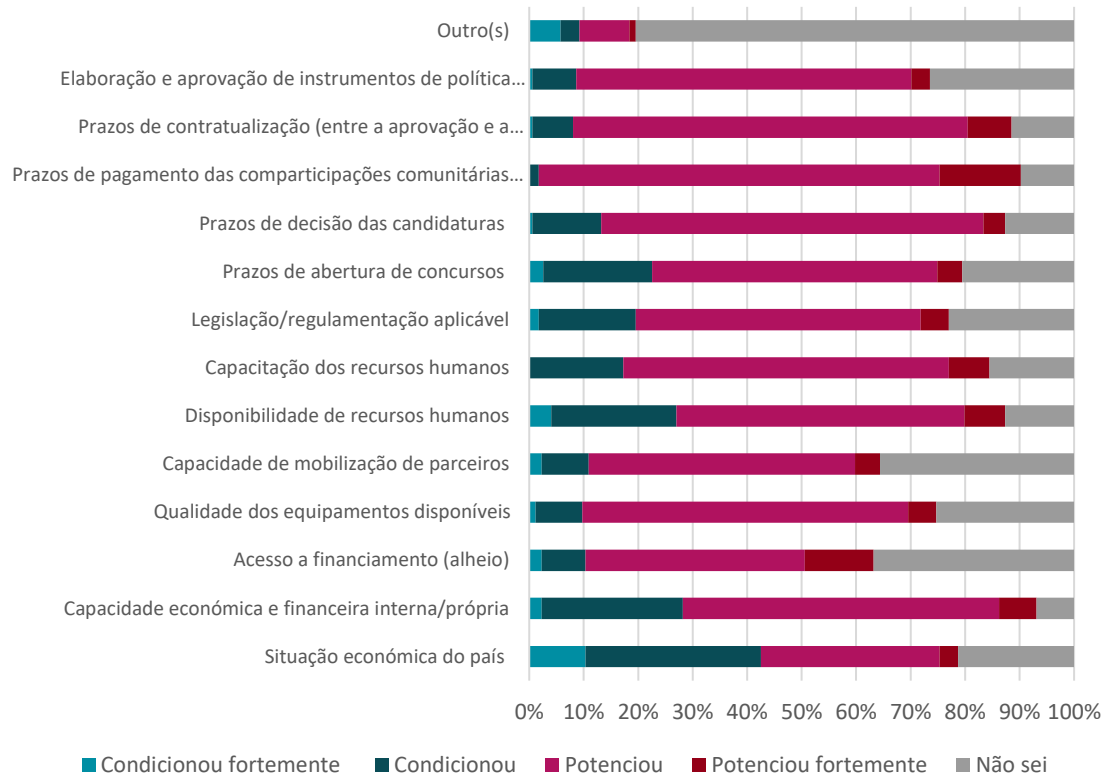


Figura 12 - Respostas à Pergunta 11

**Pergunta 12.** *Para além do PO SEUR, a que fontes de financiamento recorreu para desenvolver a(s) operação(ões)?*

Número de respostas: 211

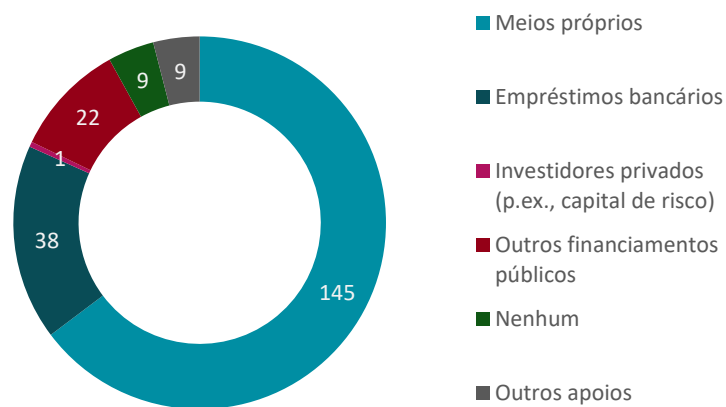


Figura 13 - Respostas à Pergunta 12

**Pergunta 13.** *Quais as PI relacionadas às suas operações?*

**Número de respostas:** 209

Tabela 8 - Respostas à Pergunta 13

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Setor dos Resíduos	57
Setor da Água	113
Proteção da Biodiversidade e dos Ecossistemas e Promoção de Sistemas e Serviços Ecológicos	35
Regeneração de instalações Industriais Abandonadas	4



### 1.5.3 Questões Específicas para a PI 6.1

**Pergunta 14.** *Em que tipologia de operação dos Resíduos se enquadra(m) a(s) operação(ões) que realizou no âmbito da Prioridade de Investimento 6.1? (pode escolher mais do que uma opção)*

Número de respostas: 211

Tabela 9 - Respostas à Pergunta 14

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos e reciclagem, incluindo quer ações de educação e sensibilização, quer estudos que se revelem necessários, com o enfoque nos primeiros patamares da pirâmide da gestão de resíduos ou seja ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem	10
Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos, incluindo quer ações de educação e sensibilização, quer estudos que se revelem necessários, ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem.	8
Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos, incluindo quer ações de educação e sensibilização, quer estudos que se revelem necessários, ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem.	4
Campanhas de sensibilização/informação da população, incentivando à adoção de boas práticas de gestão de resíduos, nomeadamente na prevenção e redução da sua produção, bem como na deposição seletiva adequada dos resíduos recicláveis.	27
Intervenções que visam ultrapassar a situação atual de deposição em aterros e colmatar as atuais carências do sistema de gestão de resíduos do grupo oriental das ilhas do arquipélago dos Açores e em especial da Ilha de S. Miguel (...)	1
Investimentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial, nomeadamente através da otimização e reforço das redes de recolha seletiva existentes, designadamente através da aquisição de ecopontos subterrâneos e superficiais, contentores de recolha seletiva e viaturas de recolha seletiva; otimização e reforço das infraestruturas de triagem multimaterial, nomeadamente através da instalação de novas centrais de triagem bem como de linhas de tratamento adicionais e respetivos equipamentos, tais como tapetes transportadores, separadores óticos, magnéticos, balísticos, e de metais não ferrosos, crivos rotativos, introdução de soluções alternativas e inovadoras que permitam aumentar significativamente a participação dos cidadãos e a eficiência dos sistemas de recolha e reciclagem multimaterial, designadamente recolha porta -a-porta e sistemas <i>pay-as-you-throw</i> (PAYT).	22
Investimentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial, nomeadamente através da otimização e reforço das redes de recolha seletiva existentes, designadamente através da aquisição de ecopontos subterrâneos e separadores óticos, magnéticos, balísticos, e de metais não ferrosos, crivos rotativos.	11
Investimentos com vista ao aumento da valorização orgânica de resíduos, através do reforço e otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB), designadamente através de instalação de novas TMB e instalação de linhas de tratamento adicionais em TMB existentes com os equipamentos atrás referidos acrescidos de túneis de compostagem, digestores e equipamento de afinação do composto, e do apoio a sistemas e iniciativas de recolha seletiva de RUB, de compostagem doméstica de RUB e de valorização do composto.	12
Investimentos com vista ao aumento da valorização orgânica de resíduos, através do reforço e otimização do tratamento mecânico ou mecânico e biológico (TM ou TMB), designadamente através de instalação de novas TM e TMB, adaptação tecnológica das TM e TMB existentes, bem como a instalação de linhas de tratamento adicionais em TM e TMB existentes acrescidos de túneis de compostagem, digestores e equipamento de afinação do composto, e entre outros, incluindo também investimentos em estações de transferência e respetivas viaturas para encaminhamento dos RU para valorização orgânica e/ou material, incluindo a valorização energética do biogás.	7
Investimentos com vista ao aumento de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), de compostagem doméstica de RUB e de valorização do composto, incluindo sistemas de recolha porta -a -porta de RUB e PAYT.	32
Investimentos com vista ao desvio de aterro dos refugos e rejeitados das unidades de tratamento mecânico e biológico de RU, nomeadamente através do seu processamento e transformação em Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR), e/ou da sua valorização energética, bem como investimentos que permitam a valorização do CDR, de modo a obter o fim de estatuto de resíduo.	4

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Investimentos para a introdução de soluções que permitam aumentar significativamente a participação dos cidadãos e a eficiência dos sistemas de recolha e reciclagem multimaterial (recolha porta-a-porta e sistemas pay-as-you-throw (PAYT)).	13
Reforço das redes de recolha seletiva existentes, nomeadamente através de aquisição de ecopontos subterrâneos e superficiais, contentores de recolha seletiva, viaturas de recolha seletiva que não constituam uma mera substituição das existentes, mas uma expansão da capacidade de recolha.	19
Outro	4

**Pergunta 15.** *Avalie a adequação dos critérios de seleção utilizados para a classificação dos projetos candidatos no âmbito da PI 6.1*

**Número de respostas:** 56

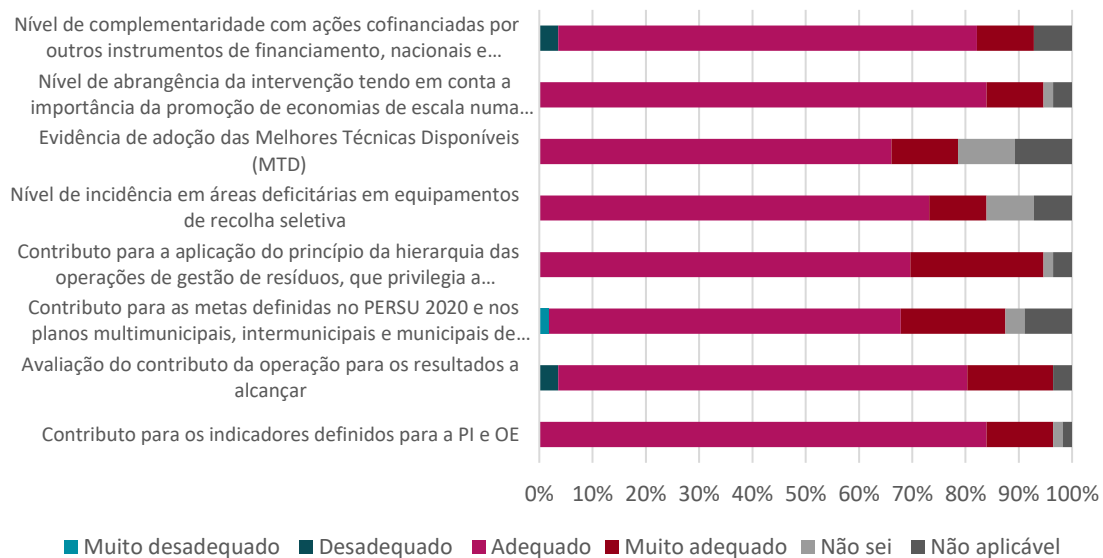


Figura 14 - Respostas à Pergunta 15

**Pergunta 16.1.** *Comparativamente ao valor base, qual estima ser o aumento, em pontos percentuais (pp), na capacidade adicional de reciclagem de resíduos (ton/ano), promovido pelas suas operações desenvolvidas, e apoiadas pelo PO SEUR:*

Número de respostas: 56

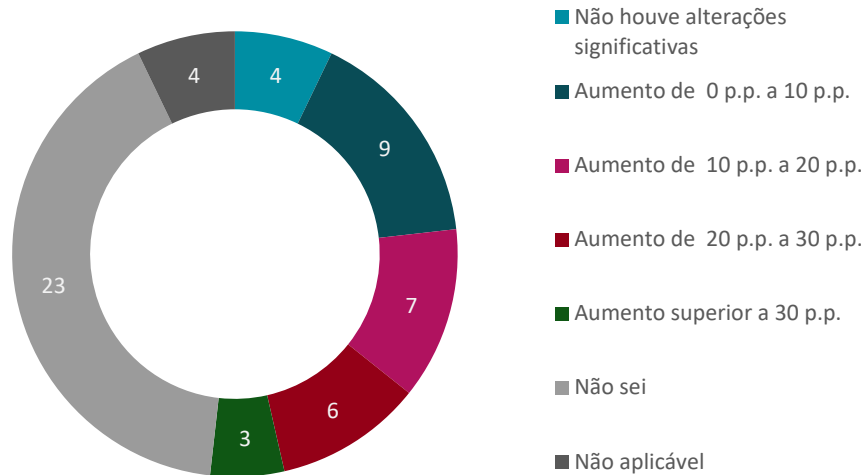


Figura 15 - Respostas à Pergunta 16.1

**Pergunta 16.2.** *Considerando as suas operações desenvolvidas, e apoiadas pelo PO SEUR, e comparativamente ao valor base, qual estima ser o aumento, em pontos percentuais (pp), na preparação para reutilização e reciclagem de RU, face ao montante total de RU recicláveis*

Número de respostas: 56

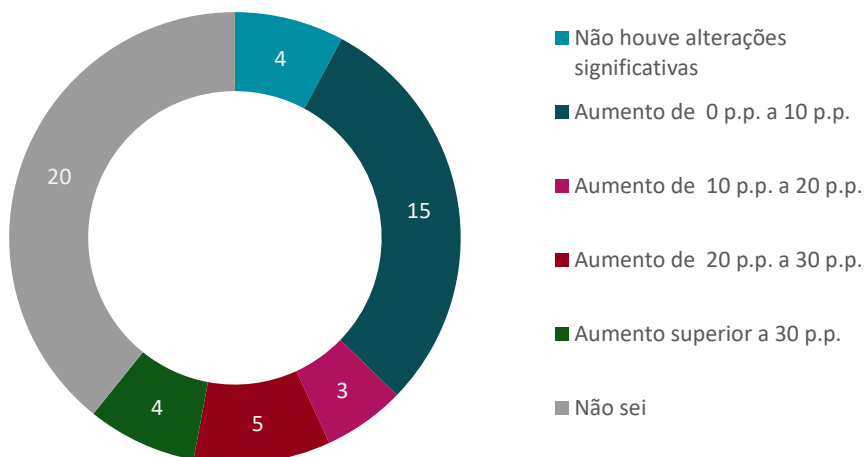


Figura 16 - Respostas à Pergunta 16.2

**Pergunta 16.3.** *Comparativamente ao valor base, qual estima ser a redução, em pontos percentuais, na deposição em aterro de Resíduos Urbanos Biodegradáveis, promovido pelas suas operações desenvolvidas, e apoiadas pelo PO SEUR:*

Número de respostas: 56

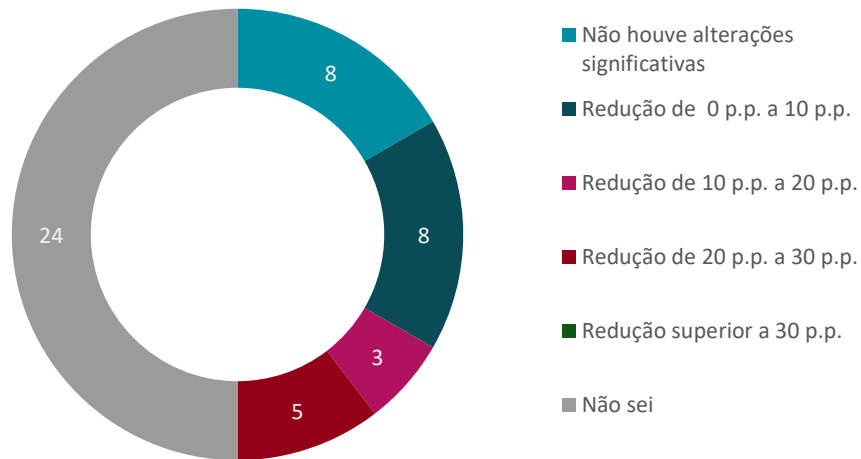


Figura 17 - Respostas à Pergunta 16.3

**Pergunta 16.4.** *Identifica(ou) algum constrangimento no alcance dos objetivos contratualizados (pode escolher mais do que uma opção)?*

Número de respostas: 75

Tabela 10 - Respostas à Pergunta 16.4

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Disponibilidade de recursos humanos qualificados	7
Tecnologia disponível	6
Atrasos na execução	45
Nenhum	4
Outro	13

**Pergunta 17.** *No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua realidade e/ou expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) e ao alcance dos objetivos e indicadores previstos no(s) contrato(s) de financiamento*

Número de respostas: 56

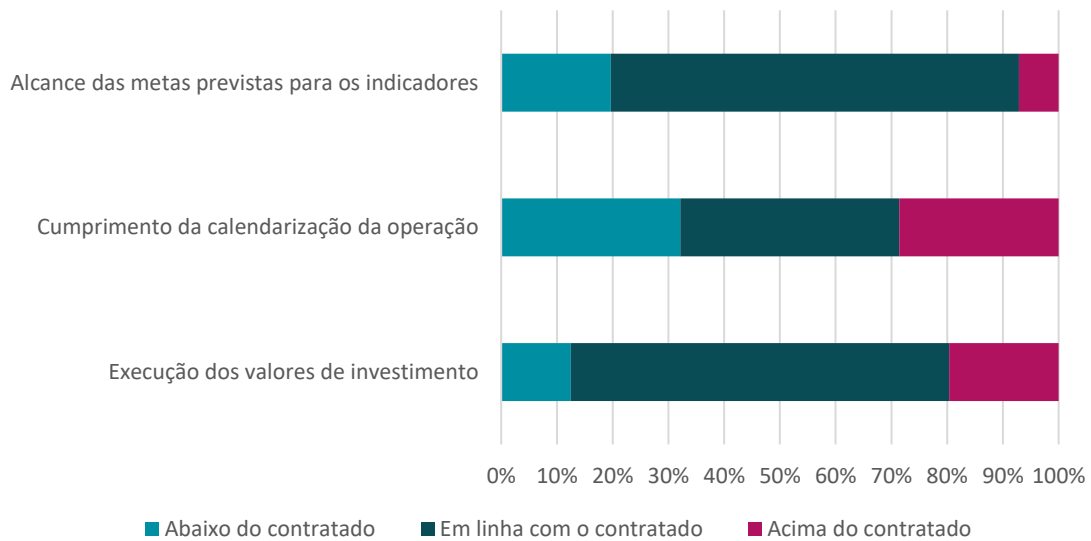


Figura 18 - Respostas à Pergunta 17

**Pergunta 19.** *Considera que os resultados atingidos ou previstos atingir no(s) seu(s) projeto(s) foi(ram) afetado(s) por fatores externos (fora do controlo da sua entidade)?*

Número de respostas: 56

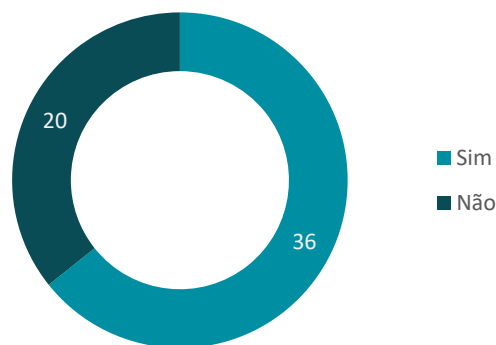


Figura 19 - Respostas à Pergunta 19

**Pergunta 20.** *Implementou algum mecanismo de acompanhamento (p.ex. reuniões, auditorias) para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?*

Número de respostas: 56

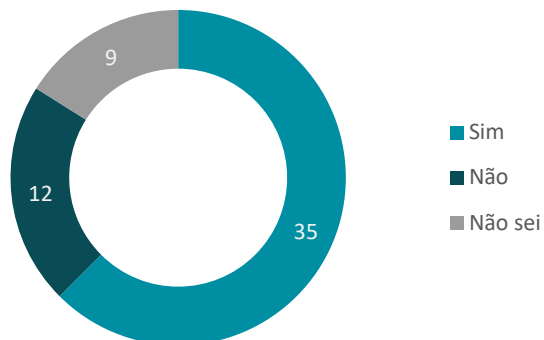


Figura 20 - Respostas à Pergunta 20

**Pergunta 21.** *Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia de operações?*

Número de respostas: 56

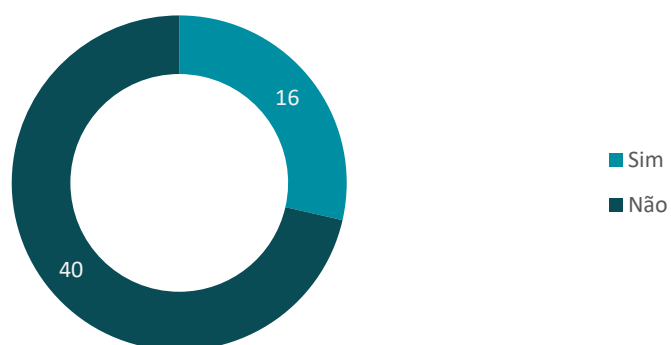


Figura 21 - Respostas à Pergunta 21

:

#### 1.5.4 Questões Específicas para a PI 6.2

**Pergunta 22.** *Em que subtipologia de intervenção do Ciclo Urbano da Água se enquadra(m) a(s) operação(ões) que realizou no âmbito da Prioridade de Investimento 6.2? (Pode escolher mais do que uma opção)*

Número de respostas: 107

Tabela 11 - Respostas à Pergunta 22

SUBTIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO	Nº RESPOSTAS
Abastecimento de Água (AA)	59
Saneamento de Águas Residuais (SAR)	87
Elaboração de cadastro das infraestruturas (AA e SAR)	39
Gestão dos Recursos Hídricos	6

**Pergunta 23.** *Em que tipologia de operação se enquadra(m) a(s) ação(ões) que realizou no âmbito da Prioridade de Investimento 6.2? (Pode escolher mais do que uma opção)*

Número de respostas: 107

Tabela 12 - Respostas à Pergunta 23

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Estudos necessários para melhorar e complementar os critérios de classificação das massas de água, dando cumprimento à DQA e sempre que aplicável à Diretiva INSPIRE 2007/2/CE. (SQ002)	3
Fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa, com vista a otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, através da execução de ligações entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa e da extensão do serviço a populações ainda não abastecidas na área de influência dos sistemas, após ponderação das alternativas existentes, incluindo através de soluções adequadas para pequenos aglomerados. (SQ003)	22
Fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa, com vista a otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, através da execução de ligações entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa e da extensão do serviço a populações ainda não abastecidas na área de influência dos sistemas. (SQ004)	22
Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais com vista à otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, através da execução de ligações entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa e da extensão do serviço a populações ainda não servidas na área de influência dos sistemas. (SQ005)	46
Investimentos com vista à melhoria da quantidade e qualidade de água fornecida, incluindo a interligação entre sistemas, a complementaridade de origens de água e a criação de novos locais de captação e/ou armazenamento, a melhoria do processo de tratamento das estações de tratamento de águas (ETA) com vista ao cumprimento da Diretiva da Qualidade da Água para Consumo Humano, incluindo a remoção de contaminantes emergentes, antropogénicos ou de subprodutos do tratamento. (SQ006)	12
Investimentos com vista à melhoria da qualidade de água fornecida em zonas de abastecimento ainda com problemas, nomeadamente melhoria do processo de tratamento das estações de tratamento de águas (ETA) com vista ao cumprimento da Diretiva da Qualidade da Água para Consumo Humano, incluindo a remoção de contaminantes emergentes, antropogénicos ou de subprodutos do tratamento. (SQ007)	5
Investimentos com vista à obtenção de informação que permita uma gestão eficiente dos serviços, através da elaboração de cadastro das infraestruturas existentes dos sistemas em baixa que fundamente as intervenções a realizar, cofinanciadas ou não, designadamente associadas a colapsos e infiltrações e funcionamento deficiente, cujos termos de referência são definidos a nível nacional. (SQ008)	17
Investimentos com vista a redução da poluição urbana nas massas de água, com especial enfoque no integral cumprimento da Diretiva Águas Residuais Urbanas – Diretiva 91/271/CEE, de 21-05-1991	24

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
(DARU), de forma a assegurar a proteção do ambiente em geral e das águas superficiais em particular, dos efeitos nefastos das descargas das águas residuais urbanas, através de construção de sistemas para aglomerados de maior dimensão, bem como o aumento da acessibilidade física ao serviço de saneamento de águas residuais através de soluções para pequenos aglomerados (ETAR compactas; mini-ETAR e limpa fossas). (SQ009)	11
Investimentos com vista à redução da poluição urbana nas massas de água, com especial enfoque no integral cumprimento da Diretiva relativa ao Tratamento de Águas Residuais Urbanas — Diretiva 91/271/CEE, de 21 -05 -1991 (DARU), de forma a assegurar a proteção do ambiente em geral e das águas superficiais e costeiras em particular, dos efeitos nefastos das descargas das águas residuais urbanas, através de construção de sistemas para aglomerados de maior dimensão, bem como o aumento da acessibilidade física ao serviço de saneamento de águas residuais, incluindo soluções adequadas para pequenos aglomerados, como por exemplo ETAR compactas, mini -ETAR e limpa fossas. (SQ010)	11
Investimentos com vista à redução da poluição urbana nas massas de água, com especial enfoque no integral cumprimento da Diretiva relativa ao Tratamento de Águas Residuais Urbanas — Diretiva 91/271/CEE, de 21 -05-1991 (DARU), de forma a assegurar a proteção do ambiente em geral e das águas superficiais em particular, dos efeitos nefastos das descargas das águas residuais urbanas, através de construção de sistemas para aglomerados de maior dimensão e aumento da acessibilidade física ao serviço de saneamento de águas residuais, incluindo soluções adequadas para pequenos aglomerados. (SQ011)	16
Investimentos em instrumentos de apoio à gestão e na obtenção de informação que permita uma gestão eficiente dos serviços, através da elaboração de cadastro das infraestruturas existentes dos sistemas em baixa, cujos termos de referência são definidos a nível nacional - Abastecimento de Água. (SQ012)	19
Investimentos em renovação e reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas em casos de dimensionamento desadequado e/ou para redução e controlo de infiltrações e aflúncias indevidas aos sistemas públicos unitários de drenagem de águas residuais com vista a redução da ocorrência de colapsos e de inundações. (SQ013)	3
Investimentos necessários à utilização de águas residuais tratadas, por exemplo execução de etapas de afinamento do tratamento existente, com vista a possibilitar uma gestão integrada de recursos hídricos em zonas consideradas de escassez. (SQ014)	1
Investimentos nos sistemas em baixa tendo em vista o controlo e a redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água, designadamente em equipamentos para campanhas de deteção de fugas, substituição de condutas com perdas elevadas, aquisição e instalação de equipamentos de controlo e medição. (SQ015)	19
Investimentos nos sistemas em baixa tendo em vista o controlo e a redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água, designadamente em equipamentos para campanhas de deteção de fugas, substituição de condutas com perdas elevadas, aquisição e instalação de equipamentos de controlo e medição e telegestão. (SQ016)	18
Renovação de redes de abastecimento de água em baixa, nos casos em que o material das condutas não cumpra os normativos relacionados com o risco para a saúde humana, em que se registre um mau funcionamento hidráulico ou inadequação dos materiais sob o ponto de vista estrutural ou ainda em que seja necessário aumentar a sua capacidade. (SQ017)	9
Renovação de redes de abastecimento de água em baixa, nos casos em que seja necessário aumentar a sua capacidade. (SQ018)	4
Outro	4



**Pergunta 24.** *Avalie a adequação dos critérios de seleção utilizados para a classificação dos projetos candidatos no âmbito da PI 6.2 (Gestão dos recursos hídricos):*

Número de respostas: 105

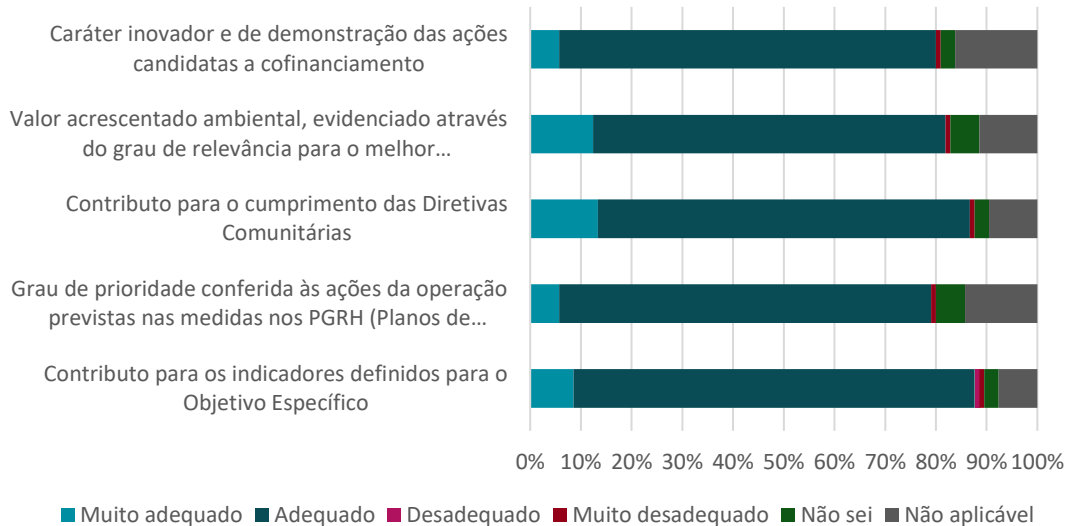


Figura 22 - Respostas à Pergunta 24

**Pergunta 25.** *Avalie a adequação dos critérios de seleção utilizados para a classificação dos projetos candidatos no âmbito da PI 6.2 (Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água)*

Número de respostas: 105

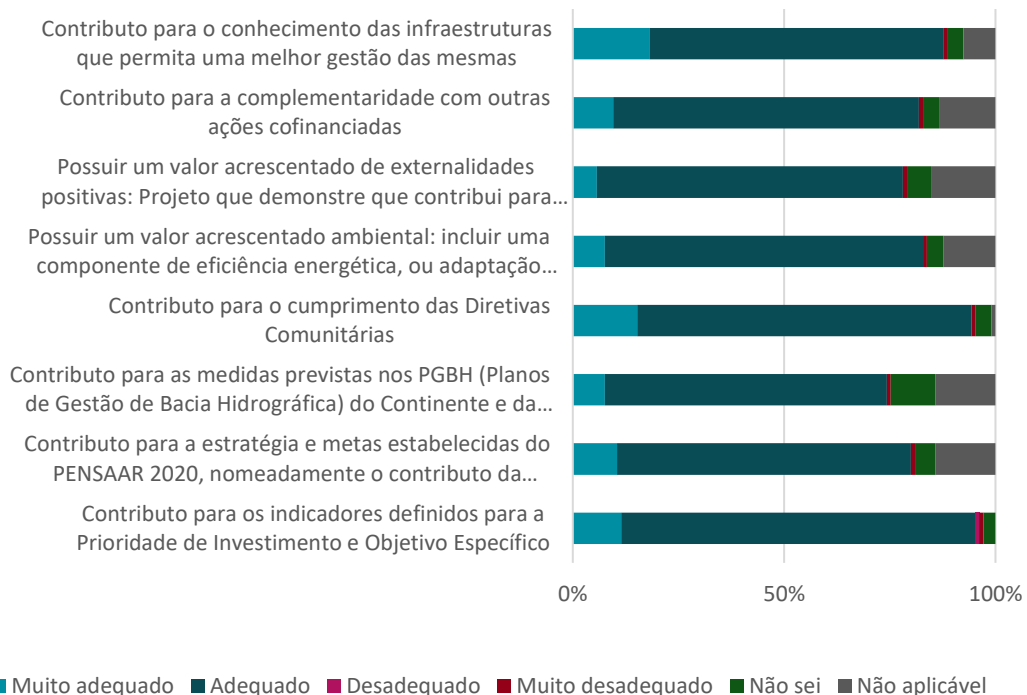


Figura 23 - Respostas à Pergunta 25

**Pergunta 26.1.** No que diz respeito aos indicadores de qualidade do serviço de abastecimento de água (AA), indique a qualidade do serviço na(s) sua(s) operação (ões) no que diz respeito aos seguintes critérios (ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO):

Número de respostas: 105

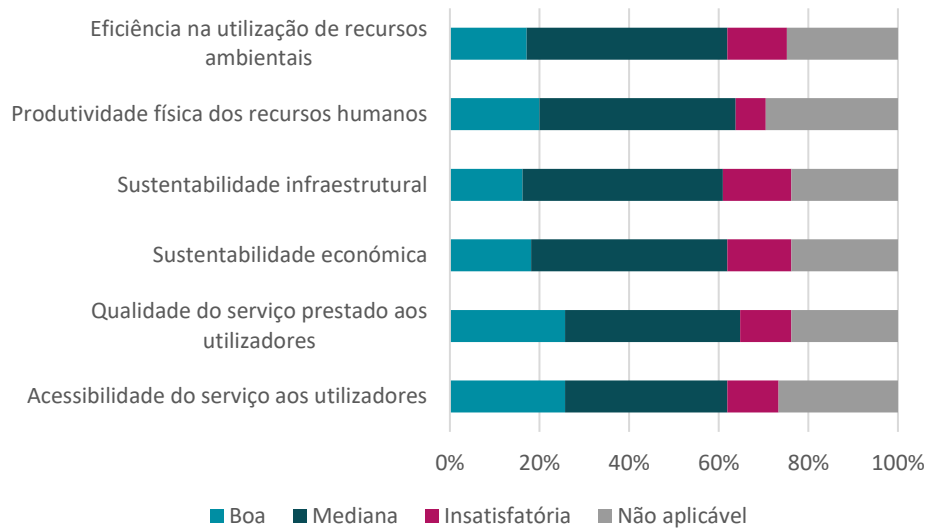


Figura 24 - Respostas à Pergunta 26.1

**Pergunta 26.2.** No que diz respeito aos indicadores de qualidade do serviço de abastecimento de água (AA), indique a qualidade do serviço na(s) sua(s) operação (ões) no que diz respeito aos seguintes critérios (DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO):

Número de respostas: 105

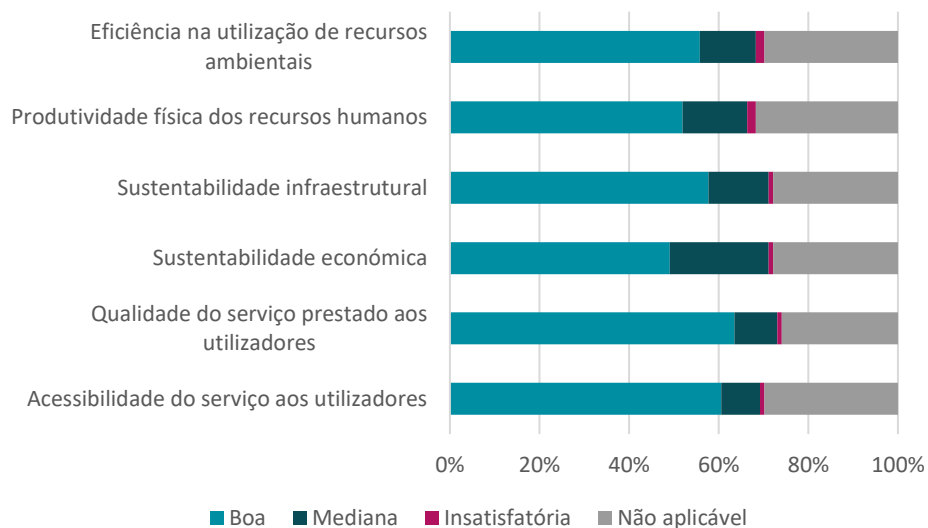


Figura 25 - Respostas à Pergunta 26.2

**Pergunta 26.3.** *Identifica(ou) algum constrangimento no alcance das metas previstas? Descreva.*

**Número de respostas:** 105

**Respostas obtidas:**

- Sim, execução dos contratos devido à Covid 19
- Sim, elevados custos (taxa de recuperação de custos reduzida)
- Sim, financiamento insuficiente
- Sim, disponibilidade de recursos humanos
- Sim, dificuldades em alargar o número de clientes
- Sem constrangimentos
- Não aplicável

**Pergunta 26.4.** *No que diz respeito aos indicadores de qualidade do serviço de saneamento de águas residuais, indique a qualidade do serviço na(s) sua(s) operação (ões) no que diz respeito aos seguintes critérios (ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO):*

**Número de respostas:** 104

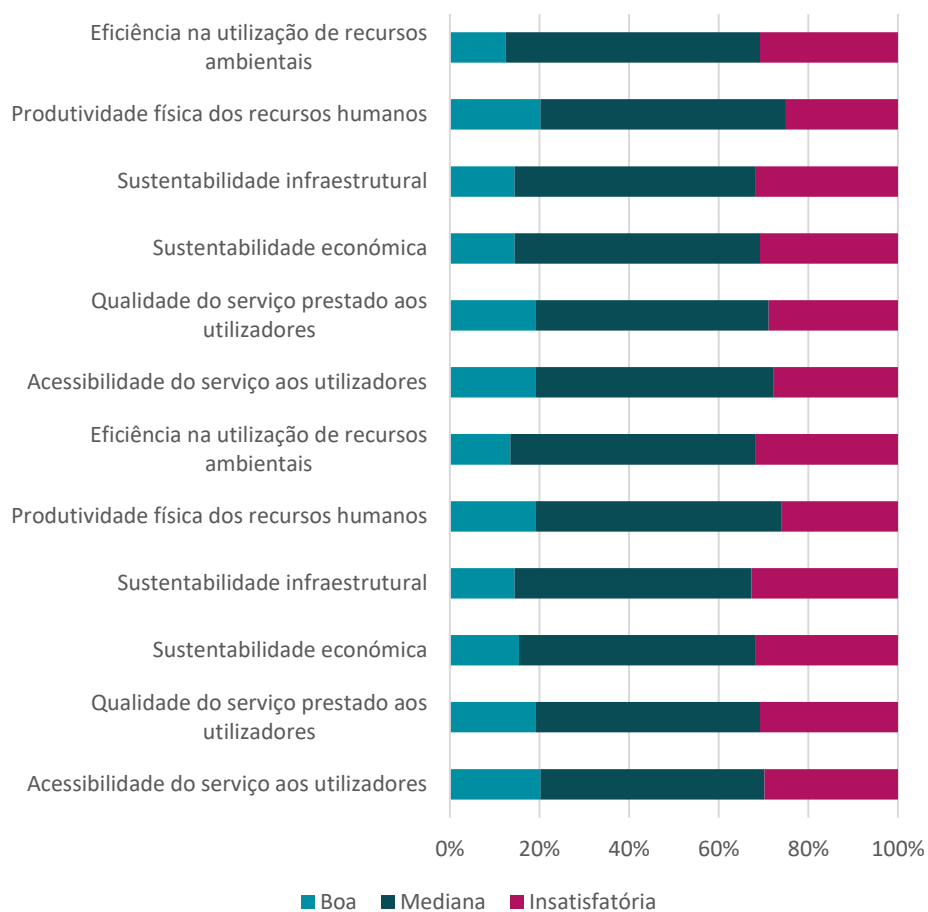


Figura 26 - Respostas à Pergunta 26.4

**Pergunta 26.5.** *No que diz respeito aos indicadores de qualidade do serviço de saneamento de águas residuais, indique a qualidade do serviço na(s) sua(s) operação (ões) no que diz respeito aos seguintes critérios (DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO):*

**Número de respostas:** 104

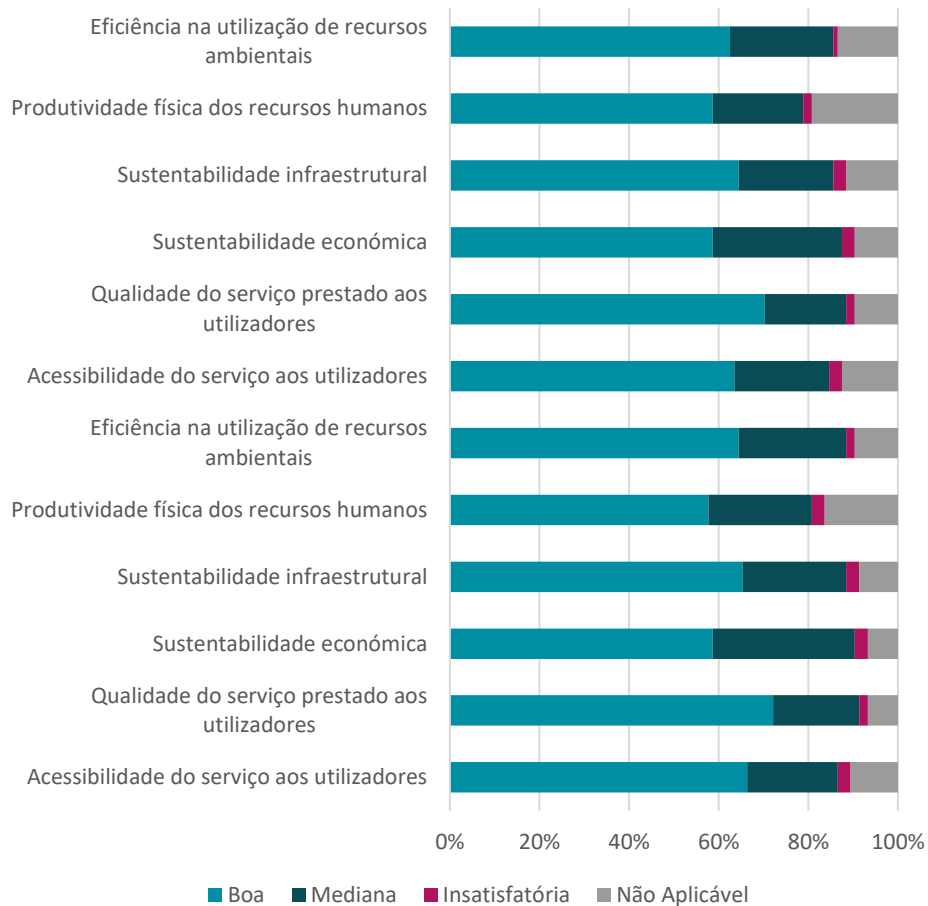


Figura 27 - Respostas à Pergunta 26.5

**Pergunta 26.7.** *Identifica(ou) algum constrangimento no alcance dos objetivos contratualizados? Descreva.*

**Número de respostas:** 104

**Respostas obtidas:**

- Sim, execução dos contratos devido à Covid 19
- Sim, elevados custos (taxa de recuperação de custos reduzida)
- Sim, financiamento insuficiente
- Sim, disponibilidade de recursos humanos
- Sim, dificuldades em alargar o número de clientes
- Sem constrangimentos
- Não aplicável

**Pergunta 26.8.** Qual estima ser o resultado, relativamente ao cumprimento do indicador utilizado nas Fichas de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, Grau de Recuperação de Custos (atualmente denominado Grau de Cobertura de Custos), AA06 no caso de abastecimento de água e AR05 no caso de saneamento; após a execução da(s) sua(s) operação(ões):

Número de respostas: 104

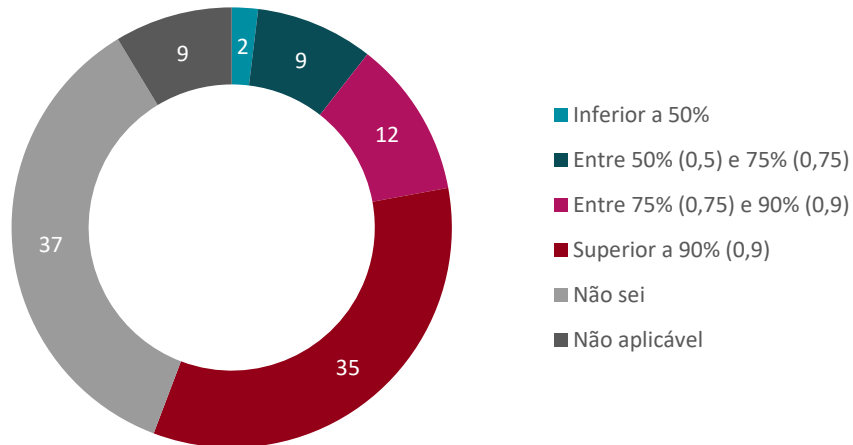


Figura 28 - Respostas à Pergunta 26.8

**Pergunta 27.** No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua realidade e/ou expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) e ao alcance dos objetivos e indicadores previstos no(s) contrato(s) de financiamento.

Número de respostas: 104

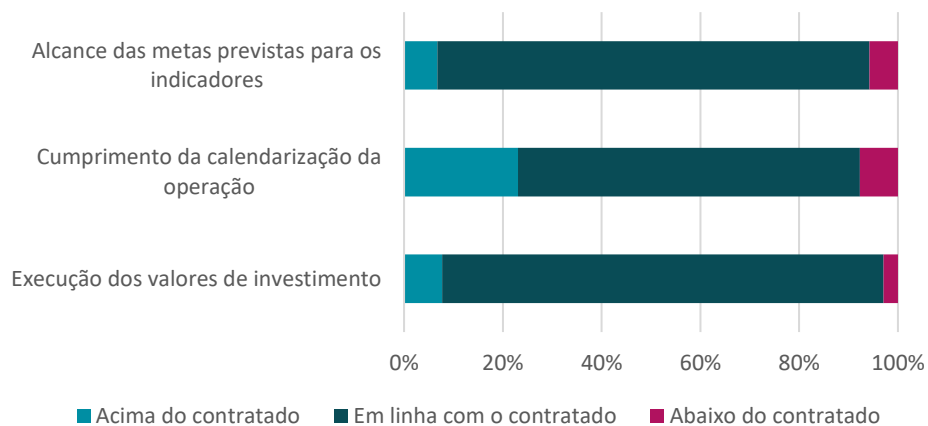


Figura 29 - Respostas à Pergunta 27

**Pergunta 28.** *Considera que o(s) impacto(s) positivo gerado pelo(s) seu(s) projeto(s) é(são) sustentável(is) ao longo do tempo e passível(eis) de ser(em) replicado(s) e/ou associado(s) a outros projetos e soluções que surjam no futuro? Se sim, justifique.*

**Número de respostas:** 104

**Respostas obtidas:**

- Sim, investimentos são facilmente replicados face aos impactos positivos obtidos
- Sim, devido à melhoria das infraestruturas e melhoria geral da qualidade de serviço
- Sim, elevados custos (taxa de recuperação de custos reduzida)
- Sim
- Não
- Não sei / Não aplicável

**Pergunta 29.** *Considera que os resultados atingidos ou previstos atingir no(s) seu(s) projeto(s) foi(ram) afetado(s) por fatores externos (fora do controlo da sua entidade)?*

**Número de respostas:** 104

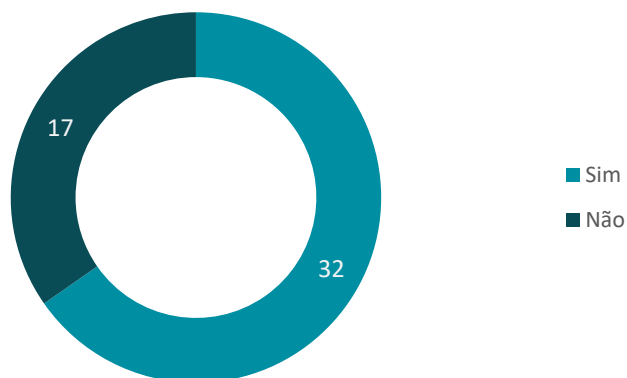


Figura 30 - Respostas à Pergunta 29

**Principais fatores externos identificados:**

- Pandemia
- Falta de mão de obra
- Escassez de matéria-prima e subida de preços
- Fraca adesão dos habitantes à rede de saneamento planeada

**Pergunta 30.** *Implementou algum mecanismo de acompanhamento (p.ex. reuniões, auditorias) para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?*

Número de respostas: 104

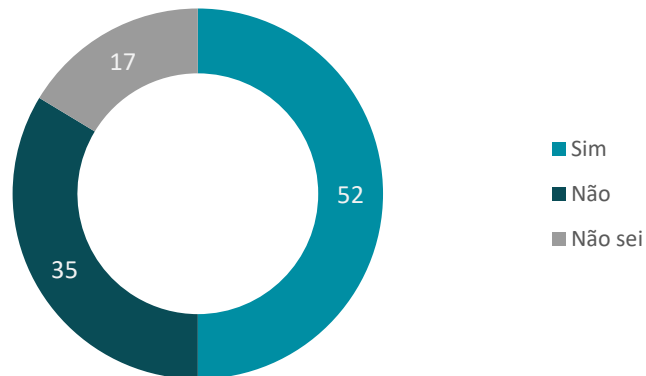


Figura 31 - Respostas à Pergunta 30

**Principais mecanismos identificados:**

- Reuniões periódicas
- Auditorias
- Fiscalização externa
- Controlo de qualidade por amostragem

**Pergunta 301** *Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia de operações?*

Número de respostas: 104

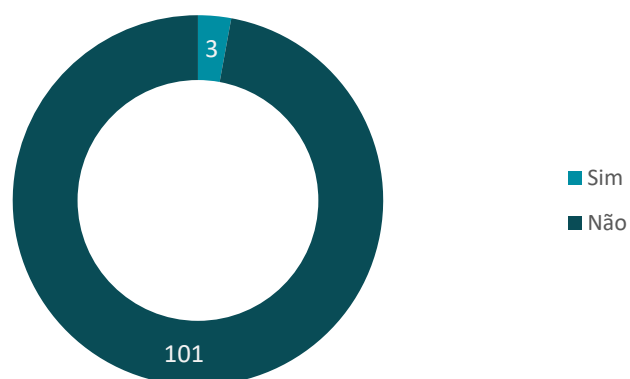


Figura 32 - Respostas à Pergunta 30

**Principais mecanismos identificados:**

- PRR

- Programa LIFE



### 1.5.5 Questões Específicas para a PI 6.4

**Pergunta 32.** *Em que tipologia de operação se enquadra(m) a(s) ação(ões) que realizou no âmbito da Prioridade de Investimento 6.4? (pode escolher mais do que uma opção):*

Número de respostas: 35

Tabela 13 - Respostas à Pergunta 32

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Ações de adaptação às alterações climáticas previstas para as áreas da biodiversidade na Estratégia Nacional para Adaptação às Alterações Climáticas, tais como ecossistemas dunares e galerias ripícolas	11
Ações de prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras	17
Ações de recuperação de ecossistemas degradados por impactes severos	3
Ações dirigidas para a recuperação e proteção de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável, tais como a recuperação da conectividade fluvial nos cursos de água e bacias hidrográficas relevantes para as populações piscícolas migradoras, protegidas e ameaçadas, a proteção e recuperação de locais de desova de espécies de peixes migradores, a recuperação de habitats naturais e o fomento de presas, incluindo ações de diagnóstico de fatores de ameaça	5
Ações, no âmbito do sistema de informação do meio marinho, designadamente recolha de informação, desenvolvimento de ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados para suporte à decisão na área da biodiversidade marinha, focadas no alargamento e gestão da Rede Natura 2000 no meio marinho	2
Avaliação, revisão dos Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas e sua execução, nos termos previstos nos Programas de Execução respetivos	0
Desenvolvimento de conteúdos e ações de sensibilização para a conservação da natureza junto da comunidade jovem e escolar	8
Desenvolvimento do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados, nomeadamente através de trabalhos no terreno e de fotointerpretação para recolha de informação, bem como o desenvolvimento de novas funcionalidades para os softwares que se revelem necessárias	1
Desenvolvimento e consolidação, exclusivamente para novas funcionalidades, de sistemas de informação e portais relacionados com a conservação da natureza, incluindo a consolidação do Sistema de Informação do Património Natural, para a atualização e colmatação das lacunas das avaliações do estatuto de ameaça dos principais grupos de espécies autóctones, das suas tendências populacionais e da sua distribuição territorial	2
Elaboração de cartografia de habitats naturais, em escalas operacionais que permitam o apoio à decisão	1
Elaboração de Planos de Ação de Espécies e execução das respetivas ações previstas	1
Elaboração de Planos de Gestão das áreas classificadas da Rede Natura 2000, incluindo no meio marinho, identificadas como prioritárias no texto do PO SEUR ou no quadro de referência de prioridades de designação de Zonas Especiais de Conservação	0
Instalação de sistemas nacionais de prevenção e intervenção sobre os riscos e pressões sobre a biodiversidade e os ecossistemas e serviços de bens públicos por ela suportados, em particular orientada para a redução da pressão de espécies exóticas invasoras ou de risco ecológico sobre áreas sensíveis ou espécies protegidas	2
Realização de estudos e aquisição de sistemas que permitam uma caracterização, um conhecimento e uma consulta mais estruturada dos recursos geológicos e de águas minerais nacionais, acessível a todos os agentes intervenientes, e servindo também como ferramentas essenciais ao planeamento promovendo uma preservação e utilização sustentada destes mesmos recursos	0
Outro	2

**Pergunta 33.** *Avalie a adequação dos critérios de seleção utilizados para a classificação dos projetos candidatos no âmbito a PI 6.5*

Número de respostas: 33

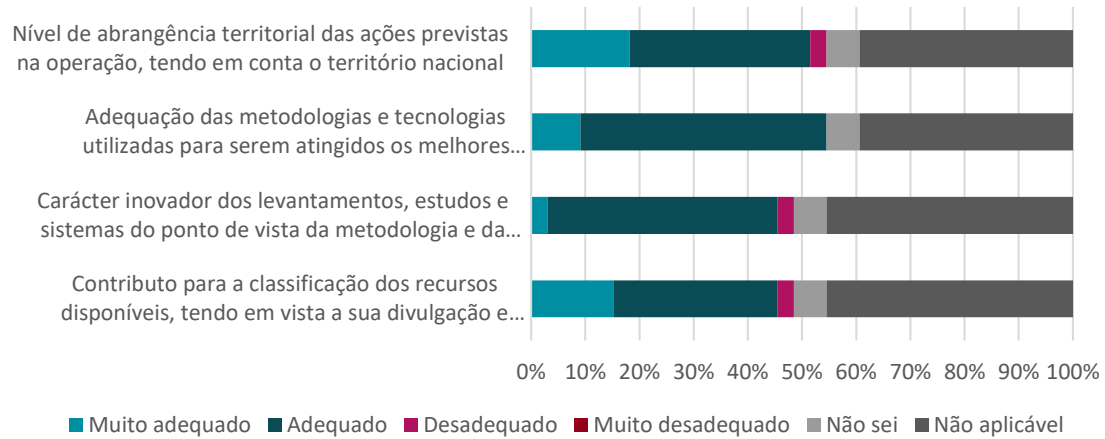


Figura 33 - Respostas à Pergunta 33.1 aplicável a projetos de Proteção e Ordenamento dos Recursos Geológicos

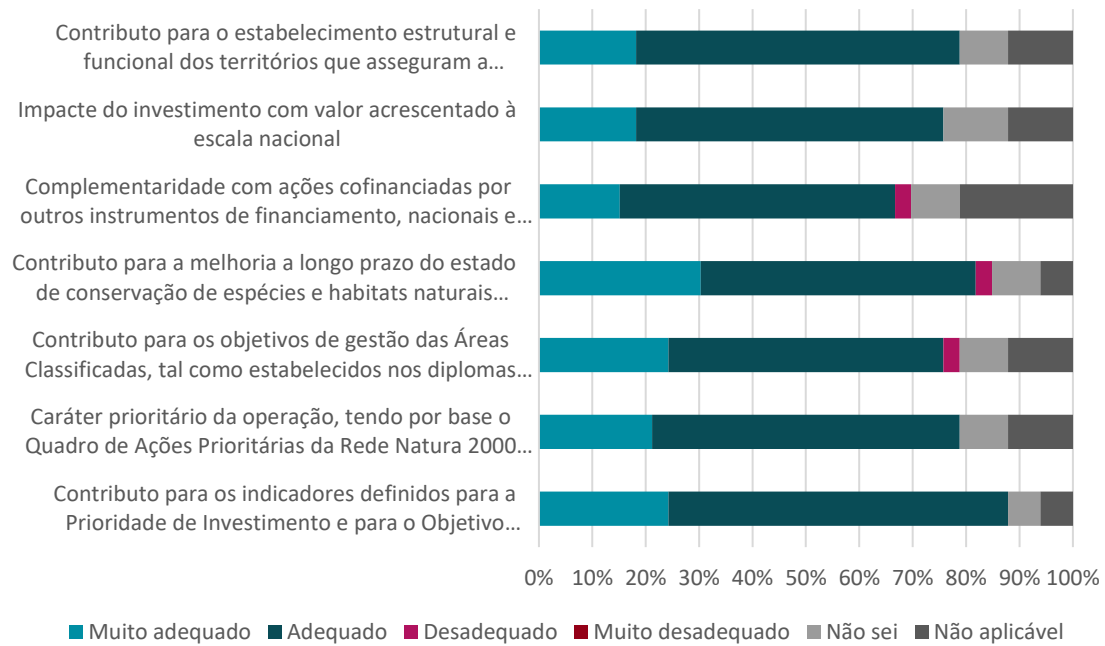


Figura 34 - Respostas à Pergunta 33.2 aplicável a projetos de Conservação da Natureza | Gestão e Ordenamento de Áreas Protegidas e Classificadas | Informação

**Pergunta 34.1.** *Comparativamente ao valor base, qual estima ser o aumento, em pontos percentuais (pp), na “Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação de espécies e habitats”, promovido pelas operações desenvolvidas e apoiadas pelo PO SEUR:*

Número de respostas: 33

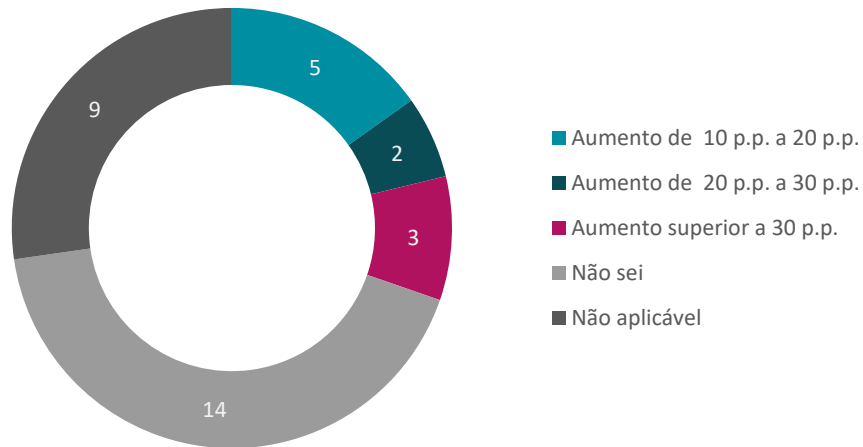


Figura 35 - Respostas à Pergunta 34.1

**Pergunta 34.2.** *No âmbito da(s) sua(s) operação(ões), quantas espécies de fauna e flora protegidas foram consideradas?*

Número de respostas: 33

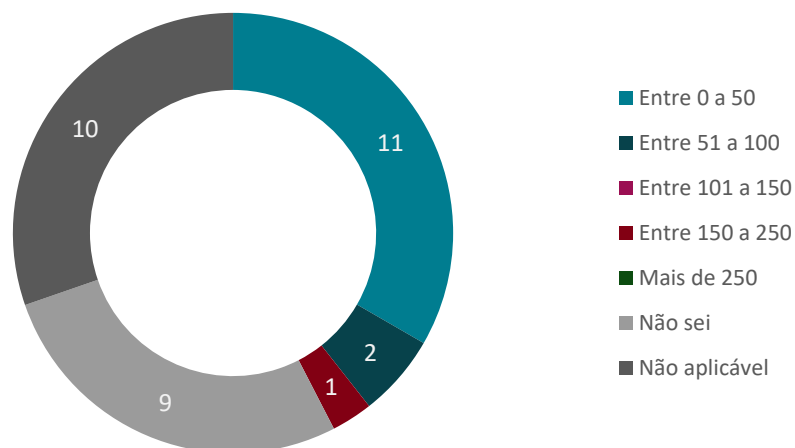


Figura 36 - Respostas à Pergunta 34.2

**Pergunta 34.3.** *No âmbito da(s) sua(s) operação(ões), quantos habitats foram intervencionados para conservação de espécies e habitats?*

Número de respostas: 33

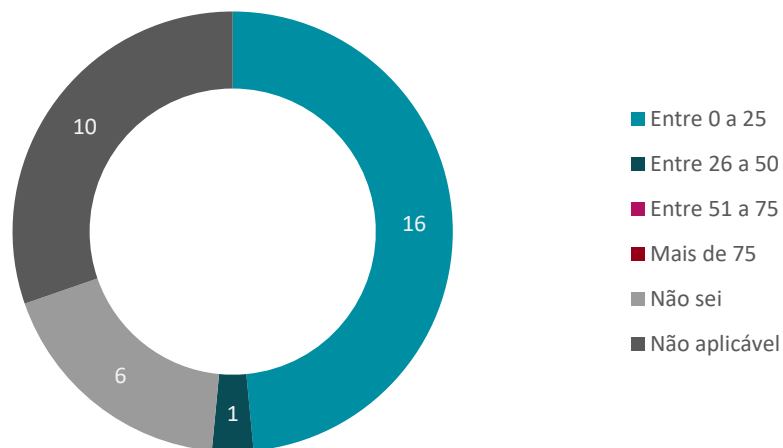


Figura 37 - Respostas à Pergunta 34.3

**Pergunta 34.4.** *No âmbito da(s) sua(s) operação(ões), quantos hectares foram intervencionados para conservação de espécies e habitats?*

Número de respostas: 33

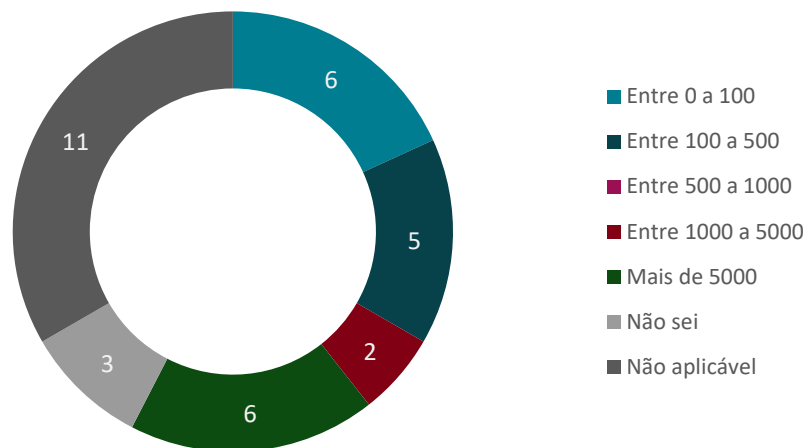


Figura 38 - Respostas à Pergunta 34.4

**Pergunta 34.5.** *Indique algum efeito secundário que tenha identificado, após a implementação da(s) sua(s) operações que possa ter afetado negativamente os habitats intervencionados.*

Número de respostas: 33

Tabela 14 - Respostas à Pergunta 34.5

EFEITO SECUNDÁRIO IDENTIFICADO	Nº RESPOSTAS
Restrição de zonas recreativas em prol da conservação do habitat que levaram a uma maior pressão noutros habitats, pelo desvio das zonas de recreio	0
Desvio de fluxos de água na paisagem para ajudar na proteção da biodiversidade numa zona húmida que possa ter levado à escassez ou desertificação de outras áreas naturais com consequências para a respetiva biodiversidade	0
Criação de corredores entre áreas protegidas que possam ter aumentado os riscos de doença, através do contacto entre animais selvagens e domesticados	0
Introdução inadvertida de espécies consideradas invasoras nos habitats intervencionados	1
Crescimento populacional de determinadas espécies, criando perda de equilíbrio entre diferentes espécies no ecossistema, devido à escassez de alimentos ou à pressão predadora	1
Nenhum efeito foi identificado	24
Não sei	6
Outro	4

**Pergunta 35.** *No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua realidade e/ou expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) e ao alcance dos objetivos e indicadores previstos no(s) contrato(s) de financiamento.*

Número de respostas: 33



Figura 39 - Respostas à Pergunta 36

**Pergunta 36.** *Considera que o(s) impacte(s) positivo gerado pelo(s) seu(s) projeto(s) é(são) sustentável(is) ao longo do tempo e passível(eis) de ser(em) replicado(s) e/ou associado(s) a outros projetos e soluções que surjam no futuro? Se sim, justifique.*

**Número de respostas:** 33

**Respostas obtidas:**

- Sim, áreas intervencionadas poderão escalar agora mais facilmente / maior facilidade na replicação
- Sim, pois foram também criados mecanismos de monitorização
- Sim, pois foram adquiridos equipamentos que permitem continuar a ação após o apoio
- Sim
- Não sei / Não aplicável

**Pergunta 37.** *Considera que os resultados atingidos ou previstos atingir no(s) seu(s) projeto(s) foi(ram) afetado(s) por fatores externos (fora do controlo da sua entidade)?*

**Número de respostas:** 33

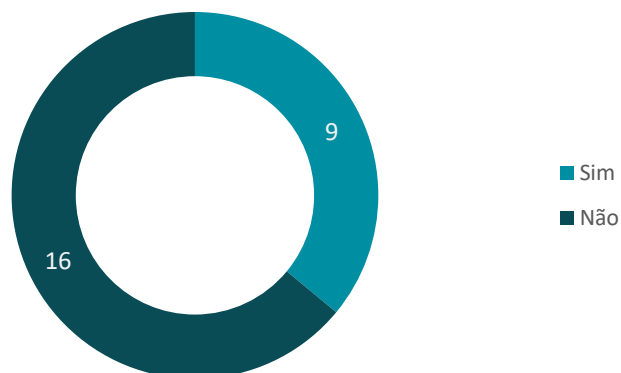


Figura 40 - Respostas à Pergunta 37

**Pergunta 38.** *Implementou algum mecanismo de acompanhamento (p.ex. reuniões, auditorias) para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?*

Número de respostas: 33

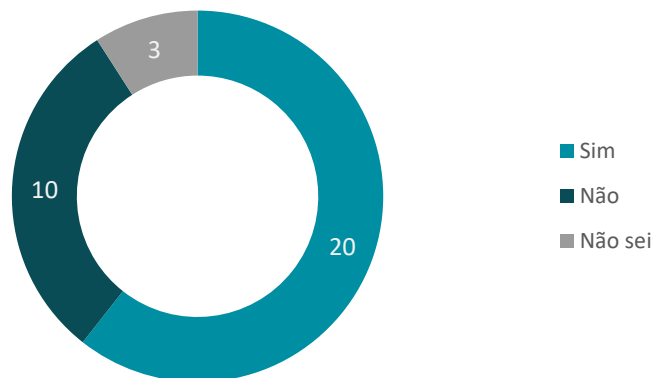


Figura 41 - Respostas à Pergunta 38

**Pergunta 39.** *Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia de operações?*

Número de respostas: 33

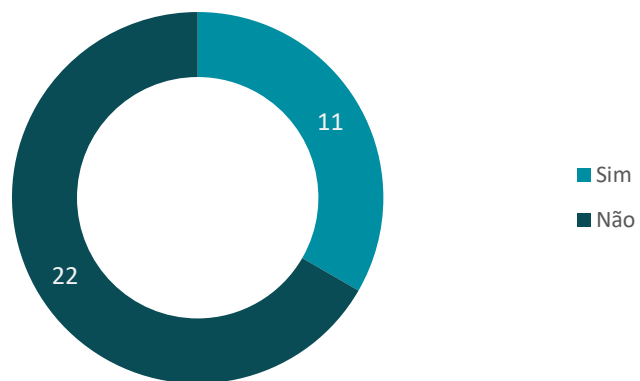


Figura 42 - Respostas à Pergunta 39

1.5.6 Questões Específicas para a PI 6.5

**Pergunta 40.** Em que tipologia de operação se enquadra(m) a(s) operação(ões) que realizou no âmbito da Prioridade de Investimento 6.5 (pode escolher mais do que uma opção):

Número de respostas: 4

Tabela 15 - Respostas à Pergunta 40

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	Nº RESPOSTAS
Ações de descontaminação e de reabilitação de solos	3
Estudos e projetos necessários às intervenções de descontaminação de solos	2
Projetos de reabilitação, remediação e recuperação ambiental de áreas degradadas afetadas à indústria extrativa, tendo por base situações previamente identificadas, assim como os estudos e projetos, a desenvolver para o efeito, pelas entidades competentes do setor	1
Outro	0

**Pergunta 41.** Avalie a adequação dos critérios de seleção utilizados para a classificação dos projetos candidatos no âmbito a PI 6.5

Número de respostas: 4

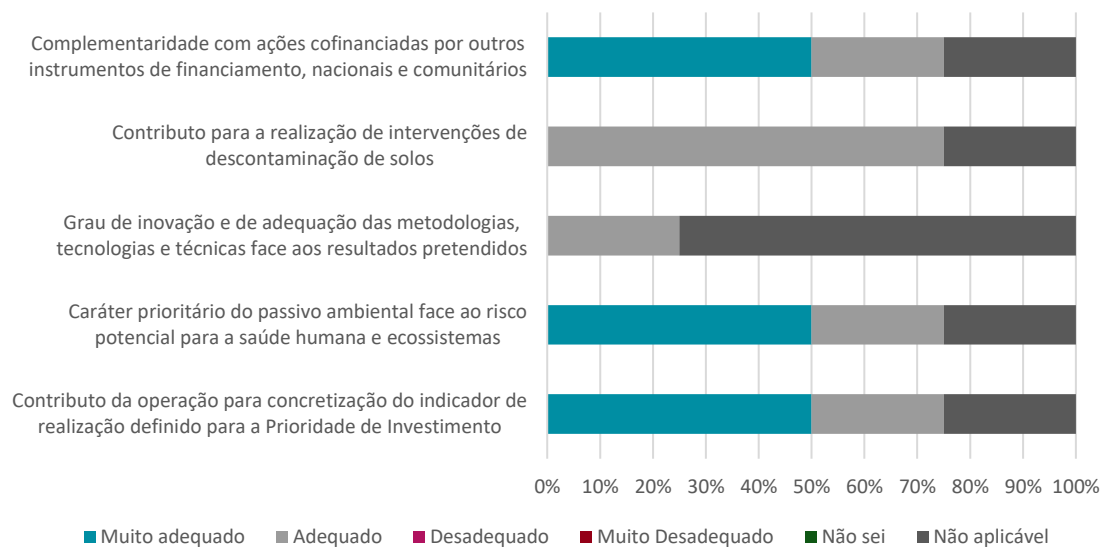


Figura 43 - Respostas à Pergunta 41.1 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias





Figura 44 - Respostas à Pergunta 41.2 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Mineiros/Indústria Extrativa Prioritários

**Pergunta 42.1.** Comparativamente ao valor base, qual estima ser o aumento, em pontos percentuais (pp), promovido pelas suas operações desenvolvidas e apoiada(s) pelo PO SEUR:

Número de respostas: 4

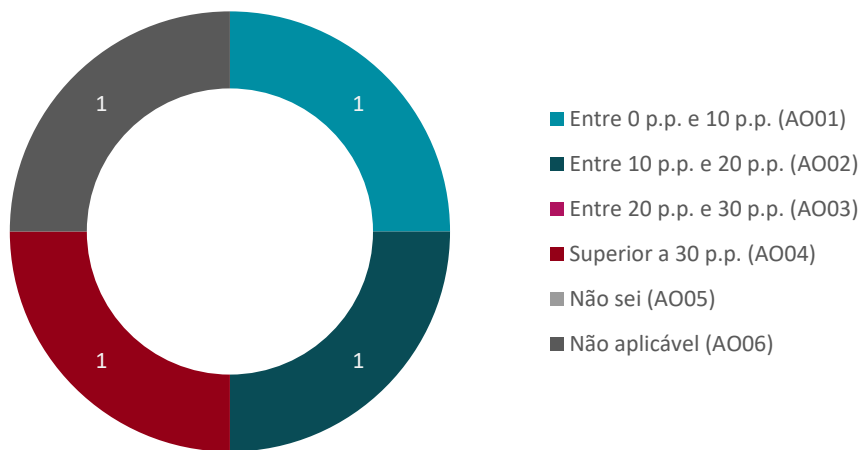


Figura 45 - Respostas à Pergunta 42.1 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias

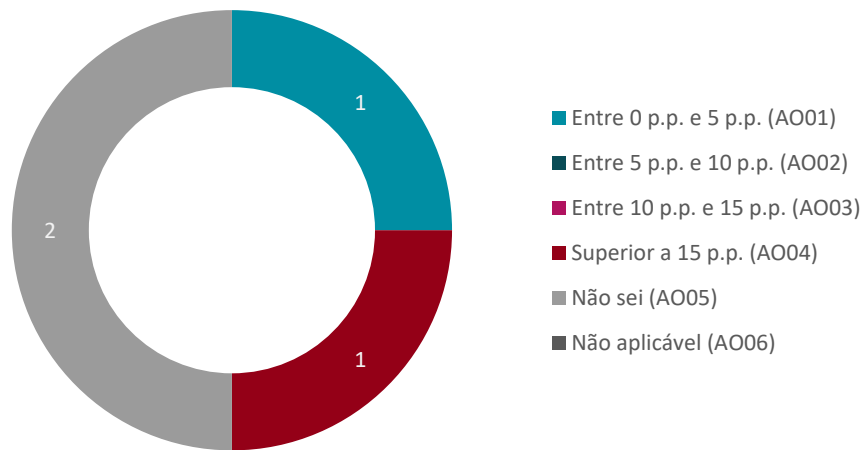


Figura 46 - Respostas à Pergunta 42.2 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias

**Pergunta 42.3.** *Identifica algum constrangimento no alcance das metas? Descreva.*

**Número de respostas:** 4

**Respostas obtidas:**

- *Desadequação entre alguns indicadores apresentados pelo POSEUR e as ações candidatas*
- *Sem constrangimentos*
- *Não aplicável*

**Pergunta 43.** *No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua realidade e/ou expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) e ao alcance dos objetivos e indicadores previstos no(s) contrato(s) de financiamento.*

**Número de respostas:** 4

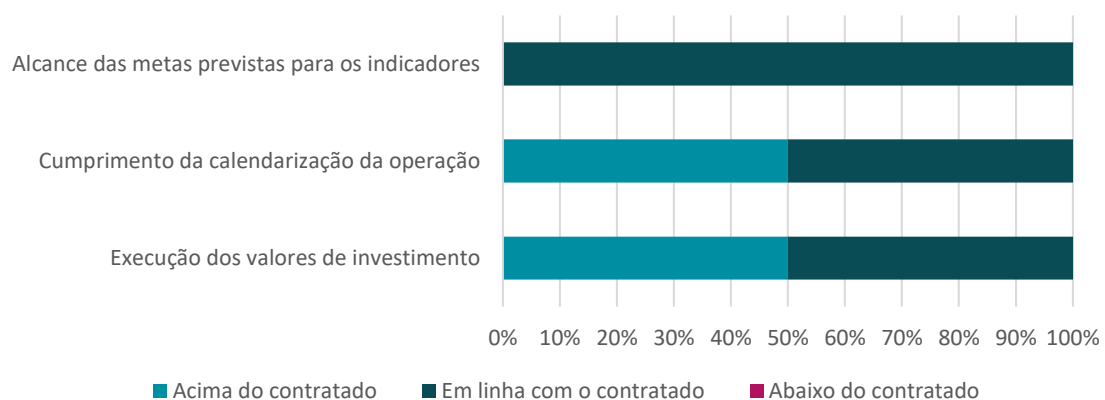


Figura 47 - Respostas à Pergunta 43 aplicável a projetos de Recuperação de Passivos Ambientais Industriais Prioritárias